

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 04/2023
15 a 28 de março de 2023



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 30 de março de 2023



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
12	Um roteiro de acessos e leituras sobre as Nações Unidas - <i>Paulo Buss e Santiago Alcázar</i>	
15	52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU: Sobre materialidade dos Direitos das Pessoas em face da Ordem Econômica Internacional - <i>Armando De Negri Filho</i>	
30	Adoecimentos do passado, presente e futuro: a importância da saúde global para sociedades seguras e saudáveis - <i>Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão</i>	
42	Seminário Avançado do CRIS e reunião do GT Acordo de Pandemias abordam o processo de reforma do Regulamento Sanitário Internacional, RSI (2005) – <i>Leandro Viegas</i>	
45	O nexos entre água e clima na nossa saúde - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
56	Sinais e tendências para o futuro do desenvolvimento - <i>Erica Kastrup</i>	
60	“É a luta de classes que define as jornadas laborais. Não é a tecnologia e nem o capital!”: algumas reflexões a propósito do retrocesso que ameaça a Coreia do Sul - <i>René Mendes</i>	
71	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
76	Agenda Mulheres, Paz e Segurança, os 50 Anos do <i>Human Reproduction Programme</i> e a Tripla Ameaça para Crianças (água, saneamento e higiene) - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes</i>	
81	Sistemas agroalimentares sustentáveis: como pode o agro ser alimentar e sustentável e o papel das agências nesse processo - <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana</i>	
87	UNESCO, o clima e a água- <i>Gisele Sanglard e Fabiane Gaspar</i>	
90	Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
96	Propriedade Intelectual: Informe OMC e OMPI - <i>Claudia Chamas</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
98	O que deve ser feito em futuras pandemias: lições aprendidas após três anos de COVID-19, em meio à urgência climática, guerras e crises humanitárias. - <i>Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza</i>	
112	A hora de forjar um novo contrato social para a cooperação global e construir um sistema melhor para ajudar a fornecer saúde global para todas e todos é agora - <i>Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho</i>	

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 118 Diplomacia da saúde no Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 140 Japão vista a Ucrânia, G20 reorganiza trabalhos e OCDE mantém a cartilha econômica ortodoxa: a quinzena dos grupos dos países mais ricos - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 148 Não há solução para a guerra na Ucrânia sem a China e a viagem de Lula à China - *Claudia Hoirisch*
- 153 Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe- *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 171 A saúde global e diplomacia da saúde: o contributo africano - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 186 A boa e velha conhecida Europa protecionista - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 189 Direitos das mulheres e justiça de gênero na Ásia e na região MENA - *Lúcia Marques*
- 202 China: Visitas presidenciais - *André Costa Lobato*
- 206 EUA, saúde global e diplomacia da saúde - *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 210

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 213

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' – 214

A charge publicada na capa deste fascículo é do grande cartunista Chico Caruso e foi publicada na capa de **O Globo**, edição de 26/03/2023

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 04/2023 – 15 a 28 de março de 2023

Apresentação

Começamos por registrar nosso imenso pesar pelas 700 mil mortes por Covid-19 ocorridas no Brasil desde o início da pandemia. Um número espantoso, assustador, inacreditável. Nossa sincera solidariedade com todas as pessoas e famílias que perderam entes queridos nesta verdadeira barbárie que foi a pandemia, entretanto ainda não declarada encerrada.

Água é vida, saúde e... negócios. Acaba de se realizar a Conferência das Nações Unidas sobre a Água 2023, a primeira grande conferência da ONU sobre o tema em 46 anos, com a imensa tarefa de enfrentar a crise global de água que vive o planeta. A conferência foi convocada diante da alarmante realidade de que os progressos nos objetivos e metas relacionados à água na Agenda 2030 encontram-se muito distantes do esperado, colocando em risco toda a agenda de desenvolvimento sustentável. A conferência buscou fazer uma revisão, a meio caminho, da implementação dos objetivos da Década Internacional para a Ação, 'Água para o Desenvolvimento Sustentável' 2018–2028. O setor privado esteve presente e defendeu o de sempre, a privatização, que gera muitos negócios mundo afora. Este evento e o lançamento relatório anual do IPCC sobre mudanças climáticas foram os dois momentos políticos globais mais importantes da quinzena e vêm analisados neste Caderno.

No período, viveu-se também uma grande frustração com o adiamento inevitável da viagem de Lula e grande delegação à China, devido à enfermidade do presidente, mas a diplomacia brasileira já negocia a nova data. Um pouco antes, ocorreu a emblemática visita de Xi Jinping à Rússia, com todas as implicações políticas decorrentes para o conflito na Ucrânia, como também no interior de BRICS. Continua o jogo de sedução global dos chineses, que aspiram muito mais do que ser apenas um jogador: eles querem ser os donos do campinho. A resistência ocidental é visível.

A Europa continua com sua trajetória política recheada de conflitos, agora mais agudos na França, pelas medidas de Macron que ampliou a idade para aposentadoria pelo sistema previdenciário, mas que se alargou por muitas outras insatisfações. Em Paris, os franceses cantaram 'A Internacional', que há décadas não ecoava nas ruas à margem do Sena. Na Espanha e Reino Unido movimentos sociais reclamam da situação econômica que afeta salários e gera greves em diversos setores sociais.

Com a presença de Felipe VI e dos presidentes de Espanha e Portugal realizou-se na República Dominicana a Cúpula Ibero-americana, que lamentou as ausências de Lula e Lopes Obrador, os dirigentes máximo dos dois maiores países da comunidade deste lado do Atlântico. Diversos compromissos coletivos foram firmados pelos altos dirigentes da comunidade.

O Conselho de Direitos Humanos da ONU fecha a 5 de abril sua primeira sessão do ano, com um impressionante número de resoluções aprovadas e dezenas de relatórios de *special rapporteurs* apresentados. Todos com importantes repercussões sobre a saúde, para nós que entendemos saúde pelo viés de seu conceito ampliado. A ampla relação de documentos e o acesso mesmos é propiciado ao leitor(a) dos Cadernos.

Começa agora nas Nações Unidas o ciclo mais intenso no ano de balanços, compromissos, *statements*, relatórios sobre a Agenda 2030 e seus ODS, nas suas mais diversas dimensões, que também se encontra a meio-caminho, tudo para culminar, inicialmente no High-Level Political Forum do ECOSOC (Julho de 2023) e depois, em setembro, na Cúpula sobre ODS, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Buss e Alcázar reuniram um conjunto de sites e documentos que permitem visualizar os principais momentos políticos no âmbito das Nações Unidas em 2023, na Assembleia Geral, no ECOSOC e em diversas de suas agências. É um convite a caminhar por dentro das Nações Unidas e um roteiro de leitura dos principais documentos que estão disponíveis.

Do **Conselho de Direitos Humanos da ONU** encarrega-se **De Negri Filho** que segue com o processo de destacar os vários temas de interesse para a saúde global presentes na agenda. Tomando o vasto material produzido pelos relatores especiais e por especialistas independentes, que são força fundamental de vínculo político e social com as realidades dos países e suas populações, o autor começa por destacar o *informe do Secretário-Geral da ONU sobre todos os relatórios apresentados* pelos titulares de mandatos de procedimentos especiais em 2022. O informe inclui a lista dos titulares de mandatos que informam em cada uma das três sessões anuais do Conselho de Direitos Humanos e na Assembleia Geral, o número de relatórios sobre visitas a países e quaisquer outros relatórios apresentados pelos procedimentos especiais. Também contém informações sobre os principais temas abordados pelos titulares de mandatos em seus relatórios temáticos e de visitas a países, com foco em questões transversais, como a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, as mudanças climáticas, a migração, os direitos humanos e de gênero das mulheres, as novas tecnologias, a prevenção de violações de direitos humanos, a segurança, os conflitos e a construção da paz e a pandemia de Covid19.

Comenta os dois informes do Grupo de Trabalho intergovernamental aberto sobre as empresas transnacionais e outras empresas no domínio dos direitos humanos, assim como os informes de Attyia Waris, especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados no pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos económicos, sociais e culturais.

A Comissão da revista The Lancet sobre Determinantes Comerciais da Saúde publicou reflexões sobre o papel do setor comercial na saúde global e na equidade em saúde em uma série de três artigos. Os documentos visam estabelecer o conceito do que sejam tais determinantes e as implicações nos modelos sociais, económicos e políticos atuais. Reforçam pontuações ousadas sobre como governos, agentes comerciais e a sociedade civil contribuem em primeiro lugar para melhorar a saúde e o bem-estar social. Tal visão é necessária, com urgência e pró saúde. **Reges, Bermudez e Galvão**, no informe sobre **OMS/OPS** destacam que, reforçando a importância de aspectos de Saúde Única e o impacto das mudanças climáticas na saúde, o ano de 2023 tem aumentado o número registrado de *arboviroses*, para além dos territórios endêmicos. Isso pode ser reflexo de mudanças na dinâmica do vetor-transmissor, temporadas de chuva, falta de investimentos em prevenção. E por mencionar prevenção, apesar de ser conhecida desde o século XIX, a *tuberculose* segue sendo uma doença infecciosa com alta mortalidade e morbidade, sobretudo em populações mais vulneráveis, e com baixos investimentos globais em diagnósticos rápidos e tratamentos opcionais. O Dia Mundial da Tuberculose, em 24 de março, teve como tema "*Sim, podemos acabar com a Tuberculose!*", parte da estratégia para erradicação da doença pela meta 2030. A dinâmica global de doenças, emergências em saúde pública e doenças emergentes sempre devem ocupar espaço de

prevenção, preparo e resposta. A *doença pelo vírus Marburg* agora chega a territórios da Tanzânia e a OMS divulgou planos para produção terapêutica e vacinal. Em Genebra, o INB segue discutindo os melhores caminhos para um instrumento pandêmico robusto e a reforma do RSI (ver artigo especial). Os autores apresentam, ao final, a evolução das discussões em torno da resolução sobre saúde dos povos indígenas, proposta pelo Brasil, que será examinada durante a Assembleia Mundial da Saúde, em maio.

O processo de **reforma do Regulamento Sanitário Internacional (RSI-2005)** foi o tema de debate da última edição do Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, realizado em 22 de março, em conjunto com a 4ª Reunião do Grupo de Trabalho do Acordo de Pandemias e a Reforma do RSI. O evento contou com apresentações de *Clare Werham*, professora da London School of Economics e relatora do Comitê de Revisão sobre as Emendas ao RSI e de *Márcio Garcia*, Diretor do Departamento de Emergências em Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde. Participaram como debatedores *Eduardo Hage*, pesquisador da Fiocruz/Brasília e grande conhecedor do RSI e dos desafios de sua implementação no Brasil e no mundo, e *Deisy Ventura*, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP e uma das coordenadoras deste GT. **Leandro Viegas**, Secretário Executivo do GT Acordo de Pandemias, reporta o seminário neste Caderno 4.

Magalhães e Galvão, do cluster sobre **ambiente e saúde** do CRIS, reportam a *Conferência Mundial da Água da ONU de 2023*, que estabeleceu uma "*agenda de ação para a água*", que consiste em compromissos voluntários, não havendo medidas vinculativas, nem um órgão da ONU encarregado de supervisionar o progresso em todos os ODS relacionados à água, criando um vazio institucional. Apesar disso, a agenda recebeu mais de 700 compromissos voluntários dos mais de 100 delegados presentes e estabeleceu um mecanismo de financiamento específico para questões relacionadas a WASH.

Já o relatório síntese do **IPCC** adverte que, mesmo que sejam tomadas medidas imediatas e drásticas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, as temperaturas globais ainda devem aumentar mais de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais nas próximas décadas. Os efeitos climáticos exacerbam os desastres naturais e evidenciam as iniquidades, afetando direta e indiretamente a saúde humana. Por sua vez, na primeira reunião do Comitê de Transição sobre a operacionalização do novo regime de financiamento para a resposta a perdas e danos, foram discutidas as disposições institucionais, modalidades, estrutura, governança, bem como a definição dos elementos dos novos mecanismos de financiamento.

Kastrup apresenta documento do **PNUD** que busca mapear sinais e tendências para o futuro do desenvolvimento. Dentre os temas destacados no estudo, discute alguns indicadores como otimismo com a tecnologia, um novo perfil do altruísmo, a cartelização de bens públicos, uma possível nova recessão social e a tendência de democracias se tornarem autocracias.

O artigo de **René Mendes** aborda uma das temáticas mais caras para a vida e **saúde dos trabalhadores e trabalhadoras** do mundo inteiro: o tempo de vida que é colocado a serviço do trabalho, medido em horas por dia, dias por semana, meses por ano, e anos de vida no trabalho. Recente notícia aponta para uma tentativa do governo coreano de aumentar o limite da carga semanal, de 52 para 69 horas, na contramão de vários países desenvolvidos, onde a classe trabalhadora vem conseguindo redução progressiva, que já alcança a 35 horas semanais ou menos, como mostra recente informe da OIT, discutido no artigo. O texto abraça a tese de que

“o futuro é a redução da jornada de trabalho”, bandeira de luta universal. Trata-se de uma ‘luta civilizatória’, em busca de valores e ocupações de tempo, para além do trabalho.

O grupo de trabalho sobre **migração e refugiados**, liderado por **França e Ventura**, destaca a manifestação do Alto Comissariado da ONU para refugiados sobre o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, que aponta que o racismo está presente nas sociedades e causa impacto em sujeitos e comunidades. O **ACNUR** está trabalhando em seus conceitos para ser uma instituição antirracista, inclusive nas ações que tratam sobre a discriminação estrutural e a desigualdade. As enchentes no Paquistão têm se adensado, resultado dos impactos climáticos, deixando seus cidadãos mais vulneráveis e forçando deslocamentos. **UA, UE e ONU** cooperam para melhorar a vida dos refugiados na Líbia e sensibilizam as autoridades líbias para que emitissem documentação para trabalhadores migrantes no país e reconhecessem a documentação fornecida aos refugiados. A **OMS** promoveu reunião interregional de alto nível sobre a saúde de migrantes e refugiados, visando a cobertura universal de saúde. Após anos de conflito no Iêmen, a OMS faz um apelo para alcançar US\$392 milhões de recursos para apoiar mais de 12 milhões de pessoas com assistência à saúde em 2023.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas realizou um debate aberto sobre o andamento da Resolução 1325 sobre **Mulheres, Paz e Segurança**. Na mesma temática, a **ONU Mulheres** publicou relatório sobre o andamento do financiamento para a igualdade de gênero e a implementação dessa agenda. O HRP (*Human Reproduction Programme*) está comemorando 50 anos e o informe traz algumas das pesquisas desenvolvidas nesse período, que levaram à publicação de acordos, estratégias e recomendações para garantir a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos de meninas e mulheres. Na semana da Conferência das Nações Unidas sobre Água (22-24 de março), o **UNICEF** publicou manifestação na qual analisa o que chama de “ameaça tripla” à vida das crianças: água insegura, falta de saneamento e higiene. Cerca de 1.000 crianças menores de 5 anos morrem todos os dias por causas relacionadas à **WASH** (*water, sanitation and hygiene*). Estes são os conteúdos do informe de **Massari e grupo** sobre **saúde da mulher, criança e adolescente** do Caderno CRIS.

Nilson, Oliveira-e-Silva, Ell e Ubarana discutem no seu informe sobre **nutrição e segurança alimentar global**, a capacidade dos sistemas agroalimentares atuais alimentarem a humanidade de forma sustentável, considerando as tendências atuais de destinação da produção agrícola e as alternativas para construir sistemas alternativos aos hegemônicos que sejam baseados nos princípios da suficiência, regeneração, distribuição, comunalidade e atenção. Novos sistemas agroalimentares nessa perspectiva dependem da abordagem de direitos, do respeito à soberania e cultura alimentar e da orientação para a saúde humana e planetária para que sejam alcançados os objetivos da agenda 2030 e que se possa avançar para além deles.

No informe sobre a **UNESCO, Sanglard e Gaspar** discutem temas abordados pela agência na conferência sobre o clima ocorrida em novembro de 2022, no Egito. Além de chamar a atenção para as duas novas publicações disponíveis na Biblioteca da UNESCO: o bresumo executivo do *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2023: parcerias e cooperação para a água*; e o *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2023: parcerias e cooperação para a água; fatos, dados e exemplos de ação*.

Cazumbá, no seu informe sobre as **instituições financeiras internacionais** reporta a Reunião Anual do **BID** e os seus desdobramentos; o **Banco Mundial** e o fortalecimento da prestação na facilitação do capital privado; e o **FMI**, que lança documento com respostas políticas sobre a alta dos preços da energia e dos alimentos.

Na **Organização Mundial de Comércio**, ainda não houve consenso a respeito da extensão da Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio para cobrir a produção de diagnósticos e medicamentos úteis no combate à Covid-19. A **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** informa que a demanda por proteção de patentes cresceu em 2022, com inovadores da China, dos Estados Unidos, do Japão, da República da Coreia e da Alemanha liderando os registros no Tratado de Cooperação de Patentes da Organização. São os dois temas principais abordados por **Claudia Chamas** neste Caderno.

Durante a última quinzena, o **GT sobre sociedade civil global**, sob a liderança de **Luís Eugenio Sousa**, monitorou 43 **Organizações da Sociedade Civil (OSC) de interesse público e privado**, entre as quais 24 apresentaram manifestações relevantes. Foram identificados três temas de maior destaque neste período: a crise climática, a pandemia de Covid-19 e as guerras e seus desdobramentos. As manifestações das OSC enfatizaram que a iminente crise ambiental segue pressionando por ações urgentes de mitigação e adaptação, assim como por ações de reparação de perdas e danos sobretudo no Sul global, que enfrenta estratégias neocoloniais que pretendem perpetuar os custos sociais e ambientais na região.

O fato da pandemia de Covid-19 ter completado três anos de duração motivou a publicação de uma série de balanços e rol de lições aprendidas a serem consideradas em futuras pandemias. Em especial, salientou-se que ainda não há uma distribuição equitativa de vacinas, testes e tratamentos e que as promessas precisam ser acompanhadas por ações efetivas para velar pelo bem-estar das populações. No que concerne às guerras, a situação da Síria, que vive em guerra há 12 anos, e a do Iêmen, também sem perspectiva de solução a curto prazo, foram destacadas, mencionando-se ainda a necessidade de abordagens mais abrangentes e efetivas de ajuda humanitária.

Além das manifestações relativas a essas crises, as OSC chamaram a atenção para tópicos como a equidade de gênero, crise alimentar, saúde mental, as doenças não transmissíveis e as doenças infecciosas – em especial os novos surtos de Marburgh, cólera, influenza e Mpox –, a força de trabalho em saúde, dando destaque especial nessa quinzena à enfermagem. As OSC de interesse privado, em particular, anunciaram uma série de chamadas para financiamento de pesquisas.

De Negri & De Negri voltam a explorar, no seu informe sobre a **sociedade civil global**, as chamadas urgentes e globais por transformações nos sistemas de saúde. Não apenas um acordo pandêmico - com finalização prevista somente para 2024 - mas sim uma série de mudanças nacionais, regionais, internacionais e sistêmicas capazes de, mais do que trabalhar por “prevenção, preparação e resposta”, re-moldar e remodelar um sistema que por si só seja “anti pandêmico”: ao garantir justiça social, justiça climática e equidade econômica que torne isso tudo sustentável.

A nova diretora do **UNOSSC**, Dima Al-Khatib declarou, durante o Fórum Ásia-Pacífico sobre Desenvolvimento Sustentável, que a integração da Cooperação Sul-Sul e Triangular na preparação das Revisões Voluntárias Nacionais podem acelerar o impacto dos ODS. No âmbito das Américas, foi apresentado o relatório sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-

América, 2022" na XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Ao mesmo tempo, a CEPAL está programando a primeira Conferência sobre Cooperação Sul-Sul da América Latina e Caribe. O **G-77 e a China**, vem insistindo à exaustão, que a cooperação internacional e a solidariedade global são mais importantes do que nunca para enfrentar as múltiplas crises globais e trazer os países em desenvolvimento de volta ao rumo da Agenda 2030. O Grupo também discutiu a pauta da Cúpula do Futuro de 2024, os desequilíbrios no sistema financeiro internacional, o rascunho zero da Declaração Política da Revisão Intercalar do Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres, o FfD do ECOSOC e o Pacto Digital Global. Em relação ao Capítulo da UNESCO do G-77, a Palestina assumiu a presidência. Já o MNA jovem tem se apresentado em diversos fóruns garantindo que os jovens estejam engajados de forma significativa nos assuntos globais. Estes são alguns dos conteúdos do informe de **Regina Ungerer**.

Na sequência, comenta o **Centro Sul** que, durante o INB4 sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, deixou claro, através de diversas perguntas, que o rascunho zero não é suficientemente ambicioso. Em uma longa publicação, estabeleceu a necessidade de fortalecer a OMS como ator principal da Saúde Global e em outra declaração, disse que existe um verdadeiro descompasso entre o que a OMS deveria e fazer e tem mandato para fazer e o que os países industrializados querem que a OMS faça.

Hoirisch traz uma interpretação das relações EUA-EU-China-Rússia, procurando destacar o papel de **BRICS**, com seu poder econômico, mas nanismo político enquanto grupo, ainda que individualmente seus integrantes sejam muito relevantes na política global, inclusive na saúde global. Ademais, comenta a viagem de Lula, adiada. Washington tem conseguido incentivar os “dois bárbaros” a se unirem. Xi e Putin emitiram uma “Declaração Conjunta sobre o Aprofundamento da Parceria e Foco na Resolução da Crise da Ucrânia por meio do Diálogo”, documento projeta a China no cenário mundial como uma construtora da paz, após seu papel na retomada das relações diplomáticas entre Riad e Teerã. O objetivo principal de Xi é ampliar o papel da China num mundo polar, no qual o país ocupe uma posição de liderança. A viagem de Lula à China, adiada por enfermidade do presidente, tem como objetivos declarados explorar possibilidades de desenvolvimento conjunto e complementar, com abordagem tecnológica, combate à fome, desenvolvimento de protocolos sanitários e fitossanitários ligados ao agronegócio, mudança climática e transição energética. Pequim poderá até avaliar uma mudança de perfil no comércio bilateral com o Brasil, mas como barganha, deseja apoio para se consolidar na AL e tentará convencer o Brasil a aceitar a ideia de uma expansão dos países BRICS. Dilma Rousseff foi eleita presidente do Banco dos BRICS e terá a difícil missão de colocar em prática a agenda verde na carteira de projetos, que é mais difícil de execução.

No âmbito do **G7**, a aliança internacional de ONGs, InterAction, composta por mais de 40 organizações, lança relatório de recomendações para a **Cúpula de Hiroshima** (19-21 de maio), com recorte de ações práticas para o campo da saúde. Fumio Kishida, primeiro-ministro japonês, visita Kiev ao mesmo tempo que Moscou recebe a visita de Xi Jinping. Após um mês conturbado e marcado pela ausência de consenso entre os membros do **G20** nas reuniões dos Ministros de Finanças e dos Ministros das Relações Exteriores, o bloco realizou com sucesso encontros dos Grupos de Trabalho nas áreas da educação e da economia. A **OCDE** apresentou suas projeções econômicas do crescimento global para os anos de 2023 e 2024 e publica dois estudos sobre saúde. Ademais, atualiza sua posição sobre o cenário econômico brasileiro e em favor da direção tomada pelo Banco Central.

Na **América Latina e Caribe**, o destaque de **Tobar, Minayo e Brito** vai para a *XXVIII Cúpula Ibero-americana*, relatando e fazendo uma análise dos documentos aprovados na ocasião, incluindo a interação entre a CEPAL e a Cúpula. Ainda no âmbito da CEPAL, o Secretário Executivo se reuniu com embaixadores para definir as prioridades institucionais e os preparativos para o próximo *Fórum de Desenvolvimento Sustentável* (25-29 de abril, em Santiago). No período houve também a primeira reunião anual ordinária do *Grupo de Acompanhamento Macroeconômico do Mercosul*; a primeira oficina do projeto de *vigilância genômica do ORAS-CONHU e BID do ORAS-CONHU*; o evento paralelo da Conferência da ONU sobre Águas para a gestão sustentável das *águas amazônicas* patrocinado pela **OTCA**; a oficina SIRMA da **SE-COMISCA** e uma análise sobre uma possível reativação da UNASUL. Por fim, a questão da violência e cerceamento de direitos em Honduras e o mal-estar diplomático entre Argentina e Equador foram incorporados no informe.

Na **África**, o *CDC África* tem um novo Plano Estratégico com diretrizes e apoio aos Estados-Membros através de 6 Eixos Estratégicos, em que o 5º é o fortalecimento das capacidades dos *Institutos Nacionais de Saúde Pública*. O CDC África e a Fundação neerlandesa KNCV TB Plus, assinaram Memorando de Entendimento (MoU) que visa estabelecer um quadro de cooperação para apoiar os seus objetivos comuns no continente africano, sendo o seu âmbito alinhado com a Nova Ordem de Saúde Pública e propondo-se apoiar os Estados-Membros no reforço dos sistemas de saúde, no desenvolvimento da força de trabalho, intervenções e tecnologias sustentáveis e inovadoras de prevenção e controlo da tuberculose e outras doenças infecciosas. Foi lançada pelo CDC África a bolsa de estudo PHEM Fellowship, para o desenvolvimento mais amplo da força de trabalho. Realizou-se no Ruanda a bienal AHAIC sob o lema *Resilient Health Systems for Africa: Re-envisioning the Future Now* e, à margem desta conferência, o CDC África reuniu-se com os principais parceiros para avaliar o progresso de produção local de vacinas. A **União Africana** lança programa-piloto de facilitadores de Saúde Mental para oferecer educação pública baseada na comunidade sobre saúde mental. Divulgado o *relatório conjunto OMS-USAID* sobre o papel dos Institutos Nacionais de Saúde Pública no contexto africano.

As mobilizações prosseguem e se aprofundam na França, mas os destaques de **Freire** no informe sobre **Europa**, são a reunião entre a *UE e a Celac*, o vazamento do texto “confidencial” do *acordo EU-Mercosul*, o socorro ao banco suíço Credit Suisse, considerado muito grande para quebrar e a rejeição, pelo Conselho de Segurança da ONU a um pedido russo por uma investigação independente sobre a sabotagem dos gasodutos Nord Stream. Saúde, neste informe, só para o sistema financeiro, que recebe cuidado de muitos milhões de dólares.

Ainda em tempo de aproveitar as reflexões e debates promovidos no contexto das comemorações ao Dia Internacional das Mulheres, **Marques** analisa dois relatórios recém divulgados, com dados de 2022, que trazem a realidade das mulheres, dos seus direitos e das políticas para igualdade de gêneros na **Ásia e na região MENA: Mulheres, Negócios e Lei 2023 (WBL2023)**, do Banco Mundial, e *Relatórios sobre Justiça de Gênero e Lei na Região Árabe*, da ONU (ONU Mulheres/UNFPA/ESCWA/PNUD). Ambos os relatórios reúnem dados e indicadores com focos nas leis e regulamentos nacionais dos Estados. O relatório da ONU vai além do trabalho e da justiça de gênero e olha também para a existência de políticas públicas que possam impulsionar reformas e leis em favor dos direitos e da proteção das mulheres e meninas. Houve algum avanço, mas também retrocessos, estagnação e contradições. Se, de um lado, estudos e análises apontam que as contribuições das mulheres são imprescindíveis para a recuperação econômica pós pandêmica, para o desenvolvimento econômico sustentável e para soluções

climáticas, de outro, alertas chamam a atenção que as ameaças das mudanças climáticas não são neutras em termos de gêneros. No Tabuleiro da Geopolítica, mais um passo da Arábia Saudita para estabilidade regional *versus* o caos israelense e a negligência estratégica americana.

Galvão, no seu informe sobre os **Estados Unidos**, aponta que se realizará em Washington, de 12 a 15 de abril, a *Conferência Anual da CUGH (Consórcio de Universidades para a Saúde Global)*; a *Reunião Regional da Cúpula Mundial da Saúde 2023 (World Health Summit-WHS)*; e o *Fórum Global de Inovação da AAHCI 2023 (The Alliance of Academic Health Centers International - AAHCI)*. O Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Energia e Meio Ambiente dos Estados Unidos, José W. Fernandez, visitou o Ministério da Saúde e a Fiocruz, de 21 a 23 de março.

Mais uma vez estas 'atualidades' em diplomacia da saúde global passam de 200 páginas e trazem quase o mesmo número de referências bibliográficas, de documentos, *papers*, informes etc. que vão construindo a história da saúde global diante dos nossos olhos, com o testemunho dos nossos Cadernos.

Boa leitura, caros e caras amigas!

Rio de Janeiro, Mangueiras, 30 de março de 2023

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz

Um roteiro de acessos e leituras sobre as Nações Unidas

Paulo Buss e Santiago Alcázar

O escopo do trabalho das Nações Unidas é tão vasto quanto são vastos os problemas do mundo. Criticada por gregos e troianos – hoje substituídos por estadunidenses, chineses, europeus e Sul Global – todos criticam as ações das Nações Unidas, esquecendo que quem a faz, orienta, constrói e desconstrói são exatamente eles, os Estados-membros. Mas não é possível viver sem ela, as Nações Unidas. Tudo o que ocorre no mundo repercute lá, seja na Assembleia Geral, no Conselho de Segurança, no Conselho Econômico-Social, no Conselho de Direitos Humanos, seja em cada uma de suas agências especializadas, fundos ou programas, ou no Tribunal de Haia (ver o quadro ao final deste artigo). De outro lado, as resoluções aprovadas nesta imensa estrutura podem repercutir mais ou menos nas regiões e países, na medida em que forem consideradas pelas estruturas regionais multilaterais ou pelos países do mundo.

A ONU divulgou recentemente seu informe anual de 2022¹, preparado pelo secretário-geral, o português Antonio Guterres, que cumpre seu segundo mandato de 5 anos. No relatório estão descritas as principais atividades da organização quanto às prioridades definidas pela Assembleia Geral: promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento sustentável; manutenção da paz e segurança internacionais; desenvolvimento na África; promoção e proteção dos direitos humanos; coordenação efetiva da assistência humanitária; promoção da justiça e das leis internacionais; desarmamento; controle de drogas, prevenção do crime e combate ao terrorismo.

O documento traz uma impressionante lista de realizações, embora cometa a grande repetição de quase todos os documentos das Nações Unidas, que é uma retórica grandiloquente, cujos resultados muitas vezes estão distantes de serem alcançados. Convidamos os leitores para uma leitura crítica do documento, pois definitivamente não há como desconhecê-lo.

Outros documentos, na mesma linha de relatórios – o que nos permite conhecer um pouco mais do trabalho das Nações Unidas, sendo críticos na sua leitura – são oferecidos no portal da organização, que dá acesso a espaços específicos de sua atuação, como o enfrentamento da Covid-19, entre outros². Neste espaço do portal da organização, estão reunidas as ações levadas a cabo por toda a megaestrutura apresentada no quadro anexo a este artigo.

Nossa Agenda Comum

Um documento de enorme importância, norteador das posições das Nações Unidas quanto ao desenvolvimento, é o informe intitulado “Nossa Agenda Comum (*Our Common Agenda*)”³, preparado pelo Secretário-Geral e apresentado à Assembleia Geral ainda em 2021, mas desde então, e até hoje, tomado como referência pelas diversas instâncias da Organização. Afirma o SG que “Nossa Agenda Comum” é, antes de tudo, uma agenda de ação destinada a acelerar a implementação dos acordos existentes, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Transcrevemos abaixo os seis pontos destacados pelo SG no documento:

¹ Ver: <https://www.un.org/annualreport/files/2022/09/ARWO-2022-WEB-Spread-EN.pdf>

² Ver: <https://www.un.org/en/coronavirus>

³ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N21/217/01/PDF/N2121701.pdf?OpenElement>

“Primeiro, agora é a hora de abraçar novamente a solidariedade global e encontrar novas maneiras de trabalhar juntos para o bem comum. Isso deve incluir um plano global de vacinação para entregar vacinas contra a COVID-19 aos milhões de pessoas que ainda não têm essa medida básica de salvamento. Além disso, deve incluir medidas urgentes e ousadas para enfrentar a crise tripla de perturbação climática, perda de biodiversidade e poluição que destrói nosso planeta.

Em segundo lugar, agora é a hora de renovar o contrato social entre os governos e seus povos e dentro das sociedades, de modo a reconstruir a confiança e adotar uma visão abrangente dos direitos humanos. As pessoas precisam ver os resultados refletidos em suas vidas diárias. Isso deve incluir a participação ativa e igualitária de mulheres e meninas, sem as quais nenhum contrato social significativo é possível. Também deve incluir arranjos de governança atualizados para fornecer melhores bens públicos e inaugurar uma nova era de proteção social universal, cobertura de saúde, educação, habilidades, trabalho decente e moradia, bem como acesso universal à Internet até 2030 como um direito humano básico. Convido todos os países a realizar consultas nacionais de escuta inclusivas e significativas, para que todos os cidadãos tenham uma palavra a dizer na visão do futuro de seus países.

Em terceiro lugar, agora é a hora de acabar com a “infodemia” que assola nosso mundo, defendendo um consenso comum e empiricamente apoiado em torno de fatos, ciência e conhecimento. A “guerra contra a ciência” deve terminar. Todas as decisões políticas e orçamentárias devem ser respaldadas por ciência e conhecimento, e estou pedindo um código de conduta global que promova a integridade nas informações públicas.

Quarto, agora é a hora de corrigir um ponto cego flagrante em como medimos a prosperidade e o progresso econômico. Quando os lucros ocorrem às custas das pessoas e do nosso planeta, ficamos com uma imagem incompleta do verdadeiro custo do crescimento econômico. Conforme medido atualmente, o produto interno bruto (PIB) não consegue capturar a destruição humana e ambiental de algumas atividades comerciais. Apelo a novas medidas para complementar o PIB, para que as pessoas possam compreender plenamente os impactos das atividades empresariais e como podemos e devemos fazer melhor para apoiar as pessoas e o nosso planeta.

Quinto, agora é a hora de pensar a longo prazo, para oferecer mais aos jovens e às gerações futuras e estarmos melhor preparados para os desafios futuros. Nossa Agenda Comum inclui recomendações para o engajamento juvenil significativo, diversificado e eficaz dentro e fora das Nações Unidas, inclusive por meio de melhor representação política e transformação da educação, treinamento de habilidades e aprendizagem ao longo da vida. Também estou fazendo propostas, como um Conselho de Tutela reaproveitado, um Laboratório do Futuro, uma Declaração sobre as Gerações Futuras e um Enviado Especial das Nações Unidas para garantir que as decisões políticas e orçamentárias levem em consideração seu impacto nas gerações futuras. Também precisamos estar mais bem preparados para prevenir e responder aos principais riscos globais. Será importante para as Nações Unidas emitir regularmente um Relatório de Prospecção Estratégica e Risco Global, e também proponho uma Plataforma de Emergência, a ser convocada em resposta a crises globais complexas.

Sexto, agora é a hora de um sistema multilateral mais forte, mais conectado e inclusivo, ancorado nas Nações Unidas. O multilateralismo eficaz depende de uma ONU eficaz, capaz de se adaptar aos desafios globais, ao mesmo tempo em que cumpre os propósitos e princípios de sua Carta. Por exemplo, estou propondo uma nova agenda para a paz, diálogos

multissetoriais sobre o espaço exterior e um Pacto Digital Global, bem como uma Cúpula Bial entre os membros do Grupo dos 20 e do Conselho Econômico e Social, o Secretário- Geral e os chefes das instituições financeiras internacionais. Em todo o processo, precisamos de um envolvimento mais forte de todas as partes interessadas relevantes e procuraremos ter um Grupo Consultivo sobre Governos Locais e Regionais.”

Grande parte desta agenda se encontra em implementação no âmbito da Assembleia das Nações Unidas, por meio das suas diversas Comissões. Complementando este esforço, a Assembleia Geral adotou uma resolução em setembro último, a realização de uma **Cúpula do Futuro (*Summit of the Future*)**, a se realizar em 22-23 de setembro de 2024. A AGNU decidiu que a Cúpula deverá debruçar-se sobre a reafirmação da Carta das Nações Unidas, revigorando o multilateralismo, impulsionando a implementação dos compromissos existentes, acordando soluções concretas para os desafios vigentes e buscando restaurar a confiança entre os Estados Membros. O tema da Cúpula será “*Cúpula do Futuro: soluções multilaterais para um amanhã melhor*”, que deverá adotar um documento final conciso e orientado para a ação intitulado “*Um Pacto para o Futuro*”, previamente acordado por consenso por meio de negociações intergovernamentais.

Uma série de *policy briefings*^{4,5} vem sendo editada, fazendo a ponte entre o documento ‘*Nossa Agenda Comum*’ (2021) e a ‘*Cúpula do Futuro*’ (2024), para orientar o debate, mas também induzir ações desde já. Recomendamos ao leitor(a) o exame destes documentos, que permitem compreender a proposta das Nações Unidas ao longo dos últimos anos e projetando os próximos.

Agenda 2030 e HLPF no ECOSOC

Continuando as informações que prestamos no Caderno 3 sobre o HLPF durante o ECOSOC, complementamos neste fascículo mais sobre a ampla agenda programada, cujo quadro-resumo se encontra disponibilizado em: <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-03/2023%20HLPF%20and%20ECOSOC%20HLS%20programme.pdf>

Após a sessão de abertura e uma reunião sobre ‘*Superando as crises, impulsionando a transformação para os ODS e não deixando ninguém para trás*’, a primeira semana do HLPF 2023 será dedicada, como anunciamos, a uma análise aprofundada de cinco Objetivos: ODS 6 (água limpa e saneamento); ODS 7 (energia acessível e limpa); ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura); ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis); e ODS 17 (parcerias para os Objetivos).

A primeira semana também incluirá uma série de discussões temáticas, começando com uma sessão sobre ‘*Atuação em nível local*’. Ele se concentrará nas transformações que estão sendo alcançadas localmente para superar crises e mudar para a plena implementação dos ODS. Outras sessões temáticas abordarão: a jornada dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) da recuperação à resiliência diante de choques múltiplos; superar os desafios dos países de renda média (MICs) no avanço da Agenda 2030; e virar a maré, recuperar o terreno perdido e embarcar no caminho para os ODS nos países africanos, nos países menos

⁴ Ver: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/our-common-agenda-policy-brief-future-generations-en.pdf>

⁵ Ver: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/our-common-agenda-policy-brief-emergency-platform-en.pdf>

desenvolvidos (LDCs) e nos países em desenvolvimento sem litoral (LLDCs). Os principais grupos e outras partes interessadas oferecerão perspectivas para alcançar a transformação inclusiva no meio dos ODS.

A apresentação das revisões nacionais voluntárias (VNRs) começará na sexta-feira, 14 de julho, e continuará até a segunda semana, terminando na quarta-feira, 19 de julho. Trinta e nove países e a UE conduzirão VNRs.

Também na segunda semana, o segmento ministerial de três dias se reunirá em conjunto com o segmento de alto nível do ECOSOC, de 17 a 19 de julho. O debate geral abordará o tema 'Ganhar Momentum Rumo à Cúpula dos ODS de 2023: Transformação para Acelerar a Implementação dos ODS'. Na terça-feira, 18 de julho, será realizado um diálogo sobre realidades regionais para discutir formas de “mobilizar a ação regional e alavancar estruturas regionais para apoiar os países na superação de crises e na recuperação e implementação plena da Agenda 2030”.

Outras documentações

Informações e acesso à imensa quantidade de eventos e reuniões programadas diariamente pelas mais diversas estruturas componentes da ONU podem ser acessadas em: <https://www.un.org/en/events-and-news>. Para quem trabalha em saúde global e diplomacia da saúde no contexto do ‘conceito ampliado de saúde’, como é o caso da grande maioria dos leitores destes Cadernos, eleger os eventos de seu interesse e assisti-los é fonte de inesgotável reflexão crítica e inspiração para a ação.

Uma dica final aos leitores interessados em conhecer o cotidiano político no âmbito das Nações Unidas, é a subscrição para o recebimento da documentação gerada diariamente pelos principais órgãos da sua estrutura em: <https://esubscription.un.org/en>

**52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU:
Sobre materialidade dos Direitos das Pessoas em face da
Ordem Econômica Internacional**

Armando De Negri Filho

Neste informe seguimos com o processo de destacar os vários temas de interesse para a saúde global presentes na agenda da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, tarefa esta que irá se desenvolver mesmo após o encerramento desta Sessão entre 31 de março e 04 de abril de 2023. Com a intenção de facilitar a leitura dos trabalhos realizados pelo Conselho, em particular o vasto material produzido pelas pessoas relatoras especiais e especialistas independentes, que são força fundamental de vínculo político e social com as realidades dos países e suas populações, começamos por destacar o informe do Secretário-Geral da ONU sobre todos os relatórios apresentados pelos titulares de mandatos de procedimentos especiais em 2022. O informe inclui a lista dos titulares de mandatos que informam em cada uma das três sessões anuais do Conselho de Direitos Humanos e na Assembleia Geral, o número de relatórios sobre visitas a países e quaisquer outros relatórios apresentados pelos procedimentos especiais. Também contém informações sobre os principais temas abordados pelos titulares de mandatos em seus relatórios temáticos e de visitas a países, com foco em questões transversais, como a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, as mudanças climáticas, a migração, os direitos humanos e de gênero das mulheres, as novas tecnologias, a prevenção de violações de direitos humanos, a segurança, os conflitos e a construção da paz e a pandemia de coronavírus (COVID19). Material de informação política e de investigação que interessará a vários colegas deste Observatório do CRIS.

Na perspectiva de preparar os debates em torno ao Seminário internacional do CRIS no dia 05 de abril de 2023, sobre “a materialidade dos direitos humanos – a saúde das pessoas e a ordem econômica internacional”, destacamos os dois informes do Grupo de Trabalho intergovernamental aberto sobre as empresas transnacionais e outras empresas no domínio dos direitos humanos: Relatório sobre a oitava sessão do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre as empresas transnacionais e outras empresas no domínio dos direitos humanos. Presidente-Relator: Emilio Rafael Izquierdo Miño (Equador); e o texto do terceiro projeto revisado de instrumento juridicamente vinculativo com propostas textuais apresentadas pelos Estados durante a sétima e a oitava sessões do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas no que diz respeito aos direitos humanos. Este texto, rascunho de um tratado sobre o tema, deve ser de nosso interesse por seu potencial impacto na saúde global e particularmente devido à Presidência deste Grupo de Trabalho por parte do Equador. A Representante da FIAN Internacional – *Food First Information and Action Network*, Ana Maria Suarez Franco, acompanha este processo de tratado por parte da sociedade civil e estará presente *on line* em nosso Seminário.

De igual maneira destacamos os informes de Attyia Waris, Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados no pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais (a qual enviará um vídeo especial para nosso Seminário do dia 05). No primeiro informe, Waris centra-se nas implicações da economia digital no gozo dos direitos humanos. As inovações tecnológicas na esfera econômica têm o potencial de impactar a vida cotidiana das pessoas de maneiras positivas e negativas. A fim de colher plenamente os benefícios deste progresso tecnológico, minimizando ao mesmo tempo o potencial de danos, o desenvolvimento

e a implantação de novas tecnologias que fazem parte da economia digital devem estar enraizados nos direitos humanos. Waris reflete sobre questões como a falta de transparência das transações financeiras transfronteiriças, a dificuldade de processar casos envolvendo fluxos financeiros ilícitos no mundo digital e a tributação de plataformas ou empresas digitais, bem como a falta de acesso a recursos tecnológicos nos países em desenvolvimento e o aumento das desigualdades socioeconômicas. O relatório também se concentra em novas práticas de empréstimo digital, serviços financeiros digitais, criptomoedas, blockchains, tokens não fungíveis e sistemas de criptografia, entre outros. Para enfrentar estes desafios, ela apela à aplicação dos direitos e princípios relacionados com a privacidade, o acesso à informação, a participação, a responsabilização, a transparência e a legitimidade orçamental, bem como a cooperação e assistência internacionais, ao desenvolvimento e implantação de tecnologias digitais na economia. Seu segundo informe propõe um conjunto não vinculativo de orientações práticas para uma recuperação eficiente de ativos destinada a travar a transferência ilícita de fundos e a atenuar os seus efeitos negativos no exercício dos direitos humanos. Waris afirma que o acúmulo de ativos roubados e a transferência ilícita de fundos para jurisdições e países estrangeiros prejudicam as obrigações do Estado de mobilizar o máximo de recursos disponíveis para a realização progressiva dos direitos humanos. Ela apresenta um conjunto de 13 projetos de diretrizes práticas e não vinculativas sobre direitos humanos e repatriação de bens do Estado que são consistentes com o direito internacional de direitos humanos existente neste contexto.

Os informes do Grupo de Trabalho sobre DH e as Transnacionais e os informes de Attyia Waris apontam a materialidade do debate dos direitos humanos a partir das determinações econômicas que obstaculizam seu alcance.

Outro tema de destaque para entender a dinâmica dos processos de adoção e seguimento dos tratados internacionais de direitos humanos é o Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Gabinete do Alto Comissariado e do Secretário-Geral sobre as medidas tomadas para melhorar ainda mais a eficácia de, harmonizar e reformar o sistema de órgãos dos tratados.

Como ilustração adicional sobre a dinâmica cruzada pelos alinhamentos políticos e diversidade de visões sobre a materialidade dos direitos humanos quando capturados pela visão unicamente dos estados membros (sem a intervenção da sociedade civil e dos relatores especiais), destacamos o Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal, tratando o caso do Brasil, elaborado a partir do informado e revisado durante o ano de 2022, Governo Bolsonaro. Trata-se de um panorama complexo em que avanços e retrocessos são identificados pelas observações feitas por países e nas respostas gerados pelo Governo Brasileiro na época. Vale a pena ler para entender os alcances e limites das revisões periódicas.

1. Conclusões e recomendações de procedimentos especiais. Relatório do Secretário-Geral.
<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/606/87/PDF/G2260687.pdf?OpenElement>

Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem e relatórios do Gabinete do Alto Comissariado e do Secretário-Geral.

Conclusões e recomendações de procedimentos especiais. Relatório do Secretário-Geral - Resumo

O presente relatório fornece uma visão abrangente de todos os relatórios apresentados pelos titulares de mandatos de procedimentos especiais em 2022. Inclui a lista dos titulares de

mandatos que informam em cada uma das três sessões anuais do Conselho de Direitos Humanos e na Assembleia Geral, o número de relatórios sobre visitas a países e quaisquer outros relatórios apresentados pelos procedimentos especiais. Também contém informações sobre os principais temas abordados pelos titulares de mandatos em seus relatórios temáticos e de visitas a países, com foco em questões transversais, como a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, as mudanças climáticas, a migração, os direitos humanos e de gênero das mulheres, as novas tecnologias, a prevenção de violações de direitos humanos, a segurança, os conflitos e a construção da paz e a pandemia de coronavírus (COVID19). O relatório reflete igualmente sobre a ligação entre o trabalho realizado pelos procedimentos especiais e o relatório do Secretário-Geral intitulado "A Nossa Agenda Comum" e o seu apelo à ação em prol dos direitos humanos.

Síntese dos relatórios apresentados pelos titulares de mandatos de procedimento especial em 2022

Grupo de Trabalho de Peritos em Afrodescendentes

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/54): Crianças de ascendência africana

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/54/Add.1): Visita à Suíça

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/54/Add.2): Visita a Portugal

Assembleia Geral (A/77/232): Nota do Secretariado que remete A/HRC/51/54 para a Assembleia Geral

Especialista Independente sobre o gozo dos direitos humanos por pessoas com albinismo

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/56): Práticas nocivas e crimes de ódio contra pessoas com albinismo

Assembleia Geral (A/77/199): Pessoas com albinismo em movimento

Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/29): Detenção arbitrária.

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/29/Add.1): Visita às Maldivas

Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/40): A pandemia da doença do coronavírus: lições aprendidas e avançando

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/40/Add.1): Sexto Fórum Regional para a América Latina e o Caribe sobre Empresas e Direitos Humanos

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/40/Add.2): Visita à Itália

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/40/Add.3): Décimo aniversário dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos: um roteiro para a próxima década de empresas e direitos humanos – aumentando a ambição, aumentando o ritmo

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/40/Add.4): Implementação do terceiro pilar: lições da orientação sobre justiça transicional do Grupo de Trabalho

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/41): Décima sessão do Fórum sobre Empresas e Direitos Humanos

Assembleia Geral (A/77/201): Influência corporativa na esfera política e regulatória: garantir a prática empresarial em consonância com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos

Relator Especial para a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das alterações climáticas

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/39): Planejamento inicial e visão para o mandato

Assembleia Geral (A/77/226): Promoção e proteção dos direitos humanos no contexto da atenuação das alterações climáticas, das perdas e danos e da participação

Relator Especial no campo dos direitos culturais

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/54): Direitos culturais: uma agenda empoderadora

Assembleia Geral (A/77/290): Desenvolvimento e direitos culturais: os princípios A/HRC/52/19 GE.22-27683 15

Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/30): Planos e políticas de resposta e recuperação da pandemia de coronavírus (COVID-19) na perspectiva do direito ao desenvolvimento em nível nacional

Assembleia Geral (A/77/174): Planos e políticas de resposta e recuperação da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) na perspectiva do direito ao desenvolvimento a nível internacional

Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/52): Inteligência artificial e direitos das pessoas com deficiência

Assembleia Geral (A/77/203): Proteção dos direitos das pessoas com deficiência no contexto de operações militares

Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/31): Desaparecimento forçado ou involuntário

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/31/Add.1): Visita a Chipre

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/31/Add.3): Trigésimo aniversário da Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado

Relator Especial sobre o direito à educação

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/32): Impacto da digitalização da educação no direito à educação

Assembleia Geral (A/77/324): Cuidados e educação na primeira infância

Relator Especial sobre a questão das obrigações de direitos humanos relativas ao gozo de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/53): O direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável: ambiente não tóxico

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/49/53/Add.1): Visita a São Vicente e Granadinas

Assembleia Geral (A/77/284): O direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável: um catalisador para uma ação acelerada para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/34): Investigações de morte médico-legal

Assembleia Geral (A/77/270): Quadragésimo aniversário do estabelecimento do mandato

Relator Especial sobre o direito à alimentação

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/43): Sementes, direito à vida e direitos dos agricultores

Assembleia Geral (A/77/177): O direito à alimentação e a pandemia da doença do coronavírus

Perito Independente sobre os efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, em particular os direitos económicos, sociais e culturais

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/47): Fazer um balanço e identificar áreas prioritárias: uma visão para o trabalho futuro do titular do mandato

Assembleia Geral (A/77/169): Rumo a uma arquitetura fiscal global usando uma lente de direitos humanos A/HRC/52/19 16 GE.22-27683

Relator Especial para a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/29): Reforçar a liberdade dos meios de comunicação social e a segurança dos jornalistas na era digital

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/29/Add.1): Visita à Hungria

Assembleia Geral (A/77/288): Desinformação e liberdade de opinião e expressão durante conflitos armados

Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/23): Acesso aos recursos

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/23/Add.1): Observações sobre as comunicações transmitidas aos Governos e respostas recebidas

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/23/Add.2): Visita ao Níger

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/23/Add.3): Seguimento das visitas de países à Arménia, Sri Lanka, Tunísia e Zimbabué

Assembleia Geral (A/77/171): Papel essencial dos movimentos sociais na reconstrução para melhor.

Relator Especial sobre as implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente correctas de substâncias e resíduos perigosos

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/35): Mercúrio, mineração de ouro em pequena escala e direitos humanos

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/35/Add.1): Visita às Ilhas Maurícios

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/35/Add.2): Visita à Itália

Assembleia Geral (A/77/183): O impacto das substâncias tóxicas nos direitos humanos dos povos indígenas

Relator Especial sobre o direito de todas as pessoas ao gozo do mais alto padrão atingível de saúde física e mental

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/28): Violência e seu impacto no direito à saúde

Assembleia Geral (A/77/197): Racismo e direito à saúde

Relator Especial sobre a habitação adequada como componente do direito a um nível de vida adequado e sobre o direito à não discriminação neste contexto

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/48): Segregação espacial e direito à moradia adequada

Assembleia Geral (A/77/190): O direito a uma habitação adequada durante conflitos violentos

Relator Especial sobre a situação dos defensores dos direitos humanos

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/49): No centro da luta: defensores de direitos humanos que trabalham contra a corrupção

Assembleia Geral (A/77/178): Recusar-se a recusar-se: defensores dos direitos humanos que trabalham nos direitos dos refugiados, migrantes e requerentes de asilo

Relator Especial sobre a independência dos juízes e advogados

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/36): Proteção dos advogados contra interferências indevidas no exercício livre e independente da profissão jurídica

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/36/Add.1): Visita à Assembleia Geral do Estado Plurinacional da Bolívia (A/77/160): Desafios e perspectivas para a independência judicial no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e sua reflexão no Objetivo 16 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas)

Relator Especial sobre os direitos dos povos indígenas

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/28): Mulheres indígenas e desenvolvimento, aplicação, preservação e transmissão do conhecimento científico e técnico

Assembleia Geral (A/77/238): Áreas protegidas e direitos dos povos indígenas: as obrigações dos Estados e das organizações internacionais

Relator Especial para os Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internamente

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/24): O direito das pessoas deslocadas internamente a participarem nos processos eleitorais, em particular o direito de voto e de elegibilidade nas eleições

Assembleia Geral (A/77/182): Deslocamento induzido pelo desenvolvimento Especialista Independente sobre a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/32): Repensar a paz e a segurança globais: uma ordem internacional democrática e equitativa em risco

Assembleia Geral (A/77/180): Nota do Secretariado que remete A/HRC/51/32 para a Assembleia Geral

Perito Independente em Direitos Humanos e Solidariedade Internacional

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/37): Solidariedade internacional e aplicação extraterritorial dos direitos humanos: perspectivas e desafios

Assembleia Geral (A/77/173): Solidariedade global em matéria de vacinas e direitos humanos no contexto da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19)

Relator Especial para a eliminação da discriminação contra as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/35): Direito ao mais alto padrão atingível de saúde física e mental para as pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares

Assembleia Geral (A/77/139): Deficiências múltiplas e autoidentificação fluida: direitos das pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares e como eles desafiam os marcos legais nacionais

Grupo de Trabalho sobre o uso de mercenários como meio de violar os direitos humanos e impedir o exercício do direito dos povos à autodeterminação

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/25): Acesso à justiça, responsabilização e recursos para vítimas de mercenários, atores relacionados a mercenários e empresas militares e de segurança privadas

Assembleia Geral (A/77/268): Violações dos direitos humanos e do direito humanitário perpetradas por empresas militares e de segurança privadas, mercenários e intervenientes conexos no contexto marítimo A/HRC/52/19 18 GE.22-27683

Relator Especial sobre os direitos humanos dos migrantes

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/31): Violações dos direitos humanos nas fronteiras internacionais: tendências, prevenção e responsabilização

Assembleia Geral (A/77/189): O impacto das alterações climáticas e a proteção dos direitos humanos dos migrantes

Relator Especial sobre questões de minorias

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/49/46): Prevenção de conflitos através da proteção dos direitos humanos das minorias

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/46/Add.1): Visita aos Estados Unidos da América

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/81): Recomendações do Fórum sobre Questões das Minorias na sua décima quarta sessão sobre o tema "Prevenção de conflitos e proteção dos direitos humanos das minorias"

Assembleia Geral (A/77/246): Proteção dos direitos das minorias nas instituições, estruturas e iniciativas das Nações Unidas

Perito Independente sobre o gozo de todos os direitos humanos por pessoas idosas

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/27): Idosos privados de liberdade

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/27/Add.1): Visita à Finlândia

Assembleia Geral (A/77/239): O direito das pessoas idosas a uma habitação adequada

Relator Especial sobre pobreza extrema e direitos humanos

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/38): Não aceitação de direitos no contexto da proteção social

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/38/Add.1): Visita ao Líbano

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/38/Add.2): Visita ao Nepal

Assembleia Geral (A/77/157): Proibir a discriminação em razão da desvantagem socioeconômica: um instrumento essencial na luta contra a pobreza

Relator Especial sobre o direito à privacidade

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/55): Privacidade e proteção de dados pessoais na Ibero-América: um passo em direção à globalização?

Assembleia Geral (A/77/196): Privacidade e proteção de dados pessoais

Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata:

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/60): Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a luta contra a discriminação racial

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/61): Combater a glorificação do nazismo, do neonazismo e de outras práticas que contribuem para alimentar formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata

Assembleia Geral (A/77/549): Crise ecológica, justiça climática e justiça racial

Assembleia Geral (A/77/512): Combater a glorificação do nazismo, do neonazismo e de outras práticas que contribuem para alimentar formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata A/HRC/52/19 GE.22-27683 19

Relator Especial sobre a liberdade de religião ou crença

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/49/44): Direitos das pessoas pertencentes a minorias religiosas ou de crença em situações de conflito ou insegurança

Assembleia Geral (A/77/514): Povos indígenas e direito à liberdade de religião ou crença

Relator Especial sobre a venda e exploração sexual de crianças, incluindo prostituição infantil, pornografia infantil e outros materiais de abuso sexual infantil

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/51): Uma abordagem prática para lidar com a venda e a exploração sexual de crianças

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/49/51/Add.1): Visita ao Montenegro

Assembleia Geral (A/77/140): Vulnerabilidades das crianças à venda e à exploração sexual no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Perito Independente em Proteção contra a Violência e a Discriminação com Base na Orientação Sexual e na Identidade de Gênero

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/27): O direito ao gozo do mais alto padrão atingível de saúde física e mental de pessoas, comunidades e populações afetadas por discriminação e violência com base na orientação sexual e identidade de gênero em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/27/Add.1): Visita à Tunísia

Assembleia Geral (A/77/235): Gênero e orientação sexual e dinâmica da identidade de gênero no contexto de conflitos armados e na construção e manutenção da paz

Relator Especial sobre as formas contemporâneas de escravidão, incluindo suas causas e consequências

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/26): Formas contemporâneas de escravidão que afetam pessoas pertencentes a comunidades minoritárias étnicas, religiosas e linguísticas

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/26/Add.1): Visita ao Sri Lanka

Assembleia Geral (A/77/163): Formas contemporâneas de escravatura na economia informal

Relator Especial para a promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais na luta contra o terrorismo

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/49/45): Relatório de acompanhamento do estudo conjunto sobre as práticas globais em relação à detenção secreta no contexto da luta contra o terrorismo

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/49/45/Add.1): Visita ao Uzbequistão

Assembleia Geral (A/77/345): Impacto da luta contra o terrorismo na consolidação da paz, na consolidação da paz, na manutenção da paz, na prevenção e resolução de conflitos

Relator Especial sobre tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/49/50): Recepção e utilização pelos Estados de relatórios temáticos

Assembleia Geral (A/77/502): Visão e abordagem do mandato e prioridades temáticas

Relator Especial sobre o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/33): Tráfico de pessoas no setor agrícola: due diligence em matéria de direitos humanos e desenvolvimento sustentável

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/33/Add.1): Visita ao Tajiquistão

Assembleia Geral (A/77/170): Abordando as dimensões de gênero do tráfico de pessoas no contexto das mudanças climáticas, deslocamento e redução do risco de desastres A/HRC/52/19 20 GE.22-27683

Relator Especial para a promoção da verdade, da justiça, da reparação e das garantias de não recorrência

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/34): Papel e responsabilidades de atores não estatais em processos de justiça transicional

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/34/Add.1): Visita à Croácia

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/34/Add.2): Visita à Bósnia e Herzegovina

Assembleia Geral (A/77/162): Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e justiça de transição: não deixar nenhuma vítima para trás

Relator Especial sobre o impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais no gozo dos direitos humanos

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/33): Sanções secundárias, sanções civis e penais para contornar os regimes de sanções e o cumprimento excessivo das sanções

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/33/Add.1): Visita à República Islâmica do Irão

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/33/Add.2): Visita ao Zimbabué

Assembleia Geral (A/77/296): Sanções unilaterais no ciber mundo: tendências e desafios

Relator Especial sobre a violência contra mulheres e meninas, suas causas e consequências

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/26): Violência contra mulheres e meninas indígenas

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/26/Add.1): Visita à Mongólia

Assembleia Geral (A/77/136): Violência contra mulheres e meninas no contexto da crise climática, incluindo a degradação ambiental e a mitigação e resposta ao risco de catástrofes conexas

Relator Especial sobre os direitos humanos à água potável e ao saneamento

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/51/24): Direitos humanos à água potável segura e ao saneamento dos povos indígenas: estado de coisas e lições de culturas ancestrais

Assembleia Geral (A/77/167): Direitos humanos à água potável segura e ao saneamento das pessoas nas zonas rurais empobrecidas

Grupo de Trabalho sobre a Discriminação das Mulheres e das Meninas

Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/50/25): Ativismo de meninas e mulheres jovens

Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Afeganistão

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/6): Situação dos direitos humanos no Afeganistão

Assembleia Geral (A/77/552): Nota do Secretário-Geral remetendo A/HRC/51/6 à Assembleia Geral

Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Bielorrússia

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/58): Situação dos direitos humanos na Bielorrússia

Assembleia Geral (A/77/195): Situação dos direitos humanos na Bielorrússia

Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Burundi

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/44): Situação dos direitos humanos no Burundi

Assembleia Geral (A/77/227): Nota do Secretariado referente A/HRC/51/44 à Assembleia Geral
A/HRC/52/19 GE.22-27683 21

Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/49/74): Situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia

Assembleia Geral (A/77/522): Situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia

Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Eritreia

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/50/20): Situação dos direitos humanos na Eritreia

Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/49/75): Situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã

Assembleia Geral (A/77/181): Situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã

Perito Independente sobre a situação dos direitos humanos no Mali

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/49/94): Situação dos direitos humanos no Mali

Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar

Conselho dos Direitos Humanos (A/HRC/49/72): Situação dos direitos humanos em Mianmar desde 1 de fevereiro de 2021

Assembleia Geral (A/77/494): Situação dos direitos humanos em Mianmar

Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/49/87): Situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967

Assembleia Geral (A/77/356): Situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967

Perito independente sobre a situação dos direitos humanos na Somália

Conselho dos Direitos do Homem (A/HRC/51/65): Situação dos direitos humanos na Somália

Assembleia Geral (A/77/168): Nota do Secretariado que remete A/HRC/51/65 para a Assembleia Geral

2. Relatório sobre a oitava sessão do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre as empresas transnacionais e outras empresas no domínio dos direitos humanos*

Presidente-Relator: Emilio Rafael Izquierdo Miño (Equador).* O anexo do presente relatório é reproduzido apenas na língua de apresentação. Nações Unidas A/HRC/52/41 Assembleia Geral. Distr.: Geral 30 de dezembro de 2022. Original: Inglês A/HRC/52/41 2 GE.22-29103 I. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/616/26/PDF/G2261626.pdf?OpenElement>

O grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas com relação aos direitos humanos foi estabelecido pelo Conselho de Direitos Humanos em sua resolução 26/9 de 26 de junho de 2014 e mandatado para elaborar um instrumento internacional juridicamente vinculativo para regulamentar, no direito internacional dos direitos humanos, as atividades das corporações transnacionais e outras empresas comerciais com relação aos direitos humanos. 2. A oitava sessão do grupo de trabalho, que decorreu de 24 a 28 de outubro de 2022,1 foi aberta com uma declaração do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. O Alto Comissário observou que o relatório do Secretário-Geral intitulado "Nossa Agenda Comum"2 deixou claro que as soluções para os desafios globais exigiam uma rede inclusiva e um multilateralismo eficaz, sendo o setor privado uma peça-chave da arquitetura. Ele enfatizou que os Estados e empresas que aderiram à agenda

de desenvolvimento sustentável e aos padrões de direitos humanos tendem a demonstrar maior resiliência durante crises, como a pandemia de coronavírus (COVID-19). Além disso, ele destacou o importante papel da sociedade civil, e dos defensores dos direitos humanos e do meio ambiente em particular, em chamar a atenção para uma série de questões que muitas vezes escaparam à atenção, como mudanças climáticas e questões ambientais, questões trabalhistas, práticas comerciais em ambientes frágeis e corrupção. O Alto Comissariado observou barreiras que as comunidades enfrentaram ao buscar justiça em casos de abuso de direitos humanos pelas empresas, como a falta de mecanismos de reclamações acessíveis, a falta de leis claras que exijam práticas comerciais responsáveis e ameaças de retaliação. A sessão do grupo de trabalho foi um reconhecimento – entre os Estados, a sociedade civil e as empresas – de que eram necessários requisitos legais mais claros, inclusive para melhorar a responsabilidade do governo para garantir que os direitos humanos fossem respeitados pelas empresas.

O Alto Comissário lembrou a importância dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos na busca de enfrentar os desafios empresariais e de direitos humanos, destacando que os Princípios Orientadores pediram que os Estados considerassem uma combinação inteligente de medidas – nacionais e internacionais, obrigatórias e voluntárias – para promover o respeito das empresas pelos direitos humanos. A este respeito, o Alto Comissário reconheceu a tendência para um “endurecimento” dos quadros jurídicos no domínio das empresas e dos direitos humanos a nível nacional e regional. Ele também reconheceu que os esforços do grupo de trabalho eram complementares aos Princípios Orientadores e se encaixavam na combinação inteligente de medidas exigidas. Ele reiterou que seu escritório saudou quaisquer desenvolvimentos significativos e normativos que fortaleçam a proteção dos direitos humanos no contexto das atividades empresariais e, portanto, apelou a todos, em particular aos Estados em todas as regiões, para se engajarem construtivamente para ajudar a construir um consenso e uma abordagem comum.

3. Texto do terceiro projeto revisado de instrumento juridicamente vinculativo com propostas textuais apresentadas pelos Estados durante a sétima e a oitava sessões do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas no que diz respeito aos direitos humanos*

O presente documento contém o terceiro projeto revisado de instrumento juridicamente vinculativo para regulamentar, no direito internacional dos direitos humanos, as atividades das corporações transnacionais e outras empresas, e uma compilação de propostas textuais específicas, emendas e expressões de apoio feitas pelos Estados durante a sétima e oitava sessões do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas empresariais no que diz respeito aos direitos humanos.

[https://documents-dds-](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/008/93/PDF/G2300893.pdf?OpenElement)

[ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/008/93/PDF/G2300893.pdf?OpenElement](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/008/93/PDF/G2300893.pdf?OpenElement)

4. Obrigações financeiras internacionais, sistemas digitais e direitos humanos. Relatório da Perita Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais, Attiya Waris.

[https://documents-dds-](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/611/93/PDF/G2261193.pdf?OpenElement)

[ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/611/93/PDF/G2261193.pdf?OpenElement](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/611/93/PDF/G2261193.pdf?OpenElement)

No presente relatório, a Perita Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados no pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos económicos, sociais e culturais, centra-se nas implicações da economia digital no gozo dos direitos humanos. As inovações tecnológicas na esfera econômica têm o potencial de impactar a vida cotidiana das pessoas de maneiras positivas e negativas. A fim de colher plenamente os benefícios deste progresso tecnológico, minimizando ao mesmo tempo o potencial de danos, o desenvolvimento e a implantação de novas tecnologias que fazem parte da economia digital devem estar enraizados nos direitos humanos. Em seu relatório, a Especialista Independente reflete sobre questões como a falta de transparência das transações financeiras transfronteiriças, a dificuldade de processar casos envolvendo fluxos financeiros ilícitos no mundo digital e a tributação de plataformas ou empresas digitais, bem como a falta de acesso a recursos tecnológicos nos países em desenvolvimento e o aumento das desigualdades socioeconômicas. O relatório também se concentra em novas práticas de empréstimo digital, serviços financeiros digitais, criptomoedas, blockchains, tokens não fungíveis e sistemas de criptografia, entre outros. Para enfrentar estes desafios, o Perito Independente apela à aplicação dos direitos e princípios relacionados com a privacidade, o acesso à informação, a participação, a responsabilização, a transparência e a legitimidade orçamental, bem como a cooperação e assistência internacionais, ao desenvolvimento e implantação de tecnologias digitais na economia.

5. Conjunto não vinculativo de diretrizes práticas para a recuperação eficiente de ativos propostos pela Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos económicos, sociais e culturais, Attiya Waris. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/616/15/PDF/G2261615.pdf?OpenElement>

Na sua Resolução 46/11, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou a Perita Independente sobre os efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, em particular os direitos económicos, sociais e culturais, que realizasse um novo estudo, em ligação com os estudos relevantes anteriores realizados pela titular do mandato e pelo Comité Consultivo, sobre um conjunto não vinculativo proposto de orientações práticas para uma recuperação eficiente de ativos destinada a travar a transferência ilícita de fundos e a atenuar os seus efeitos negativos no exercício dos direitos humanos. No presente relatório, a Perita Independente afirma que o acúmulo de ativos roubados e a transferência ilícita de fundos para jurisdições e países estrangeiros prejudicam as obrigações do Estado de mobilizar o máximo de recursos disponíveis para a realização progressiva dos direitos humanos. Ela apresenta um conjunto de 13 projetos de diretrizes práticas e não vinculativas sobre direitos humanos e repatriação de bens do Estado que são consistentes com o direito internacional de direitos humanos existente neste contexto. A Especialista Independente acredita que os Estados são obrigados a assegurar a pronta repatriação de fundos de origem ilícita para os países de origem e a participar ativamente na adoção de compromissos renovados, decisivos e proativos para enfrentar o fenômeno dos fluxos financeiros ilícitos, incluindo o abuso fiscal / tributário, e os consequentes impactos negativos sobre os direitos humanos.

6. Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Gabinete do Alto Comissariado e do Secretário-Geral. Medidas tomadas para implementar a resolução 9/8 do Conselho de Direitos Humanos e obstáculos à sua

implementação, incluindo recomendações para melhorar ainda mais a eficácia de, harmonizar e reformar o sistema de órgãos dos tratados.<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/605/81/PDF/G2260581.pdf?OpenElement>

1. Na sua resolução 9/8, o Conselho dos Direitos do Homem solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse anualmente ao Conselho um relatório sobre as medidas tomadas para implementar a resolução e sobre os obstáculos à sua implementação, incluindo recomendações para melhorar ainda mais a eficácia, harmonizar e reformar o sistema de órgãos dos tratados. O presente relatório é apresentado em conformidade com esse pedido. 2. Na sua Resolução 68/268, a Assembleia Geral solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse à Assembleia, a título bienal, um relatório exaustivo sobre o estado do sistema de órgãos de tratados de direitos humanos e os progressos alcançados pelos órgãos de tratados de direitos humanos na realização de maior eficiência e eficácia em seu trabalho, incluindo o número de relatórios apresentados e revisados pelos comitês, As visitas realizadas e as comunicações individuais recebidas e revisadas, quando aplicável, o estado do atraso, os esforços de capacitação e os resultados alcançados, bem como informações sobre a situação em termos de ratificações, aumento dos relatórios e da alocação de tempo de reunião e propostas de medidas, inclusive com base em informações e observações dos Estados, para aumentar o engajamento de todos os Estados Partes no diálogo com os órgãos do tratado. 3. O último relatório do Secretário-Geral sobre o status do sistema de órgãos de tratados de direitos humanos¹ foi submetido à Assembleia Geral em sua septuagésima sétima sessão, em agosto de 2022, conforme solicitado pela Assembleia em sua resolução 75/174. Uma nota verbal solicitando informações e observações dos Estados e de outras partes interessadas foi enviada em 16 de dezembro de 2021 e publicada no site do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.² As respostas recebidas estão publicadas no mesmo site. 1 A/77/279. Informações suplementares, contidas nos anexos estatísticos do relatório do Secretário-Geral sobre o status do sistema de órgãos de tratados de direitos humanos, estão disponíveis em <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/2022/fourth-biennial-report-status-human-rights-treatybody-system>. 2 Ver <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/2022/fourth-biennial-report-status-human-rights-treatybody-system>. Nações Unidas A/HRC/52/20 Assembleia Geral Distr.: Geral 9 de dezembro de 2022 Original: Inglês A/HRC/52/20 2 GE.22-27569 4. Informações abrangentes sobre os tópicos levantados na resolução do Conselho de Direitos Humanos.

Conselho de Direitos Humanos. Relatório de revisão periódica universal do Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal. * Caso do Brasil. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/611/65/PDF/G2261165.pdf?OpenElement>

Recomendada a leitura completa.

Adoecimentos do passado, presente e futuro: a importância da saúde global para sociedades seguras e saudáveis

***Paula Reges
Luana Bermudez
Luiz Augusto Galvão***

Os determinantes comerciais da saúde

A comissão da revista The Lancet em Determinantes Comerciais da Saúde publicou reflexões sobre o papel do setor comercial na saúde global e na equidade em saúde em uma série de 3 artigos:

- [Defining and conceptualising the commercial determinants of health](#)
- [Unravelling the commercial determinants of health](#)
- [Commercial determinants of health: future directions](#)

São pontuados que muitos dos fatores de risco mais significativos para doenças, como tabaco, álcool e dieta pouco saudável, são frutos de grandes indústrias e geradores de lucro para algumas das maiores empresas e monopólios do mundo.

O setor privado tem uma grande influência na saúde por meio de seus produtos e práticas. É reconhecido o papel fundamental no desenvolvimento e fornecimento de bens e serviços essenciais de saúde, mas alguns de seus produtos e práticas são responsáveis pela escalada de problemas de saúde e desigualdade em saúde ao redor do mundo.

A discussão não é sobre a derrubada do capitalismo nem uma adoção total de parcerias corporativas. Pontua-se na série de documentos que nenhuma solução isolada pode erradicar os danos dos determinantes comerciais da saúde – os modelos de negócios, práticas e produtos dos atores do mercado que prejudicam a equidade na saúde e o bem-estar humano e planetário.

As evidências mostram que modelos econômicos progressistas, estruturas internacionais, regulamentação governamental, mecanismos de conformidade para entidades comerciais, tipos e modelos de negócios regenerativos que incorporam metas de saúde, sociais e ambientais e mobilização estratégica da sociedade civil juntos oferecem possibilidades de mudança sistêmica e transformadora, reduzem os danos decorrentes de forças comerciais e promovem o bem-estar geral.

Os artigos vêm em consonância com a carta divulgada pela People 's Vaccine Alliance, na qual diversos líderes mundiais clamam para que “nunca mais” se permitam que as empresas farmacêuticas escolham lucros sobre vidas (comentado no [último caderno CRIS/Fiocruz](#)).

O conflito entre lucros e equidade em saúde não é novo. A comunidade global de saúde lutou por décadas para fornecer acesso a antirretrovirais para pacientes com HIV/Aids em ambientes com menos recursos. Muitos atores comerciais tentam influenciar negativamente as políticas nacionais e internacionais, minar a ciência ou atacar diretamente indivíduos denunciando suas ações. Exemplo recente foi a divulgação em também [artigo da Lancet](#) sobre aleitamento materno, que mostrou como uma extensa rede de lobby por empresas de leite em pó descarrilou o progresso na educação sobre amamentação.

As principais descobertas nesta nova série de artigos trazem que quatro indústrias (tabaco, alimentos pouco saudáveis, combustível fóssil e álcool) são responsáveis por pelo

menos um terço das mortes globais por ano. No entanto, muito do trabalho para entender o impacto prejudicial (ou benéfico) dos atores comerciais foi feito até agora em silos de pesquisa em saúde. Cada campo enfrenta muitas das mesmas batalhas táticas e estratégias sem uma agenda unificada para proteger a saúde. Há uma falta de consenso entre os campos para definir e entender os determinantes comerciais da saúde. Essa série da Lancet busca remediar essa situação complexa e de longa data com uma definição consensual dos determinantes comerciais da saúde, que seria: *“Sistemas, práticas e caminhos pelos quais os atores comerciais impulsionam a saúde e a equidade”*. Uma estrutura para entender o impacto das entidades comerciais sobre a saúde e um compromisso de enfrentar seus desafios deve ser feito de forma holística.

Os autores da série estabelecem uma visão ousada na qual governos, agentes comerciais e a sociedade civil contribuem em primeiro lugar para melhorar a saúde e o bem-estar social. Tal visão é necessária com urgência. A comissão reforça não ser contra os negócios; é pró-saúde.

Existem alguns bons modelos notáveis de negócios pró-saúde. Por exemplo, cerca de 200 instituições financeiras líderes (que juntas administram mais de US\$ 16 trilhões) assinaram um compromisso de apoiar políticas sem tabaco em empréstimos, investimentos e seguros. No entanto, embora as estruturas ambientais, sociais e de governança sejam cada vez mais usadas para orientar investimentos mais responsáveis, elas ainda carecem de indicadores de saúde específicos. A saúde precisa se tornar uma consideração crucial das estruturas dos investidores e dos mercados de capitais globais.

Fazer isso exigirá a adoção de diferentes modelos econômicos, novas medidas legislativas e regulatórias, defesa e responsabilidade da sociedade civil e melhor responsabilidade social corporativa. Os governos devem ter poderes para incentivar as empresas a priorizar os impactos positivos na saúde. Como Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, [escreve em um comentário anexo](#), a saúde pública não pode progredir sem ação sobre os determinantes comerciais da saúde.

"A saúde não começa em clínicas ou hospitais, assim como a justiça não começa nos tribunais ou a paz começa no campo de batalha. Em vez disso, a saúde começa com as condições em que nascemos e crescemos, nas escolas, ruas, locais de trabalho, lares, mercados, fontes de água, cozinhas e no próprio ar que respiramos." (Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus, 2023).

Dados seus enormes impactos não resolvidos, os determinantes comerciais da saúde devem ser reconhecidos – e financiados – como um campo crucial de pesquisa. Atores comerciais e líderes governamentais têm uma oportunidade vital de proteger e melhorar a saúde e promover a equidade na saúde.

A expansão de arboviroses no mundo: reflexo das mudanças climáticas?

O aumento da incidência e distribuição geográfica de arboviroses, incluindo chikungunya e dengue, é um importante problema de saúde pública na Região das Américas. A dengue é responsável pelo maior número de casos na Região, com epidemias ocorrendo a cada três a cinco anos. Embora a dengue e a chikungunya sejam endêmicas na maioria dos países da América Central, América do Sul e Caribe, na atual temporada de verão, o aumento da transmissão e a expansão dos casos de chikungunya foram observados além das áreas históricas de transmissão. Além disso, 2023 está mostrando intensa transmissão de dengue. São

esperados maiores índices de transmissão nos próximos meses no hemisfério sul, devido às condições climáticas favoráveis à proliferação dos mosquitos.

Houve 2,8 milhões de casos de dengue relatados nas Américas em 2022, o que representa um aumento de mais de duas vezes quando comparado aos 1,2 milhão de casos relatados em 2021. A mesma tendência crescente foi observada para chikungunya, com alta incidência de meningoencefalite possivelmente associada à chikungunya relatada pelo Paraguai, o que é ainda mais preocupante.

No nível regional, a OMS está avaliando o risco como alto devido à presença generalizada de mosquitos vetores, o risco contínuo de doenças graves e até morte e a expansão fora das áreas históricas de transmissão, onde toda a população, incluindo grupos de risco e profissionais de saúde, podem não estar cientes das manifestações clínicas da doença, incluindo manifestações clínicas graves; e onde as populações podem ser imunologicamente virgens, como pode ser visto [no report da OPAS](#).

De acordo com os dados da Plataforma de Informações em Saúde das Américas ([PLISA](#)), em 2022, um total de 3.123.752 casos (suspeitos e confirmados) de doenças arbovirais foram notificados na Região das Américas. Destes, 2.809.818 (90%) foram casos de dengue e 273.685 (9%) foram casos de chikungunya. Isso representa um aumento proporcional de aproximadamente 119% em relação a 2021.

Entre 1º de janeiro de 2023 e 4 de março de 2023, um total de 342.243 casos de dengue, incluindo 86 mortes, foram notificados na Região das Américas. Durante o mesmo período, a maior incidência cumulativa de casos de dengue foi relatada na Bolívia, com 264,4 casos por 100.000 habitantes, seguida pela Nicarágua com 196,8 casos por 100.000 habitantes e Belize com 145,6 casos por 100.000 habitantes.

Neste mesmo período, são um total de 113.447 casos de chikungunya notificados na Região das Américas, incluindo 51 mortes, representando um aumento de quatro vezes em casos e mortes em comparação com o mesmo período de 2022 (21.887 casos, incluindo oito mortes). Dos casos notificados na Região, a maior incidência cumulativa de casos de chikungunya foi registrada no Paraguai com 1.103,4 casos por 100.000 habitantes, seguido pelo Brasil com 14,2 casos por 100.000 habitantes e Belize com 10,4 casos por 100.000 habitantes. Do total de mortes registradas em 2023, todas foram registradas no Paraguai.

Os dados paraguaios são mais preocupantes devido aos elevados números de meningoencefalite associada ao CHIKV. Entre 2 de outubro de 2022 e 4 de março de 2023, foram notificados um total de 40.984 casos, incluindo 3.510 casos hospitalizados e 46 mortes. Houve ainda um total de 294 casos suspeitos de meningoencefalite aguda.

A aparente maior proporção de meningoencefalite aguda atribuída à chikungunya no Paraguai é preocupante. Ainda não se sabe o que está causando uma taxa maior de doença neurológica, que é considerada uma apresentação clínica atípica. O sequenciamento identificou a linhagem Leste-Central-Sul-Africana (ECSA), que está se expandindo em área geográfica na região, tendo sido identificada pela primeira vez no Brasil em 2014. A introdução do vírus chikungunya em novas áreas com populações imunologicamente virgens promoveria uma maior disseminação.

Dengue e chikungunya podem ter sérios impactos na saúde pública. Os vírus causadores dessas infecções circulam na Região das Américas há décadas devido à ampla disseminação do

Aedes spp. mosquitos (principalmente, *Aedes aegypti*). Esses arbovírus podem ser transportados por viajantes infectados (casos importados) e podem estabelecer novas áreas de transmissão local na presença de vetores e população suscetível. Por se tratarem de arboviroses, todas as populações das áreas onde estão presentes os mosquitos vetores estão em risco, porém, o impacto é maior entre as pessoas mais vulneráveis, para as quais os programas de arboviroses não dispõem de recursos suficientes para responder aos surtos.

O impacto do aumento da transmissão na Região depende de vários fatores, incluindo as capacidades dos países para uma resposta coordenada de saúde pública e para o manejo clínico; o início precoce da temporada de arboviroses no cone sul; altas densidades de mosquitos devido à interrupção das atividades de controle de vetores durante a pandemia de COVID-19; e a grande população suscetível a infecções por arbovírus, particularmente em áreas onde esses vírus estão circulando recentemente.

Prioridades e riscos de doenças concorrentes podem afetar adversamente o controle de doenças e o manejo clínico adequado devido a:

- Erros de diagnóstico, uma vez que os sintomas de chikungunya e dengue podem ser inespecíficos e se assemelhar a outras infecções, incluindo zika e sarampo, levando potencialmente a um manejo inadequado de casos;
- Unidades de saúde sobrecarregadas em algumas áreas lidando com um grande número de casos e outros surtos simultâneos;
- Efeitos da pandemia de COVID-19 na diminuição dos recursos disponíveis para programas de doenças arbovirais e a necessidade de capacitação e treinamento de profissionais de saúde e controle de vetores, bem como manutenção e aquisição de equipamentos e inseticidas para realizar atividades de controle de vetores.

Outros desafios relatados pelos Estados Membros da Região incluem falta de estoque de vários suprimentos essenciais para prevenção e controle, falta de reagentes e consumíveis para diagnóstico laboratorial e necessidade de retreinamento de equipes de campo e profissionais de saúde. Além disso, espera-se taxas de transmissão mais altas nos próximos meses, devido às condições climáticas favoráveis à reprodução do vetor no primeiro semestre do ano no hemisfério sul.

Pela OMS, o foco deve ser em medidas de prevenção às doenças. É muito importante que os Estados Membros das Américas estejam extremamente vigilantes e preparados para intensificar as ações de prevenção, detecção precoce, diagnóstico e controle das arboviroses, inclusive capacitando e alertando os profissionais de saúde sobre a detecção de casos e possíveis complicações dessas doenças, identificação de grupos de risco para doença grave, manejo clínico adequado de casos para prevenir mortes e coordenação transfronteiriça ativa e compartilhamento de informações devido à possibilidade de casos em países vizinhos.

Dada a incidência de arboviroses nos últimos três anos, é esperado um aumento de casos de arboviroses no primeiro semestre de 2023 no hemisfério sul, podendo ser seguido por uma alta temporada de transmissão nos países localizados no norte da América do Sul, América Central e no Caribe, devido às populações suscetíveis e ao aumento das temperaturas.

Os dados epidemiológicos apenas elucidam e corroboram a importância da abordagem de conceitos de saúde única e mudanças climáticas aplicados na saúde.

A disseminação do *A. aegypti* e *A. albopictus* é um problema crescente impulsionado pela globalização do comércio e viagens, aumento da urbanização e mudanças climáticas. Os vetores transmitem os patógenos não só da dengue, mas também da chikungunya e da febre amarela (por exemplo). Medidas integradas de controle de vetores são essenciais. Dados da OMS Europa também trazem reflexos da preocupação com o maior número de arboviroses, contidos neste [documento](#).

Dia Mundial da Tuberculose

O Dia Mundial da Tuberculose 2023 (24 de março) teve como tema '*Sim! Podemos acabar com a tuberculose!*'. Visa inspirar esperança e incentivar a liderança de alto nível, aumento de investimentos, aceitação mais rápida das novas recomendações da OMS, adoção de inovações, ação acelerada e colaboração multissetorial para combater a epidemia de tuberculose.

Este ano é crítico, com oportunidades para aumentar a visibilidade e o compromisso político na Reunião de Alto Nível da ONU sobre TB em 2023. O destaque do Dia Mundial da Tuberculose estará em instar os países a acelerar o progresso antes da Reunião de Alto Nível da ONU sobre TB em 2023 (previsto para 22 de setembro).

A tuberculose continua sendo um dos principais assassinos infecciosos do mundo, causando 1,6 milhão de mortes a cada ano e afetando outros milhões, com enormes impactos nas famílias e comunidades. A pandemia da COVID-19, juntamente com as crises em andamento, como conflitos armados, insegurança alimentar, mudanças climáticas, instabilidade política e econômica, reverteu anos de progresso na luta contra a tuberculose. No ano passado, pela primeira vez em quase duas décadas, a OMS relatou um aumento no número de pessoas adoecendo com tuberculose e tuberculose resistente a medicamentos, juntamente com um aumento nas mortes.

Existem várias áreas-chave nas quais se concentrar, como necessidades financeiras para ampliar a implementação e acelerar, pesquisa e desenvolvimento de novas ferramentas, incluindo uma nova vacina contra a tuberculose, acesso a novas plataformas de diagnóstico molecular rápido e a novos regimes de tratamento mais curtos e eficientes. Além disso, prevenção da tuberculose, sobretudo em grupos mais vulneráveis, com PVHA em crianças, fortalecimento e financiamento do trabalho das comunidades, direitos e gênero.

A OMS também fez um apelo à ação com os parceiros, instando os Estados Membros a acelerarem o lançamento dos novos regimes de tratamento oral, mais curtos recomendados pela OMS para TB resistente a medicamentos.

Como ponto positivo na luta de acesso a medicamentos, o Escritório de Patentes da Índia, em 23 de março, rejeitou o pedido da farmacêutica Johnson e Johnson para estender sua patente do medicamento anti-tuberculose Bedaquilina, que expira em julho deste ano. Com esse julgamento, os fabricantes de genéricos indianos já podem fazer suas próprias versões a um preço acessível a partir deste ano.

Countries where at least one patent has been granted related to the bedaquiline drug

Five patents are involved in bedaquiline.

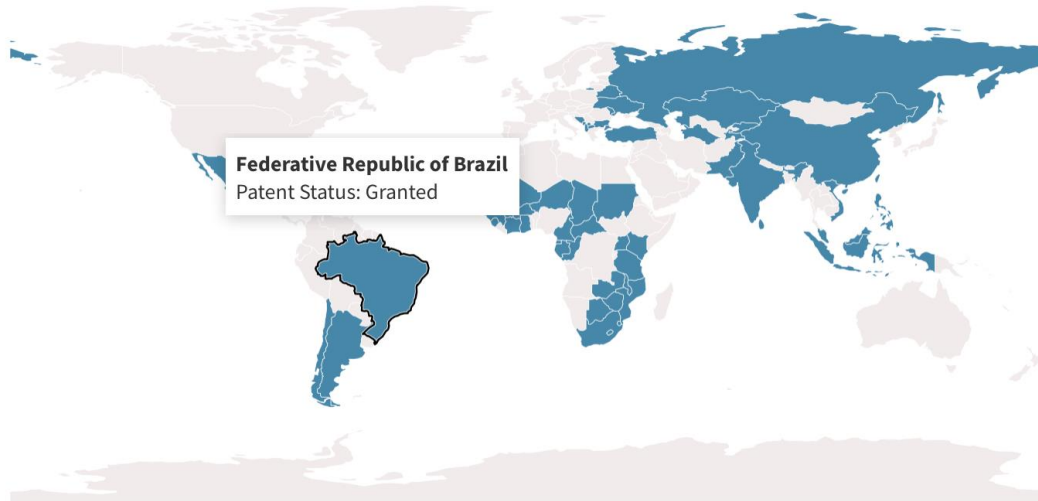
Patent 1 is for making the base bedaquiline compound.

Patent 2 is for using bdq for drug-resistant TB.

Patent 3 is for using bdq to treat latent TB.

Patent 4 is for preparation process.

Patent 5 is about the end formulation sold in markets.

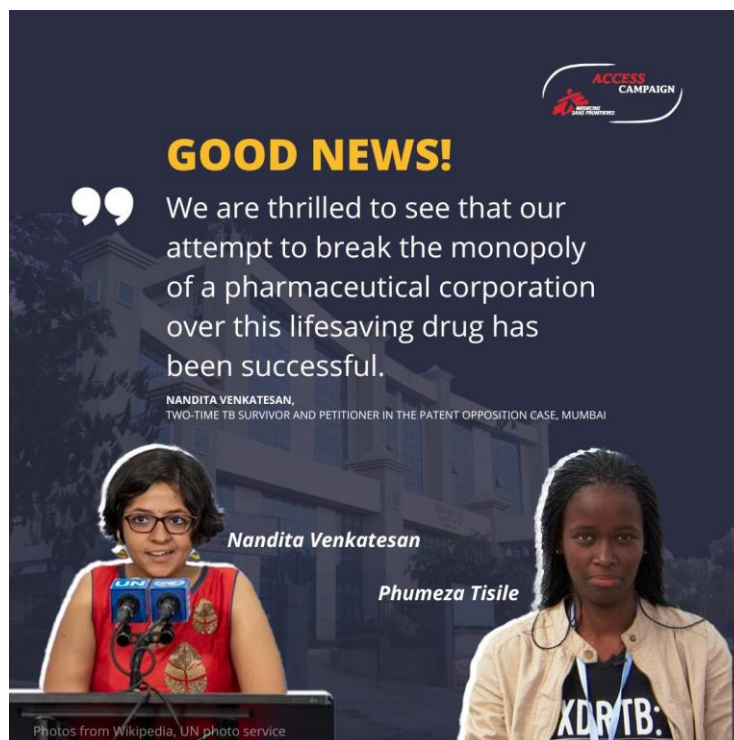


(<https://www.thehindu.com/sci-tech/health/india-rejects-johnson-johnsons-attempt-to-extend-monopoly-on-lifesaving-tb-drug/article66654219.ece>)

A bedaquilina é um medicamento crucial no tratamento de pacientes com tuberculose multirresistente para os quais o tratamento medicamentoso de primeira linha – usando isoniazida, rifampicina, pirazinamida e etambutol – parou de funcionar. Os comprimidos de bedaquilina custam \$ 400 por curso de tratamento de seis meses. A quebra de patente gera uma expectativa de redução do curso de tratamento em 80%.

Desde 2007, a J&J se dedicava ao “evergreening” – uma estratégia para prolongar a vida útil de patentes prestes a expirar para reter as receitas delas – fazendo várias reivindicações em seus pedidos de extensão de patente, sendo a última solicitação para o prolongamento até 2027. . Buscou uma extensão de patente com base em sua alegação de que havia inventado o método para produzir um derivado da quinolina em sua forma de sal.

A petição de quebra da patente foi conduzida por duas mulheres sobreviventes da Tuberculose, a indiana Nandita Venkatesan e a sul-africana Phumeza Tisile.



(MSF Access Campaign)

https://twitter.com/MSF_access/status/1638903321296621569/photo/1

Surto do Vírus Marburg

Desde que as primeiras notícias de surto de doença pelo vírus Marburg foram publicadas em 25 de fevereiro de 2023, oito casos adicionais confirmados em laboratório da doença do vírus de Marburg (MVD) foram relatados na Guiné Equatorial até 22 de março de 2023.

Isso eleva o total para nove casos confirmados em laboratório e 20 casos prováveis desde a declaração do surto em fevereiro de 2023. Há sete mortes entre os confirmados em laboratório e todos os casos prováveis estão mortos. Dos oito novos casos confirmados, dois foram registrados na província de Kié-Ntem, quatro no Litoral e dois no Centro-Sul. As áreas que relatam casos estão distantes cerca de 150 quilômetros, sugerindo uma transmissão mais ampla do vírus.

Em 21 de março de 2023, o Ministério da Saúde da República Unida da Tanzânia declarou um surto da doença do vírus de Marburg (MVD) no país. Até 22 de março, um total de oito casos, incluindo cinco mortes (taxa de letalidade [CFR]: 62,5%) foram relatados em duas aldeias no distrito de Bukoba, região de Kagera, República Unida da Tanzânia. Dois desses casos eram profissionais de saúde, um dos quais morreu. Este é o primeiro surto da doença do vírus de Marburg relatado no país.

Como medidas de resposta, equipes de resposta rápida foram implantadas para investigar e implementar intervenções nas áreas afetadas, incluindo rastreamento de contatos e atividades de comunicação de risco.

A MVD é uma doença altamente virulenta que causa febre hemorrágica e está entre as febres hemorrágicas virais que requerem avaliação de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional.

A doença do vírus de Marburg foi inicialmente detectada em 1967, após surtos simultâneos em Marburg e Frankfurt, na Alemanha, e em Belgrado, na Sérvia. Os morcegos frugívoros *Rousettus aegyptiacus* são considerados hospedeiros naturais do vírus Marburg, a partir do qual o vírus é então transmitido às pessoas.

Marburg se espalha entre as pessoas através do contato direto através de pele quebrada ou membranas mucosas com sangue, secreções, órgãos ou outros fluidos corporais de pessoas infectadas e com superfícies e materiais como roupas de cama e roupas contaminadas com esses fluidos. Os profissionais de saúde já foram infectados durante o tratamento de pacientes com suspeita ou confirmação de MVD.

O período de incubação varia de dois a 21 dias. A doença causada pelo vírus Marburg começa abruptamente, com febre alta, dor de cabeça intensa e mal-estar intenso. Diarréia aquosa intensa, dor abdominal e cólicas, náuseas e vômitos podem começar no terceiro dia. Manifestações hemorrágicas graves podem aparecer entre cinco e sete dias a partir do início dos sintomas, e os casos fatais geralmente apresentam algum tipo de sangramento, geralmente de várias áreas. Em casos fatais, a morte ocorre mais frequentemente entre oito e nove dias após o início dos sintomas, geralmente precedida por perda intensa de sangue e choque.

No curso inicial da doença, o diagnóstico clínico de MVD é difícil de distinguir de muitas outras doenças febris tropicais devido às semelhanças nos sintomas clínicos. Outras febres hemorrágicas virais devem ser excluídas, incluindo a doença do vírus Ebola, bem como malária, febre tifóide, leptospirose, infecções por riquetsias e peste.

A confirmação laboratorial é feita principalmente por RT-PCR. Outros testes podem ser usados, como o ensaio de imunoabsorção enzimática de captura de anticorpos (ELISA), testes de detecção de antígenos, teste de soroneutralização, microscopia eletrônica e isolamento de vírus por cultura de células.

Embora nenhuma vacina ou tratamento antiviral seja aprovado para tratar o vírus, cuidados de suporte – reidratação com fluidos orais ou intravenosos – e tratamento de sintomas específicos melhoram a sobrevivência. Uma variedade de tratamentos potenciais está sendo avaliada, incluindo hemoderivados, terapias imunológicas e terapias medicamentosas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) espera poder acelerar o teste de várias vacinas candidatas de Marburg após surtos descritos. Em [pronunciamento recente](#), o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus afirmou que os desenvolvedores estão a bordo, os protocolos de ensaios clínicos estão prontos. Os especialistas e doadores estão prontos. Assim que o governo nacional e os pesquisadores derem luz verde, ensaios clínicos a terapias e vacinas devem começar.

Quatro ou cinco vacinas candidatas já têm doses prontas para testes em humanos, disse Ana Maria Restrepo, chefe do R&D Blueprint da OMS. Restrepo, que chefia a equipe de R&D Blueprint da OMS. Ela relatou que o Consórcio de Marburg está trabalhando junto, através de uma plataforma cooperativa que envolve todos os comitês reguladores e de ética em África, desde que o surto da Guiné Equatorial foi confirmado em janeiro.

Existem 28 possíveis vacinas candidatas para Marburg, de acordo com o Plano de P&D da OMS, que pode ser consultado aqui <https://www.who.int/publications/m/item/marburg-virus-vaccine-landscape>.

Briefing entre sessões do INB

Como também antecipado no informe do [último caderno CRIS/Fiocruz](#), O Órgão de Negociação Intergovernamental (INB, siglas em inglês) para um novo Acordo Pandêmico realizou uma série de “briefings entre sessões” para os estados membros da OMS e partes interessadas relevantes.

As principais discussões se concentraram na previsível cadeia de suprimentos global e redes de logística (Artigo 6), Saúde Única (Artigo 18), acesso à tecnologia e promoção sustentável, equitativa e transferência de tecnologia/know-how (Artigo 7) e o Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios da OMS (Artigo 10).

Em 17 de março, os painelistas responderam a perguntas sobre o Artigo 6: Cadeia de suprimentos global previsível e rede de logística e Artigo 18: Parceria One Health & Quadripartite (FAO, UNEP, WOA, WHO). Foi reiterada a importância de fortes cadeias de suprimentos para operacionalizar a resposta a emergências de saúde pública. E visto que a avaliação de demanda, oferta e financiamento de produtos são grandes desafios, bem como os pontos tocantes a One Health ainda sendo novidades no direito internacional.

Foram recomendadas definições mais claras e propostas concretas sobre prevenção, vigilância, ampliação da força de trabalho de saúde pública, medidas específicas nas interfaces homem-animal, inclusive em mercados e fazendas úmidas, e acesso equitativo a insumos.

Em 20 de março, os painelistas discutiram o Artigo 7: Acesso à tecnologia: promoção da produção sustentável e distribuída equitativamente e transferência de tecnologia e know-how. Os palestrantes reconheceram as limitações das flexibilidades do TRIPS e sugeriram olhar além da propriedade intelectual. Foi falado sobre o valor potencial da cooperação em estruturas regulatórias, capacidade mais forte para absorção de produtos e ampliação P&D e manufatura sustentáveis.

A sessão final foi em 22 de março - sobre o Artigo 10: Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios da OMS.

A Fiocruz, que é parte interessada relevante para o INB (stakeholder), teve espaço de fala para construção crítica nas temáticas mencionadas. As declarações elaboradas podem ser lidas ao final do informe.

O INB5 acontecerá de 3 a 6 de abril, e os estados membros e entidades intergovernamentais regionais têm até 14 de abril para enviar propostas textuais por escrito.

Artigo 6: Cadeia de suprimentos global previsível e rede de logística

Dear chair,

These comments are on behalf of Fiocruz and of the Secretary of Science, Technology, Innovation and Health Complex of the Brazilian Ministry of Health.

Fiocruz has delivered millions of covid-19 vaccines and diagnostic kits to Brazilian society, which was only possible due to decades of investment in research, development and innovation.

Even having a significant manufacturing capacity, we have faced many challenges related to supply chain as we witnessed competition from the simplest to the most complex

health inputs all over the world. The growing concentration and monopolization of health will render national and global responses based on equity unfeasible.

This made clear the need to strengthen our Health Economic-Industrial Complex.

The definition of commitments and obligations is crucial to reduce asymmetries and the unequal conditions of response between countries. The establishment of a Global Pandemic Supply Chain and Logistics Network supported by WHO, while also strengthening regional and local capacities is critical to ensure that we count on rapid response platforms.

Operational issues such as tariffs and procedures to handle and release cargo at customs should also be addressed. It would also be good to have an open source API, with a data traffic protocol so that countries can send and collect information, and a signaling system for items not mapped before to forecast demands in uncertain times.

Thank you.

Artigo 7: Acesso à tecnologia: promoção da produção sustentável e distribuída equitativamente e transferência de tecnologia e know-how

Sessão 1

Chair,

It is the height of folly that after 20 years of the WTO Doha Declaration on the TRIPS Agreement and Public Health, and more than 15 years after the adoption of WHA 61.21 on the Global Strategy and Plan of Action on Public Health, Innovation and IP that we still need to stress the need of a public health perspective to address the health problems we face today.

This Organization must raise its voice to transform biomedical innovation to truly secure access to medicines and health technologies for all, which includes a global public good dimension. There is no other option.

We firmly believe that article 7 of the ZD must create obligations for pandemic-related products that guarantee transfer of technology and the sharing and licensing of IP, accompanied by the sharing of all data, knowledge and know-how for the production and distribution of the good.

Clinical trial data should also be available to generic and biosimilar manufacturers, streamlining regulatory procedures. There should also be a specific clause establishing conditions for innovations that have received public funding.

Experience facing the pandemic should have demonstrated sufficiently that the word “encourages” as in items (3c, 4c and d), is weak.

All provisions need to ensure equitable access and must be based on the strengthening of health systems during the non-pandemic times, to avoid the “apartheid” that the world witnessed during the Covid-19 pandemic. Monopoly must be avoided and sharing and transfer of technologies must be ensured by multilateral mechanisms, and bilateral advanced procurement must ensure equity and not be restricted to those countries that can pay.

Sessão 2

In parallel with the process of technological development, we agree there is a need to promote strengthening of local production and seek autonomy and independence for the regions. The pandemic accord should address the bottlenecks in this process and the capable manufacturers should support in the training and qualification of additional production centers so that there is an arrangement that aims at the articulation, interaction, cooperation and common learning about a strategic governance for the region's response to new and persistent public health problems.

Fiocruz, for example, has been selected in September 2021 by the PAHO/WHO call for Covid-19 mRNA vaccine technology transfer hubs for the development, production, supply and technological transfer in Latin America of our mRNA-based vaccine candidate under development by Bio-manguinhos/Fiocruz.

It's important to note that we are developing our own vaccine candidate, based on the Plug and Play/self-amplifying RNA technology. We believe that with this technological domain and a wide installed API manufacturing capacity, we will be able to develop vaccines and pharmaceuticals for other diseases, such as disease X, and tackle future infectious-disease challenges. In this regard, if the vaccine shows efficacy once the trials are over, we have committed to supply doses and transfer technology to other manufacturers, especially in low- and middle-income countries.

Artigo 10: Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios da OMS.

Dear chair,

First I would like to thank all presenters for this informative session.

Regarding article 10 of the ZD, we have a couple of questions and reflections (as described in the concept note sent to all stakeholders). The PABS System is an important mechanism for equity, but we believe it's important to address some of the operational issues. Regarding the WHO coordinated lab network mentioned in items 3a and 3c: How will WHO stimulate the establishment of more operational labs in the network in different settings and the expansion to more countries? What would be the geographical distribution of them? How will sustainability and capacity building be assured to maintain the network active and engaged? How will the coordination between laboratories within this network take place?

We would also like some clarity on the role and obligations of the governments of each country in the decision-making process about which labs will be able to send and request for pathogens.

It would also be good to specify the actual benefits that the countries will have from sharing pathogens. If we supply strain and sequence of a pathogen, what can my country expect as a benefit? How can we ensure that the country is not harmed by the sharing of information? We all saw what happened when the South African labs detected and shared their research on the Omicron variant, in return foreign governments imposed strict travel bans from the region. What kind of support could the accord guarantee to protect or compensate for losses resulting from sanitary barriers imposed on countries that detect new pathogens or variants?

Negociações da Resolução de Saúde dos Povos Indígenas

Foram realizadas duas consultas informais com os países membros para negociar o texto da resolução de saúde dos povos indígenas, proposta pelo Brasil durante o Conselho Executivo da OMS em janeiro. As consultas tiveram lugar nos dias 16 e 28 de março, com participação de delegações das missões em Genebra e também de representantes das capitais.

O processo está sendo liderado pelo Brasil, com o co-patrocinio do México, Paraguai e Equador. A resolução foi muito bem recebida pelos países membros da OMS, que reconhecem a importância da garantia dos direitos dos povos indígenas em todo mundo. Os países da região das Américas (AMRO), que já tem diversas ações neste âmbito por meio da OPAS, estão especialmente ativos nas negociações, com grande participação também dos países da Europa (EURO), do Sudeste Asiático (SEARO) e do Pacífico Ocidental (WPRO). Infelizmente, até o momento não houve muito engajamento dos países da região africana (AFRO) e do Mediterrâneo Oriental (EMRO) nas consultas informais, porém espera-se que haja maior participação nas próximas consultas, que estão marcadas para os dias 11 e 26 de abril.

O secretariado da OMS fez duas importantes apresentações no início de cada consulta informal, a primeira foi sobre a relevância do tema e as ações da OMS na saúde indígena, e a segunda foi sobre o custo da implementação da resolução. Além disso, o foco principal das duas reuniões foi receber sugestões de linguagem por parte dos países membros, mas até o momento não foi iniciada a negociação do que realmente será incluído ou retirado do texto.

Alguns pontos de tensão esperados durante a negociação estão na expressão “povos indígenas” em si, já que é um termo de uso mais comum na região das Américas. Outros termos utilizados para se referir às populações indígenas são “povos originários”, “primeiras nações”, “povos nativos”, entre outros. No entanto, alguns países e regiões não reconhecem nenhum destes termos e dizem não existir povos indígenas em seus territórios. Neste sentido, a utilização da expressão “povos indígenas” é defendida por ser linguagem já acordada em outros documentos intergovernamentais, como a [Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas](#), aprovada em 2007 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Outro tema de grande disputa, porém de grande importância, é a questão de gênero e de direitos e saúde sexual e reprodutiva. Agendas prioritárias no Brasil e em outros países latino-americanos incluem temas como direitos das mulheres indígenas, acesso à saúde e estratégias de combate às violências. Neste sentido, muitos países consideram que este é um ponto crítico que deve estar presente no documento, porém a inserção dessa pauta é extremamente difícil em uma declaração multilateral com a participação de 194 países membros.

Seminário Avançado do CRIS e Reunião do GT Acordo de Pandemias abordam o processo de reforma do Regulamento Sanitário Internacional – RSI (2005)

Leandro Luiz Viegas

O processo de reforma do Regulamento Sanitário Internacional (RSI-2005) foi o tema de debate da última edição do Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, realizado em 22 de março, em conjunto com a 4ª Reunião do Grupo de Trabalho do Acordo de Pandemias e a Reforma do RSI. O evento contou com apresentações da Dra. Clare Werham, professora da *London School of Economics* e relatora do Comitê de Revisão sobre as Emendas ao RSI e do Dr. Márcio Garcia, Diretor do Departamento de Emergências em Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde. Participaram como debatedores o Dr. Eduardo Hage, pesquisador da Fiocruz/Brasília e grande conhecedor do RSI e dos desafios de sua implementação no Brasil e no mundo, e a Profa. Deisy Ventura, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP e uma das coordenadoras deste GT. O encontro foi moderado pelo Secretário Executivo do GT Acordo de Pandemias, Dr. Leandro Viegas.

O Seminário buscou tratar dos processos em curso no âmbito da Organização Mundial da Saúde voltados para o fortalecimento da prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde pública, particularmente a revisão do Regulamento Sanitário Internacional. A pandemia de covid-19 revelou as fraturas e lacunas da arquitetura da saúde global e das estruturas capazes de enfrentar emergências de saúde pública de forma satisfatória, o que levou ao questionamento do papel da OMS como liderança nesses eventos. Em resposta a essa crise, os Estados membros estabeleceram, de um lado, o Órgão Intergovernamental de Negociação (*INB*, em inglês) para a elaboração de uma convenção, um tratado ou um instrumento internacional de prevenção, preparação e resposta a pandemias. Por outro lado, com base na decisão 150.3 do Conselho Executivo da OMS, de janeiro de 2022, os mesmos Estados decidiram mobilizar o Grupo de Trabalho sobre o Fortalecimento da OMS para a Preparação e Resposta a Emergências em Saúde com o propósito de discutir o fortalecimento do RSI, incluindo sua implementação, o *compliance* dos países e potenciais emendas. Instaram, assim, que os Estados membros propusessem emendas ao RSI, sem abri-lo inteiramente para renegociação.

Para orientar o Seminário, foram apontadas algumas das questões que estão sendo levantadas principalmente por representantes da sociedade civil. A mais significativa delas diz respeito ao problema da equidade, contida na linguagem da decisão do Conselho Executivo e um dos elementos que mais fizeram e ainda fazem parte na crítica à resposta à pandemia de covid. A sociedade civil tem apontado que, por um lado, esse é um aspecto presente em todas as emendas propostas pelos países em desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito às responsabilidades comuns mas diferenciadas, fortalecimento das capacidade de vigilância e dos sistemas de saúde, no acesso a produtos de saúde, tecnologias e know-how e na assistência financeira internacional. De outro lado, as propostas apresentadas pelos países desenvolvidos favorecem uma visão limitada da equidade a situações pandêmicas e pressionam por obrigações de compartilhamento de informações e a promoção de uma agenda securitizada. Juntamente com essa questão, é comum a dúvida sobre como o RSI “reformado” e um acordo de pandemias irão conversar entre si. Não está claro, até o momento, se os dois instrumentos serão realmente complementares, se terão sobreposições ou se cada instrumento versará sobre questões

singulares, como das emergências de saúde pública de importância internacional, no caso do RSI, e apenas de emergências alçadas ao nível de pandemias, no caso do acordo.

Clare Wehram explicou que o RSI segue como a única peça legal, no campo global, capaz de regular a resposta dos países a emergências de saúde pública de abrangência internacional. Embora outros processos também estejam em curso, eles ainda não passam de possibilidades teóricas quanto à atuação dos Estados para a resposta a crises sanitárias. Clare apontou que o RSI tem como objetivo a prevenção, a proteção, o controle e a resposta à disseminação internacional de doenças, o qual está sujeito ao escopo de observância dos riscos à saúde pública em equilíbrio para se evitar a interferência desnecessária sobre o tráfego e o comércio internacionais. A crise da covid expôs as falhas do RSI, sobretudo a ausência de orientação sobre como responder a pandemias, a falta de compromisso dos países quanto às recomendações temporárias e às medidas sanitárias adicionais, a ausência da palavra “equidade”, os desafios de compartilhamento de dados, as limitações para o financiamento e a cooperação e a ausência de um mecanismo de *compliance*.

Clare também esclareceu que os estudos do Comitê de Revisão do RSI, assim como do Painel Independente sobre Preparação e Resposta a Pandemias (IPPPR) e do *Independent Oversight Advisory Committee of the Health Emergencies Programme* chegaram à mesma conclusão quanto ao funcionamento do RSI: o problema não é o instrumento, mas, sim, sua implementação pelos Estados. Todos os estudos concluem que o RSI é funcional, mas que há a necessidade de um novo instrumento internacional. A especialista apontou que, na decisão 150.3 do EB, ficou decidido que era preciso fazer emendas ao RSI e iniciar um processo para negociar essas emendas.

Foram apresentadas propostas para alteração do Artigo 2 (escopo e objetivo), que poderá ser bastante alterado. Quanto à equidade, foram apresentadas diversas emendas, que abordam desde a proteção de todas as pessoas, o acesso a tecnologias e *know-how*, passando pelas responsabilidades comuns e diferenciadas e pelo lançamento de contramedidas médicas. No que toca às Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPIIs), discutiu-se a adoção de mecanismos regionais (questão problemática, considerando-se a maneira em que o evento pode escalar), a definição de critérios e de decisão (que aprofundariam problemas de cunho técnico e político) e a problemática da “balcanização” do alerta e da resposta. Outra questão debatida no Comitê diz respeito ao financiamento, sobretudo aos gatilhos para o lançamento de mecanismos financeiros, assim como a necessidade de investimentos por parte dos Estados para fortalecer as capacidades nacionais e a maneira como essas propostas se associam como o Fundo Pandêmico do Banco Mundial. Não menos importante foi o debate sobre a implementação e o *compliance*. Identificou-se que o maior desafio não é a falta de recursos para a implementação, mas a ausência de incentivos para que os Estados se comprometam com o instrumento. É preciso pensar novos incentivos para além do financiamento, sobretudo por conta da ausência de um poder de *enforcement*, que acaba mantendo o status quo.

Clare sublinhou que há várias iniciativas acontecendo ao mesmo tempo em resposta ao enfraquecimento político do RSI, tanto no âmbito da OMS quanto em outros órgãos do sistema das Nações Unidas, tais como o Fundo Pandêmico, a Assembleia Geral da ONU, TRIPS, CDB, Nagóia, entre tantos outros. Há necessidade de coerência entre essas iniciativas, mas o que se tem observado, no entanto, é uma demonstração de fragmentação, de contra-institucionalização e de mudança de fórum. No fim, o que se espera é um equilíbrio entre o que ocorre no âmbito dos Estados e no âmbito global.

Em sua fala, Márcio Garcia ressaltou o compromisso do Governo Lula e da gestão da Ministra Nísia Trindade em retomar o protagonismo do Brasil em negociações internacionais tanto no âmbito da OMS como do Mercosul e com países estratégicos, como também com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) sobre questões afeitas ao plano regional. Foi apresentada a estrutura do Ministério da Saúde responsável por monitorar as emergências de saúde pública e manter a rede nacional que sustenta a implementação do RSI no plano nacional. Na visão do Diretor, é preciso aprofundar o diálogo que ocorre não apenas com países, mas também com a sociedade civil para a discussão das emendas ao RSI e a negociação do acordo de pandemias.

Márcio discutiu a proposta de emenda ao RSI, especificamente ao Anexo 2 do instrumento, relacionado à declaração das ESPIIs, sobre a qual o MS reavaliou a proposta submetida pelo Governo brasileiro em 2022, considerada importante e valorosa, e a resposta do Comitê de Revisão, que destacou a necessidade de que o instrumento precisaria ser validado. Baseado nisso, o MS deverá retirar a proposta apresentada anteriormente, mas compreende-se o indicativo de que a OMS faça um estudo específico para avaliar o Anexo 2 (que já estava previsto no próprio RSI, artigo 44). Márcio apontou que diversos países desconhecem o RSI, o que não ocorreria no Brasil, mas há necessidade de que instâncias subnacionais conheçam em profundidade como funciona o instrumento. O Mercosul, como bloco, também fez propostas relacionadas a diversos artigos e anexos, sobretudo aos critérios de avaliação de risco, ao papel das autoridades de saúde, à questão do financiamento, entre outras. O Comitê de Revisão destacou a dificuldade de implementação de algumas propostas e a redundância em relação a outras propostas. Márcio assinala que a indefinição de nomes para o acordo de pandemias gera problemas para a percepção dos Governos e que conhecer a relação entre este instrumento e o RSI poderia esclarecer uma série de dúvidas sobre o seu objeto, como, por exemplo as ferramentas de detecção precoce.

Na seção de debate, Eduardo Hage saudou o trabalho do Comitê de Revisão do RSI e o amplo trabalho realizado por seus membros, para a consolidação de todas as propostas de emenda. Informou que foram apresentadas sugestões de linguagem para 33 dos 60 artigos do RSI, o que demonstra o interesse dos países em revisar o instrumento. A questão da equidade é central, diferentemente de como se apresenta na versão atual do Regulamento, mas é preciso ter clareza sobre o que se entende sobre o conceito, que não se limita a acesso a tecnologias e avança para a preocupação com grupos mais vulneráveis. Outra limitação no instrumento atual diz respeito à prevenção e recuperação de emergências de saúde, ponto esse que se relaciona diretamente com os determinantes sociais da saúde. Eduardo também sublinhou a preocupação com as mudanças climáticas, que receberam pouco aporte pelos países, sobretudo no tocante aos seus efeitos sobre as emergências. A discussão quanto aos mecanismos de monitoramento, tais como as revisões periódicas universais, também precisa ser mais aprofundada.

Deisy Ventura ressaltou que se está falando de revisão do RSI sem estudos robustos sobre a implementação do RSI, dado que os Estados reagem de formas diferenciadas a depender da emergência, tais como a Mpox, a covid e a poliomielite, que é emergência há dez anos. Não está claro se há estudos de como os Estados declaram emergências nacionais, como no caso do Brasil, que aplica o conceito para emergências que ocorrem no plano internacional como também apenas no âmbito nacional. Seria necessário pensar no índice de capacidade de implementação nacional do RSI. Deisy questionou também a possibilidade de o Brasil se tornar um grande provedor de vacinas, sobretudo durante emergências.

O nexa entre água e clima na nossa saúde

*Danielly Magalhães
Guto Galvão*

A água e o clima estão intimamente ligados à saúde humana. As mudanças climáticas podem ter impactos significativos na disponibilidade e qualidade da água, o que, por sua vez, pode afetar a saúde humana. Por exemplo, mudanças nos padrões de precipitação e aumento da frequência de eventos climáticos extremos, como inundações e secas, podem levar à redução da disponibilidade de água potável, o que pode aumentar o risco de doenças transmitidas pela água, como cólera, disenteria e febre tifoide.

A mudança climática também pode levar a mudanças na qualidade das fontes de água devido ao aumento das temperaturas, o que pode facilitar o crescimento de bactérias nocivas e proliferação de algas. Estes podem liberar toxinas que representam riscos à saúde humana quando ingeridos ou em contato com a pele, causando erupções cutâneas ou problemas respiratórios. Temperaturas mais altas também podem aumentar a demanda de água para agricultura, indústria e uso doméstico, exacerbando a escassez de água.

Mudanças na disponibilidade e qualidade da água também podem afetar a segurança alimentar, já que a agricultura depende muito da água para irrigação. Isso pode levar à desnutrição e problemas de saúde relacionados.

Por outro lado, a gestão dos recursos hídricos também pode impactar o clima. Por exemplo, a produção e distribuição de água limpa e serviços de saneamento podem exigir uma quantidade significativa de energia, contribuindo para as emissões de gases de efeito estufa. Da mesma forma, o uso de água para irrigação e agricultura pode levar ao desmatamento e a mudanças no uso da terra, o que também pode contribuir para as mudanças climáticas.

Em suma, o nexa entre água e mudança climática tem implicações significativas para a saúde e o bem-estar humanos, e abordar essas questões é fundamental para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Abordar o nexa entre água, clima e saúde é essencial para atingir as metas de desenvolvimento sustentável e mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Isso pode envolver a implementação de práticas sustentáveis de gestão hídrica, como coleta de água da chuva, agricultura com eficiência hídrica e tratamento de águas residuais, que podem reduzir a demanda de água e aliviar a pressão sobre os recursos hídricos. Além disso, promover o uso de fontes renováveis de energia para tratamento e distribuição de água pode reduzir as emissões de carbono e mitigar as mudanças climáticas.

Abordaremos neste informe dois momentos que apresentam informações e ações importantes nesse sentido, a Conferência da ONU sobre Água e o relatório síntese do IPCC sobre o status do clima, seus impactos e mecanismos de adaptação e mitigação, e seus desdobramentos na saúde humana.

A Conferência Mundial sobre Água da ONU de 2023

A Conferência Mundial da Água da ONU de 2023, foi realizada de 22 a 24 de março em Nova York, foi a primeira grande conferência da água da ONU em 46 anos e teve a tarefa de abordar a crise global da água. Na década de 1970, a situação era terrível: menos de 40% da população mundial tinha acesso a água potável segura. Quase 50% das pessoas viviam em extrema pobreza. Meio século depois, os participantes da Conferência da ONU sobre Água de 2023 puderam olhar para trás com certa satisfação em décadas de progresso. Hoje, três quartos

da população mundial têm acesso a água potável gerenciada com segurança e bilhões se livraram da pobreza. O progresso no saneamento pode ter sido menos impressionante, com 55% das pessoas agora tendo saneamento seguro. Ainda assim, avanços significativos foram feitos. Além disso, em 2010, a Assembleia Geral da ONU reconheceu explicitamente o direito humano à água potável e ao saneamento.

Apesar de algum progresso no setor de WASH desde a década de 1970, ainda existem desafios. Dois bilhões de pessoas ainda usam fontes de água potável inseguras, enquanto 3,6 bilhões de pessoas não possuem saneamento com gestão segura, e 80% das águas residuais são lançadas no meio ambiente sem tratamento ou reutilização. A emergência climática, conflitos e crescimento populacional também exacerbam o estresse hídrico, enquanto a pandemia de COVID-19 estica os orçamentos de doadores e destinatários.

Representantes de mais de 100 países participaram da conferência, incluindo chefes de estado, ministros e funcionários da ONU. As discussões centraram-se em como melhorar a infraestrutura, saneamento e gestão da água, bem como, como aumentar os investimentos em programas relacionados à água. Os participantes também destacaram a necessidade de cooperação entre países e entidades do setor privado para alcançar as metas do ODS 6.

A conferência teve como objetivo renovar o ímpeto político e estabelecer um Enviado Especial da ONU para a Água, foi repleta de novas ideias e entusiasmo, com mais de 190 declarações apresentadas em plenárias e mais de 200 eventos paralelos. A conferência resultou em aproximadamente 700 compromissos voluntários e promessas das partes interessadas.

A conferência concentrou-se na Agenda de Ação pela Água, um conjunto de compromissos voluntários dos Estados Membros da ONU e partes interessadas com o objetivo de criar parcerias e cooperação para ações compartilhadas urgentes, imediatas e aceleradas para evitar que a crise global da água saia do controle. A Agenda de Ação pela Água abrange um amplo conjunto de temas destinados a estabelecer um forte mecanismo internacional para combater a crise global da água.

O que foi discutido

A conferência incluiu cinco diálogos interativos projetados para serem direcionados a soluções: água para a saúde; água para o desenvolvimento sustentável; água para o clima; água para cooperação; e a Década de Ação pela Água. Esses diálogos visaram fornecer um caminho para o diálogo global para as ações, parcerias e diálogos políticos necessários e promoveram interligações e contribuições para outros processos relevantes relacionados à água, bem como a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 da ONU, que visa garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. O objetivo é essencial para melhorar a saúde, reduzir a pobreza e promover o crescimento econômico nos países em desenvolvimento.

Na conferência foi destacado uma série de desafios-chave que devem ser abordados para alcançar os objetivos da Década Internacional de Ação sobre a Água. Esses desafios incluem a necessidade de melhorar o acesso aos serviços de água e saneamento nos países em desenvolvimento, particularmente nas áreas rurais e entre as comunidades marginalizadas, a necessidade de promover o uso e a gestão sustentáveis da água e a necessidade de abordar os impactos das mudanças climáticas e outras formas de degradação ambiental.

Também se discute o papel da tecnologia na abordagem desses desafios. O relatório observa que os avanços na tecnologia, incluindo soluções digitais, podem desempenhar um papel importante na melhoria da gestão e governança da água, promovendo o uso sustentável da água e aumentando o acesso a serviços de água e saneamento. A comunidade internacional da água compartilhou ideias sobre tecnologia de dessalinização, resiliência de infraestrutura, parcerias público-privadas, big data, sistemas de alerta precoce, economia circular e o papel dos grupos vulneráveis. A ideia da água como uma questão de “nexo” ligada à mudança climática, alimentação, energia, biodiversidade e segurança foi indiscutível.

Resultados da conferência

Um dos principais resultados da Conferência foi a Agenda de Ação para a Água. Antes da Conferência de 2023, os governos decidiram que não haveria declaração política. Em vez disso, compromissos voluntários seriam fortemente incentivados por todas as partes interessadas. Juntos, esses compromissos, reconhecidos coletivamente como "[Agenda de Ação da Água](#)", acelerariam o progresso na segunda metade da Década de Ação pela Água 2018-2028 e a segunda metade da Agenda 2030 - Esta não é a primeira tentativa de usar tais compromissos para inspirar progresso, com a Conferência dos Oceanos da ONU entre os exemplos recentes.

Com base nos esforços em curso e utilizando o ímpeto político criado pela Conferência, a Agenda de Ação pela Água mobilizará ações em todos os países, setores e partes interessadas para atender às objetivos e metas globais relacionados à água e ao saneamento.

Os principais blocos de construção apontados na [nota conceitual](#) da Agenda de Ação pela Água são:

1. Comprometer-se com a ação: Mobilizar compromissos voluntários para a ação em todos os países, setores e partes interessadas, com o objetivo de implementação acelerada e impacto melhorado para alcançar ODS 6 e outros objetivos e metas relacionados à água. Serão recolhidos compromissos voluntários, exibidos e rastreados em uma plataforma dedicada.
2. Sustentar e ampliar a implementação: Todas as partes interessadas têm um papel a desempenhar para impulsionar a implementação da Agenda de Ação para a Água e garantir o acompanhamento com os parceiros sobre o que funciona para replicação e expansão.
3. Processos de acompanhamento e revisão: Apresentar sucessos e aprender com o que funciona e o que não. Serão utilizados o Fórum Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável (HLPF) e os fóruns intergovernamentais, do setor privado e de ONGs em setores-chave. Análises de o progresso relacionado à água em todos os setores e outros ODS e estruturas globais será feito anualmente.

Dessa forma, o sucesso da conferência pode ser medido por compromissos e promessas, impulso político, novas ideias e parcerias. Até o encerramento da reunião, na sexta-feira, 24 de março, mais de 700 promessas e compromissos foram apresentados por governos, organizações sem fins lucrativos, setor privado, grupos de mulheres, organizações intergovernamentais e muitos outros. Tal entusiasmo é bem-vindo. Ninguém pode acusar a comunidade global da água de não ouvir o chamado. Muitas promessas vieram de organizações sem fins lucrativos, mas governos, instituições multilaterais, setor privado e outras partes interessadas também apresentaram compromissos.

Mas, o que essas promessas entregam coletivamente? Em uma avaliação inicial dos 400 compromissos feitos antes da conferência, o Instituto de Recursos Mundiais (WRI) concluiu que,

enquanto alguns oferecem "grande inspiração", a maioria não são transformadores. Para começar, muitos são de pequena escala e alguns parecem subfinanciados ou sem modelos claros de financiamento. A maioria não contém metas ou métricas quantificáveis.

A conferência também resultou na criação de um novo mecanismo de financiamento para ajudar os países em desenvolvimento a acessar os recursos necessários para melhorar a infraestrutura e saneamento da água. O mecanismo tem como objetivo fornecer apoio financeiro para projetos inovadores relacionados à água, como dessalinização e gestão de águas residuais. Os participantes também concordaram em aumentar os investimentos em iniciativas de conservação, reciclagem e reutilização de água. Além disso, enfatizaram a necessidade de abordar a lacuna de gênero na gestão da água e envolver as mulheres nos processos de tomada de decisão. A conferência marcou um passo importante em direção à consecução do ODS 6 e à garantia do acesso à água limpa e saneamento para todos.

Do lado positivo, algumas promessas significativas foram feitas. Por exemplo, os EUA disseram que investirão até 49 bilhões de dólares em infraestrutura e serviços resilientes ao clima para água e saneamento, embora grande parte disso pareça ser para fins domésticos. No entanto, comprometeu claramente 700 milhões de dólares para apoiar 22 países em sua Estratégia Global de Água. Austrália, Dinamarca, Reino Unido e outros também fizeram promessas de financiamento para apoiar outros países, enquanto Equador, Quênia, Vietnã e dezenas de outros relataram planos de investir quantias significativas nacionalmente em infraestrutura. A decisão da Índia de investir 50 bilhões de dólares para fornecer água potável segura e adequada para todos os lares rurais indianos antes de 2030 foi especialmente notável. Além disso, o setor privado se comprometeu a investir em mais de 2.700 produtos e serviços inteligentes para a água até 2028, reivindicando um impacto financeiro em bilhões de dólares.

Alguns diplomatas também expressaram preocupação com questões de soberania e o potencial de disputas relacionadas à água com países vizinhos.

Durante a plenária de encerramento, foi anunciado que um Enviado Especial da ONU para a Água seria estabelecido, o que foi recebido com entusiasmo por muitos delegados. No entanto, alguns pediram mais ações, incluindo a criação de um "inter-COP" de água para conectar e integrar as decisões relacionadas à água em outros processos relevantes, como as COPs de Clima, biodiversidade e o HLPF. Houve um claro desejo entre os participantes de se envolver com mais frequência em reuniões onde a água é o foco central

Críticas

Ao contrário do acordo climático de Paris, não haverá medidas vinculativas e não há um órgão da ONU encarregado de supervisionar o progresso em todos os ODS relacionados à água, criando um vazio institucional. Embora a conferência esteja focada em questões hídricas, ela não está abordando o tema mais amplo que é a gestão hídrica. A criação de um novo tratado ou órgão da ONU para tratar das questões hídricas seria um processo demorado, portanto, é esperado que os delegados peçam que seja dada prioridade à água nos tratados existentes no sistema da ONU, a maioria dos países relacionaram suas iniciativas em água com referência à adesão ao novo Plano Global de Biodiversidade. Alguns países buscarão financiamento adicional na forma de doações para projetos como dessalinização da água do mar ou tratamento de águas residuais. No entanto os empréstimos, que atualmente são a forma mais comum de ajuda internacional, apenas exacerbam as pressões financeiras sobre economias em dificuldades.

Relatório de Síntese do IPCC

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou a [síntese do Sexto Relatório de Avaliação \(AR6\)](#), que estava previsto para ser lançado em meados de 2022. Como o nome já diz, o relatório faz uma análise combinada dos relatórios dos 3 grupos de trabalho e mais os relatórios especiais demonstrados na figura abaixo.



Figura 1 – Relatórios que compuseram o relatório de síntese

O relatório é baseado nas mais recentes descobertas científicas e apresenta um quadro terrível do estado atual do clima, destacando a necessidade urgente de ação para mitigar os piores impactos do aquecimento global. Reitera que a influência humana aqueceu o clima a uma taxa sem precedentes, com temperaturas globais atualmente 1,1 ° C mais altas do que os níveis pré-industriais. Adverte que, mesmo que sejam tomadas medidas imediatas e drásticas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, as temperaturas globais ainda devem aumentar mais de 1,5 ° C acima dos níveis pré-industriais nas próximas décadas.

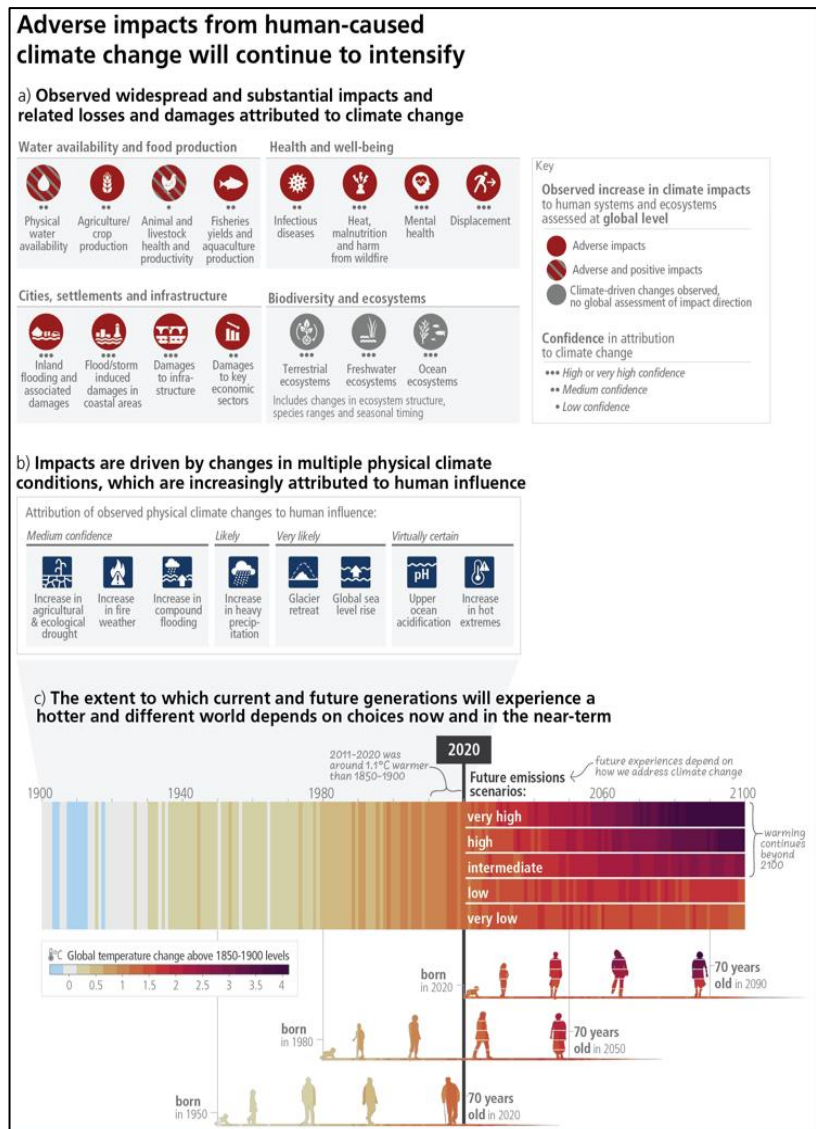
Impactos na saúde

Os impactos das mudanças climáticas já estão sendo sentidos em todo o mundo, com aumentos nas ondas de calor, eventos de enchentes e secas. Esses eventos estão levando a riscos crescentes para a saúde humana, com o relatório destacando que as mudanças climáticas já estão afetando a saúde de milhões de pessoas em todo o mundo.

O relatório observa que a mortalidade relacionada ao calor está aumentando em muitas regiões, particularmente em áreas urbanas, onde o efeito de ilha de calor urbano pode levar a temperaturas significativamente mais altas do que nas áreas rurais circundantes. O número de pessoas expostas ao calor extremo está aumentando, com algumas populações, como idosos e trabalhadores ao ar livre, em risco particular.

Além dos impactos relacionados ao calor, a mudança climática também está afetando a qualidade do ar, com o aumento dos incêndios florestais e tempestades de poeira levando ao aumento dos problemas respiratórios. O relatório também destaca os impactos das mudanças climáticas nas doenças transmitidas pela água, observando que as mudanças nos padrões de temperatura e precipitação estão alterando a distribuição de vetores de doenças, como mosquitos, e causando surtos mais frequentes de doenças transmitidas pela água, como a cólera.

A mudança climática também está impactando a segurança alimentar, com mudanças nos padrões de temperatura e precipitação afetando o rendimento das culturas e levando ao aumento da insegurança alimentar em algumas regiões. Isso, por sua vez, pode levar à desnutrição, particularmente entre as crianças.



O relatório destaca que os impactos das mudanças climáticas na saúde não são distribuídos uniformemente, com populações vulneráveis em risco particular, como idosos, crianças e pessoas que vivem na pobreza. O relatório observa que a mudança climática está exacerbando as desigualdades de saúde existentes, com aqueles que já experimentam problemas de saúde ou acesso limitado a serviços de saúde em maior risco. Maiores impactos em partes da África, Ásia, América Central/Sul, LDCs, Pequenas Ilhas, Ártico. Pessoas em áreas altamente vulneráveis têm até 15 vezes mais chances de morrer em enchentes, secas, tempestades em comparação com as áreas mais resilientes (Fig. 2).

Examples of impacts without additional adaptation

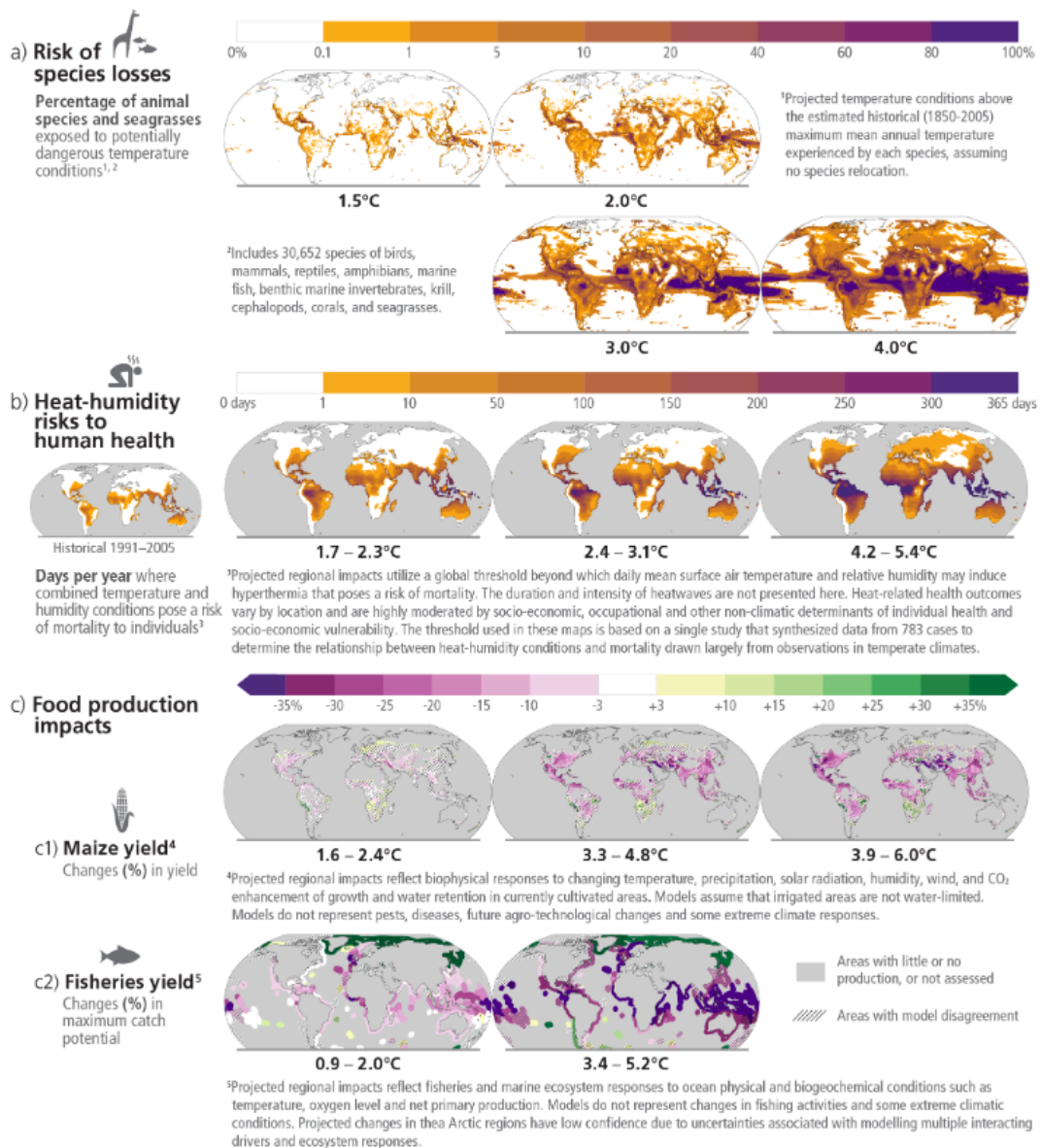


Figura 2 – Previsão futura dos impactos das mudanças climáticas, com aumento da gravidade dos impactos nos sistemas naturais e humanos e aumento nas diferenças regionais.

O relatório destaca que os impactos das mudanças climáticas na saúde provavelmente serão de longo alcance e duradouros. Por exemplo, espera-se que as mudanças climáticas aumentem a prevalência de certas doenças, como dengue e malária, e exacerbem as condições de saúde existentes, como asma e doenças cardíacas. Além disso, o relatório observa que a mudança climática provavelmente levará ao aumento dos impactos na saúde mental, já que as pessoas são forçadas a lidar com a perda de casas, meios de subsistência e comunidades devido a eventos climáticos extremos e outros impactos relacionados ao clima.

O relatório enfatiza a necessidade de ação imediata para enfrentar os impactos das mudanças climáticas na saúde. Isso inclui reduzir as emissões de gases de efeito estufa para limitar o aquecimento global, adaptar-se aos impactos inevitáveis das mudanças climáticas e construir resiliência nos sistemas de saúde para responder aos impactos das mudanças climáticas na saúde. O relatório também destaca a necessidade de aumentar a pesquisa para

entender melhor as complexas interações entre as mudanças climáticas e a saúde e desenvolver estratégias eficazes para mitigar os impactos das mudanças climáticas na saúde.

A redução das emissões de gases de efeito estufa não apenas mitigará os impactos das mudanças climáticas na saúde, mas também terá co-benefícios significativos para a saúde humana, como a melhoria da qualidade do ar e a redução das taxas de doenças respiratórias e cardiovasculares. O relatório destaca a importância de adotar uma abordagem holística para enfrentar as mudanças climáticas e a saúde, reconhecendo que os impactos das mudanças climáticas na saúde estão interconectados com outros fatores ambientais, sociais e econômicos.

Há a necessidade de cooperação internacional para abordar os impactos das mudanças climáticas na saúde, observando que nenhum país está imune a esses impactos.

Sobre as ações de mitigação

A queima de combustíveis fósseis, são a principal causa das mudanças climáticas. A mitigação envolve a redução das emissões de gases de efeito estufa para limitar a magnitude e a taxa das mudanças climáticas. As emissões globais de dióxido de carbono (CO₂) precisam atingir zero líquido por volta de meados do século para limitar o aquecimento global a 1,5 ° C acima dos níveis pré-industriais. Emissões líquidas zero significa que quaisquer emissões remanescentes são compensadas pela remoção de uma quantidade equivalente de CO₂ da atmosfera, como por meio de reflorestamento ou captura e armazenamento de carbono.

Dessa forma, reduções profundas e rápidas nas emissões de gases de efeito estufa são necessárias em todos os setores, incluindo energia, transporte, indústria, edifícios e agricultura, para limitar o aquecimento a 1,5 ° C, integrando medidas de mitigação em políticas e processos de planejamento em todos os setores.

Existem muitas medidas de mitigação disponíveis em todos os setores. Por exemplo, no sector da energia, as medidas incluem o aumento da quota de energias renováveis, a melhoria da eficiência energética e a eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis. No setor dos transportes, as medidas incluem a promoção de veículos com baixas emissões e de modos de transporte sustentáveis, como a caminhada, a bicicleta e os transportes públicos. No setor industrial, as medidas incluem a melhoria dos processos industriais e a promoção de práticas de economia circular. No sector dos edifícios, as medidas incluem a melhoria dos códigos e normas de construção e a promoção de edifícios energeticamente eficientes. No setor agrícola, as medidas incluem a redução das emissões da pecuária e a promoção de práticas sustentáveis de uso da terra.

Muitas medidas de mitigação trazem co-benefícios, como a melhoria a qualidade do ar, aumento da segurança energética e redução do risco de volatilidade dos preços da energia. O relatório também observa que muitas medidas de mitigação podem contribuir para alcançar outros objetivos de desenvolvimento sustentável, como o ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

O relatório observa que há muitos desafios para a implementação de medidas de mitigação. Esses desafios incluem fatores técnicos, econômicos, sociais e políticos. A superação desses desafios requer uma combinação de inovação tecnológica, políticas e marcos regulatórios e mudança comportamental. A equidade e a justiça são considerações críticas na implementação de medidas de mitigação. É preciso garantir que o ônus da mitigação seja

compartilhado de forma justa entre países e grupos sociais e que as populações vulneráveis não sejam desproporcionalmente afetadas pelos impactos das medidas de mitigação.

Sobre as tecnologias para mitigação das emissões

O relatório reconhece que a inovação tecnológica é um elemento crítico para alcançar as metas climáticas e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Houve avanços significativos em energia renovável, eficiência energética e transporte de baixo carbono, entre outros setores. No entanto, o relatório também destaca que essas tecnologias devem ser rápida e amplamente implantadas em escala para reduzir efetivamente as emissões.

Várias medidas políticas podem ser tomadas para promover a implantação de tecnologias de baixo carbono, como a precificação do carbono, regulamentos e padrões, incentivos financeiros e investimento público. O relatório também destaca a importância da cooperação internacional e do compartilhamento de conhecimento para acelerar a implantação de tecnologias de baixo carbono. Os países podem aprender com as experiências e sucessos uns dos outros na implantação de tecnologias de baixo carbono.

As reduções significativas de emissões podem ser alcançadas através da adoção de fontes de energia renováveis. O relatório observa que as fontes de energia renováveis, como a energia solar e eólica, tornaram-se cada vez mais competitivas em termos de custos com os combustíveis fósseis nos últimos anos. No entanto, o relatório também observa que a implantação de energia renovável deve ser ampliada significativamente para atender às metas climáticas. O relatório destaca a necessidade de políticas de apoio e investimento para alcançar essa expansão.

Outras medidas para alcançar a eficiência energética também são sugeridas, como reformas de edifícios, aparelhos eficientes e melhor isolamento – com enfoque para o setor de construção.

O relatório observa que o transporte de baixo carbono é outra área crítica para a redução de emissões. As políticas de apoio, como incentivos para veículos elétricos e investimentos em infraestrutura de transporte público, podem ajudar a acelerar a implantação de opções de transporte de baixo carbono.

O relatório também discute o potencial das tecnologias de emissões negativas (NETs) para contribuir para a redução de emissões. NETs envolvem a remoção de dióxido de carbono da atmosfera, seja através de processos naturais ou feitos pelo homem. O relatório observa que, embora algumas NETs tenham um potencial significativo, como o florestamento e o reflorestamento, outras, como a bioenergia com captura e armazenamento de carbono (BECCS), têm desafios e riscos significativos.

Também é destacada a importância do investimento público e privado em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, bem como políticas que apoiem a inovação. A inovação pode ajudar a reduzir custos e melhorar o desempenho das tecnologias de baixo carbono, tornando-as mais competitivas com os combustíveis fósseis.

A implantação de tecnologias de baixo carbono deve ser acompanhada por mudanças sociais e comportamentais. O potencial de mudanças nos padrões de consumo, como a redução do consumo de carne, para contribuir para a redução de emissões. O relatório também observa o potencial de mudanças no planejamento urbano e na infraestrutura de transporte para reduzir as emissões.

Sobre os mecanismos de adaptação

A mudança climática já está afetando os sistemas naturais e humanos, e os impactos devem continuar e piorar nas próximas décadas. A adaptação é fundamental para reduzir a vulnerabilidade a esses impactos, proteger os ecossistemas e as comunidades humanas e aumentar a resiliência.

Define-se adaptação como "o processo de ajuste ao clima real ou esperado e seus efeitos, a fim de moderar danos ou explorar oportunidades benéficas". As medidas de adaptação podem ser tomadas nos níveis individual, comunitário, regional e nacional. A adaptação é um processo complexo que envolve múltiplos atores e setores, incluindo governos, setor privado, sociedade civil e comunidades necessitando processos integrados de políticas e planejamento para garantir que as medidas de adaptação sejam eficazes, eficientes e equitativas.

As medidas de adaptação devem ser adaptadas aos contextos locais e às vulnerabilidades específicas, considerando informações e conhecimentos localmente relevantes, incluindo conhecimentos indígenas e tradicionais, para informar o planejamento de adaptação e a tomada de decisões.

Essas medidas de adaptação podem ser implementadas por meio de uma série de abordagens, incluindo infraestrutura, abordagens baseadas em ecossistemas e sociais. As abordagens de infraestrutura envolvem medidas físicas, como paredes ou barreiras contra inundações, para proteger contra os impactos climáticos. As abordagens baseadas em ecossistemas envolvem a proteção e a restauração de ecossistemas naturais, como zonas úmidas ou florestas, para proporcionar benefícios como proteção contra inundações ou sequestro de carbono. As abordagens sociais envolvem medidas como sistemas de proteção social ou iniciativas de adaptação baseadas na comunidade que constroem resiliência e reduzem a vulnerabilidade aos impactos climáticos.

O relatório observa que as medidas de adaptação também podem ter co-benefícios, como reduzir a pobreza, melhorar os resultados de saúde e aumentar a biodiversidade. Tendo ainda potencial para contribuir para múltiplos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), incluindo o ODS 1 (Sem Pobreza), o ODS 3 (Boa Saúde e Bem-Estar), o ODS 6 (Água Limpa e Saneamento) e o ODS 13 (Ação Climática).

No entanto, as medidas de adaptação devem ser implementadas de forma equitativa que não exacerbe as desigualdades existentes, considerando fatores sociais e econômicos, como pobreza e gênero, no planejamento de adaptação e na tomada de decisões.

O relatório observa a importância de criar um ambiente propício para o investimento do setor privado em adaptação, inclusive por meio de políticas e regulamentos que reduzam o risco e incentivem o investimento. É ainda importante evitar a desadaptação, que envolve a implementação de medidas de adaptação que inadvertidamente aumentam as emissões ou prejudicam os esforços para reduzir as emissões.

A cooperação internacional e o compartilhamento de conhecimento são fundamentais para melhorar a adaptação. O relatório destaca o potencial para os países aprenderem com as experiências uns dos outros na adaptação às mudanças climáticas, bem como a importância de fornecer apoio financeiro e técnico aos países que são particularmente vulneráveis aos impactos climáticos.

Primeira reunião do Comitê de Transição sobre a operacionalização do novo regime de financiamento para a resposta a perdas e danos

A COP 27 e a CMA 4 estabeleceram novos mecanismos de financiamento e um fundo para ajudar na resposta a perdas e danos os países em condições de vulnerabilidade aos efeitos adversos das alterações climáticas. De 27 a 29 de Março ocorreu a [Primeira reunião do Comitê de Transição](#).

Foi criado um comitê transitório para a operacionalização dos novos mecanismos de financiamento, a fim de formular recomendações para apreciação e adopção pela COP28.

A COP 27 e a CMA 4 acordaram que as recomendações do Comitê de Transição devem considerar, nomeadamente: a) Estabelecer disposições institucionais, modalidades, estrutura, governação e termos de referência para o fundo; b) Definir os elementos dos novos mecanismos de financiamento; c) Identificar e expandir as fontes de financiamento; d) Assegurar a coordenação e a complementaridade com os mecanismos de financiamento existentes.

A COP 27 e a CMA 4 também decidiram que o Comitê de Transição será informado por:

- a) O panorama atual das instituições, incluindo a nível mundial, regional e nacional, que financiam atividades relacionadas com a resolução de perdas e danos, e as formas como a coerência, a coordenação e as sinergias entre elas podem ser reforçadas;
- b) As lacunas existentes nesse panorama atual, incluindo os tipos de lacunas, como as relacionadas com a velocidade, a elegibilidade, a adequação e o acesso ao financiamento, observando que estas podem variar em função do desafio, como as emergências relacionadas com o clima, a subida do nível do mar, a deslocação, a deslocalização, a migração, a informação e os dados climáticos insuficientes ou a necessidade de reconstrução e recuperação resilientes às alterações climáticas;
- c) As lacunas prioritárias para as quais devem ser exploradas soluções;
- d) As formas mais eficazes de colmatar as lacunas, em especial para as populações mais vulneráveis e os ecossistemas de que dependem;
- e) Fontes potenciais de financiamento, reconhecendo a necessidade de apoio de uma grande variedade de fontes, incluindo fontes inovadoras.

O trabalho do Comitê de Transição e as suas recomendações terão em conta o panorama das instituições e soluções relevantes para responder a perdas e danos associados aos impactos das alterações climáticas, em consonância com a visão de que os novos mecanismos de financiamento devem complementar e incluir fontes, fundos, processos e iniciativas incluídas ou não na Convenção e do Acordo de Paris.

Sinais e tendências para o futuro do desenvolvimento

Erica Kastrup

O documento do PNUD [Signals Soplhtlight 2023](#)⁶, lançado em março de 2023, tem o objetivo de destacar sinais e tendências que possivelmente impactarão o desenvolvimento nos próximos 3 a 10 anos. É fruto de um esforço do PNUD por compreender melhor os movimentos das sociedades globais, com o objetivo de se mapear oportunidades e riscos para o futuro do desenvolvimento. O exercício de se “escanear o horizonte” consiste em identificar sinais que, juntos, podem significar padrões de futuro plausíveis. É importante ressaltar que não se trata de tentar prever o que vai acontecer, mas sim de um esforço do PNUD para estar mais preparado para as incertezas, imaginando cenários futuros e especulando sobre como lidar com eles. Também não se trata de acreditar que este é um retrato um estaque, mas que reflete uma realidade que pode mudar à medida que novos sinais acelerem uma tendência ou a desviem para algo novo. De qualquer forma, é uma tarefa importante ao passo que ao se tentar entender o futuro, é possível também ajudar a contruí-lo.

Para isso, o PNUD criou um sistema onde funcionários de diversas partes do mundo puderam imputar dados e informações que pudessem alertar sobre tendências. Tais sinais foram coletados a partir de pesquisas, relatórios e documentos de organizações nacionais e internacionais, notícias de revistas e jornais e experiências em políticas públicas que a rede interna do PNUD encarregada do exercício considerou como relevantes para o futuro. Entre setembro e dezembro de 2022 foram coletados 500 sinais que poderiam ser indicadores significativos para o futuro do desenvolvimento dentre os quais os profissionais do PNUD buscaram padrões. Foram identificados 13 temas, dentre os quais selecionamos cinco que podem ser úteis para pensarmos o futuro da saúde global e da cooperação internacional em saúde.

É interessante notar como algumas das questões apontadas no relatório não são novas no debate setorial, mas se apresentam com novos problemas e agendas, como por exemplo o **otimismo com a tecnologia**. No passado, na saúde internacional, esta questão disseminou a crença em “pílulas mágicas” que seriam capazes de acabar com as doenças sem que fosse necessário o investimento em melhores condições de vida em países pobres. Em 2023, as tecnologias são novas, mas os perigos são semelhantes.

Por exemplo, no ano passado, a revista Science indicou como o maior avanço do ano a descoberta de uma proteína alimentada por inteligência artificial (IA) por seu potencial para acelerar a pesquisa biológica e ajudar a entender e combater doenças. Ao mesmo tempo, outros estudos apontam que a IA e o aprendizado de máquina prometem tornar o desenvolvimento de medicamentos dramaticamente mais rápido e mais barato e redimentos de colheitas mais previsíveis com impacto na segurança alimentar. A Universidade do Arizona está testando protótipos de árvores artificiais com potencial milhares de vezes maior para captar carbono do que árvores naturais, e uma start up de Abu Dhabi está desenvolvendo um dispositivo flutuante de dessalinização movido a energia solar, enquanto uma empresa indiana está mecanizando a agricultura oceânica com um catamarã que colhe e replanta simultaneamente algas marinhas no oceano.

Contudo, segundo alerta o documento, é preciso ter em conta que a tecnologia pode ser falsamente reconfortante se usada para tratar as consequências e não as causas dos

⁶ Relatório disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/UNDP_Signals_Spotlight_2023_FINAL.pdf

problemas sociais e ambientais. Existe o perigo, por exemplo, de os países encontrarem soluções paliativas e argumentações supostamente coerentes para não cumprirem os acordos do clima.

Não é o caso de se rechaçar soluções tecnológicas que podem mitigar efeitos adversos dos diversos problemas sociais e ambientais globais, mas de se estar atento também para o fato do impacto disso na equidade, já que as tecnologias podem não estar acessíveis para a maioria das pessoas ou beneficiar certos grupos. Ademais o excesso de confiança na tecnologia pode marginalizar saberes locais ou conhecimentos indígenas, indispensáveis para contextos específicos e provavelmente mais difíceis de serem recuperados se perdidos.

Outra tendência apontada no documento que guarda relação com o debate sobre a saúde global seria o surgimento de um **novo altruísmo**. O debate sobre o papel da filantropia e sua relação a responsabilidade pública e com interesses geopolíticos não é nova, e o documento aponta novos modelos de filantropia, sem que configure um novo debate.

Atualmente, em todo o mundo, mais pessoas estão doando para caridade, ajudando estranhos e fazendo trabalho voluntário: os números aumentaram em um quarto desde antes da Covid. Há novas maneiras de doar: você pode doar bitcoins; o UNICEF usou tokens não fungíveis (NFTs) para arrecadar dinheiro para fomentar o acesso a internet nas escolas, dando aos doadores uma maneira de rastrear quando seus fundos são usados. A Oxfam fez parceria com universidades para teste uma plataforma baseada em blockchain que oferece suporte a doações em tempo real, acionadas por condições definidas por seus doadores.

O fundador da empresa de roupas Patagonia doou a empresa a um fundo de caridade para combater a crise climática. Em 2021, altruístas eficazes gastaram US\$ 600 milhões em saúde global e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que alguns doadores de longa data estão reduzindo seus compromissos com a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

Os financiamentos filantrópicos são relativamente modestos quando comparados com a ODA e podem ser menos avessos aos riscos, já que as instituições filantrópicas não precisam responder a contribuintes, o que pode ser favorável em um momento em que o desenvolvimento exige financiamentos mais flexíveis. Contudo, grandes doações filantrópicas podem vir com condições ou valores anexados que não estão sempre alinhados com os destinatários ou com os ODS. Eles podem se concentrar em um único problema ou priorizar resultados de curto prazo, em vez de tentar resolver desafios sistêmicos ou estruturais. Assim em troca de contribuições relativamente modestas, filantropos e doadores privados podem garantir um papel influente na tomada de decisões e na definição de agendas de países e organizações multilaterais.

A ideia da eficácia na filantropia, ou seja, encontrar boas maneiras de ajudar as pessoas obtendo máximo benefício, provoca também o debate sobre o investimento em ações de longo prazo e suscita a pergunta: o foco no longo prazo é uma direção promissora ou os resultados distantes atraem as pessoas ainda menos? Contudo, a pergunta que cabe é: Como podemos reformular nosso pensamento sobre o altruísmo de modo que seja menos sobre dar e receber e mais sobre compartilhamento e busca de um futuro comum?

Outras tendências apontadas no documento se constituem como reconfigurações de experiências do passado em torno de outros objetos, como por exemplo a tendência a **cartelização de bens públicos**. No passado, os países produtores de petróleo se associaram para definir políticas de formação de preços e de relacionamento com os mercados internacionais, formando a OPEP. Nesse momento, a questão é a transição verde, que deve impulsionar a

demanda por minerais essenciais usados em tecnologias de energia limpa, como lítio, níquel e cobalto.

Por exemplo, a demanda por lítio, usado em veículos elétricos e baterias, deve crescer pelo menos treze vezes até 2040. Diante desse cenário, produtores de lítio da Bolívia, Argentina e o Chile estão pensando em estabelecer algo como uma “OPEP para lítio”, enquanto a Indonésia está olhando para uma estrutura semelhante para níquel, cobalto e manganês. Enquanto isso, Brasil, Indonésia e República Democrática do Congo assinaram uma parceria para cooperar sobre a preservação da floresta tropical, dizendo que os países devem ser pagos para manter as florestas como sumidouros de carbono. Gana e Costa do Marfim, que produzem dois terços do cacau mundial, boicotaram a reunião de 2022 da *World Cocoa Foundation*, exigindo preços de cacau mais justos para os agricultores. Novas alianças em torno de bens públicos globais também estão surgindo em outros lugares. Por exemplo, 27 empresas comprometidas com o uso sustentável da água formaram a *Water Resilience Coalition*, enquanto o *Ocean Rights Alliance* lançado na COP27 reúne empresas em torno da conservação dos oceanos.

Se por um lado a formação de novos blocos em torno de recursos críticos para a transição verde está moldando uma paisagem multipolar mais fluida e com mais espaço para os países em desenvolvimento, por outro as tensões em torno dessa nova realidade podem gerar novos arranjos de relacionamento entre os setores público e privado.

Quem possui, controla e se beneficia da extração de petróleo, gás, minerais e florestas tem papel significativo na produção das desigualdades e das mudanças climáticas. Então é necessário se perguntar se essas novas alianças incluirão a preocupação com essas dimensões ou se terão somente um perfil interessado na ampliação de lucros e oportunidades. A reflexão que fica é: como os interesses sociais e ambientais estarão presentes nas novas alianças entre setores e países que se conformam impulsionados pela transição para a economia verde? Qual a dimensão das responsabilidades sociais e ambientais nesses novos arranjos?

Outras questões apresentam características próprias de um novo tempo. Por exemplo o documento aponta uma tendência a uma **Necessão social**, caracterizada pelo aumento de doenças mentais e sensações de descrença quanto ao futuro, com impactos sobre a equidade e os sistemas de governança.

Uma pesquisa de 2021 mostrou que 33% dos adultos em todo o mundo já experimentaram sentimentos de solidão. Para a OMS a solidão está crescendo no ocidente, principalmente entre os jovens, ao mesmo tempo em que, para os idosos, o isolamento social foi especialmente prejudicial. As amizades e o envolvimento com a comunidade estão diminuindo nos EUA e a desconfiança é a emoção-padrão da sociedade, menos de 30% das pessoas em todo o mundo acreditam que a maioria das pessoas pode ser confiável. Essas tendências afetam a saúde física; e um estudo de chinês com adultos mostrou que a solidão pode acelerar o envelhecimento. A sensação de bem-estar no sul Ásia e Europa caiu 5 pontos percentuais no ano passado, e, para os trabalhadores, as esperanças para o futuro também declinaram. Apenas 10% dos trabalhadores da África Subsaariana vivem confortavelmente com sua renda familiar atual.

Com uma em cada oito pessoas em todo o mundo sofrendo de problemas mentais, a oferta de assistência em saúde mental é mais necessária do que nunca, e os excluídos pelo o fosso digital correm mais risco. O Relatório do Desenvolvimento Humano demonstrou como o sofrimento mental restringe o desenvolvimento humano, limitando a liberdade e capacidade de

escolha, e a perda de esperança no futuro têm consequências devastadoras para as economias e sociedades, especialmente para os mais jovens.

Preservar ou reconstruir o sentimento de confiança das pessoas e comunidades é especialmente importante quando a polarização está crescendo e os contratos sociais precisam ser repensados ou revigorados. Isso é ainda mais verdadeiro em países altamente endividados, vulneráveis à mudança climática, frágeis ou afetados por conflitos, que exigem soluções mais ancoradas em pactos sociais.

Esse quadro guarda relação com outro apontado no documento, que parece ser uma tendência e também encontra identificação com episódios recentes da história nacional. Por exemplo, o perigo de **democracias se tornarem autocracias**.

As ameaças à democracia estão crescendo, à medida que a liberdade global declina pelo 16º ano consecutivo. Entre 2016 e 2021, o número de países caminhando para o autoritarismo foi mais que o dobro do número que caminha para a democracia. A satisfação com a democracia caiu na maior parte do mundo. Cerca de 52% das pessoas em 77 países concordaram que ter um líder forte incompreendidos por legislaturas ou eleições é uma coisa boa (em comparação com 38% em 2009).

A natureza da autocratização também está mudando. Em 2021 seis golpes, uma quebra acentuada de uma média de 1,2 golpes por ano desde 2000. A polarização está aumentando a níveis tóxicos, o respeito pela oposição legítima e pelo pluralismo diminui, enquanto os líderes autocráticos estão cada vez mais usando desinformação, repressão da sociedade civil e censura da mídia para empoderar suas agendas. A Covid foi amplamente utilizada para justificar a restrição espaço cívico e pelo menos 31 países usaram decretos militares ou força para impor restrições durante a pandemia.

Segundo o documento, a incerteza do mundo de hoje está aumentando a insegurança humana, alimentando a polarização, a desconfiança e a tendência das pessoas a se alimentarem de visões extremas. Isso, por sua vez, torna ainda mais difícil para as pessoas se unirem em torno de escolhas difíceis que promovam mudanças sustentáveis, criando um círculo vicioso com pessoas ainda mais entinchados em seus próprios grupos de pensamentos semelhantes, o que, por sua vez, impede o diálogo político democrático.

Por outro lado, situações de crise, como a pandemia de COVID-19 requerem comando e controle. A questão que se coloca é como prevenir o abuso de poder e a imposição de medidas com capacidade para prejudicar a democracia no longo prazo. Como balancear a necessidade de se governar com eficiência e preservar os princípios democráticos? É preciso encontrar essa balança e se pensar em modelos e contratos sociais equitativos que reflitam as necessidades das nossas gerações e das futuras.

O documento do PNUD, assim como os exercícios de se buscar no horizonte tendências que supostamente estariam moldando o futuro, é altamente seletivo e subjetivo. Se o seu mérito é se valer de uma série de estudos e documentos que estão referidos no texto e agrupados em torno das questões, seu ponto fraco é que deixa de discutir com profundidade os temas que aponta. Contudo, o PNUD deixa claro que seu objetivo principal é provocar o debate, iniciando conversas que envolvam perspectivas e abordagens diferentes. Nesse ponto, é válido para aqueles que discutem os rumos, características e desafios do desenvolvimento internacional.

“É a luta de classes que define as jornadas laborais. Não é a tecnologia e nem o capital!”: Algumas reflexões a propósito do retrocesso que ameaça a Coreia do Sul

René Mendes

Introdução

A escolha do tema para este número dos Cadernos CRIS foi desencadeada pela notícia que alcançou grande parte do mundo, trazendo preocupação para a classe trabalhadora e para as sociedades que vislumbram a possibilidade de melhorar o equilíbrio entre tempo de trabalho e tempo livre: o governo da República da Coreia se esforça para aumentar o limite da carga horária de trabalho semanal, de 52 para 69 horas⁷! A medida é apoiada pela iniciativa privada. Sob a lei atual, as empresas podem ser alvo da Justiça se seus funcionários trabalharem pelo menos uma hora além do intervalo de tempo determinado. Segundo o setor, isso representa uma "falta de flexibilidade" que acarreta "dificuldade de cumprir prazos", informou o portal de notícias The Korea Times.

Como forma de compensação pelas horas adicionais, os trabalhadores teriam direito a banco de horas, podendo tirar folgas em momentos oportunos para eles, podendo gerar férias anual de um mês, por exemplo. O plano vem sendo alvo de críticas por sindicatos dos trabalhadores e políticos da oposição. A proposta foi anunciada após uma reunião presidida pelo ministro das Finanças sul-coreano, Choo Kyung-ho. Chamada de "sistema de economia de horas de trabalho", ela conta com apoio do presidente do país, Yoon Suk Yeol. A gestão anterior, de Moon Jae-in, tinha reduzido a jornada máxima de 68 horas para 52 horas semanais em 2018, sendo 40 horas a determinação regular com um limite de 12 horas extras.

O surpreendente retrocesso torna-se ainda mais chocante, se for analisado à luz do recente relatório produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), intitulado **“Working Time and Work-Life Balance Around the World”**⁸, lançado em janeiro deste ano. No relatório, a Coreia do Sul havia sido selecionada como um “case” de avanço e sucesso: “A República da Coreia, um país com jornadas de trabalho historicamente longas, introduziu uma política de trabalho de cinco dias em 2004 por meio de sua Lei de Normas do Trabalho revisada, que efetivamente tornou o sábado um dia não útil oficial, estabeleceu um dia normal de trabalho de 8 horas e reduziu a semana de trabalho legal padrão de 44 a 40 horas. Antes dessa reforma da legislação trabalhista, a média anual de horas de trabalho por pessoa empregada na República da Coreia era de 2.392 horas, de longe a mais longa em qualquer país da OCDE. Em 2019, antes da pandemia de COVID-19, o número era de 1.967 horas por ano. A reforma da legislação trabalhista visava abordar os efeitos negativos associados a jornadas de trabalho excessivamente longas.”

O choque com o retrocesso coreano torna-se ainda mais contundente e preocupante, quando analisado à luz de uma excelente publicação lançada no Brasil, no final de 2022: **“O futuro é a redução da jornada de trabalho”**⁹

⁷ <https://oglobo.globo.com/economia/epoca/noticia/2023/03/coreia-do-sul-avalia-aumentar-limite-da-carga-horaria-semanal-para-69-horas.ghtml>

⁸ https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_864222/lang-en/index.htm

⁹ “O futuro é a redução da jornada de trabalho”. Organizadores: Sadi Dal Rosso, Ana Claudia Moreira Cardoso, Cássio da Silva Calvete e José Dari Krein. Porto Alegre: Editora CirKula, 2022. 416p.

O presente artigo bebe destas três fontes: as notícias a respeito da 'recaída' coreana, há poucos dias publicadas nos principais jornais do mundo; o relatório global da OIT sobre o tempo de trabalho e o equilíbrio (balanço) entre tempo de trabalho e tempo para a vida; e a grandiosa obra sobre a redução da jornada de trabalho no mundo e no Brasil, que objetiva, aliás, pautar a redução da jornada de trabalho no Brasil, do limite semanal de 44 horas, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, para 40 horas, num primeiro momento, na contramão de todos os esforços perpetrados para impor a 'contrarreforma trabalhista' em nosso país. Nossa análise é descritiva, mas ela tem um forte componente de posicionamento do analista, em defesa do avanço civilizatório em direção à redução progressiva da jornada laboral e aumento do tempo livre. É deste livro que emprestamos sua última frase, para abrir nosso tema deste número de Cadernos CRIS: "É a luta de classes que define as jornadas laborais. Não é a tecnologia e nem o capital!".

O "caso" do retrocesso coreano

Como já mencionado, a Coreia do Sul, assim como a maioria dos países asiáticos que se destacaram no cenário industrial e econômico após a 2ª Guerra Mundial, de jornadas de trabalho historicamente longas, introduziu uma política de trabalho de cinco dias em 2004, por meio de sua Lei de Normas do Trabalho revisada, que efetivamente tornou o sábado um dia não útil oficial, estabeleceu um dia normal de trabalho de 8 horas e reduziu a semana de trabalho legal padrão de 44 a 40 horas. Antes dessa reforma da legislação trabalhista, a média anual de horas de trabalho por pessoa empregada na República da Coreia era de 2.392 horas, de longe a mais longa em qualquer país da OCDE.

Segundo o que foi noticiado, o novo governo coreano entende agora que o aumento da carga horária vai permitir que trabalhadores escolham trabalhar mais em semanas com mais demandas e, em períodos com menos intensidade laboral, possam diminuir a quantidade de horas trabalhadas. Isso faria com que não ocorra aumento da carga horária total ao longo do ano para cada funcionário, respeitando as restrições do Ministério do Trabalho. Por isso, se um funcionário trabalhar muitas horas extras numa semana, ele não poderá fazer o mesmo em seguida. Além disso, também haveria uma determinação obrigatória de 11 horas consecutivas de descanso entre as horas de trabalho. Segundo o portal The Straits Times, a Federação de Empresas da Coreia aprovou o plano, apontando como benefício a flexibilidade. No entanto, a Confederação Coreana de Sindicatos, se opôs, justificando que os trabalhadores acabarão tendo jornadas de trabalho ainda mais longas do que antes.

"Você vai morrer se trabalhar assim. O problema é Yoon Seok-yeol", diz postagem dos sindicatos no Instagram.

Estima-se que a proposta de revisão da lei deva ser apresentada à Assembleia Nacional da Coreia do Sul em junho ou julho deste ano.

Um pouco atrasado, o Relatório da OIT, lançado em janeiro deste ano, analisa muito positivamente o sucesso da redução da jornada de trabalho naquele país. Segundo a OIT, uma abordagem em fases foi utilizada para implementar a redução da semana de trabalho. Em 2004, todas as organizações com 1.000 trabalhadores ou mais foram obrigadas a implementar uma semana de trabalho de 40 horas, seguidas em 2005 por organizações com 300 empregados ou mais. Em 2005, as organizações com 100 ou mais trabalhadores implementaram a jornada de 40 horas semanais, seguidas pelas organizações com 50 ou mais empregados em 2007, organizações com 20 ou mais trabalhadores em 2008, e organizações com 5 a 20 empregados em 2011. Organizações com menos de 5 empregados foram excluídas. O Governo encorajou o

setor público a assumir a liderança desta iniciativa e a partilhar as melhores práticas na implementação da redução do tempo de trabalho. Por exemplo, os governos central e local introduziram gradualmente a nova semana de trabalho, dando folga aos funcionários a cada dois sábados durante um ano e, em seguida, implementando totalmente a semana de cinco dias. A lei de 40 horas semanais permitiu que a jornada de trabalho fosse estendida para 12 horas, desde que houvesse acordo entre empregado e empregador. Para ajudar os empregadores a fazer a transição, as primeiras quatro horas extras foram cobradas em 25% do salário por hora extra e, posteriormente, em 50% do salário por hora extra. Após três anos, todas as horas extras foram fixadas em 50% do salário do trabalhador para todas as horas extras acima de 40 horas por semana. Além disso, se acordos de horário de trabalho flexível fossem acordados entre as partes, o prêmio de horas extras poderia ser evitado. Por exemplo, se um empregado trabalhou 48 horas em uma determinada semana, nenhum pagamento de horas extras seria pago nessa semana, desde que o número de horas trabalhadas por semana fosse em média 40 em um período de três meses, incluindo essa semana.

Em 2012, de acordo com o Instituto Trabalho e Sociedade da Coreia, o total de horas de trabalho diminuiu de 1,87 bilhão para 1,64 bilhão e os empregos aumentaram de forma constante, subindo 12,3% de 21,57 milhões em 2001 para 24,24 milhões em 2011. O efeito estimado nas horas reais de trabalho foi um declínio no número de horas de trabalho por semana por pessoa, de 50,4 em 2001 para 43,9 em 2011. Além disso, para cada redução de 10 por cento nas horas de trabalho por semana, houve um aumento correspondente de 9,7 por cento no emprego, o que é superior ao aumento de 5 a 6 por cento normalmente associado a reduções no tempo de trabalho. Embora em 2012 mais da metade (53,5 por cento) dos trabalhadores coreanos tivessem uma semana de trabalho padrão de cinco dias, os trabalhadores restantes são membros de organizações com cinco empregados ou menos e, portanto, ainda estão sob o padrão legal de uma semana de trabalho de 44 horas.

O que mostra o Relatório Mundial da OIT

O relatório “Work Time and Work-Life Balance Around the World¹⁰¹¹” fornece uma análise abrangente dos dois principais aspectos do tempo de trabalho – horário de trabalho e acordos de horário de trabalho (também chamados de horários de trabalho) – e seus efeitos sobre o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal dos trabalhadores. O relatório analisa as horas de trabalho de várias perspectivas diferentes, destacando que, globalmente, **mais de um terço de todos os trabalhadores trabalham regularmente mais de 48 horas por semana**, enquanto um quinto da força de trabalho global está no extremo oposto do espectro trabalhando menos. (tempo parcial) menos de 35 horas por semana. Ele também analisa as horas reais de trabalho em comparação com o número de horas preferido dos trabalhadores, descobrindo que, em particular, **trabalhar mais horas do que o desejado tem efeitos negativos sobre o equilíbrio entre vida profissional e pessoal** relatado pelos trabalhadores. Por fim, o relatório fornece uma visão geral das medidas de resposta à crise relacionadas ao horário de trabalho implementadas por governos e empresas durante a pandemia do COVID-19, como compartilhamento de trabalho ou trabalho de curta duração e teletrabalho em casa, que ajudaram a manter as organizações funcionando e os trabalhadores empregados. Este relatório global conclui, resumidamente, sobre a importância e a necessidade de promover jornadas de trabalho

¹⁰ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_864222.pdf

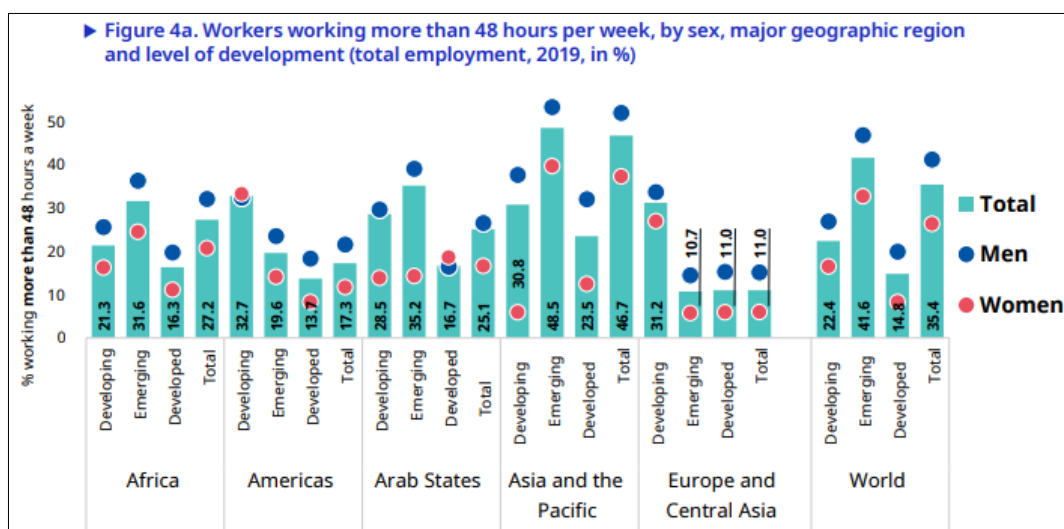
¹¹ https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_864222/lang--en/index.htm

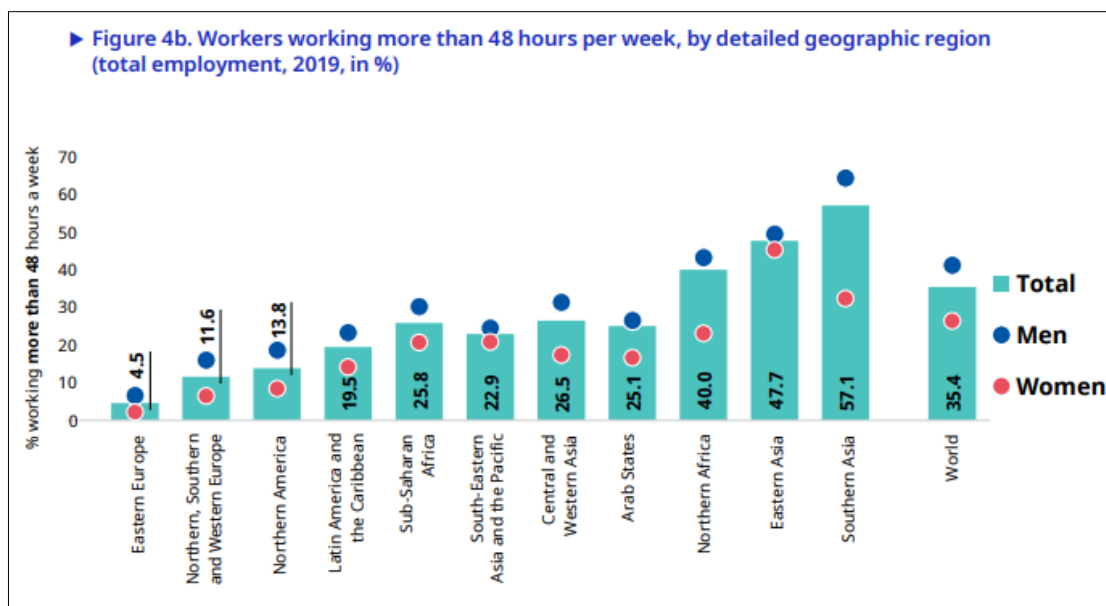
reduzidas e oferecer acordos de horário de trabalho flexível, como horário flexível e teletrabalho, de forma mais ampla; esses tipos de políticas ajudariam a melhorar o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e, assim, beneficiariam tanto os trabalhadores quanto os empregadores.

Os autores do relatório chamam a atenção à inadequação de estatísticas que se baseiam exclusivamente no total de horas trabalhadas por semana. Trata-se de uma deficiência grave porque – como acontece com qualquer medida de tendência central – a estimativa das horas semanais médias de trabalho falha em revelar se a distribuição das horas de trabalho em uma região, país, setor, ocupação ou outra categoria é distribuída segundo uma curva normal, ou se é distorcida; neste último caso, isso pode significar que as horas de trabalho dos trabalhadores são mais propensas a estar fora do intervalo normal na direção de horas longas ou horas curtas (meio período). Essa é a principal razão pela qual se torna necessário analisar, também, a distribuição das horas de trabalho fora do intervalo normal – ou seja, longas horas e horas curtas (meio período). Além disso, há também outras razões sólidas para esse foco, como o fato de que longas jornadas regulares de trabalho estão associadas a uma variedade de efeitos negativos, como segurança e saúde ocupacional, equilíbrio entre vida profissional e pessoal e produtividade, bem como o fato de que horas de trabalho muito curtas (menos de 15/20 horas por semana) estão associadas ao subemprego relacionado ao tempo.

Com efeito, ‘longas horas de trabalho’ podem ser definidas como **trabalhar regularmente mais de 48 horas por semana**. Esta definição é consistente com as normas internacionais de trabalho relevantes, a Convenção No. 1 e a Convenção sobre Horas de Trabalho (Comércio e Escritórios), 1930 (No. 30), que limitam as horas normais de trabalho a 48 horas por semana. Também é consistente com a literatura relevante sobre os efeitos negativos de longas horas de trabalho na segurança e saúde do trabalhador, equilíbrio entre vida profissional e pessoal e produtividade e desempenho.

As figuras 4a e 4b, retiradas do Relatório da OIT (págs. 13 e 14, respectivamente) mostram as regiões do mundo onde se trabalha mais (mais de 48 horas semanais), com claro destaque para os países do Sudeste asiático.





Conforme mostrado nas figuras 4a e 4b, aproximadamente um terço da força de trabalho global (35,4%) trabalhava mais de 48 horas por semana em 2019 antes do início da pandemia de COVID-19. As categorias na figura 4a são baseadas no nível de desenvolvimento econômico dos países: desenvolvidos (alta renda), emergentes (renda média) ou em desenvolvimento (baixa renda). A proporção de trabalhadores que trabalham tantas horas é substancialmente maior nos países em desenvolvimento em comparação com os países desenvolvidos e é maior de todas nas economias emergentes. A região com a maior proporção de trabalhadores que trabalham regularmente mais de 48 horas por semana é a Ásia e o Pacífico, onde quase metade de todos os trabalhadores (46,7%) trabalham longas horas. As maiores proporções de trabalhadores com longas jornadas de trabalho são encontradas no sul da Ásia (57,1%) e no leste da Ásia (47,7%). A África tem a segunda maior proporção de trabalhadores com longas horas de trabalho (27,2%), particularmente a África do Norte (40,0 por cento), seguida pelos Estados Árabes com 25,1%. A região com menor proporção de trabalhadores com longas jornadas de trabalho é claramente a Europa e a Ásia Central (11,0 por cento), com destaque para o Leste Europeu (4,5 por cento).

Nas economias em desenvolvimento e emergentes, essas longas horas de trabalho são motivadas principalmente por baixos salários por hora e/ou um desejo de maximizar ganhos (sejam eles salários ou renda de trabalho autônomo), o que significa que os trabalhadores muitas vezes precisam trabalhar longas horas apenas para sobreviver. A situação é muito diferente nos países desenvolvidos, particularmente para certas categorias de empregados assalariados, como trabalhadores profissionais e gerentes, dos quais se espera que trabalhem as horas necessárias para concluir suas atribuições e/ou podem trabalhar longas horas para demonstrar seu compromisso com a organização e, assim, tentar avançar em suas carreiras (sic).

Há também uma diferença substancial de gênero na incidência de longas horas de trabalho remunerado. Como mostrado nas figuras 4a e 4b, os homens são substancialmente mais propensos do que as mulheres a trabalhar longas horas de trabalho remunerado (41,2% contra 26,4%). Isso é verdade em todas as regiões do mundo, com as notáveis exceções da Ásia Oriental e do Sudeste Asiático e Pacífico, onde praticamente não há diferença de gênero.

No entanto, como já observado, é importante ter em mente que essa diferença de gênero no trabalho remunerado não refletem a quantidade substancialmente maior de tempo

que as mulheres dedicam a tarefas domésticas não remuneradas e trabalho de cuidado em comparação com os homens. Na verdade, essa maior parcela do trabalho não remunerado das mulheres responde por grande parte da diferença entre homens e mulheres nas horas de trabalho remuneradas.

Em polo oposto ao das jornadas de trabalho extremamente longas, e eventuais ‘recaídas’, como no caso da Coreia do Sul, verificam-se conquistas alentadoras, como as relatadas, por exemplo, no livro **“O futuro é a redução da jornada de trabalho”**, já mencionado na Introdução.

Neste sentido, algumas experiências começam a chamar atenção, tais como na Finlândia (que está experimentando uma jornada de 4 dias por semana e há uma proposta da atual primeira-ministra de instituir no país uma jornada de 6 horas diárias); experimentos, ainda que localizados, de Redução da Jornada de Trabalho estão em curso na Bélgica, na Escócia, na Islândia, na Espanha, no Japão, nos Emirados Árabes, entre outros. Na mesma perspectiva, a agenda da redução da jornada de trabalho ganhou visibilidade com a posição do IG Metal da Alemanha a favor da Jornada de Trabalho de 32 horas; o movimento “4dayworkweek” que iniciou na Nova Zelândia e rapidamente teve adesão de empresas nos EUA, Grã-Bretanha, Irlanda e logo depois em muitos outros países, inclusive no Brasil; na Grã-Bretanha em 2019 o líder do Partido Trabalhista se posicionou favorável a semana de 4 dias sem perdas de salários e, como último destaque, em outubro de 2020, o Comitê Executivo da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) sugeriu uma agenda coordenada de negociações para a redução da semana de trabalho, sem redução dos salários e medidas para o controle do tempo de trabalho, qualidade de vida no trabalho e garantia de renda em caso de doença. (p. 26)

Algumas reflexões sobre o tema da jornada de trabalho

Retornando para o livro **“O futuro é a redução da jornada de trabalho”**¹², trazemos de sua Introdução (escrita pelos organizadores), a lembrança de que, atualmente, mais do que nunca, trabalhadores/as enfrentam uma forte ofensiva do capital contra as conquistas obtidas no Século XX que melhoraram suas condições de trabalho e de vida, particularmente no que se refere à **regulamentação do tempo de trabalho** que limitaram a forma de como o empregador pode dispor do tempo de vida dos/as assalariados/as. Os ataques são diversos e atingem as **três dimensões do tempo de trabalho – extensão, distribuição e intensidade** –, dado que as estratégias atuais do capital se valem de todos os recursos para se apropriarem de uma maior parcela do tempo do/a trabalhador/a, aumentar a intensidade do trabalho e tê-lo a disposição de forma discricionária em qualquer tempo e lugar.

Para os autores, “a chamada Quarta Revolução Industrial ou era digital não se resume ao *boom* de inovações tecnológicas que presenciamos, mas cria espaço para que velhas demandas dos capitalistas emergjam da escuridão para assombrar novamente a classe trabalhadora e as sociedades civilizadas. As inovações e o desconhecimento que as pessoas têm dos diversos aspectos que elas envolvem possibilitam que o velho ressurgisse travestido de novo e de moderno e acabe por achar novos espaços por meio de mudanças nas legislações trabalhista que impactam especialmente o tempo de trabalho aumentando a extração de mais-valia, no discurso do empreendedor de sucesso, nos valores associados ao neoliberalismo e na valorização do curto prazo, que é o tempo do capital financeirizado. Essas mudanças nos valores,

¹² “O futuro é a redução da jornada de trabalho”. Organizadores: Sadi Dal Rosso, Ana Claudia Moreira Cardoso, Cássio da Silva Calvete e José Dari Krein. Porto Alegre: Editora CirKula, 2022. 416p.

nas tecnologias, na legislação, na percepção do tempo, no desmonte de direitos e das proteções sociais caracterizam uma involução civilizatória. Por sua vez, elas impactam sobremaneira o tempo de trabalho, tornando-o mais intenso, extenso e sem padrão, aumentando, assim, a extração da mais-valia.” (p. 23)

Nesse processo, aproveitando a nevoa provocada pelo desconhecido, - prosseguem os autores - os capitalistas buscam apropriar-se do tempo livre da classe trabalhadora, conquistado a partir de muitas lutas. O que aparece como novo no Século XXI, nas relações de trabalho, já tinha sido condenado como ignóbil no Século XX: relações de emprego sem limitação de jornadas de trabalho, relações de emprego sem vínculos reconhecidos e disponibilidade do/a trabalhador/a a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana como o teletrabalho, o trabalho em empresas-plataformas, o trabalho intermitente e o autônomo exclusivo. Poderiam ser citados muitos outros exemplos de trabalho que mexem no tempo laboral possibilitando ao capital se apropriar do tempo livre da classe trabalhadora e que, além de criar condições precárias para estes, interferem de forma perversa na construção de uma sociedade mais humana onde o/a trabalhador/a possa planejar o seu tempo livre com a família, com os amigos e para si, como no trabalho em tempo parcial, trabalho por tempo determinado e temporário.

Para os autores, “a ofensiva pela apropriação do tempo da classe trabalhadora vem recrudescendo no Brasil e no mundo desde a década de 1990. Por um lado, mediante as mudanças nas legislações trabalhistas nacionais, que teve seu ápice no Brasil na contrarreforma de 2017 realizada por Michel Temer e continuada por Jair Bolsonaro nos anos posteriores. Por outro lado, pelo processo mundial de introdução de novos sistemas de organização do trabalho em que cada nação tem seu ritmo, mas que invariavelmente resultam, nos países com direitos consolidados historicamente, em alongamento, intensificação e não padronização do tempo de trabalho. Prevaleceu uma lógica de desconstrução de direitos e das proteções sociais, em que progressivamente a maioria dos/as trabalhadores/as foi submetida a uma situação de maior vulnerabilidade. Contexto no qual combinou com um enfraquecimento sindical, em que a redução de jornada de trabalho, apesar dos ganhos de produtividades, praticamente ficou fora da agenda política e social na maioria dos países.” (p. 25)

No mesmo livro utilizado como uma das fontes para o artigo desta edição do Cadernos CRIS, destaca-se – entre outros - o capítulo (artigo) “**Mudanças nos tempos de trabalho como determinantes do processo saúde-doença**” de Ana Claudia Moreira Cardoso e Júlio César Neffa.

Para os autores, as dimensões dos tempos de trabalho não atuam isoladamente, mas associam-se e agravam as condições de possível desgaste, e podem impactar negativamente a saúde de quem trabalha. Assim, a **duração do tempo de trabalho**, a **intensidade do trabalho no tempo**, a **distribuição dos tempos de trabalho e de não trabalho**, bem como a **forma como estes tempos são impostos, incentivados ou escolhidos como estratégia de sobrevivência**, constituem importantes fatores determinantes de maior ou menor qualidade de bem-estar e de saúde.

O capítulo de Cardoso & Neffa mostra que o modo como essas dimensões do tempo de trabalho está sendo organizado e gerido está produzindo um conjunto de riscos psicossociais para os/as trabalhadores/as. O **conteúdo do trabalho** está demandando um grau elevado de exigências físicas e emocionais; apesar do discurso de responsabilização, o grau de autonomia e a margem de manobra para se definir como (com qual ritmo de trabalho; duração e horário do dia) e quando trabalhar é muito restrita; as relações sociais de trabalho têm incentivado não apenas o aumento do ritmo de trabalho como atitudes de competição e concorrência entre

os/as trabalhadores/as; sem contar a extrema insegurança na situação de trabalho/emprego que os leva a aceitar condições de trabalho degradantes além de induzir atitudes de imprudência com as regras de segurança e de saúde. “A gestão pela hiper solicitação induz o abandono das estratégias de proteção de saúde e da vida, fazendo as pessoas que trabalham a arriscarem-se para garantir o emprego e a renda”, completam os autores. (p. 385)

Se por um lado o desgaste físico, mental e psíquico pode ser constituído, por outro ele não pode ter uma duração muito longa e precisa ser superado a partir do descanso e de pausas intra e inter jornada nos momentos que o/a trabalhador/a necessita. Isto porque, se esse desgaste é vivenciado cotidianamente, ele vai se acumulando e o seu resultado será uma fadiga crônica. Ou seja, se o indivíduo fatigado é obrigado a continuar a executar o seu labor normalmente, e até realizar horas extras, ele irá agredir seu corpo e aumentar o problema, prosseguem os autores.

Isto significa que quando os/as trabalhadores/as são forçados, sistematicamente, a ultrapassarem seus limites, se estabelece um campo fértil para os agravos à saúde, que aparecem nos **acidentes de trabalho graves e fatais** e nas **doenças do trabalho** oficialmente reconhecidas. Mas, também, em **adoecimentos** que, apesar de causados pelo trabalho, são descaracterizados ou não reconhecidos como tal (transtornos mentais, gastrites, hipertensão, impotência sexual, depressão, esgotamento etc.). Sem contar os **suicídios**, outra expressão brutal de sofrimento no trabalho, comentam os autores, citando Dejours.

“Quando a duração do dia excede o máximo legal ou os limites que cada um pode suportar, se ele é intensificado, se é imposto um forte sistema de vigilância e controle, se é necessário trabalhar à noite ou por turnos rotativos violando ritmos circadianos, ou se a flexibilidade é totalmente definida em função das necessidades do capital e ainda gera incerteza no que se refere ao uso dos tempos de não-trabalho e de descanso, o resultado é a fadiga excessiva que predispõe corpos e mentes a adoecerem” (p.386). Além disso, o sentimento de que falta tempo para finalizar o trabalho; de que o dia já começa com tarefas “atrasadas” e que o resultado trabalho está muito aquém do que poderia ser, em função da intensificação do tempo laboral – é evidente que essa vivência gera angústia podendo levar, por exemplo, à Síndrome de Burnout.

Para barrar ou limitar essas ações, e considerando a relação desigual, hierarquizada e assimétrica entre capital e trabalho – defendem os autores - o processo de negociação coletiva, a legislação trabalhista e as políticas públicas cumprem importantes papéis quando responsabilizam o empregador no processo de construção de um trabalho de qualidade. Quando criam regras para o capital adotar medidas coletivas e democráticas que assegurem a saúde física, psíquica e mental dos/as trabalhadores/as. No que se refere aos tempos de trabalho isso significa sua **redução, sem diminuição de salários**; a **limitação das horas extras**; o **direito à desconexão do trabalho no tempo de não trabalho**; o **controle da intensidade** – reduzindo o enfoque quantitativo relacionado a metas e ampliando a discussão sobre a qualidade laboral como processo, relação e resultado; uma **distribuição do tempo de trabalho** que também esteja de acordo com os interesses e necessidades dos/as trabalhadores/as; e que estes/as possam negociar e prever quando trabalhar, reduzindo as incertezas e imprevisibilidades que destroem a saúde e a vida cotidiana.

“Entretanto, no contexto atual, vê-se que o modo neoliberal de desenvolvimento, com suas crises, reformas trabalhistas e enfraquecimento dos coletivos, tem aberto diversas possibilidades para que o capital implemente mudanças no sentido da ampliação do tempo de

trabalho, da intensificação e da flexibilização hetero determinada da jornada, assim como das formas de contratação e remuneração. Sem contar a anuência, por parte do Estado, diante de formas de trabalho que intensificam a precariedade já existente, como é o caso dos trabalhadores em empresas-plataforma.” (p. 387)

O direito à limitação e redução da jornada laboral e ao efetivo descanso, ao controle da intensidade e da distribuição do tempo de trabalho possibilitam, por um lado, que se tenha vida para além do labor e, por outro, um trabalho de qualidade e produtivo. “Mesmo que o trabalho seja um direito fundamental, esse direito não pode excluir o direito ao descanso, ao lazer, ao convívio familiar e social, ou seja, ao direito ao não trabalho. Para as pessoas que trabalham, as diversas formas de pausas representam uma oportunidade para a recuperação do cansaço e redução do sofrimento evitando, assim, problemas de saúde psíquica, mental e física. Mas para o capital as pausas também são relevantes ao possibilitarem um melhor desempenho dos/as trabalhadores/as, garantindo a eficácia organizacional a médio e a longo prazos. Menos doenças significa, ainda, menos gasto por parte do Estado. Ou seja, todos/as ganham.” (p. 387)

À guisa de conclusões e recomendações dos organizadores do livro

O livro utilizado como uma das fontes para o artigo desta edição do Cadernos CRIS conclui (a partir da pág. 392) com um capítulo (artigo) dos organizadores, intitulado como “considerações finais” ou “sobre as disputas em torno do tempo de vida de trabalhadores e trabalhadoras, destaca-se – entre outros - o capítulo (artigo), o qual será citado, como expressão de concordância e adesão ao propósito da obra, que é estimular o debate e a luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil.

Os organizadores (autores) acreditam que o tema parece voltar à agenda de diversos países. “Tem-se o desafio de que o tema ganhe expressão no debate público brasileiro. A última alteração formal ou legal da jornada ocorreu em 1988. Depois de quase 40 anos - dado a crise não somente do mundo do trabalho, mas também ambiental, da economia, da arte, da ciência, das inovações tecnológicas, das possibilidades de viver a vida em todas as suas dimensões, do mal-estar geral da civilização, de construir novas perspectivas - a bandeira de redução do tempo de trabalho precisa ganhar nova importância e centralidade.” (p. 393)

Entre outros elementos, a proposta está fundamentada teoricamente em economia e política do desenvolvimento, na análise dos efeitos do advento da indústria de quarta geração, na mudança de relação entre produção e preservação ambiental, na necessidade de redefinir os espaços da produção e da reprodução social, no exame da administração de empresas “inteligentes”, na crítica aos impactos dos excessos do labor sobre a saúde física, psíquica e mental de trabalhadores/as. Em última instância, nas bases teóricas da produção e da apropriação dos valores do trabalho. “A proposta do desenvolvimento social, que implica também discutir quais são os trabalhos socialmente úteis na sociedade, com redução dos tempos de trabalho, beneficia trabalhadores e trabalhadoras com mais tempo livre, sobre o qual passam a ter o poder de decisão sobre como utilizá-lo: em cultura, arte, esporte, participação política, descanso, convívio familiar, dentre outras possibilidades.” (p. 394)

Por óbvio, - prosseguem os autores - “não serão, capitalistas, proprietários, exploradores da força de trabalho, ou todos aqueles que acumulam riquezas com o mais valor produzido, que alçarão a bandeira da Redução da Jornada de Trabalho. Trata-se de uma ação da classe trabalhadora e de todas as forças sociais que buscam transformar a realidade atual e, por isso mesmo, como registrado num dos Prefácios [do livro], a bandeira de luta pela Redução da Jornada de Trabalho é abaixo assinada por dirigentes das principais centrais sindicais do Brasil.

Mas sabemos que essa luta não é (e nunca foi) fácil, exigindo inexoravelmente, o envolvimento de todos/as e de cada um de nós.” (p. 394)

Os autores entendem, entretanto, que “nem tudo são flores”. Nos Estados Unidos, a economia mais poderosa do mundo, os movimentos recentes de trabalhadores/as reclamam da manutenção das jornadas prolongadas: “as jornadas de 40 horas semanais não se alteram há 80 anos”. E seu protesto assume a forma de não aceitação de empregos que não contemplem a qualidade do trabalho, como a definição de limites mais reduzidos para as horas laborais. Também são feitas greves, e são criados sindicatos novos. Outro caso delicado é o da China, a segunda economia global, na qual as jornadas oficiais de 40 horas semanais são acrescidas de inúmeras horas adicionais de trabalho, provocando protestos e greves.

“As cansativas 44 horas semanais de trabalho dos/as brasileiros/as situam acima de padrões de trabalho de países mais ricos, mas, também, dos mais pobres. Daí a pertinência deste livro em recolocar em debate o trabalho excessivamente longo em número de horas ao dia, por semana ou ao mês; o trabalho em condições intensificadas e precarizadas sem intervalos de descanso e com exigências cada vez mais acentuadas quanto à rapidez da execução; e a distribuição flexibilizada das horas, apenas em função dos interesses do capital no processo de acumulação desenfreada resultando na perda, por parte do/a trabalhador/a, do controle sobre os horários destinados ao trabalho, mas também ao tempo livre.” (p. 395)

Os autores do capítulo (organizadores do livro) defendem uma proposta de desenvolvimento que preveja jornadas mais limitadas, elevando o valor real dos salários, buscando equivalência das jornadas gastas na produção e na reprodução social, assim como lutando por justiça entre as condições de raça, etnia, cor, gênero, geração ou território. “Com efeito, uma política pró-redução das horas laborais requer a ampliação dos empregos de modo que seus efeitos positivos possam se estender para o conjunto da população brasileira.” (p.395)

A comparação pode ser indevida, mas o tamanho do desafio é similar ao que ocorreu no começo do Século XX, pós 2ª Revolução Industrial, quando alguns países centrais conseguiram, em um contexto muito particular, melhorar o nível de emprego com a adoção de quatro medidas complementares: 1) redução em quase 50% do tamanho da jornada anual média por trabalhador/a; 2) a incorporação dos/as trabalhadores/as ao padrão de consumo, elevando a sua renda efetiva (fenômeno chamado de fordismo); 3) a retirada das crianças e adolescentes do mercado de trabalho; e, 4) a decisão política de criar políticas sociais, o que gerou muito emprego na saúde, na educação etc. Ou seja, “a combinação da jornada com um modelo de desenvolvimento sustentável, uma melhor distribuição da riqueza gerada e a criação de novas ocupações socialmente relevantes para resolver os problemas contemporâneos das pessoas e do meio ambiente. Na prática, significa repensar o modo de viver em sociedade.” (p.396)

Para os autores, tal redução, que é uma política redistributiva, pode acontecer em qualquer momento político, mas ela aumenta o grau de aceitabilidade dentro de projetos de desenvolvimento econômico que privilegiem o crescimento dos salários, o aumento dos empregos, a diminuição da pobreza e da miséria, a preservação da ecologia e do meio ambiente urbano e rural, o combate às desigualdades econômicas, sociais, de gênero, de geração e de etnia.

Os autores concluem que “no caso do Brasil, considerando que a jornada é uma das maiores no mundo e que é a mesma desde 1988, a proposta da classe trabalhadora, desde a Campanha pela Redução da Jornada em 2003, é **passar de 44 para 40 horas semanais**

imediatamente, mas há espaços para uma redução ainda mais substantiva; que as formas de redução sejam negociadas coletivamente entre trabalhadores/as e seus representantes e as empresas, de forma que ambos os interesses possam ser contemplados e a redução ocorra de forma a trazer maiores benefícios: semana de 4 dias, redução da jornada diária, redução da jornada aos sábados etc.” (p.398)

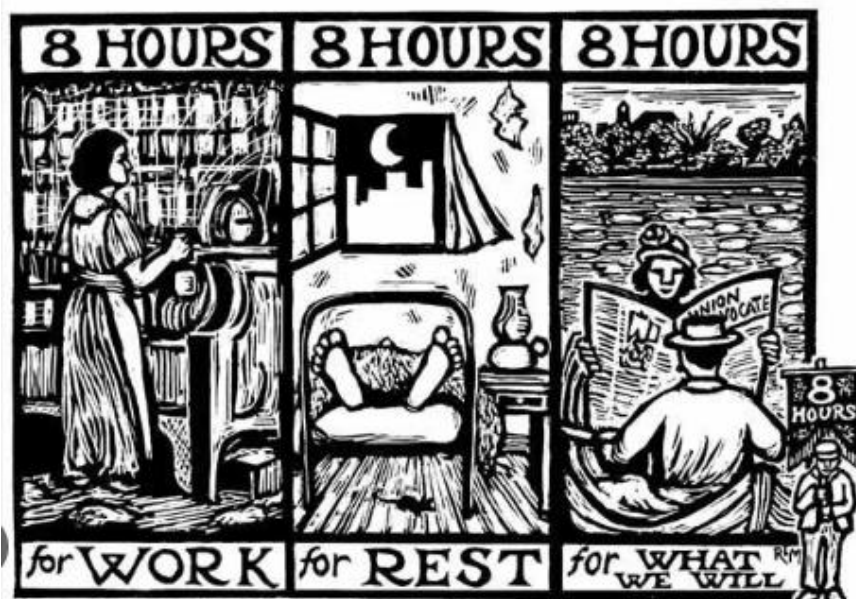
Fazem parte das propostas dos autores, que se tenha controle coletivo contra a intensificação do tempo de trabalho, atenção sobre o número de pausas, o tempo das pausas, intervalos, metas, número de tarefas realizadas. Também, que a redução do tempo de trabalho venha acompanhada pela **limitação da hora extra mensal e anual**. “No caso do Brasil, a soma de uma elevada jornada normal de trabalho e um alto número de horas-extras faz com que o tempo total de trabalho seja um dos mais extensos no mundo.” (p.399)

Por isso, - completam os autores – “insistimos no presente livro que a redução da jornada precisa estar articulada com uma série de outras questões centrais para construção de uma sociedade, no futuro, em que todas as pessoas possam viver com dignidade e usufruir todas as dimensões que a vida proporciona. Viver a vida em sua plenitude, em harmonia com a natureza.” (p.401)

“Perante o avanço do capital sobre o trabalho, que ocorre em nosso país, importa reconhecer os fatos e organizar as bases sociais dos movimentos. São as decisões das sociedades, provocadas pelos movimentos sociais, que definem as jornadas laborais ou outras condições do trabalho. Não é a tecnologia, nem será o capital. Para isto, não basta reconhecer que estamos em um momento de retrocesso histórico, neste país. Precisamos reconhecer o lugar do trabalho na construção da história e organizar ações neste sentido. Através da organização e de lutas sociais a sociedade trouxe a jornada até aos padrões contemporâneos, dos quais precisamos avançar ainda mais para o futuro. **É a luta de classes que define as jornadas laborais. Não é a tecnologia e nem o capital.**”

Com a frase que os autores concluem o livro, apropriadas por mim para o título da matéria, encerro este breve artigo para a edição 4 de Cadernos CRIS, de 2023.

Ilustração clássica da luta dos trabalhadores e trabalhadoras pela apropriação mais equitativa das horas de um dia



Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek,
Júlia Moraes, Marina Sujkowski,
e Deisy de Freitas Lima Ventura.*

Mensagem do Alto Comissariado da ONU para Refugiados, Filippo Grandi, no Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial

O Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial foi marcado pelo contínuo enfrentamento dos altos números de pessoas forçadas a se deslocar de suas casas. Vale lembrar, que não são somente os conflitos obrigam as pessoas a se deslocar, o racismo e a discriminação racial são, em diversos momentos, as razões do deslocamento forçado. De maneira constante, o racismo e a discriminação racial também são o motivo pelos quais os refugiados não conseguem procurar ajuda ou desfrutar de segurança durante seu percurso. É importante realizar denúncias e condenar a retórica negativa e as políticas de asilo que são mais restritivas, que não apenas intimidam os refugiados em seus caminhos para a segurança, mas também os deixam sem a garantia de nenhum direito ou até mesmo dignidade, mesmo no exílio.¹³

Esse cenário requer que cada indivíduo entenda que o racismo está presente nas sociedades e reconheça o seu impacto sobre os sujeitos e comunidades. E nos chama para a ir além do mero reconhecimento: é de extrema importância agir em direção da proteção dos os direitos humanos, enfrentando a discriminação e incentivando o respeito mútuo e a compreensão dentre as mais diversas comunidades e culturas. Este trabalho trata de identificar e não aceitar narrativas que reiteram estereótipos e geram a exclusão de pessoas. Isso pode significar trabalhar com refugiados, sendo que muitos acabaram tendo que se deslocar de maneira forçada por causa da discriminação, racismo e exclusão que estão profundamente enraizados. Significa permanecer combatendo a desinformação e as falas de discursos xenófobos que continuam a limitar seu direito de buscar segurança, desafiar sua integração e impedir a convivência pacífica.¹⁴

Os líderes políticos precisam permanecer mantendo as obrigações legais e morais para promulgar e instaurar políticas de asilo que consigam aproximar mais as pessoas em vez de dividi-las. Porém, isso também exige examinar, reconhecer e abordar de frente as desigualdades, incluindo as raciais, que podem estar presentes em nossas próprias instituições. Nos últimos anos, foram tomadas uma série de medidas com o intuito de reavaliar os próprios conceitos e ações do ACNUR, tornando-o uma organização mais antirracista. O ACNUR permanecerá defendendo uma postura de intolerância em relação ao racismo e à discriminação racial em sua organização e operações.¹⁵

Filippo Grandi também reafirmou o seu compromisso antirracista e prometeu que o ACNUR irá continuar trabalhando juntamente com os Estados, a sociedade civil e outras organizações para promover e incentivar políticas e práticas antirracistas, inclusive aquelas que tratam sobre a discriminação estrutural e a desigualdade. Também apresentou a importância

¹³<https://www.acnur.org/portugues/2023/03/23/mensagem-do-alto-comissariado-da-onu-para-refugiados-filippo-grandi-no-dia-internacional-pela-eliminacao-da-discriminacao-racial/>

¹⁴<https://www.acnur.org/portugues/2023/03/23/mensagem-do-alto-comissariado-da-onu-para-refugiados-filippo-grandi-no-dia-internacional-pela-eliminacao-da-discriminacao-racial/>

¹⁵<https://www.acnur.org/portugues/2023/03/23/mensagem-do-alto-comissariado-da-onu-para-refugiados-filippo-grandi-no-dia-internacional-pela-eliminacao-da-discriminacao-racial/>

de se manter ações para combater os comportamentos que perpetuam o racismo e a injustiça racial.¹⁶

Enchentes no Paquistão ainda possuem enormes impactos

Recentemente, o Paquistão vem sofrendo com grandes enchentes com uma frequência muito alta. Anualmente, a bacia do Rio Hindu aumenta seus níveis de água e causa imensas enchentes. Ano passado, contudo, o cenário foi ainda mais grave que o “normal”: entre os meses de agosto e setembro do ano passado, aproximadamente 1/3 do país ficou embaixo d’água¹⁷. 33 milhões de pessoas foram impactadas por essas enchentes, quase 2 mil pessoas morreram e 8 milhões se tornaram deslocados.¹⁸

Bem como a grande maioria dos desastres naturais de hoje em dia, as enchentes estão intimamente ligadas com a emergência climática. No meio do ano de 2022, o Paquistão enfrentou calor intenso de mais de 40 graus, chegando a quase 50, além de intensas chuvas torrenciais. E, embora alguns indicadores meteorológicos mostrassem uma onda de calor e chuvas fortes, nenhum conseguiu prever o que ocorreria, isto é, as chuvas 10 vezes mais fortes do que o normal, o que a OMS chamou de “Monção com esteroides”. A verdade é que essa onda de calor intenso significou uma aceleração no processo de derretimento das geleiras no Himalaya e no Hindu Kush, que alimentam a bacia do Rio Hindu, levando uma imensa quantidade de água pelas províncias de Sindh e do Baluchistão.¹⁹

Essa situação deixou o território e os cidadãos do Paquistão muito mais vulneráveis ao risco de fome, com 9 milhões de pessoas em risco de enfrentar altos níveis de fome, já que mais de 2 milhões de porção de terras agricultáveis foram destruídas. Com isso, a inflação de alimentos se tornou um grande problema no país, complicando este cenário. No entanto, cada vez mais o Paquistão sofre com enchentes regulares: após as imensas enchentes do ano de 2010, o Paquistão sofreu anualmente com o problema (em diferentes graus), evidenciando o aumento na frequência da ocorrência deste tipo de desastre. Contudo, desde 1950, vê-se o começo da ocorrência das super enchentes que atualmente ocorrem anualmente.²⁰

Mas, conforme notícia recente do EuroNews Green, os paquistaneses ainda estão sofrendo com as consequências destas enchentes. Em especial, destaca-se o quadro da insegurança alimentar no país, com a destruição de terras agricultáveis e inflação dos preços dos alimentos. As famílias tiveram de cortar refeições e cada vez mais casos de desnutrição são reportados.²¹ Na província de Sindh, grandemente afetada, aqueles que sobreviviam da pequena agricultura estão tendo imensos problemas em voltar a produzir. O Ministro das

¹⁶<https://www.acnur.org/portugues/2023/03/23/mensagem-do-alto-comissariado-da-onu-para-refugiados-filippo-grandi-no-dia-internacional-pela-eliminacao-da-discriminacao-racial/>

¹⁷ <https://www.bbc.com/news/world-europe-62712301>

¹⁸ <https://www.unicef.org/emergencies/devastating-floods-pakistan-2022>

¹⁹ <https://www.redcross.org.uk/stories/disasters-and-emergencies/world/climate-change-and-pakistan-flooding-affecting-millions#:~:text=These%20temperatures%20have%20also%20made,for%20the%20water%20to%20subs>
ide

²⁰ <https://www.dawn.com/news/1707390/pakistans-history-of-disasters-and-the-lessons-we-fail-to-learn>

²¹ <https://www.euronews.com/green/2023/03/10/we-are-still-suffering-families-struggle-to-find-food-6-months-from-devastating-pakistan-f>

Relações Exteriores do país, Bilawal Bhutto Zardari, chegou a declarar que “a enchente foi a maior e mais devastadora catástrofe ambiental que o país já sofreu”.²²

UA, UE e ONU apelam por ações urgentes para atender às necessidades de migrantes e refugiados da Líbia

O Grupo de Trabalho Tripartido UA-UE-ONU (União Africana-União Europeia-Organização das Nações Unidas) sobre a Situação dos Migrantes e Refugiados na Líbia apelou à comunidade internacional e às autoridades nacionais para trabalharem em conjunto para melhorar a situação dos migrantes e refugiados da Líbia.²³

Em uma reunião, realizada no dia 20 de março, em Bruxelas, a Comissária para Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social da Comissão da União Africana (Minata Cessouma Samate), a Comissária da UE para os Assuntos Internos (Ylva Johansson), o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (Filippo Grandi), e o Diretor da OIM (General António Vitorino) discutiram sobre as prioridades do Grupo de Trabalho.²⁴

Os membros da Força-Tarefa Tripartite reforçaram que vão continuar com seu compromisso de apoiar os esforços das autoridades da Líbia para atender as necessidades urgentes no terreno. Eles pretendem intensificar seus esforços para o desenvolvimento de estruturas legais e políticas não discriminatórias para migrantes e refugiados da Líbia.²⁵

Mas também exigiram às autoridades da Líbia que acabassem com a detenção arbitrária destes. Pediram às autoridades líbias que emitissem documentação para trabalhadores migrantes no país e reconhecessem a documentação fornecida aos refugiados. Enquanto isso, aguardam o estabelecimento de um sistema nacional abrangente de gerenciamento de migração.²⁶

À comunidade internacional, ocorreu o apelo pelo apoio no combate ao tráfico humano e ao contrabando de migrantes, melhorando a eficácia da ação penal e prevenindo os riscos de novo tráfico e desaparecimento, por exemplo. A Força-Tarefa também concordou em apoiar a conscientização sobre os perigos das viagens ao longo das rotas migratórias e buscar soluções duradouras para os migrantes e refugiados.²⁷

A intensificação dos retornos humanitários voluntários da Líbia também é uma de suas metas, principalmente facilitando o Retorno Humanitário Voluntário (VHR) e o Programa de Reintegração para indivíduos na Líbia que desejam voltar para casa voluntariamente e não precisam de proteção internacional.²⁸

²² <https://www.euronews.com/green/2023/03/10/we-are-still-suffering-families-struggle-to-find-food-6-months-from-devastating-pakistan-f>

²³ <https://www.unhcr.org/news/press/2023/3/641967124/au-eu-un-push-urgent-action-address-pressing-needs-migrants-refugees-libya.html>

²⁴ <https://www.unhcr.org/news/press/2023/3/641967124/au-eu-un-push-urgent-action-address-pressing-needs-migrants-refugees-libya.html>

²⁵ <https://www.unhcr.org/news/press/2023/3/641967124/au-eu-un-push-urgent-action-address-pressing-needs-migrants-refugees-libya.html>

²⁶ <https://www.unhcr.org/news/press/2023/3/641967124/au-eu-un-push-urgent-action-address-pressing-needs-migrants-refugees-libya.html>

²⁷ <https://www.unhcr.org/news/press/2023/3/641967124/au-eu-un-push-urgent-action-address-pressing-needs-migrants-refugees-libya.html>

²⁸ <https://www.unhcr.org/news/press/2023/3/641967124/au-eu-un-push-urgent-action-address-pressing-needs-migrants-refugees-libya.html>

Além de tudo, o Grupo de Trabalho pediu reforço na utilização dos Mecanismos de Trânsito de Emergência no Níger e na Ruanda e enfatizou a necessidade do apoio da comunidade internacional, incluindo a UA e a UE, destacando a consideração de expansão de vias legais, seguras e regulares para migrantes e refugiados.²⁹

A reunião de 20 de março coopera na concretização da Visão Conjunta para 2030 definida na 6ª Cimeira UE-UA realizada em Bruxelas em fevereiro de 2022³⁰, na qual os líderes se comprometeram a revigorar o Grupo de Trabalho Tripartido conjunto UA-UE-ONU.

OMS: Segunda reunião interregional de alto nível sobre a saúde de migrantes e refugiados

Em vista dos recentes cenários de devastação na Síria e na Turquia após os terremotos e também da continuidade da guerra da Ucrânia, três escritórios regionais da OMS reuniram governos, representantes da sociedade civil e parceiros em saúde para uma conferência de alto nível no Egito³¹.

A reunião, que foi organizada pelo escritório regional da OMS do Mediterrâneo, em conjunto com os escritórios da Europa e da África e apoio do Programa de Saúde e Migração da organização, teve como principal objetivo dar andamento à implementação das prioridades estratégicas para a saúde de migrantes e refugiados definidas no último ano. Também foi reafirmado o compromisso com o Plano de Ação Global da OMS na promoção da saúde de refugiados e migrantes, e os participantes compartilharam avanços obtidos em cada região.

As três regiões envolvidas, compostas por um total de 122 países e territórios, testemunharam ou foram impactadas por aumentos em fluxos migratórios causados por diversos fatores, desde ambientais até conflitos armados. Assim, a reunião ecoa os compromissos realizados para priorizar a saúde de migrantes e refugiados visando a cobertura universal de saúde, sustentado por princípios de solidariedade, humanidade, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Escritório da OMS no Mediterrâneo: Oito anos do conflito no Iêmen deixa mais de 20 milhões de pessoas necessitadas de assistência urgente à saúde

Após 8 anos de conflito armado e crise humanitária, mais de dois terços da população do Iêmen (21 milhões de pessoas) estão necessitadas de assistência humanitária urgente, incluindo um grande número de deslocados internos e refugiados³². Devido aos anos de guerra, o sistema de saúde do país perdeu sua capacidade de atender às necessidades da população - apenas 54% das instalações de saúde estão funcionando em total capacidade, enquanto 46% estão operando parcialmente, enfrentando dificuldades com falta de funcionários, recursos, eletricidade, medicamentos, e equipamentos médicos.

Para o diretor do escritório da OMS no Mediterrâneo, Dr. Ahmed Al-Madhari, “O mundo continua ignorando o Iêmen. (...) Nosso objetivo primordial é construir um futuro seguro e

²⁹<https://www.unhcr.org/news/press/2023/3/641967124/au-eu-un-push-urgent-action-address-pressing-needs-migrants-refugees-libya.html>

³⁰https://www.consilium.europa.eu/media/54412/final_declaration-en.pdf

³¹<https://www.who.int/news/item/18-03-2023-second-high-level-interregional-meeting-on-the-health-of-refugees-and-migrants>

³²<https://www.emro.who.int/yemen/news/eight-years-of-prolonged-conflict-in-yemen-leave-over-twenty-million-people-in-need-of-urgent-health-assistance.html>

saudável para a população, mas a saúde não pode ser alcançada sem a paz”. A guerra e suas consequências, como a destruição das cidades, mortes ocasionadas diretamente pelo conflito, deterioração econômica e deslocamento de um enorme contingente de pessoas, somadas ao cenário da pandemia de Covid-19, desastres naturais e surtos de doenças transmissíveis, exigiu grande resiliência da saúde física e mental dos iemenitas.

A OMS, junto aos parceiros do Cluster de Saúde do Iêmen, faz um apelo para alcançar US\$392 milhões de recursos para apoiar mais de 12 milhões de pessoas com assistência à saúde em 2023. A resposta de longo prazo da OMS, em conjunto com o apoio de doadores e parceiros, tem sido essencial para salvar vidas e prevenir o iminente colapso no sistema de saúde iemenita por meio de uma abordagem integrada sobre as prioridades de saúde. Isso inclui o apoio a mais de 4500 instalações de saúde e laboratórios com equipamentos, medicamentos, água, e serviços de higiene e saneamento, coordenação do Cluster de Saúde do país, e fortalecimento do monitoramento de doenças infecciosas.

Agenda Mulheres, Paz e Segurança, os 50 Anos do *Human Reproduction Programme* e a Tripla Ameaça para Crianças (água, saneamento e higiene)

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Debate sobre a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança das Nações Unidas

Em 31 de outubro de 2000, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a histórica [Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança](#), a qual exige a participação das mulheres na construção da paz, a proteção das violações dos direitos humanos, e a promoção do acesso à justiça e aos serviços para enfrentar a discriminação.

A Resolução 1325 insta todos os atores a aumentar a participação das mulheres e incorporar as perspectivas de gênero em todos os esforços de paz e segurança das Nações Unidas. Também apela a todas as partes em conflito para que tomem medidas especiais para proteger mulheres e meninas da violência de gênero, particularmente estupro e outras formas de abuso sexual, em situações de conflito armado. A resolução fornece uma série de mandatos operacionais importantes, com implicações para os Estados Membros e as entidades do sistema das Nações Unidas.

No dia 7 de março, véspera do Dia Internacional das Mulheres, foi realizado um debate aberto que discutiu como as mulheres continuam sendo, até hoje, o segmento da sociedade mais afetado pelos conflitos armados em todo o mundo. Seus direitos continuam a ser gravemente violados e elas continuam sendo marginalizadas e excluídas da tomada de decisões em questões de paz e segurança, apesar de várias resoluções do Conselho de Segurança adotadas para lidar com essa situação e de um crescente corpo de pesquisa sobre a contribuição das mulheres para a prevenção de conflitos. O debate foi presidido pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique, Verónica Nataniel Macamo Dlhovo e o Brasil foi representado pela Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes. Ela ressaltou o número crescente de mulheres integrando a Comissão mas concluiu que isso ainda não é suficiente: “*We must make sure that women’s views count, not only count the women*”. Para assistir a gravação da sessão, [clique aqui](#) e a continuação, [clique aqui](#).

Financiamento para a igualdade de gênero e a implementação da agenda de Mulheres, Paz e Segurança: Avaliação da implementação de uma meta financeira mínima de 15%

Em 2019, o secretário-geral da ONU apresentou um conjunto de diretrizes para o sistema Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança (*Women, Peace and Security* - WPS), incluindo compromissos de financiamento. O progresso na implementação desses compromissos é revisado anualmente pelo Comitê Executivo do Secretário-Geral e pela ONU Mulheres.

A avaliação mostra que é necessário mais trabalho para avançar nas diretrizes sobre financiamento para a igualdade de gênero, incluindo a adoção de benchmarks. Ela também aponta que se deve garantir a existência de recursos adequados para cumprir com eficácia os mandatos e compromissos de igualdade de gênero, que são particularmente críticos neste momento em que os ganhos duramente conquistados na área estão enfrentando retrocessos e os direitos humanos das mulheres estão sob ameaça, com piora significativa após a pandemia de Covid-19 e o aumento de conflitos e crises.

O relatório ainda considera que se deve promover um aumento considerável na aplicação de metas e alocações financeiras com foco em igualdade de gênero em todo o sistema ONU, tanto nos fundos comuns e nas equipes nacionais. Os próximos dois anos serão de grande importância em termos de garantir que padrões, orientações e sistemas para monitorar os resultados estejam em vigor.

Para ler a notícia completa, [clique aqui](#).

***Human Reproduction Programme* - HRP comemorando os 50: saúde e direitos sexuais e reprodutivos**

O HRP (*Human Reproduction Programme* - Programa Reprodução Humana) foi estabelecido pela primeira vez em 1972, seguindo uma Resolução da Assembleia Mundial da Saúde. Seu objetivo é realizar e fortalecer a capacidade de pesquisa sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos em todo o mundo. O HRP é patrocinado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Mundial da Saúde (WHO) e Banco Mundial.

À medida que os jovens começam a desenvolver relacionamentos e explorar sua sexualidade, a contracepção torna-se uma necessidade. O HRP foi estabelecido com foco no controle da fertilidade e desenvolvimento de novas abordagens para o planejamento reprodutivo. O programa seguiu uma resolução da Assembleia Mundial de Saúde de 1965, que reconheceu que o conhecimento científico sobre a biologia da reprodução humana e a medicina são aspectos insuficientes para o controle da fertilidade, sendo necessário um programa mais abrangente de reprodução humana dentro da OMS. Isso mais tarde evoluiu para o HRP de hoje. As estimativas apontam que, 45 anos depois, em 2017, o acesso e uso de tecnologias contraceptivas modernas preveniram cerca de 308 milhões gravidez indesejada em todo o mundo.

Estima-se 121 milhões de gestações não desejadas ao entre 2015 e 2019, em meninas e mulheres de 15 e 49 anos, sendo que 61% destas terminaram em aborto, de acordo com uma pesquisa do HRP. Além disso, 45% dos esses abortos foram inseguros. O HRP cunhou pela primeira vez a definição amplamente utilizada de aborto inseguro em 1992 e começou então a publicar essas estimativas globais. Em seguida, em 1994, a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Populacional destacou a importância de prevenir e gerenciar situações inseguras aborto e prestação de serviços para aborto seguro para todas as mulheres.

Outras ações nesse sentido foram o desenvolvimento de diversos ensaios clínicos randomizados desde a década de 1980 que culminaram em diretrizes clínicas, como o Manual Técnico [Aborto seguro: orientação de política para Sistemas de Saúde](#), publicado em 2003.

Nos anos que se seguiram, novas evidências do HRP comprovaram que medicamentos como mifepristona e misoprostol são seguros e podem ser fornecidos por uma série de profissionais de saúde, incluindo enfermeiras e parteiras, podendo também ser autogeridas em gestações precoces. Novas recomendações foram publicadas em 2015 e 2018, seguida da publicação de Diretrizes da OMS sobre cuidados com o aborto e [Lista de Medicamentos Essenciais da OMS](#).

Em alguns países, particularmente em partes da África, Ásia e Oriente Médio, convenções sociais e culturais de feminilidade ditam que as meninas desde a infância até a idade

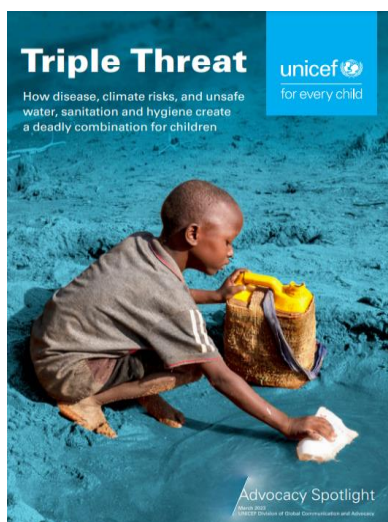
de cerca de 15 anos sofrem Mutilação Genital Feminina (MGF) como preparação para a vida adulta e o casamento. O procedimento envolve a remoção de parte ou de toda a genital feminina externa ou outras lesões por razões não médicas. Segundo estimativas, mais de 200 milhões de meninas entre 15 e 19 anos vivas hoje sofreram MGF. A prática traz riscos para a saúde das mulheres ao longo de suas vidas, incluindo problemas uro-ginecológicos e obstétricos, bem como a sua saúde mental e sexual.

Com base nos estudos desenvolvidos pelo HRP e em compromissos globais, em 2010 foi publicada uma [Estratégia Global Contra a Mutilação Genital Feminina](#), pacote de recursos baseados em evidências para apoiar o setor de saúde para prevenir a MGF e prestar cuidados de alta qualidade na gestão de suas complicações. Segundo estimativas, a prevalência de MGF de meninas entre 15 a 19 anos diminuiu de 49% em 1991 para 34% em 2021.

Outros pontos abordados pela agência são os Cuidados Perinatais, com a publicação de diretrizes em 2002 e em 2016 - [Recomendações da OMS sobre cuidados pré-natais para uma experiência de gravidez positiva](#) e de Violência contra as Mulheres, que levou não só à publicação de estimativas globais - [Estimativas de prevalência de violência contra mulheres, 2018](#) - mas também de um [Plano Global para Fortalecer os Sistemas Nacionais de Saúde na Abordagem da Violência Contra as Mulheres, Meninas e Crianças](#).

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

UNICEF - Ameaça Tripla: Como doenças, riscos climáticos e água, saneamento e higiene inseguros criam uma combinação mortal para as crianças



A água potável é essencial para a vida. O saneamento e a higiene adequados evitam a propagação de doenças e infecções e garantem a dignidade humana. Sem esses serviços essenciais, as necessidades mais básicas da vida das crianças não podem ser atendidas.

Antes da Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2023 (realizada entre 22 e 24 de março), a UNICEF lançou este advocacy que examina a “ameaça tripla” relacionadas a WASH (*water, sanitation and hygiene* - água, saneamento e higiene) enfrentadas pelas crianças, além de sua relação com a prevalência de determinadas doenças e ameaças climáticas.

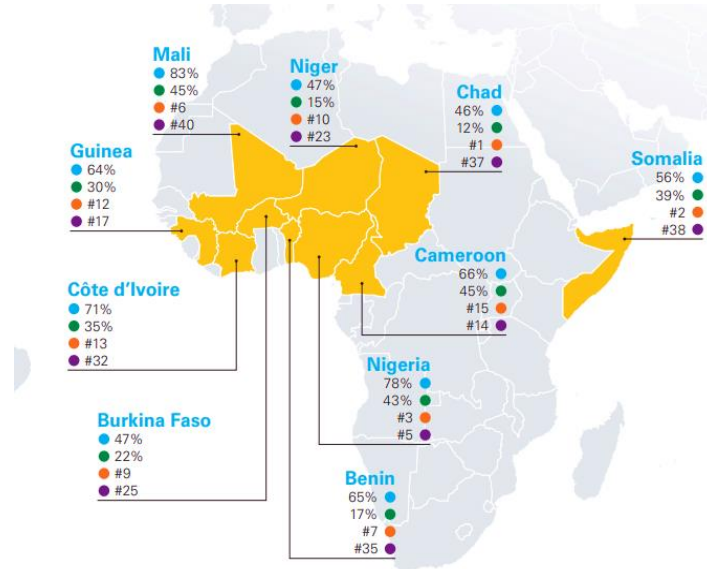
A ameaça tripla é definida pelo documento como: menos de 50% de acesso a serviços básicos de água ou saneamento; dentro dos 20 principais países com o maior fardo de mortes atribuíveis a WASH em crianças menores de 5 anos; e dentro dos 25% dos países que enfrentam o maior risco climático e ambiental no Índice de Risco Climático para Crianças da UNICEF.

Globalmente, 600 milhões de crianças ainda carecem de água potável segura, 1.1 bilhão carece de saneamento seguro, 689 milhões carecem de serviços básicos de higiene e 149 milhões de crianças ainda utilizam sanitários a céu aberto. Cerca de 1.000 crianças menores de 5 anos morrem todos os dias por causas relacionadas à água, saneamento e higiene (WASH - *water, sanitation and hygiene*).

O desafio de estender os serviços de WASH às crianças é agravado pela escassez de água, inundações e ciclones – aspectos intimamente relacionados com a crise climática.

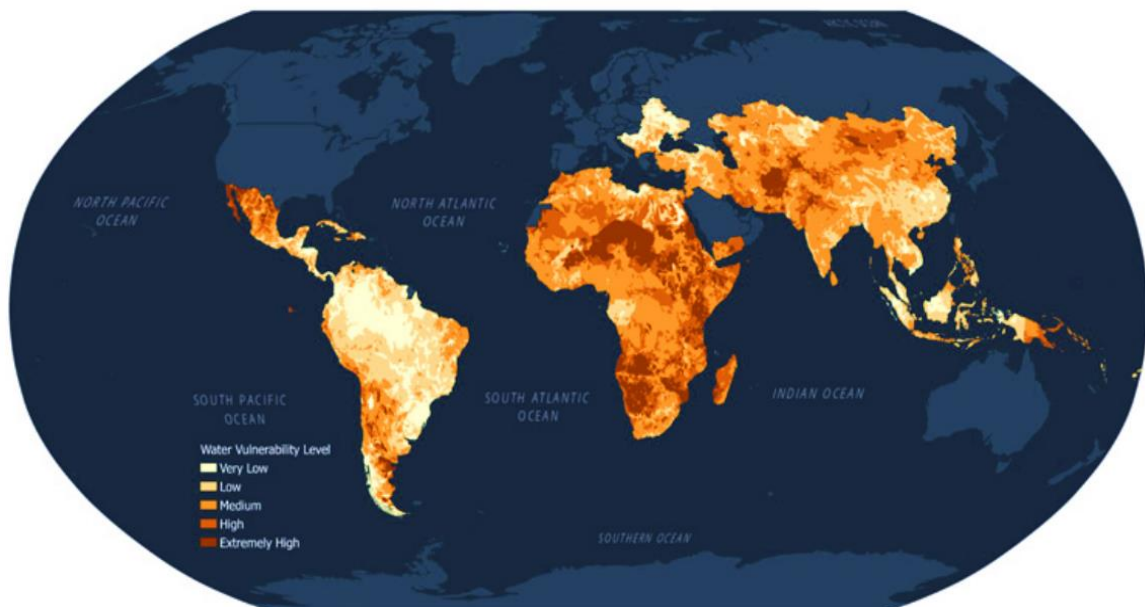
Dez países sozinhos – com uma população combinada de mais de 190 milhões de crianças e todos na África Subsaariana – enfrentam essa ameaça tripla. Cerca de 2 em cada 5 mortes por WASH estão concentradas nesses países.

Figura 1 - Países com piores indicadores de água potável, saneamento e higiene



Fonte: UNICEF, 2023.

Figura 2 - Vulnerabilidade Global de Água



Fonte: UNICEF, 2023.

O Peso das Doenças - Entre as 1.4 milhões de mortes atribuídas a doenças relacionadas à falta de água potável, saneamento e higiene todos os anos, quase 400.000 são crianças menores de cinco anos.

Essas mortes estão relacionadas a doenças diarreicas, infecção respiratória, desnutrição energético-proteica e vermes intestinais transmitidos pelo solo - doenças evitáveis com acesso à água potável, saneamento e higiene para as famílias, unidades de saúde e escolas.

Estima-se que três vezes o investimento atual – pelo menos US\$ 114 bilhões por ano – seja necessário nos países em desenvolvimento para atingir as metas dos ODS relacionadas a WASH até 2030.

A UNICEF está pedindo aos governos e parceiros que:

- Aumentem o investimento no setor, incluindo o financiamento climático global;
- Fortaleçam a resiliência no setor WASH e nas comunidades;
- Priorizem não deixar ninguém para trás;
- Aumentem a coordenação e a capacidade eficaz e responsável para fornecer serviços de água e saneamento;
- Implementem o Quadro de Aceleração Global do ODS 6 da ONU para a água e invista nos principais aceleradores.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#). Para ler o relatório, [clique aqui](#).

Sistemas agroalimentares sustentáveis: como pode o agro ser alimentar e sustentável e o papel das agências nesse processo

***Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva
Erica Ell
Juliana Ubarana***

O conceito utilizado para a FAO e outros organismos para os sistemas agroalimentares (*agrifood systems*) leva em consideração que a agricultura produz não somente para a alimentação, mas também para outros fins. Apesar da destinação dos produtos agrícolas estar associada a variações nas formas de produção, considerando insumos, tecnologias e uso da terra e água, essa abordagem pode ser útil para avaliar questões, como os impactos ambientais e econômicos da produção agrícola. Por outro lado, a abordagem de sistemas agroalimentares, ao incorporar outras destinações que não a alimentação humana, pode dificultar a avaliação dos impactos desses sistemas sobre a segurança alimentar e nutricional. Em outras palavras, o agro nem sempre é alimentar, pois os sistemas agroalimentares não são sinônimos de sistemas alimentares, mas os últimos estão contidos nos primeiros.

Em consequência, a abordagem abre espaço para aumentar ainda mais as discussões e a disputa entre o lucro, incluindo todos os aspectos ligados a ele (concentração de terra e recursos, monocultura, uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, foco na produtividade, comércio globalizado), e o direito humano à alimentação adequada e saudável. Nessa configuração, os sistemas hegemônicos, sejam alimentares ou agroalimentares não possuem compromisso com a eliminação da fome, com a redução da insegurança alimentar e nutricional ou com a garantia de dietas saudáveis, pois tratam esses problemas, que deveriam ser suas prioridades, como externalidades positivas da maior produção.

Nesse sentido, refletindo o título deste informe, de que o agro nem sempre é alimentar, um estudo recente a partir de dados da própria FAO mostra que a questão da destinação dos produtos da agricultura (alimentação humana direta, alimentação animal, processamento, exportações, sementes e uso industrial não-alimentar, além das perdas) será determinante inclusive no alcance das metas globais de eliminação da fome, como parte dos ODS, pois a alimentação humana vem perdendo espaço para as outras destinações dos produtos. Segundo este estudo, em termos de área cultivada, os alimentos para consumo humano têm projeção de queda até 2030, ainda que a produtividade tenha tendência de aumento, porém muito menor do que a produção para outras finalidades ³³.

Vale destacar dois fenômenos importantes observados a partir deste estudo: primeiro, que a produção agrícola de alimentos vem concorrendo cada vez mais com a produção para outras finalidades e, segundo que mesmo dentro da produção para consumo humano, a produção para consumo direto vem perdendo espaço para a produção de ingredientes para as indústrias de alimentos ultraprocessados. Esses fenômenos são reflexo da notada redução da diversidade de variedades cultivadas no mundo, substituídas pelo cultivo de commodities agrícolas de interesse internacional e do processamento industrial (alimentar e não-alimentar), resultando na substituição das variedades locais e tradicionais na produção e no consumo das

³³<https://www.nature.com/articles/s43016-022-00504-z>

populações, reduzindo a soberania alimentar dos países e reforçando a tendência de aumento do consumo de alimentos ultraprocessados.

Como consequência, se mantidas as atuais tendências de destinação de produtos agrícolas, não seria possível manter o crescimento populacional de várias regiões (partes da África, do Sudeste Asiático e das Américas), enquanto até mesmo se toda a produção agrícola fosse destinada diretamente ao consumo humano até 2030, haveria partes dessas regiões em que os alimentos não seriam suficientes sequer para alimentar a população que atualmente está em situação de insegurança alimentar e nutricional.

No campo dos documentos, fóruns e compromissos internacionais em nutrição e sistemas alimentares, desde a 2ª Conferência Internacional de Nutrição – ICN2, ODS, Década de Ação da ONU sobre a Nutrição até a Cúpula Global de Sistemas Alimentares, observa-se que tem sido buscada a união do debate em torno das cadeias de produção e de suprimento com os ambientes alimentares, comportamentos do consumidor e dietas saudáveis, além de incluir aspectos de sustentabilidade, resiliência e inclusão aos sistemas alimentares. Com isso, reforçam o racional de que os modos de produção estão ligados diretamente aos alimentos consumidos, ou seja, que os sistemas alimentares são determinantes da saúde e da nutrição, entretanto nem sempre as prioridades políticas e programáticas acompanham essa articulação e abordagem holística.

Por exemplo, no documento “*Strengthening Nutrition Action*” da FAO e OMS, de 2018, que busca traduzir em ações estratégicas os encaminhamentos do ICN2, existem recomendações explícitas sobre o fortalecimento da produção e processamento local de alimentos com destaque para a necessidade de participação da agricultura familiar e a promoção da diversidade de culturas agrícolas, inclusive como instrumentos para empoderamento das mulheres e do uso sustentável de recursos naturais, preservando os ecossistemas em que se apoiam. Além disso, reforçam a importância da promoção do acesso (físico e financeiro) a alimentos saudáveis, cultural e socialmente adequados, com uma responsabilização direta dos governos nacionais, uma atuação intersetorial dos formuladores e implementadores de políticas e uma base em sistemas de governança que garantam a participação efetiva da população nas políticas 34.

Contudo, a prática das agências, particularmente da FAO e da OMS, continua segmentada e desarticulada, e a *UN Nutrition*, que poderia ser o articulador dessas agendas, ainda não conseguiu se estabelecer nesse papel. Além disso, há movimentos constantes de busca de captura corporativa das agências e suas agendas e de influência nos processos de decisão sobre recomendações, regulações e políticas pelas grandes corporações das indústrias de sementes, de insumos agrícolas e de alimentos ultraprocessados (*Big Agro* e o *Big Food*), que são a base dos sistemas alimentares hegemônicos.

Essa influência é facilitada por um histórico de métricas reducionistas que frequentemente são aplicadas para as consequências negativas de alguns tipos de sistemas alimentares, como a própria insegurança alimentar e nutricional, na medida em que indicadores como as calorias disponíveis para a população não são capazes de mensurar nem a fome, nem o acesso a alimentos saudáveis, além de não darem visibilidade a públicos mais vulneráveis dentro das populações. Vale destacar, por outro lado, os recentes esforços da FAO para

³⁴<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/274739/9789241550253-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

incorporar outras métricas para contemplar muitos desses aspectos, inclusive com a estimativa da parcela das populações que não tem acesso a uma alimentação saudável, nos últimos relatórios do Estado da Insegurança Alimentar no Mundo (SOFI) 35.

Além disso, outros problemas são refletidos nas atuais discussões sobre a transformação dos sistemas alimentares, visto que são centradas em soluções paliativas dentro dos sistemas hegemônicos, tanto pela FAO quanto pela OMS. Por exemplo, no âmbito da FAO, são priorizadas soluções ancoradas na produtividade, inclusive promovendo a agricultura de commodities agrícolas em novas fronteiras agrícolas como a África, enquanto na OMS prevalecem as medidas focadas nos ambientes alimentares, como regulação da publicidade, rotulagem nutricional, reformulação, fortificação, segurança sanitária e políticas de taxaço e subsídios a alimentos (*Food systems for health: information brief 2021*) 36.

No campo específico da saúde, as transformações certamente devem envolver mudanças nos ambientes alimentares a partir dos alimentos ultraprocessados, tendo em vista o grande aumento no seu consumo em todo o mundo, porém não podem substituir a prioridade que deve ser dada à mudanças que promovam a produção e consumo de alimentos frescos e minimamente processados, de produção local e adequados a cada cultura. Com isso, em paralelo às medidas que efetivamente possam reduzir o consumo de ultraprocessados em nível populacional, que incluem ações como o aprimoramento das informações nutricionais para os consumidores e restrições à publicidade podem reduzir assimetrias de informação e empoderar a população em escolhas alimentares saudáveis, poderão ser implementadas ações de reformulação para a redução do conteúdo de sódio, gorduras e açúcar, que podem reduzir os danos associados à alimentação inadequada.

Outras estratégias, ainda, podem representar riscos potenciais, como o caso da fortificação com micronutrientes dependendo do veículo alimentar escolhido. Por exemplo, no caso da fortificação de alimentos de consumo massivo, como acontece em muitos países para as farinhas enriquecidas com ferro e muitas vezes ácido fólico, esta representa um componente importante das políticas de controle e prevenção das carências de ferro, enquanto a fortificação voluntária de alimentos ultraprocessados usa-se de veículos inadequados, não-saudáveis, para dar uma falsa percepção de saudabilidade dos produtos e confundir os consumidores em geral.

De modo geral, porém, mudanças nos ambientes alimentares como essas podem somente influenciar indiretamente aspectos da produção de alimentos, com impactos limitados quando comparados a medidas estruturantes que promovam outros modelos de produção e consumo, de comida de verdade, reunindo mais efetivamente as agendas das agências. É recomendado, portanto, que a FAO e OMS se articulem para priorizar a transformação dos sistemas alimentares na perspectiva da mudança nos alimentos produzidos, valorizando a produção local e diversificada de alimentos e respeitando a cultura alimentar local.

Entre as pontes potenciais entre a saúde e a agricultura, temos o estímulo à agricultura familiar, as compras públicas de alimentos e os guias alimentares. A promoção da agricultura familiar, principalmente quando estimula modelos como a agroecologia e agrofloresta e quando contempla tanto áreas rurais quanto a produção urbana e periurbana, é central na reconfiguração dos sistemas alimentares, pois promove circuitos curtos de produção e

³⁵ <https://www.fao.org/publications/sofi/2022/en/>

³⁶ <https://www.who.int/publications/i/item/9789240035263>

consumo, baseados em alimentos locais diversificados e apoiados por modelos de produção que são sustentáveis, resilientes e inclusivos.

As compras públicas de alimentos normalmente estão diretamente ligadas à produção local, abrindo mercados para produtores locais, em especial da agricultura familiar. Um exemplo exitoso dessa política é representado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que estipula a compra de pelo menos 30% dos alimentos de produtores locais, além de estabelecer restrições à compra de alimentos ultraprocessados, de forma a reduzir a insegurança alimentar e nutricional e promover a alimentação adequada e saudável a dezenas de milhões de estudantes. Somadas a essas medidas, a adoção de estoques reguladores e outras medidas são instrumentos relevantes para o controle do preço dos alimentos básicos da dieta, reduzindo o impacto de entressafas e de problemas climáticos e de outras naturezas, sejam em âmbito nacional ou internacional, que afetam a produção.

Por fim, os guias alimentares, principalmente quando baseados em alimentos e no grau e propósito do processamento industrial, mudam o paradigma da abordagem da alimentação saudável e sua relação com os sistemas alimentares, e, assim, representam pontes fundamentais entre a saúde e outros setores relacionados à produção de alimentos. Por exemplo, esses guias alimentares tiram o foco, anteriormente dominante, dos nutrientes, para os padrões alimentares, considerando aspectos da cultura alimentar local, da influência dos ambientes alimentares e das formas de acesso, preparo e consumo de alimentos. Assim, constituem instrumentos de educação e informação e de indução de políticas de saúde e de políticas intersetoriais, desde a produção à oferta e consumo dos alimentos.

Nesta última parte do informe, com base em um artigo recente publicado na revista *Nature Sustainability*, intitulado “*Sustainable agrifood systems for a post-growth world*”, buscaremos nos aprofundar nos caminhos para a transformação dos sistemas agroalimentares para que sejam sustentáveis. 37.

Um primeiro ponto, que remete ao título do artigo, é justamente o conceito de “mundo pós crescimento”, que reflete a necessidade de mudar o paradigma dominante de crescimento orientado pela busca incessante de produtividade e lucro para uma abordagem que redefina as interações entre a humanidade e a natureza a partir da transformação dos sistemas agroalimentares.

Esse discurso dominante é análogo ao dos combustíveis fósseis na medida em que mudanças baseadas nos sistemas hegemônicas reduzem danos, mas não mudam as perspectivas futuras ou solucionam os problemas que esses sistemas causaram. Na agricultura, esse discurso de sustentabilidade está baseado em ganhos incrementais em eficiência energética e no crescimento ou revolução verde, buscando legitimar e manter os sistemas hegemônicos criados ao longo de décadas pela concentração de recursos e poder em clusters agroindustriais cujo modelo de negócio é inerentemente insustentável.

Por exemplo, essa batalha de discursos fica clara em outro artigo recente, que busca explorar os problemas e soluções nas redes de comércio agrícola (*agricultural trade networks - ATN*), que caracterizam a globalização do comércio de alimentos (principalmente *commodities* como soja, milho e trigo), e na qual seu papel na garantia da segurança alimentar e nutricional global. As mudanças nessas redes ao longo das últimas décadas levaram o mundo a sair da dominância dos Estados Unidos e Ásia nos anos 1980 para constituir uma estrutura mais

³⁷ <https://www.nature.com/articles/s41893-022-00933-5>

complexa, multipolar e globalizada na produção, comércio e consumo e também nas crises, a exemplo da pandemia de Covid-19 e da Guerra entre a Rússia e a Ucrânia 38. Contudo, ao invés das soluções à insegurança alimentar e nutricional estarem na lógica benéfica aos sistemas hegemônicos, de reduzir barreiras comerciais, como sugerem os autores, deveriam estar em transformações que substituam esses sistemas.

Com o poder que possuem, os sistemas hegemônicos influenciam as agendas políticas, desde o nível nacional até o global, inclusive na Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, replicando os discursos de eficiência econômica e de geração de economia de escala e dificultando as transformações estruturais mais necessárias aos sistemas agroalimentares. Esses mecanismos são ainda mais fortalecidos pelo controle e regulação do comércio internacional (assim como exploramos no último informe, com as interferências da OMC na regulação dos alimentos) e pela externalização dos custos reais.

Ainda dentro desses modelos, há uma inversão do ônus pelas consequências desses sistemas injustos e não-saudáveis, usando a culpabilização de escolhas individuais e societárias como estratégia, como ocorre, por exemplo, no caso do problema global da obesidade, em que as indústrias de alimentos concentram seus argumentos no comportamento das pessoas e não em sua responsabilidade nos ambientes alimentares obesogênicos.

As transformações nos sistemas agroalimentares devem incorporar simultaneamente as iniquidades sociais e um discurso mais ampliado de sustentabilidade, deixando o paradigma de crescimento para trás, redefinindo também o papel dos alimentos, padrões alimentares e estilos de vida, e introduzindo novos conceitos e princípios aos discursos (suficiência, regeneração, distribuição, comunalidade e atenção). Nesse novo paradigma, a suficiência deve se sobrepôr à eficiência, assim como a regeneração sobre a extração, distribuição sobre a acumulação, a comunalidade sobre a propriedade privada e a atenção sobre o controle.

O conceito de suficiência tem implicações éticas, políticas e filosóficas, uma vez que considera tanto a suficiente produção de alimentos saudáveis para todos que necessitem quanto os modos de produção, promovendo o bem-estar e justiça aos produtores, numa abordagem de direitos em toda a cadeia. Nesse conceito de alimentos saudáveis, são incorporadas dimensões nutricionais e culturais, de forma a eliminar a desnutrição e carências e controlar o consumo excessivo, bem como interligando as questões sociais e ambientais da produção e a saúde humana à saúde planetária.

A regeneração é diretamente ligada à sustentabilidade, uma vez que pressupõe a produção compatível com os ritmos da natureza e com os processos recuperativos dos ecossistemas, como o preconizado em modelos agroecológicos e agroflorestais. Com isso, incorporam aspectos da cultura alimentar e modos de produção tradicionais, promovendo a geração de solos férteis e agrobiodiversidade e reconhecendo a relação entre modos de produção, trabalho e bem-estar das comunidades.

A distribuição tem por objetivo evitar a concentração e a acumulação, elementos perpetuados pelos sistemas agroalimentares hegemônicos, por meio de modos alternativos de organização, como as cooperativas e de relações mais diretas entre produtores e consumidores. Por sua vez, a comunalidade reflete a expressão humana da identidade cultural nos alimentos e

³⁸<https://www.mdpi.com/2304-8158/12/2/271>

a necessidade de reconhecer o compartilhamento do uso de recursos naturais e tecnológicos, podendo trazer novas abordagens como a “democracia alimentar”.

Finalmente, a atenção busca substituir o ideal de controle que permeia a abordagem neoliberal da segurança alimentar, na medida que em se baseia na soberania alimentar e na interdependência e interconectividade entre as redes locais e globais, reconhecendo o papel fundamental de grupos negligenciados na produção, como as mulheres, jovens e migrantes. Além do cuidado com os humanos, o conceito de atenção também se aplica ao papel de todos os agentes envolvidos na produção, animais, vegetais, fungos e microrganismos e suas sinergias no ambiente.

Exemplos da aplicação desses novos princípios para a transformação dos sistemas agroalimentares já existem e inclusive já são reconhecidos pelos organismos internacionais, ainda que seu destaque seja reconhecido mais frequentemente no contexto de experiências locais bem-sucedidas, ao invés de modelos alternativos para a produção global. Entre essas experiências temos a agroecologia, cooperativismo, economia circular, circuitos curtos de produção e consumo, promoção de modelos participativos de governança e agricultura urbana e periurbana, compreendo que esses princípios devem ser utilizados para adaptar os modelos às especificidades de diferentes contextos.

A partir desses exemplos, novos modelos de negócios e comércio podem ser construídos, socialmente justos e sensíveis ao ambiente e corrigindo as distorções dos modelos hegemônicos nas sociedades, responsabilizando-se pela reparação dos danos que estes causaram, e promovendo o equilíbrio entre o Norte e Sul Global.

Para o agro dos sistemas agroalimentares ser efetivamente alimentar e sustentável, é preciso urgentemente romper com o discurso e a prática promovidos pelos sistemas hegemônicos e reconhecer sua responsabilidade nas crises atuais, a partir do protagonismo dos organismos internacionais e dos governos nacionais. Novos sistemas agroalimentares nessa perspectiva dependem da abordagem de direitos, do respeito à soberania e cultura alimentar e da orientação para a saúde humana e planetária para que sejam alcançados os objetivos da agenda 2030 e que se possa avançar para além deles.

UNESCO, o clima e a água

Gisele Sanglard e Fabiane Gaspar

Este informe traz um balanço dos temas discutidos pela UNESCO na conferência sobre o clima ocorrida em novembro de 2022 no Egito; além de chamar atenção para as duas novas publicações disponíveis na Biblioteca da UNESCO-Brasil: o *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2023: parcerias e cooperação para a água; resumo executivo* e o *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2023: parcerias e cooperação para a água; fatos, dados e exemplos de ação*.

A UNESCO na conferência sobre o Clima

O organismo internacional define sua participação na conferência sobre o clima ocorrida no balneário egípcio de Sharm-el-Sheik em novembro de 2022, a partir de sua longa experiência ao combinar ciência, educação, cultura, comunicação e informação que possibilita uma abordagem ampla sobre as complexidades que envolvem a discussão sobre a mudança climática.

Os temas discutidos no Pavilhão da UNESCO, que reuniu governos e sociedade civil, versaram sobre: Linha de frente para soluções climáticas: os desafios e oportunidades dos povos indígenas para entender a ciência do clima e traduzi-la em políticas e práticas; Financiamento sustentável de reservas da biosfera e patrimônios mundiais na África Central para construir resiliência às mudanças climáticas; o papel das ciências básicas na mitigação das mudanças climáticas; A contribuição da UNESCO para o sistema de alerta precoce de perigos múltiplos; educação para as mudanças climáticas para o desenvolvimento durável; Educação de qualidade sobre mudanças climáticas para todos: o que é e como alcançá-la?; Open data, the remedy for climate change disinformation?. Outros temas eram mais específicos, ligados a interesses locais do Mali, países árabes ou mesmo do Egito, anfitrião do evento. Destes mais específicos, chama atenção a questão digital com relação ao patrimônio histórico.

Uma leitura rápida dos temas discutidos nos cinco dias do evento, percebe-se que as expertises indicadas estão amplamente presentes (<https://www.unesco.org/fr/node/70938?hub=348>, acessado em 12/03/2023).

A UNESCO e os recursos hídricos

Este documento, refere-se diretamente ao ODS 6 (água e saneamento). Segundo o relatório, o consumo de água tem aumentado 1% ao ano nos últimos 40 anos e a estimativa do organismo internacional é que este cenário continue até 2050. O ponto fulcral da questão é que a escassez de água está se tornando endêmica, como resultado do impacto local do estresse hídrico físico, juntamente com a aceleração e a disseminação da poluição da água doce. Como resultado da mudança climática, a escassez sazonal de água aumentará em regiões onde atualmente o recurso é abundante – como África Central, Ásia Oriental e partes da América do Sul – e irá piorar em regiões onde já há baixa disponibilidade de água – como o Oriente Médio e o Sahel, na África. Em média, 10% da população mundial vive em países com estresse hídrico alto ou crítico. Países de renda baixa, média e alta mostram sinais de riscos relacionados à qualidade da água. A má qualidade da água ambiente em países de baixa renda frequentemente está relacionada a baixos níveis de tratamento de águas residuais, enquanto em países de renda alta os efluentes da agricultura são um problema mais sério. No entanto, os dados relacionados à qualidade da água permanecem escassos, em grande parte devido à baixa capacidade de

monitoramento e produção de relatórios, especialmente em muitos dos países menos desenvolvidos da Ásia e da África. (https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384657_por, acessado em 27/03/2023).

Chama atenção para o alcance insuficiente dos objetivos secundários deste ODS, uma vez que apenas 26% da população mundial tinham, em 2020, acesso à água potável segura; 46% tinha acesso a saneamento gerenciado; 60% dos poços artesanais foram considerados “bons”. Por outro lado, a eficiência do uso da água ainda é considerada baixa (9%) e, no que tange ao ecossistema aquático está ainda mais frágil.

São temas importantes neste relatório: a agricultura, com as diversas parcerias (ONGs, comunidades etc.); meio ambiente e a preocupação da recuperação das bacias hidrográficas; os assentamentos humanos; a indústria; a saúde, com a vigilância das doenças relacionadas à água; mudanças climáticas e os compromissos do acordo de Paris.

As metas e avaliações são feitas por regiões: África Subsaariana – onde a questão da infraestrutura hídrica é preocupante e a necessidade de parcerias comunitárias, mais evidente; Europa e América do Norte onde as diversas parcerias estão mais estabelecidas; América Latina e Caribe, onde a preocupação com a agricultura (e o consumo da água) é mais evidente; Ásia e Pacífico, onde a gestão dos recursos hídricos alcançou bons resultados; e Estados árabes, onde a escassez de água “exige iniciativas bem-sucedidas de cooperação e parceria para avançar em direção à segurança hídrica”.

Para alcançar as metas, é preciso educação e o desenvolvimento de capacidades que são fundamentais para acelerar o desenvolvimento; compartilhar dados de informação; uso de tecnologias inovadoras; investimentos – a agência estima a necessidade de triplicar os investimentos; e uma governança eficaz.

Como exemplo de ações e parcerias importantes, o Relatório aponta:

1. Acordo entre o PNUMA e o Rotary Internacional a partir do projeto “Adote um Rio”. Mais especificamente ressalta a iniciativa dos Rotary Clubes nigerianos que lançaram um projeto para remover todos os resíduos sólidos ao longo do Rio Athi em Nairobi. O projeto tem duas fases distintas: a primeira foi a instalação de armadilhas em pontos nos quais as águas pluviais que transportam tais resíduos entram no rio e com o plantio de árvores ao longo de seu curso para reduzir a erosão superficial. Os clubes colaboraram com membros da comunidade para fornecer mão de obra. A próxima fase incluirá o fornecimento de lixeiras de reciclagem, em parceria com prestadores de serviços de coleta de resíduos. As indústrias que despejam seus efluentes no rio por meio de vários canais também serão incluídas nas ações, como parte dos esforços para melhorar o tratamento biológico a montante dos resíduos industriais (https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384659_por/PDF/384659por.pdf.multi, acessado em 27/03/2023)

2. Prestação de serviços hídricos às comunidades indígenas na Guatemala – ação que reuniu a Water Operators Partnerships (WOP) e organismos chilenos (Federação Nacional de Cooperativas de Serviços Sanitários – Fesan; e a Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural, Adecor). A iniciativa contou com recursos do BID, financiador da WOP. A iniciativa tem como objetivo ampliar o “acesso inclusivo e sustentável à água potável para pessoas que vivem em áreas rurais da Guatemala, a fim de apoiar mulheres em condições de extrema pobreza e aumentar a participação de mulheres na esfera da água” (https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384659_por/PDF/384659por.pdf.multi, acessado em 27/03/2023)

Todas as iniciativas que o relatório chama atenção procuram enfatizar as parcerias locais, as trocas de experiências e a capacitação das comunidades, com ênfase no papel das mulheres na geração e replicação do conhecimento.

Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

A Reunião Anual do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** foi realizada em meados de março.

As Assembleias de Governadores do **BID** e do **BID Invest** aprovaram resoluções que moldarão o futuro do Banco e de seus parceiros privados, que juntos formam o Grupo **BID**. Os governadores também expressaram apoio à visão e às prioridades do novo presidente do BID.

Os governadores determinaram o desenvolvimento de uma proposta de aumento de capital para o **BID Invest** para implementar um novo modelo de negócios que aumentaria seu impacto no desenvolvimento por meio do setor privado.

Os Governadores aprovaram o início de negociações que podem culminar em um novo modelo de financiamento para o Laboratório do **BID**.

A Assembleia de Governadores reiterou a importância de desenvolver uma nova proposta de Estratégia Institucional para o Grupo **BID**. A Estratégia Institucional do Grupo **BID** serve como sua principal orientação estratégica. Espera-se que a nova estratégia, que deverá ser aprovada na próxima Reunião Anual em 2024, fortaleça a coordenação dentro do Grupo **BID** e determine o trabalho futuro em áreas-chave anteriormente mandatadas pelos governadores.

Ilan Goldfajn, presidente do **BID**, apresentou suas prioridades aos governadores: questões sociais como segurança alimentar, pobreza e desigualdade, saúde e educação; atenuação e adaptação às alterações climáticas, incluindo a forma de lidar com catástrofes naturais cada vez mais frequentes; e infraestrutura digital e física sustentável, com ênfase na integração regional. Ele ressaltou a importância da preservação da biodiversidade por meio de um Programa Regional da Amazônia. Os governadores reconheceram o alinhamento das prioridades do presidente Goldfajn com as necessidades da região.

O Presidente Goldfajn destacou a necessidade de ver a eficácia do desenvolvimento como um processo holístico que inclui direcionar o impacto, medir o que importa, ter boa governança, aprender e ajustar para obter conhecimento e meritocracia baseada na eficácia. Isso exigirá que o Grupo **BID** se comprometa com uma transformação cultural, que coloque o impacto no centro do Grupo.

O presidente Goldfajn disse ainda que era importante abordar as questões estruturais e culturais que sustentam a capacidade de entregar resultados. "Devemos transformar a maneira como olhamos para a eficácia", disse ele.

Mais de 2.000 participantes estiveram presentes na primeira Reunião Anual presencial em quatro anos. Com o objetivo de discutir e gerar conhecimentos-chave de desenvolvimento, foram realizados seis seminários técnicos. Especialistas e profissionais discutiram tópicos que incluíam a redução da pobreza e da desigualdade; biodiversidade e crescimento sustentável; infraestruturas sustentáveis e inclusivas e integração regional; segurança alimentar e energia sustentável; esforços públicos e privados para promover a agenda de gênero e diversidade; e as alterações climáticas.

A Reunião Anual também ajudou a tornar acordos possíveis com outros parceiros internacionais. De acordo com o **BID**, os acordos permitirão avanços em áreas como mudanças climáticas e biodiversidade, produtividade, desenvolvimento sustentável, educação e proteção social, entre outras.

No caso do programa operacional com o setor público, o presidente do **BID**, juntamente com representantes do governo, assinou sete contratos de crédito para avançar na implementação de projetos previamente aprovados pela Diretoria Executiva do **BID**, além de três acordos do **BID Invest** com países, todos destinados a apoiar o desenvolvimento da região.

BID e o apoio estratégico à Amazônia

Durante a Reunião Anual do **BID**, Ilan Goldfajn reuniu-se com representantes da Amazônia e de países doadores para discutir o apelo urgente por uma ação coordenada para proteger os ecossistemas da Bacia Amazônica.

Os países amazônicos reafirmaram seu forte compromisso de conter o desmatamento e identificar métodos sustentáveis para proteger a floresta, proporcionando oportunidades econômicas reais para as comunidades locais.

Representantes de países amazônicos e de países membros não regionais do BID discutiram os desafios atuais que a região amazônica enfrenta e a capacidade única do Grupo BID de responder a eles de maneira oportuna e coordenada.

O Presidente Goldfajn compartilhou sua visão de "maior ambição para a região amazônica" e o objetivo do BID de coordenar um programa regional da Amazônia que forneça uma configuração abrangente para os esforços existentes (incluindo a Iniciativa Amazônia do BID) e futuros de uma coalizão mais ampla de países e organizações comprometidos com seu desenvolvimento sustentável, resiliente e inclusivo.

O Presidente assumiu o compromisso de que o Grupo **BID** contribua para:

- Promover a integração regional para melhorar a coordenação e a coerência. O bioma amazônico está espalhado por oito países, e sua conservação impacta o mundo inteiro, de modo que somente a ação coletiva pode fazer a diferença.
- Apoiar países e entidades subnacionais no território amazônico, particularmente para investimentos impactantes e políticas informadas para fechar a lacuna de conectividade, promover negócios e garantir a inclusão.
- Liderar um diálogo estreito com os povos indígenas, comunidades locais e afrodescendentes.

Durante a reunião, os doadores reforçaram seu apoio ao programa regional da Amazônia e coordenaram esforços, incluindo a Iniciativa Amazônia existente. O Reino Unido reafirmou sua intenção de aderir ao Fundo Fiduciário de Multidoadores da Amazônia do **BID**, uma importante fonte de financiamento da Iniciativa Amazônia.

Segundo o **BID**, a Iniciativa Amazônia mobiliza recursos públicos e privados e coordena a assistência financeira e técnica do Banco para estimular modelos de desenvolvimento sustentável e inclusivo e acelerar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas comunidades e territórios amazônicos.

BID e a Conferência da Água da ONU 2023

Ilan Goldfajn, discursou na Conferência da Água da ONU 2023. Seu discurso incluiu a avaliação do **BID** sobre os desafios da **ALC** relacionados ao acesso à água e ao saneamento e à gestão dos recursos hídricos em um contexto de mudança climática. O presidente também declarou os compromissos do **BID** com a [Agenda de Ação para a Água](#) promovida pela Organização.

Fortalecimento da Prestação do Banco Mundial na Facilitação do Capital Privado

David Malpass, presidente do **Banco Mundial (BM)** anunciou uma nova abordagem para fortalecer os setores privados e a entrega da Facilitação de Capital Privado nas operações e no trabalho de conhecimento do Banco, com o objetivo de aumentar o crescimento e os recursos disponíveis para o desenvolvimento e os custos climáticos.

O Grupo **BM** estima que os países em desenvolvimento precisarão de **US\$ 2,4 trilhões** por ano nos próximos sete anos para enfrentar apenas os custos climáticos, conflitos e pandemias. Em um discurso no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, o Presidente Malpass estabeleceu uma abordagem para habilitar o capital privado, construir pipelines de investimento de capital e estabelecer conectores de capital privado, para tentar fechar essa lacuna de financiamento.

Fontes:

<https://www.iadb.org/en/news/governors-embrace-vision-priorities-and-plans-idb-group>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-signs-important-agreements-argentina-chile-colombia-honduras-and-uruguay-annual-meeting>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-reinforce-strategic-support-amazon-region>

<https://www.worldbank.org/en/news/speech/2023/03/23/remarks-president-david-malpass-strengthening-delivery-on-private-capital-facilitation-csis>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/03/23/malpass-announces-strengthened-effort-to-support-private-sectors-and-increase-private-capital-for-development-and-climat>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-partners-lead-un-2023-water-sessions-innovation-latin-america-and-caribbean>

https://www.linkedin.com/posts/inter-american-development-bank_ilan-goldfajn-activity-7045133412830994433-Dvk1?utm_source=share&utm_medium=member_desktop

Publicações

De acordo com o Relatório Macroeconômico Anual do **BID**, os países da **América Latina e do Caribe (ALC)** precisam enfrentar o desafio de reduzir a inflação e reduzir o peso da dívida pública em 2023.

Além disso, é fundamental que os países da região enfrentem o triplo desafio das crescentes demandas sociais, recursos fiscais limitados e baixa produtividade e crescimento.

De acordo com o relatório, *“Preparando o Terreno Macroeconômico para um Crescimento”*, o cenário de base vê a região crescendo 1% este ano, após um crescimento melhor do que o esperado de 3,9% em 2022. Um cenário de crescimento que chega a 1,9% em 2024 pressupõe que os Estados Unidos evitarão uma recessão em 2023 e que haverá uma tendência global de queda na inflação.

A invasão russa da Ucrânia em 2022 enviou ondas de choque em todo o mundo. Os preços das *commodities* subiram, as expectativas de crescimento despencaram, os bancos centrais aumentaram as taxas de juros para domar a inflação e há fontes contínuas de incerteza econômica e financeira. Como resultado, em 2023, os países da **ALC** enfrentam uma demanda global deprimida, altos custos de financiamento e incerteza financeira recente.

Na frente monetária, os países precisarão manter ou apertar sua postura de política para garantir que a inflação retorne às suas metas até 2024. A taxa média de inflação anual na **ALC** atingiu 9,6% em julho de 2022, a mais alta desde a crise financeira global de 2008. Na maioria dos países, a inflação caiu após esse pico, mas permanece alta em toda a região. O relatório ainda argumenta que a independência dos bancos centrais é crucial e uma prioridade para controlar a inflação.

A necessidade de reduzir a inflação contribuirá para o abrandamento econômico esperado para 2023. O relatório recomenda políticas de curto prazo para reduzir o impacto sobre os mais vulneráveis, incluindo a implementação de subsídios direcionados. No decorrer do tempo, políticas que estimulem o investimento em infraestrutura física e digital, melhorem o funcionamento dos mercados de trabalho reduzindo os incentivos à informalidade e promovam a produtividade, contribuirão para um retorno a níveis de crescimento saudáveis.

A publicação ainda recomenda planos de política fiscal para aumentar a eficiência da despesa e da arrecadação de impostos, melhorar as instituições fiscais e gerenciar adequadamente a dívida.

O **FMI** lançou a publicação "*Policy Responses to High Energy and Food Prices*" (Respostas políticas aos altos preços da energia e dos alimentos, tradução livre).

O aumento nos preços da energia e dos alimentos, ampliado pela invasão russa à Ucrânia, provocou uma enxurrada de respostas políticas dos países durante 2022. O objetivo dessas respostas políticas era mitigar o impacto social e econômico de preços mais altos. Na publicação, foram documentados anúncios de medidas políticas com base no Banco de Dados de Ações de Preços de Energia e Alimentos (DEFPA), que foi desenvolvido com base em duas rodadas de respostas de pesquisas de equipes de países do **FMI** realizadas em março/abril e junho/julho de 2022. O documento também fornece discussão sobre *trade-offs* políticos ao considerar respostas políticas apropriadas tanto para países com redes de segurança social fortes quanto fracas. A principal mensagem política é a de que a prestação de apoio direcionado às famílias sob a forma de transferências de renda é a forma mais eficaz em termos de custos de aliviar os encargos para as famílias vulneráveis e tem de ser preferida a mecanismos de base alargada que impeçam que os preços internacionais passem para os consumidores domésticos.

Fontes: <https://www.iadb.org/en/news/idb-report-highlights-policies-economic-recovery-amid-global-financial-uncertainty>

<https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2023/03/24/Policy-Responses-to-High-Energy-and-Food-Prices-531343>

Projetos

O **BID** obteve três parcerias importantes para beneficiar a região da **ALC**.

BID e o Canadá fizeram uma parceria para incentivar a adoção de soluções baseadas na natureza (NBS) na **ALC** por meio de um novo programa de **CAD\$ 5 milhões** financiado pelo governo do Canadense.

O programa recém-estabelecido visa melhorar a integração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, aumentar o investimento do setor privado, aumentar a alocação do orçamento nacional e promover políticas relacionadas ao NBS sensíveis ao gênero. Além disso, o programa busca criar as condições propícias nos países-alvo para construir resiliência climática e proteger os ecossistemas, gerando oportunidades para implementar NBS que atendam às necessidades dos setores de infraestrutura e agricultura, silvicultura e outros usos da terra (AFOLU).

Com a Croácia, o Banco assinou um memorando de entendimento para colaborar em projetos que reduzam a desigualdade na **ALC**.

Por meio do acordo, o **BID** e a Croácia, membro não mutuário do Banco, explorarão oportunidades para desenvolver habilidades para a vida, transformação digital e treinamento de habilidades em ciência, tecnologia, engenharia, arte e matemática para mulheres e meninas.

E por fim, **BID** e a Caribbean Shipping Association (CSA) concordaram em colaborar para ajudar a descarbonizar a indústria naval. O memorando de entendimento foi assinado pelo Vice-Presidente do **BID** para Países, Richard Martínez, pela Presidente da CSA, Lindsay Marc Sampson, e pela Gerente Geral da CSA, Milaika Capella Ras, durante a Reunião Anual do **BID** e do **BID Invest**.

O acordo visa agilizar a descarbonização da indústria naval, ao mesmo tempo em que aumenta o desenvolvimento econômico e social da região. Além disso, o quadro procura melhorar a eficiência e a eficácia das atividades e serviços de transporte marítimo, bem como otimizar as operações dos portos marítimos, portos e suas atividades *hinterland* associadas.

O **BM** aprovou projetos direcionados aos setores da saúde e do clima.

O Conselho do Banco aprovou um Empréstimo de Política de Desenvolvimento Programático dos Setores de Saúde de 92,30 milhões de euros (equivalente a **US\$ 100 milhões**) para a Bósnia e Herzegovina. O programa fornecerá apoio orçamental para apoiar os esforços políticos das autoridades da Bósnia-Herzegovina para melhorar a sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde e a qualidade dos serviços de saúde que os seus cidadãos recebem.

Este programa visa melhorar a sustentabilidade financeira das instituições de saúde, ajudando a apurar os atrasos no setor da saúde e a introduzir medidas que impeçam a geração de novos pagamentos em atraso. Também visa introduzir incentivos para melhorar a prestação de serviços e cuidados de saúde primários mais fortes, bem como reformas para melhorar a gestão ambiental e fortalecer o controle do tabaco.

Para apoiar o governo da Indonésia a melhorar a gestão dos recursos marinhos naturais e melhorar os meios de subsistência das comunidades costeiras, o Banco aprovou um projeto de **US\$ 210 milhões**.

O Projeto Oceanos para a Prosperidade (LAUTRA) visa fortalecer a gestão da biodiversidade marinha da Indonésia – incluindo recifes de corais e ecossistemas associados, e garantir uma transição sustentável para uma economia azul, melhorando a gestão das áreas marinhas protegidas e da pesca prioritária. O projeto também é projetado para desenvolver meios de subsistência diversificados e sustentáveis para as comunidades costeiras que vivem em torno de áreas marinhas protegidas selecionadas. Espera-se, portanto, que o LAUTRA contribua para a redução da pobreza nas regiões costeiras da Indonésia e aumente a resiliência às inundações e ao aumento do nível do mar.

Para a República Dominicana, o Banco aprovou um empréstimo de **US\$ 250 milhões** para melhorar o acesso a serviços de água e saneamento gerenciados com segurança no país.

De acordo com o **BM**, esta operação beneficiará 34.700 agregados familiares (aproximadamente 121.000 pessoas) com acesso a um abastecimento de água potável e 76.300 agregados familiares (cerca de 276.000 pessoas) com acesso a um sistema de saneamento seguro.

Fontes:

<https://www.iadb.org/en/news/new-canadian-program-promote-adoption-nature-based-solutions>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-and-croatia-promote-education-and-digital-transformation>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-and-caribbean-shipping-association-accelerate-decarbonization-shipping-industry>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/03/22/world-bank-backs-reforms-to-improve-health-care-systems-in-bosnia-and-herzegovina>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/03/23/healthy-oceans-healthy-communities-new-project-will-boost-coastal-resilience-and-strengthen-blue-economy-in-indonesia>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/03/24/banco-mundial-aportara-250-millones-dolares-programa-modernizacion-servicios-de-agua-saneamiento-republica-dominicana>

Suspensão de Direitos de Propriedade Intelectual

Nota da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) informa que:

1. Em reunião do Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (em inglês, Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), em 16 e 17 de março, os membros da OMC continuam a discussão sobre a possibilidade de ampliar a Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio ([WT/MIN\(22\)/W/15/Rev.2](#)), adotada em junho de 2022 na [12ª Conferência Ministerial](#) (MC12), para diagnósticos e terapias úteis no combate à COVID-19. O Conselho elegeu a Sra. Pimchanok Pitfield, Embaixadora da Tailândia, como Presidente para o próximo ano.

2. De acordo com o parágrafo 8 da Decisão Ministerial, os membros concordaram em tomar uma decisão antes de 17 de dezembro de 2022 sobre a extensão desta Decisão para cobrir a produção e fornecimento de diagnósticos e terapias para COVID-19.

3. Dado que não se obteve consenso, o Conselho do TRIPS decidiu, em dezembro de 2022, recomendar ao Conselho Geral o adiamento do prazo para tal decisão. Em 19 de dezembro, o Conselho Geral concordou com esta recomendação e resolveu retornar à questão da duração da prorrogação em sua próxima reunião, realizada em 6 e 7 de março de 2023, Na ocasião, os membros concordaram em manter a questão aberta para debate enquanto as discussões continuam no Conselho de TRIPS.

4. Facilitados pelo Embaixador Lansana Gberie de Serra Leoa em sua última reunião como Presidente do Conselho, os membros reiteraram posições bem conhecidas. Os membros dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos expressaram desapontamento com o não cumprimento do prazo de dezembro de 2022. Alguns membros observaram que a extensão era questão de credibilidade para a OMC, pois uma solução apenas para vacinas era insuficiente para dar contribuição crítica aos esforços de combate à COVID-19.

5. Eles argumentaram que a concentração da fabricação contribui para a distribuição desigual de diagnósticos e terapias para COVID-19. Esses membros pediram solução multilateral na forma de mecanismo de pronta implementação como parte da preparação para futuras pandemias. Outros membros pediram mais evidências baseadas em fatos antes de qualquer decisão. Alguns questionaram se existia problema de acesso induzido por propriedade intelectual para terapias e diagnósticos e alertaram contra qualquer mudança na estrutura internacional de propriedade intelectual sem evidências substanciais, pois isso enfraqueceria o investimento e a inovação, colocando em risco a capacidade de os membros de enfrentar emergências de saúde e outras emergências agora e no futuro. A próxima reunião do Conselho do TRIPS está marcada para 14 a 15 de junho.

6. No âmbito da discussão sobre propriedade intelectual e COVID-19, os membros consideraram a compilação do Secretariado de medidas de propriedade intelectual relacionadas à COVID-19, inclusive análise das lições aprendidas e dos desafios experimentados durante a pandemia, conforme indicado no parágrafo 24 da Declaração Ministerial sobre a Resposta da OMC à Pandemia de COVID-19 e Preparação para Pandemias Futuras ([WT/MIN\(22\)/W/13](#)), e para abordar quaisquer comunicações que podem ser recebidas de membros de acordo com o parágrafo 5 da Decisão Ministerial sobre o Acordo TRIPS. Sobre este último, o presidente observou que até agora nenhuma comunicação foi recebida (OMC, 2023).

Pedidos de Patentes Internacionais

Nota da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) sobre pedidos de patentes internacionais ressalta os seguintes fatos:

1. A demanda por proteção de patentes cresceu em 2022, com inovadores da China, dos Estados Unidos, do Japão, da República da Coreia e da Alemanha liderando os registros no Tratado de Cooperação de Patentes (PCT) da OMPI.

2. Em 2022, os depósitos do PCT aumentaram em 0,3%, totalizando 278,1 mil pedidos. A Índia (+25,4%) e a República da Coreia (+6,2%) tiveram crescimento acentuado nos pedidos de PCT.

3. A modesta taxa de crescimento geral reflete as condições econômicas desafiadoras prevalentes em 2022. Apesar dessas condições, as empresas continuaram a investir em inovação e propriedade intelectual.

4. Em 2022, a China continuou a ser a principal origem dos pedidos de PCT protocolados com 70.015 - um crescimento modesto de 0,6% em relação ao ano anterior. Os EUA ficaram em segundo lugar com 59.056 pedidos (-0,6% de queda em 2021). O Japão seguiu com 50.345 pedidos (+0,1%). A República da Coreia e a Alemanha completaram os cinco primeiros, com 22.012 pedidos e 17.530 pedidos, respectivamente, ambos com crescimento de 6,2% e 1,5%, respectivamente.

5. Além da República da Coreia (+6,2%), vários países entre os 20 primeiros, como Índia (+25,4%), França (+5,9%), tiveram aumento nos pedidos PCT. O número de pedidos de PCT na Ásia tem crescido mais rapidamente do que no resto do mundo. Houve aumento da participação geral de 54,2% em 2021 para 54,7% em 2022.

6. A gigante chinesa de telecomunicações Huawei Technologies permaneceu a principal depositante com 7.689 pedidos publicados em 2022. A Samsung Electronics, da República da Coreia, ficou em segundo lugar (4.387 pedidos), seguida pela Qualcomm dos EUA (3.855), Mitsubishi Electric do Japão (2.320) e Ericsson da Suécia (2.158). A Samsung Electronics teve a taxa de crescimento mais rápida entre os 10 principais depositantes, com aumento de 44,3%, impulsionando-os para o segundo lugar. A Nippon Telegraph and Telephone Corp. (NTT) teve crescimento acentuado, subindo cinco posições para o sétimo lugar em 2022, com taxa de crescimento de 24,9%.

7. No setor de educação, a Universidade da Califórnia permaneceu como a principal depositante com 552 pedidos PCT publicados em 2022. A Universidade de Zhejiang ficou em segundo lugar (309 depósitos), seguida pela Universidade de Suzhou (303), a Leland Stanford Junior University (217) e a Universidade do Texas (187). A Universidade de Suzhou teve o aumento mais acentuado entre as dez principais instituições educacionais, com o número de pedidos PCT quase dobrando desde 2021 (OMPI, 2023).

Referências

OMC. [Members continue discussion on TRIPS Decision extension to therapeutics and diagnostics](#). Disponível em https://www.wto.org/english/news_e/news23_e/heal_17mar23_e.htm/ Acesso em: 27 de março de 2023.

OMPI. [International Patent Applications Defy 2022 Challenges, Continue Upward Trend](#). Disponível em https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2023/article_0002.html Acesso em: 27 de março de 2023.

O que deve ser feito em futuras pandemias: lições aprendidas após três anos de COVID-19 em meio à urgência climática, guerras e crises humanitárias

***Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas,
Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert,
Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais,
Maria Christina Silva Carneiro Nobre,
Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e
Luís Eugênio de Souza***

INTRODUÇÃO

Durante a última quinzena, foram monitoradas 43 Organizações da Sociedade Civil (OSC) de interesse público e privado, entre as quais 24 apresentaram manifestações relevantes. Foram identificados três temas de maior destaque durante o período: a crise climática, a pandemia de Covid-19 e as guerras e seus desdobramentos.

Em relação ao meio ambiente e à crise climática, as OSC manifestaram-se sobre as perdas e os danos causados pelos desastres ambientais e a necessidade de fazer valer os compromissos feitos para ajudar as comunidades afetadas. Alertaram para os efeitos na incidência de muitas doenças infecciosas e ressaltaram que esses impactos climáticos são muito piores do que se previa. Além disso, as OSC citaram os desafios enfrentados pelo Brasil e pela América Latina e discutiram as ações necessárias para combater a mudança climática em nível regional e global.

Ao se completar o terceiro ano da pandemia de COVID-19, as OSC se manifestaram sobre as lições aprendidas e os desafios para futuras pandemias. Pediram que as necessidades da população fossem priorizadas, em detrimento do lucro e do nacionalismo. Foi criticada a desastrosa governança de propriedade intelectual na pandemia e seus efeitos na desigualdade social. Foi destacada a importância de continuar a construção de instrumentos que visem a distribuição equitativa de vacinas, testes e tratamentos, bem como um mecanismo para remover barreiras de propriedade intelectual durante pandemias. Em particular, foi criticada a tentativa da Moderna de incrementar o preço da vacina, mesmo tendo sido desenvolvida com financiamento público.

As guerras e suas consequências humanitárias e sanitárias levaram as OSC a refletir sobre os efeitos nas regiões afetadas. Doze anos após o início do conflito na Síria e vinte anos após a invasão do Iraque pelos EUA, constata-se o alto custo de vidas perdidas e milhões de pessoas em situação de deslocamento e insegurança alimentar, sendo necessária uma abordagem mais abrangente da assistência humanitária. Neste contexto, desastres naturais que afetam as populações que vivem no meio de conflitos armados são uma preocupação adicional.

Durante o período, o Dia Internacional da Mulher permaneceu como um tema de destaque com atividades que visam discutir sobre a participação das mulheres na força de trabalho e nos cargos de liderança, também sobre a violência de gênero na esfera digital.

Juntamente, a proteção de populações vulneráveis, a promoção dos direitos humanos, a luta contra doenças infecciosas e doenças negligenciadas, a importância das vacinas, a saúde mental e outros tópicos foram relevantes. Observou-se também que o setor privado discutiu questões relacionadas a financiamento em diversas áreas.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Meio ambiente e crise climática

A ActionAid³⁹ repercutiu o lançamento do [Relatório Síntese sobre Mudança Climática 2023](#), publicado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) no dia 20 de março de 2023. Sobre o tema, em tom alarmante, a líder global da organização para o assunto, Teresa Anderson, declarou que há muitas provas de que os impactos climáticos são muito piores do que se previa mesmo apenas alguns anos atrás. Também cobrou que as Nações Unidas urgentemente façam valer a decisão histórica tomada na COP27, em 2022, e estabeleçam um novo fundo para ajudar as comunidades afetadas por perdas e danos causados pelo clima.

Greenpeace Brasil⁴⁰ divulgou sua contrariedade ao [Acordo Mercosul-União Europeia](#). Considera que o acordo aprofunda um pensamento neocolonial, em que o papel da América do Sul se intensificará como fornecedora de matérias-primas baratas, produzidas com custos sociais e ambientais imensos, em troca de produtos industrializados europeus. Prova disso é que o novo acordo não traz nenhuma especificação sobre uma produção mais sustentável da soja, produto chave no desmatamento brasileiro.

Greenpeace Brasil divulgou os resultados apresentados no 6º Relatório de Avaliação do [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU](#) (IPCC). Neste, explicitou-se a urgência de reverter ainda nessa década os danos ao meio ambiente causados pelo ser humano. A ONG propõe que uma das tarefas mais importantes no Brasil é a de revisar o Plano Nacional de Adaptação (2016). A nível global, o IPCC relata que uma das formas mais baratas de [combater o aquecimento global](#) é proteger as florestas.

O Diretor da DNDi⁴¹ do Sul da Ásia comentou [o relatório final do IPCC](#), órgão das Nações Unidas que avalia a ciência relacionada às mudanças climáticas. Para o diretor, as informações do IPCC mostram, mais uma vez, que as mudanças climáticas aumentam a incidência de muitas doenças infecciosas, incluindo doenças tropicais negligenciadas como dengue ou leishmaniose, muitas das quais carecem de medicamentos eficazes, seguros e acessíveis.

O Center for Strategic and International Studies⁴² fez uma reportagem sobre o custo de energia e as crescentes preocupações com a confiabilidade da rede energética dos EUA, levantando questões sobre a [manutenção de um equilíbrio saudável entre segurança energética](#), sustentabilidade e acessibilidade por meio do processo de descarbonização.

O Center for Strategic and International Studies apresentou um artigo sobre conflito entre os Estados Unidos e a União Europeia a respeito da aceleração do combate à [mudança climática](#). Recomendou ampliar a pesquisa dentro da aliança transatlântica, aumentar o investimento, incentivar a competição cooperativa de modo a favorecer a criação de um bloco econômico que faça frente ao modelo chinês na transição verde.

O ciclone tropical Freddy aterrissou pela segunda vez na semana de 22 de março de 2023 na África Oriental, atravessando o Malawi e causando fortes rajadas de vento, chuvas, deslizamentos de terra e inundações. O número de mortos no Malawi é de 225, até o dia 22. Em resposta, a ActionAid Malawi [está expandindo suas intervenções](#) no local e trabalhando com

³⁹ <https://actionaid.org/>

⁴⁰ <https://www.greenpeace.org/brasil/>

⁴¹ <https://dndi.org/>

⁴² <https://www.csis.org/>

parceiros locais nos distritos afetados para prestar assistência aos sobreviventes e apoiar os esforços de salvamento.

A CARE⁴³ trabalha ao lado dos governos, de parceiros locais e líderes comunitários para suprir as necessidades imediatas das populações afetadas pelas inundações e destruição em Moçambique e Malawi por causa da [tempestade tropical Freddy](#).

Greenpeace Brasil denuncia a especulação imobiliária e a negligência do poder público em solucionar os problemas das pessoas vítimas dos [deslizamentos de São Sebastião](#) (litoral norte de São Paulo). Para a ONG, é imperativo que as autoridades ouçam os moradores e façam planos que considerem a nova realidade ambiental com as necessidades dos cidadãos da região.

O Center for Estrategic and International Studies publicou um artigo sobre as [mudanças climáticas e as crises energéticas](#) que estão atingindo o mundo, especialmente a América Latina. Destacou os desafios os países da região devem enfrentar: como fazer investimentos significativos, aumentar a conscientização, criar regulamentações e políticas apropriadas, além de fazer parcerias com indústrias e partes interessadas a desenvolver o capital humano.

COVID-19 e futuras pandemias

Mais de 200 líderes mundiais, laureados com o Nobel, organizações da sociedade civil, líderes religiosos e especialistas em saúde assinaram uma [carta aberta instando os governos a priorizarem as necessidades da população em detrimento "do lucro e do nacionalismo" durante as pandemias](#). A carta foi coordenada pela People's Vaccine Alliance⁴⁴ para assinalar o terceiro ano após a caracterização da COVID-19 como pandemia pela Organização Mundial da Saúde. Os signatários pedem a distribuição equitativa de vacinas, testes e tratamentos, e que as inovações médicas financiadas publicamente sejam tratadas como bens comuns globais de acordo com os princípios de equidade e direitos humanos na preparação e resposta às pandemias. Além disso, pedem um mecanismo automático para remover as barreiras de propriedade intelectual durante as pandemias e para investimento na pesquisa, desenvolvimento e capacidade de fabricação pública no Sul Global.

Oxfam Brasil⁴⁵ divulgou manifesto, referindo-se aos [três anos de pandemia COVID-19](#). Neste reflete sobre a desastrosa governança de propriedade intelectual que permitiu a poucas empresas farmacêuticas dos países mais desenvolvidos explorar os recursos públicos globais para desenvolvimento de drogas e vacinas contra a COVID-19. Sem compromisso com a população, a indústria farmacêutica definiu preços para o acesso às tecnologias produzidas, se recusando a compartilhar a tecnologia e o conhecimento e obtendo lucros extraordinários. A ONG ressalta que esse lucro gerou e continua gerando adoecimento e mortes nos países do Sul Global (devido à dificuldade de acesso aos medicamentos) assim como aprofundou a desigualdade e a vulnerabilidade (principalmente para mulheres, pessoas negras e grupos minoritários).

Antes da audiência do CEO da Moderna, Stéphane Bancel, perante a Comissão de Saúde, Educação, Trabalho e Previdência do Senado americano, [a People's Vaccine Alliance emitiu um comunicado destacando os pontos a serem considerados sobre os lucros e gastos da Moderna](#), bem como suas preocupações com a recusa da empresa em compartilhar a tecnologia mRNA e

⁴³ <https://www.care.org/>

⁴⁴ <https://peoplesvaccine.org/>

⁴⁵ <https://www.oxfam.org.br/>

o registro de patentes, o que poderia ameaçar o projeto de compartilhamento da tecnologia com países de baixa e média renda.

A Public Citizen⁴⁶ também criticou a Moderna por defender o [aumento do preço da vacina](#), uma vez que o governo Biden anunciou a intenção de declarar em maio o fim da COVID-19 como emergência de saúde pública. Levantou três pontos a serem considerados antes da audiência: a vacina foi desenvolvida em parceria com o NIH e com financiamento público, a Moderna já obteve enormes lucros e um aumento de preço seria lucrar às custas dos contribuintes.

Pelo [Twitter](#), a DNDi repostou a seguinte frase: “Nós, o público, financiamos a ciência para que ela possa melhorar nossas vidas, não para transformar algumas pessoas em bilionários”, da repórter Amy Maxmen que faz uma crítica aos lucros da Moderna com as vacinas contra Covid-19. A DNDi afirma que os acordos de licenciamento que faz com parceiros incluem cláusulas para garantir que o preço final seja o mais baixo possível, garantindo que os parceiros industriais possam produzir de forma sustentável.

A plataforma internacional de saúde global do Genebra do Global Health Centre⁴⁷ anunciou um evento que reunirá especialistas para debater a proposta de Tratado/Acordo Pandêmico que versará sobre futuras pandemias à luz do Regulamento Sanitário Internacional. A ideia é ouvir opiniões sobre as implicações legais e políticas de se buscar processos paralelos para a elaboração de leis nas mesmas instâncias e discutir possíveis resultados. O [evento](#) será realizado no dia 26 de abril de 2023 de forma presencial, em Genebra.

Nos dias 16 e 17 de março membros da The International Association of National Public Health Institutes⁴⁸ (IANPHI) participaram de uma consulta com a OMS sobre as [capacidades de preparação e resposta](#) para emergências de saúde pública. Os países e parceiros devem priorizar os investimentos na força de trabalho das agências nacionais de saúde pública (NPHA), tanto técnico quanto financeiro para a segurança da saúde coletiva. A preparação e a resposta a emergências de saúde devem ser um pilar estratégico do planejamento para o futuro.

Guerras e crises humanitárias

A CARE divulgou reflexões sobre os [12 anos de conflito na Síria](#). O conflito que eclodiu em março de 2011 matou aproximadamente 300.000 civis, deslocou mais de 13 milhões de pessoas e fez com que a maioria da população necessitasse de assistência humanitária. A CARE pede uma abordagem mais abrangente para a assistência humanitária na Síria, com uma resposta adaptada às novas necessidades das pessoas que suportam mais de uma década de deslocamento prolongado e insegurança

O Center for Strategic and International Studies divulgou uma entrevista com Giorgio Gigauri sobre o cenário atual após a invasão ao Iraque pelos Estados Unidos. O artigo refere-se a uma análise do [Iraque 20 anos após a invasão: desafios humanitários, de deslocamento e mudanças climáticas](#). Analisa-se que o atual cenário custou a vida de cerca de meio milhão de iraquianos, o deslocamento de 9,2 milhões de pessoas e a insegurança alimentar de 4,7 milhões de pessoas. Além disso, o artigo reflete sobre o papel da agência de migração das Nações Unidas e da Organização Internacional para Migração (OIM) frente às necessidades atuais do país.

⁴⁶ <https://www.citizen.org/>

⁴⁷ <https://www.graduateinstitute.ch/globalhealth>

⁴⁸ <https://www.ianphi.org/index.html>

A Região Árabe da ActionAid e os seus seis parceiros na Síria promoveram um intercâmbio no início de março sobre o que seria necessário para apoiar as pessoas afetadas pelos terremotos, particularmente as mais marginalizadas. Apresentaram cinco pedidos a doadores internacionais em uma [conferência no dia 20 de março](#), em Bruxelas, em apoio à população da Turquia e da Síria. Além dos terremotos, destacam que a crise síria chega ao seu décimo segundo ano de conflito, em meio a uma perspectiva sombria para sua população, que vive uma prolongada crise caracterizada por deslocamentos recorrentes, hostilidades, instabilidade social, incerteza, violência e desesperança.

O Consortium of Universities for Global Health⁴⁹ alerta a necessidade urgente de [assistência humanitária](#) para evitar novas mortes na Turquia e na Síria após o terremoto.

O Consortium of Universities for Global Health divulgou artigo sobre o [Comércio mortal](#): como as exportações de armas europeias e israelenses estão acelerando a violência no México.

Médicos Sem Fronteira⁵⁰ (MSF) denuncia o [estado crítico do único hospital](#) para 1 milhão de pessoas em Abs ao norte de Iêmen, região que vem atravessando uma prolongada guerra, falta de serviços de cuidados primários e péssimas condições de vida nos campos de deslocados. O hospital está sobrecarregado com a demanda de pacientes que muitas vezes têm que compartilhar camas, e os departamentos de emergência, maternidade, neonatologia e centro de nutrição terapêutica intensiva operam acima da capacidade. Os cortes de financiamento a partir do ano 2022 fizeram com que vários centros de saúde deixassem de prestar serviços, enquanto outros ficaram sem suprimentos médicos suficientes. MSF reconhece que atualmente tem alcançado o limite da sua capacidade de resposta.

Na cidade de Assamaka, ao norte do Níger, MSF denuncia o abandono de mais de 3500 [migrantes deportados da Argélia](#) os quais se instalaram em absoluta precariedade no pátio, telhado e em outras áreas do Centro Integrado de Saúde (ICS) da região. Os migrantes estão presos no deserto sem acesso a abrigo, sem cuidados de saúde, sem proteção e ninguém para cuidar de suas necessidades básicas. A MSF pede à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que forneça proteção imediata.

Equidade de gênero

No dia 14 de março, foi realizado pela Women in Global Health⁵¹ o evento *“The role of youth and digital media to end workplace gender-based violence in health”*. O [evento](#) discutiu a violência de gênero contra mulheres e outras minorias de gênero e teve como destaque a discussão sobre as ameaças e os benefícios das ferramentas digitais em relação à violência de gênero.

“The XX Paradox: The State of Women’s Leadership in Health” foi o tema do segundo [evento](#) no mês realizado pela Women in Global Health. Realizado em 16 de março, o evento tratou da participação das mulheres na força de trabalho e da pouca ocupação de cargos de liderança.

No Dia Internacional da Mulher de 2023, 40 defensores [voluntários da CARE](#) de 17 estados dos EUA e de outros quatro países se reuniram com senadores e representantes dos EUA para defender as prioridades da CARE em nome de mulheres, meninas e outras pessoas

⁴⁹ <https://www.cugh.org/>

⁵⁰ <https://www.msf.es/>

⁵¹ <https://womeningh.org/>

necessitadas em todo o mundo. A CARE no Capitólio traz defensores a Washington, várias vezes ao longo do ano para diálogo com os deputados e senadores eleitos, quando as decisões legislativas estão prestes a serem tomadas.

A CARE destacou [o relato de Lucy](#), uma mulher, técnica em energia solar, que provê energia ao Campo de Refugiados de Kakuma, no Quênia. Kakuma, unto com o assentamento próximo de Kalobeyei, abriga 249.000 refugiados de 24 nacionalidades. Dos dez alunos que se matricularam no curso técnico, Lucy foi uma das três mulheres participantes e, após a conclusão, ela foi a única mulher a assumir o trabalho. Hoje, Lucy convence mulheres no campo de refugiados a se matricularem em cursos semelhantes em áreas dominadas por homens.

Crianças, jovens e idosos

A International Federation of Social Workers (IFSW)⁵² publicou matéria sobre as milhares de crianças, algumas entre 4 e 5 anos, e jovens em todo o mundo que apoiam suas famílias no cuidado a parentes doentes. O Dia da [Commonwealth de 2023](#) destacou a importância dessas crianças serem ouvidas.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA)⁵³apresentou o [programa Barometer](#), destacando a importância de gerar evidências de como melhorar o cuidado com a visão entre os idosos.

Populações vulneráveis

O Diretor Executivo do Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN)⁵⁴, Howard Catton, falou exclusivamente com a [nova Diretora de Enfermagem da Organização Mundial da Saúde \(OMS\)](#), Dra. Amelia Latu Afuhaamango Tuipulotu, sobre as prioridades e os desafios futuros. A nova diretora de enfermagem da OMS compartilha que sua prioridade será atender às necessidades das populações mais vulneráveis do mundo.

Força de Trabalho em Saúde

Relatório do ICN diz que [falta de enfermeiros é uma emergência de saúde global](#). O relatório diz que os sistemas de saúde em todo o mundo só começarão a se recuperar dos efeitos da pandemia e serão reconstruídos quando houver investimento e apoio global suficiente para uma força de trabalho de enfermagem.

O ICN lançou hoje uma série de cartazes do Dia Internacional dos Enfermeiros para celebrar o trabalho dos enfermeiros e o tema da campanha anual [“Os Nossos Enfermeiros. Nosso futuro”](#). A data será comemorada em 12 de maio de 2023 e a campanha será pautada no que a enfermagem precisa agora e no futuro para enfrentar os desafios globais de saúde e melhorar a saúde global para todos.

Hesitação vacinal

A IFA realizou no dia 22 de março mais uma sessão do programa de educação sobre [vacinação de adultos](#). Nesta sessão, o foco foram as barreiras a superar para melhorar as taxas de aceitação à vacinação de adultos

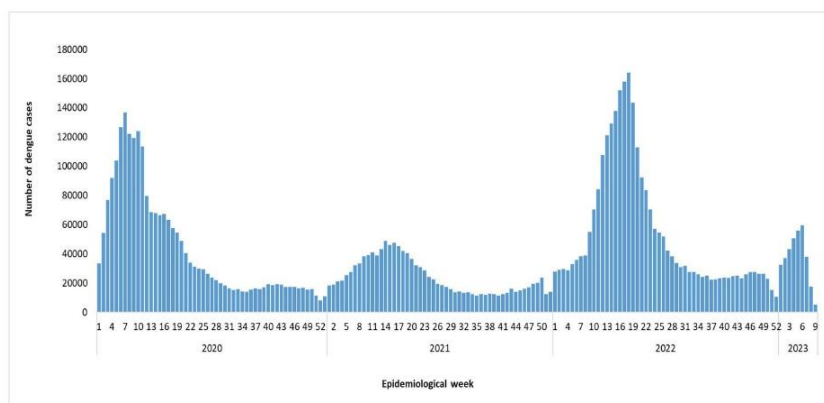
⁵² <https://www.ifsw.org/>

⁵³ <https://ifa.ngo/>

⁵⁴ <https://www.icn.ch/>

Doenças negligenciadas

Pelo [Twitter](#), a DNDi destacou que os casos de dengue nas Américas dobraram em 2022 em comparação com 2021, e que 2023 está mostrando um aumento intenso, com cerca de 3,9 bilhões de pessoas em risco no mundo. Ainda pontua que não há medicamentos específicos para tratar a dengue, o que torna a doença uma importante ameaça à saúde global.



Source: PAHO/WHO Health Information Platform for the Americas (PLISA per its acronym in Spanish) as provided by Ministries and Institutes of Health of the countries and territories of the Region of the Americas. Washington DC: PAHO.

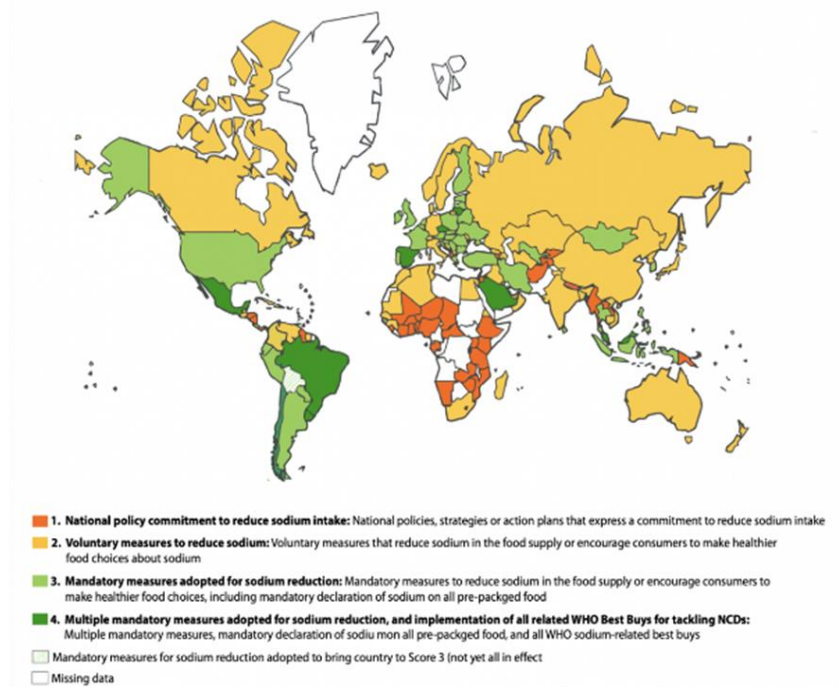
A DNDi divulgou o trabalho de estudantes suíços que desenvolveram um [dispositivo inovador de termoterapia](#) para tratamento mais seguro de Leishmaniose Cutânea. Muitas pessoas com leishmaniose cutânea vivem em áreas rurais e precisam percorrer longas distâncias para ir ao hospital e receber tratamento. Os pesquisadores criaram um dispositivo portátil e adequado para uso em condições adversas.

Doenças Crônicas Não Transmissíveis

A Public Citizen informou que a [Novo Nordisk anunciou a redução de preços da insulina](#) em torno de 65%. Esta é a segunda das três principais farmacêuticas produtoras de insulina a reduzir os preços após a introdução da Lei "Insulina para Todos", que limita os preços da insulina em USD \$ 20 por frasco. Essa lei foi resultado da luta de ativistas #insulin4all que levantaram suas vozes em defesa de suas vidas. A [NCD Alliance](#)⁵⁵ compartilhou importantes achados do [relatório da OMS](#) sobre redução de sal. Se as recomendações acordadas pelos 194 Estados membros fossem implementadas, 20% do consumo de sódio seria reduzido até 2025, salvando muitas vidas, prevê o relatório. O uso excessivo de sódio aumenta as chances de DCNT e outras doenças.

⁵⁵ <https://ncdalliance.org/>

Map 1. Global sodium reduction policies and measures as of October 2022



Serviços de saúde

Consortium of Universities for Global Health divulgou relatório, registrando o sucesso dos [serviços gratuitos de saúde materna](#) no Quênia.

A Public Citizen publicou um [relatório](#) que examina o impacto do capital privado na oferta de serviços de saúde em mais de doze setores, indicando que houve lapsos de segurança e manipulação de preços. Ao contrário das aquisições de hospitais, que normalmente ocorrem sob controle público, as aquisições de consultórios médicos e outras linhas de negócios em saúde muitas vezes ocorrem sem qualquer escrutínio público, o que dificulta a monitoramento por parte de reguladores e entidades fiscalizadoras. A Public Citizen também pediu ao governo dos EUA que melhore a transparência e a responsabilidade, e que exija que as empresas de interesse privado e outros interesses financeiros divulguem participações em instalações de saúde.

Direitos Humanos

Oxfam Brasil comentou o seminário no Senado Brasileiro referente ao Projeto de Lei 572/22 ([Lei Marco Nacional de Direitos Humanos e Empresas no Brasil](#)). Para a ONG, essa é uma lei essencial e sistematizadora que trará efetividade aos direitos já consagrados na Constituição. O objetivo da lei é garantir a primazia dos direitos humanos ante a lógica dos negócios, ou seja, equipa com devida diligência e defende os atingidos por ações criminosas de empresas, principalmente transnacionais, levando à devida reparação e à regulação e punição das empresas.

Saúde digital

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA)⁵⁶ anunciou a 4ª sessão da série de webinários, focando agora na [Saúde Digital](#).

Saúde global

O Consortium of Universities for Global Health disponibiliza artigo sobre [Complexidade na Saúde Global](#) – Unindo Teoria e Prática, conclui que a harmonização entre a teoria da complexidade e a saúde global pode fornecer a base para fechar a lacuna de equidade em saúde apresentada pela agenda de saúde global.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Saúde mental

A Mental Health Foundation⁵⁷ comemorou que o governo do Reino Unido tenha previsto o aumento, no orçamento de 2024, [do financiamento de ações de prevenção de suicídio](#). No entanto, o Plano de Saúde Mental e Bem-estar, que era mais abrangente, foi abandonado, assim como não foram anunciadas medidas de saúde para lidar com refugiados e migrantes.

Com motivo da crescente preocupação pela saúde mental, a Fundação Wellcome Trust⁵⁸ destacou a importância de identificar novos [marcadores](#) sobre o estado da saúde mental que permitam estratificar estados ansiosos e depressivos. Por isso, lançou uma [chamada](#) para financiar pesquisas sobre ansiedade e depressão. Da mesma forma, organizou uma [publicação](#) sobre os efeitos do sono e do ciclo circadiano na saúde mental e quadros como ansiedade e depressão.

COVID-19

Ao completar o terceiro ano de emergência sanitária por causa da pandemia da COVID-19, a Fundação Rockefeller destacou o [apoio](#) à distribuição equitativa de testes e vacinas, assim como a instituições parceiras para aprimorar a vigilância das variantes emergentes do SARS-CoV-2 e outros patógenos.

GAVI, The Vaccine Alliance⁵⁹, publicou relatório acerca dos [10 Aprendizados para a Aliança Humanitária COVAX](#), classificados em cinco categorias: (a) delineamento, (b) suprimento e demanda, (c) tomada de decisão, (d) provisão e implementação e (e) coordenação e prestação de contas.

GAVI, The Vaccine Alliance se manifestou pelo Dia Internacional de Conscientização sobre a COVID, apresentando [dez histórias sobre como a vacina COVID 19](#) impactou a vida de milhões de pessoas.

GAVI, The Vaccine Alliance disponibilizou [relatório com oito coisas aprendidas com a pandemia de COVID-19](#), que vão desde a imunidade até a eficácia da vacina.

⁵⁶ <https://www.globalfamilydoctor.com/>

⁵⁷ <https://www.mentalhealth.org.uk/>

⁵⁸ <https://wellcome.org/>

⁵⁹ <https://www.gavi.org/>

GAVI, The Vaccine Alliance divulgou documento em que afirma que [a pandemia de COVID](#) pode nunca acabar – mas o impacto na saúde pública está se tornando mais controlado.

Imunização

A Fundação Wellcome Trust continua dando ênfase à importância de aprimorar o desenvolvimento de [vacinas](#) na África, assinalando, como uma das principais barreiras, a falta de um sistema regulatório. Nesse sentido, destacou o trabalho da Agência para o Desenvolvimento da União Africana, que organiza redes, promove a criação de centros de excelência em farmacovigilância em Gana e oferece treinamento para pessoas no Senegal. Estas e outras informações fazem parte do [relatório](#) detalhado que foi organizado pela Wellcome.

A Fundação Wellcome Trust lançou uma [chamada](#) para financiamento de pesquisas, com mais de um milhão de libras, voltadas para o mapeamento dos lugares de maior disseminação do cólera assim como para as melhores indicações para uso da vacina oral disponível considerando características como idade e estado imunológico.

GAVI, The Vaccine Alliance, divulgou estudos estatísticos que medem o impacto das vacinas e da [atuação da GAVI](#) na imunização global.

GAVI, The Vaccine Alliance, publicou relatório sobre [ampla coalizão na Indonésia](#) para conter a poliomielite em províncias mais necessitadas, com disponibilização de vacinas.

GAVI, The Vaccine Alliance, disponibilizou o relatório intitulado [Além do câncer cervical: o Butão está vencendo a guerra contra o HPV](#). O pequeno país do Himalaia, Butão, planeja eliminar o câncer cervical e vê a vacinação de meninos e meninas como crucial para esse objetivo

Crise alimentar global

A Gates Foundation⁶⁰ relatou que, após um ano da invasão da Ucrânia pela Rússia, o mundo ainda está se adaptando à [crise alimentar](#) e criando métodos de resiliência. O continente africano vem recebendo investimento não só da Fundação como do Programa Global Alimentar das Nações Unidas para conseguir expandir suas próprias plantações de trigo e outros grãos necessários. Ressaltou que a disponibilização de melhores sementes e fertilizantes é o caminho para o continente seguir rumo à segurança alimentar.

Sobre a crise alimentar, a Fundação Rockefeller⁶¹ destacou a importância de garantir o acesso a [alimentos](#) de qualidade, garantidos com a participação do estado a partir de compras públicas inclusive para escolas, de forma a combater a associação entre alimentos de má qualidade e doenças não transmissíveis como a diabetes. Ao mesmo tempo, se destacou a importância de comprar [alimentos locais](#), o que teria benefícios na saúde, na economia e no impacto climático.

Meio ambiente e crise climática

A Fundação Rockefeller destacou a sua participação na [CERWeek](#), evento sobre o futuro energético, no qual foi discutida a oportunidade de combater a crise climática ao tempo que se acaba com a pobreza [energética](#). Foi destacada também a importância de garantir um desenvolvimento inclusivo e sustentável com a participação comunitária principalmente de mulheres. Ao mesmo tempo, foi defendido que o acesso à energia deveria ser considerado um

⁶⁰ <https://www.gatesfoundation.org/>

⁶¹ <https://www.rockefellerfoundation.org/>

direito humano, acrescentando-se que o desenvolvimento de novas fontes energéticas pode viabilizar o acesso a este direito.

A Fundação Rockefeller continua abordou o tema da [crise climática](#), lembrando a decisão difícil que tomaram, anos atrás, de se desfazer de entidades de combustíveis fósseis em seu próprio patrimônio. Ao mesmo tempo, declarou que seria importante que a própria indústria de combustíveis ajudasse no financiamento desta transição, de modo a participar das possíveis soluções.

GAVI, The Vaccine Alliance, disponibilizou relatório intitulado [Cinco ligações principais entre as alterações climáticas e a saúde](#), concluindo que as consequências de um rápido aquecimento da Terra são devastadoras para a saúde humana.

A Fundação Wellcome Trust lançou uma [chamada](#) para financiar estudos sobre os impactos da mudança climática na saúde.

Guerra e assistência humanitária

Por causa da invasão russa à Ucrânia e a subsequente carência de assistência sanitária, o Global Fund destacou o apoio ao trabalho de [agentes comunitários](#) que levam assistência a pessoas com tuberculose.

Equidade de gênero

Na passagem do Dia Internacional da Mulher, o Global Fund destacou a atuação de [mulheres](#) nigerianas na luta contra ameaças como a malária. Assim como a importância das mulheres terem acesso a ferramentas que lhes permitam se proteger do [HIV](#) e reafirmar seus direitos. De igual forma, salientou a parceria de mais de dois milhões de homens e mulheres [agentes comunitários](#) de saúde que atuam na linha de frente contra epidemias principalmente em comunidades rurais e remotas, inclusive sem as medidas de proteção necessárias e arriscando a própria saúde. Em geral, o Global Fund reconheceu a importância de remunerar e proteger adequadamente às [mulheres](#) que atuam na saúde, pois constituem 70% da força laboral.

No Dia Internacional da Mulher, a Fundação Rockefeller destacou o trabalho de mulheres no desenvolvimento de estratégias inovadoras em soluções de [energia renovável](#). De igual forma, destacou a importância de reduzir as desigualdades na saúde e educação associadas ao [gênero](#). Destacou ainda o apoio às ações para superar as desigualdades e criar um mundo mais justo e equitativo para as [mulheres](#). Além disso, pronunciou-se sobre a necessidade de apoio às mulheres da Índia, que enfrentam ondas de [calor](#) que as afetam desproporcionalmente.

Doenças infecciosas

A Fundação Wellcome Trust fez uma publicação, apresentando as diversas tecnologias, como antibióticos e vacinas, que, desde 1840, permitem fazer frente a [doenças infecciosas](#).

A Fundação Wellcome Trust chamou atenção para o aumento de casos de cólera em Malawi. Segundo uma análise realizada, foram assinalados fatores como a vulnerabilidade da assistência devido à [Covid-19](#), os impactos da [mudança climática](#) e a falta de disponibilidade da [vacina](#). Um outro fator destacado foi a falta de [água](#), que levou a grandes deslocamentos de grupos populacionais, maior pobreza e incremento de doenças como diarreia, cólera e pólio.

GAVI, The Vaccine Alliance, divulgou o relatório intitulado “[Os mosquitos devem desaparecer](#)”, relatando a experiência de uma comunidade nigeriana no combate à malária.

GAVI, The Vaccine Alliance, divulgou o artigo “[COVID, gripe aviária, mpox](#)”. De acordo com o artigo, a melhoria da capacidade de detecção e o aumento da incidência fazem com que estejamos vendo mais surtos.

O Global Fund ⁶² divulgou o seu apoio a mulheres [agentes comunitárias na](#) luta contra a malária na Honduras.

O Global Fund destacou, como um avanço, a recomendação da OMS sobre uso de [redes](#) contra mosquitos que incorporam dois agentes ativos que permitem dupla proteção contra a malária.

O Global Fund destacou a importância de aprimorar o combate à [Tuberculose](#), em países de média e baixa renda, que são os principais afetados.

A Fundação Rockefeller chamou a atenção à catástrofe sanitária por causa do [cólera](#) em Malawi, onde a mudança climática tem potenciado os impactos da doença, que já conta com milhares de mortos e contagiados.

Resistência antimicrobiana

GAVI, The Vaccine Alliance, repercutiu relatório da OMS intitulado [O tempo está se esgotando](#). A OMS adverte que não há antibióticos suficientes para combater ameaças urgentes à saúde. Os medicamentos em desenvolvimento atendem principalmente às necessidades de países de alta renda, mas não às necessidades dos países de baixa renda, onde a carga de infecções resistentes a medicamentos é maior.

Pesquisa

A Fundação Wellcome Trust lançou um [inquérito](#) para entender melhor as perspectivas dos pesquisadores negros que atuam no Reino Unido, o que permitirá organizar melhor as ações de apoio e incentivos. Da mesma forma, lançou uma [iniciativa](#) para construir um portfólio de apoio a pesquisas, mais inclusivo, abrangente e voltado para países de média e baixa renda, visando oferecer [suporte](#) para pesquisas ao redor do mundo.

A Fundação Wellcome Trust destacou a importância da disponibilidade dos [dados](#) para a saúde, principalmente sobre o clima. Ao mesmo tempo, chamou a atenção para a equidade e qualidade destes dados.

Financiamento

A Fundação Rockefeller destacou a necessidade de reimaginar a [arquitetura financeira](#) global para desbloquear maiores financiamentos de qualidade.

A Fundação Rockefeller divulgou oportunidades de [financiamento](#) lançadas conjuntamente com o Fundo Growing Justice para o avanço em um sistema alimentar equitativo. Também destacou a oportunidade de [estágio](#) na Residência Bellagio Center para profissionais da academia, arte, redação política entre outros.

⁶² <https://www.theglobalfund.org/en/>

Sistemas de saúde

O Global Fund destacou a importância de aprimorar a incorporação de novas [tecnologias](#), como a de sequenciamento genético, que permitam fortalecer os sistemas e responder melhor a próximas crises sanitárias.

EVENTOS

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) intensificou a divulgação da programação da [Global Public Health Week](#) que será realizada de 03 a 07 de abril de 2023, constando de uma série de webinários. Entre os temas a serem debatidos estão: a formação de profissionais de saúde pública, a governança global da saúde, o sofrimento psíquico dos profissionais de saúde, a qualidade dos dados e das informações em saúde pública, a infodemia e a reabilitação de pacientes de covid-19 longa.

O Consortium of Universities for Global Health divulgou a [Conferência de Riscos Existenciais](#) de Stanford, que ocorrerá de 20 a 22 de abril de 2023, com o tema de interseções, reforços e consequências das catástrofes globais e dos riscos existenciais.

Consortium of Universities for Global Health divulgou o curso oferecido pela escola de saúde pública Johns Hopkins Bloomberg sobre [gênero e saúde](#).

A International Hospital Federation registrou a realização do Congresso ACHE sobre [Liderança em Saúde](#): Bootcamp de Sustentabilidade, em 19 de março 2023. Divulgou também o [46º Congresso Hospitalar Mundial](#), a ser realizado em Lisboa de 25 a 27 de outubro, e o curso sobre atualização em [cuidados em saúde](#) a ser realizado nos dias 23 e 24 de março. Divulgou ainda a [Conferência Anual de Saúde do Funcionário](#) a ser realizada nos dias 30 e 31 de março em San Diego.

A World Federation of Occupational Therapist divulgou a [Conferência Anual e Expo 2023 da American Occupational Therapy Association Inc](#) (AOTA) a ser realizada de 20 à 23 de abril em Kansas City, Missouri, Estados Unidos.

O Consortium of Universities for Global Health informou a realização do evento: Saúde global em uma encruzilhada: [Equidade, Mudança Climática e Ameaças Microbianas](#), que ocorrerá entre 14 e 16 de abril em Washington DC.

O Global Fund divulgou a Conferência Global *Forecasting Healthy Futures 2023*, que contou com sua participação, destacando o impacto devastador da [mudança climática](#) na luta contra as doenças infecciosas, como a malária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações das OSC neste período destacam os desafios para a saúde global no enfrentamento das diferentes crises que afetam a população. Após três anos de pandemia, embora o impacto na saúde pública possa estar se tornando mais controlado, as implicações e as consequências continuam sendo motivos de apreensão. Ainda não há uma distribuição equitativa de vacinas, testes e tratamentos, e é necessário tomar medidas concretas para a garantia dessa distribuição em futuras pandemias. As promessas precisam ser acompanhadas por ações efetivas para velar pelo bem-estar das populações.

A iminente crise ambiental segue pressionando por ações urgentes de mitigação e adaptação, assim como por ações de reparação de perdas e danos sobretudo no Sul global que enfrenta estratégias neocoloniais que pretendem perpetuar os custos sociais e ambientais na

região. É essencial entender as interseções das crises que afetam as populações, incluindo os conflitos armados, o aumento de doenças infecciosas e os desastres ambientais. Isso exige uma abordagem mais abrangente para a assistência humanitária, adaptada às novas necessidades das pessoas afetadas.

Junto ao enfrentamento das crises, é fundamental prestar atenção a outros tópicos que foram levantados, como a saúde mental, as doenças não transmissíveis e infecciosas – em especial os novos surtos de Marburgh, cólera, influenza e mpox –, além da situação da saúde de populações vulneráveis, como crianças e idosos. Ademais, é necessário fortalecer a força de trabalho em saúde, dando destaque especial nessa quinzena à enfermagem.

“A hora de forjar um novo contrato social para a cooperação global e construir um sistema melhor para ajudar a fornecer saúde global para todas e todos é agora”

**Rafaela Venturella De Negri
Armando De Negri Filho**

Neste informe voltamos a explorar as chamadas urgentes e globais por transformações nos sistemas de saúde. Não apenas um acordo pandêmico - com finalização prevista somente para 2024 - mas sim uma série de mudanças nacionais, regionais, internacionais e sistêmicas capazes de, mais do que trabalhar por “prevenção, preparação e resposta”, re-moldar e remodelar um sistema que por si só seja "anti pandêmico": ao garantir justiça social, justiça climática e equidade econômica que torne isso tudo sustentável.

E dentro dessa equidade econômica, devemos lembrar, deve estar a reavaliação do serviço da economia, como nos lembra o primeiro tópico deste informe baseado em documento recentemente publicado pela Anistia Internacional ([Desigualdade de proporções pandêmicas: falhas do Estado e das indústrias farmacêuticas que não devem se repetir - Anistia Internacional, Março de 2023](#)). A transformação econômica entra também na transformação da saúde, com a valorização - não apenas em tempos pandêmicos - dos trabalhadores da saúde, o que pressupõe a reavaliação do lugar do trabalhador dentro do sistema econômico.

Nos últimos informes, assim como neste, é explícito o descontentamento global dos trabalhadores da saúde; não apenas com suas condições de trabalho e remuneração, mas com o sistema e sua desassistência programada e crônica indicando que é a hora e está aberta a oportunidade de um “diagnóstico global” - e de uma ação global contra as injustiças globais, como marca Davis em “A Liberdade é uma luta constante” (2018). ([Pay us or loose us! Trabalhadores da saúde exigem mudanças: trabalhadores da saúde entram em greves ao redor do mundo exigindo reformas em seus sistemas de cuidado - Peoples Health Dispatch, Número 46, Março 19, 2023](#)).

Neste novo modelo a ser alcançado, impera a necessidade da redefinição e manutenção da saúde como um bem público e um direito humano fundamental, como iremos ver adiante ([A retórica não é suficiente: a solidariedade na saúde global requer uma mudança transformadora - Rajat Khosla and David McCoy - 22 de Março de 2023. Journal of Global Policy](#)).

O diagnóstico de nossos erros crônicos - ou dos erros que são monetizados como acertos - e a idealização de um novo sistema de saúde carrega também em si a possibilidade de, ao analisar a determinação social da saúde junto dos aspectos sociais que bloqueiam seu usufruto universal, construir um sistema de plena equidade. Contudo, como chama atenção o último documento deste informe, a responsabilidade deve ser cobrada, não necessariamente num modo punitivista, mas de *accountability*, de tomar a responsabilidade pelo o que foi feito. Isso, como as peças trazidas aqui, envolve dois níveis: nacional e internacional. Há a necessidade de, a nível nacional, fortalecer o Estado para que esse refaça sua relação com o mercado e com a sociedade, a mesma sinergia deve ser aplicada ao nível internacional, fortalecendo as nações mais frágeis na união do Sul global contra os que vem ditando as preocupações do mundo.

Extratos e links dos documentos mencionados

[Desigualdade de proporções pandêmicas: falhas do Estado e das indústrias farmacêuticas que não devem se repetir](#) Anistia Internacional, Março de 2023.

No último dia 10.03.23, a Anistia Internacional publicou um relatório de 27 páginas analisando os papéis dos Estados e da indústria farmacêutica no combate ao COVID-19 durante os 4 anos de pandemia. Separado em 5 curtos capítulos, o documento intitulado “Inequality of pandemic proportions: State and pharma failures not to be repeated” tem em seu segundo capítulo uma recapitulação dos 48 meses que se passaram, destacando que o que poderia ter sido “um feito extraordinário para a humanidade - países trabalhando juntos para garantir que ninguém fosse deixado para trás nos esforços de vacinação - acabou se tornando a indicação mais clara e contundente da desigualdade global., exibindo os resultados desiguais de mortes e vacinação entre o Norte e o Sul global. O terceiro capítulo ressalta o papel dos direitos humanos e seus documentos base na prevenção, controle e contenção de danos relacionados à pandemia, junto dos mecanismos internacionais e suas obrigações, lembrando a responsabilidade fundamental de Estados e indústrias de respeitarem as diretrizes dos direitos humanos. O quarto capítulo traz “QUATRO LIÇÕES A PARTIR DA DESIGUALDADE DE VACINAÇÃO COVID-19”:

1. Garantir acesso global justo a produtos de saúde: “nacionalismo da vacina” e COVAX

O primeiro tópico analisa as falhas da COVAX - o mecanismo criado pela OMS junto a outras Organizações Internacionais em Abril de 2020, na tentativa de fortalecer a equidade de distribuição das futuras vacinas. A iniciativa falhou, tendo os países mais ricos comprado rapidamente estoques consideráveis de vacina, o Nacionalismo da Vacina, deixando os países mais pobres com o residual para vacinar apenas 20% da sua população.

“Em setembro de 2020, a Oxfam informou que os governos que representam 13% da população global já haviam assegurado mais da metade das doses prometidas de vacinas candidatas contra a Covid-19. Embora em todas essas vacinas tenham sido concretizadas, essas enormes compras antecipadas prejudicaram os esforços para garantir disponibilidade suficiente e distribuição justa em todo o mundo, **violando os direitos humanos dos estados em suas obrigações de levar em consideração as necessidades de outros países.** (...), a COVAX implementou políticas para persuadir países de renda mais alta a unir seus esforços, mas estes acabaram por comprometer o objetivo da COVAX de garantir acesso justo para todos os países. Por exemplo, os 92 países que dependem (exclusivamente) da COVAX para financiamento só poderiam receber doses para cobrir até 20% de sua população, enquanto os países de renda mais alta que aderiram ao COVAX e pagariam para suas próprias doses poderiam solicitar doses para cobrir até 50% de sua população, com a opção de selecionar. Embora algumas dessas regras tenham sido ajustadas em 2022, elas ainda resultaram em países de alta renda, que já tinham uma infinidade de doses garantidas por meio de empresas farmacêuticas, tendo acesso a COVAX. Por exemplo, logo após a COVAX entregar seu primeiro lote de 600.000 doses em fevereiro de 2021 para Gana, a COVAX alocou 1,62 milhões de doses para o Canadá e 500.000 doses para o Reino Unido em fevereiro e abril, levantando questões sobre como priorizaria as entregas em meio à escassez de doses.”

2. Redefinir as regras do comércio global: direitos humanos e igualdade substantiva acima dos direitos da propriedade intelectual

“Embora a propriedade intelectual (como direitos autorais, marcas registradas, patentes, segredos comerciais e dados de teste) tenha como objetivo desenvolver produtos por meio de incentivos econômicos, esse sistema de direitos exclusivos historicamente tem prejudicado a disponibilidade e acessibilidade dos produtos de saúde. A propriedade intelectual permite que as empresas fixem preços e limitem a entrada de outros fornecedores, impedindo assim a concorrência. O Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre Aspectos dos

Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) estabelece padrões mínimos para muitas formas de propriedade intelectual. Dado que os direitos de propriedade intelectual desempenham um importante papel no acesso à saúde, o Acordo TRIPS também inclui “flexibilidades” que permitem aos estados medidas para enfrentar emergências de saúde pública, como a emissão de licenças compulsórias que permitiriam uma empresa a produzir um medicamento sem respeitar a propriedade intelectual. Desde o início da pandemia, os especialistas alertaram que as **flexibilidades eram inadequadas para as vacinas Covid-19**, pois muitas vezes exigiam relatórios onerosos, exigências e mudanças legais e de políticas domésticas. Além disso, as licenças de patentes sozinhas são insuficientes para produzir vacinas, que requerem transferência de tecnologia e/ou capacidade de fabricação local.”

3. Condicionar o financiamento público antecipadamente: a necessidade de conhecimento e transferência de tecnologia

Apesar da criação de dois portais e hubs - na Costa Rica e na África do Sul - de compartilhamento de tecnologia e conhecimento criados pela OMS e alimentados por diversos países, a falta de cooperação das gigantes farmacêuticas afetou profundamente os estudos e a fabricação colaborativa da vacina, deixando claro o interesse imutável das grandes farmacêuticas pelo lucro, não pela imunização.

“Além disso, a Moderna entrou com pedido de patente na África do Sul, onde fica o hub de mRNA da OMS, indicando que a empresa busca proteger sua propriedade intelectual. Em março de 2022, a empresa também anunciou sua intenção de estabelecer sua própria instalação de fabricação de mRNA no Quênia. Claramente, o sucesso de plataformas de compartilhamento de conhecimento e tecnologia, como C-TAP e o centro de mRNA da OMS, **dependem dos estados apoiando essas iniciativas, bem como pressionando a indústria farmacêutica dentro de suas jurisdições para compartilhar conhecimento e tecnologia, especialmente quando as empresas receberem financiamento público. Sem apoio e cooperação, seu sucesso será limitado.**”

4. Colocar as pessoas acima dos lucros: preços e receitas cada vez mais caras das farmacêuticas.

“As responsabilidades de direitos humanos dos desenvolvedores de vacinas exigem que, em suas decisões de preços, eles não considerem apenas seus interesses econômicos e viabilidade econômica, mas também abordem o potencial adverso de impacto do lucro. **O preço desempenha um papel fundamental na determinação do acesso às vacinas contra Covid-19, afetando diretamente a capacidade de um estado de disponibilizar as vacinas Covid-19 para sua própria população e também como a nível global.** Além disso, os investimentos em vacinas caras reduzem a capacidade do estado de financiar outras vias cruciais para combater a pandemia, como investir em hospitais e fornecer serviços sociais em tempos de emergência. As margens de lucro devem permanecer razoáveis para não se tornarem obstáculos ao acesso à vacina.”

O quinto capítulo explora as novas iniciativas de “Preparação contra futuras pandemias”, como o Pandemic Treaty já mencionado em outros informes, a construção de uma equidade de acesso global a equipamentos e bens comuns de saúde e, por último, “IMPULSO GLOBAL PARA PRIORIZAR A COBERTURA UNIVERSAL DE SAÚDE (UHC)” destacando a necessidade latente de um sistema de proteções que seja capaz de garantir e reforçar os direitos humanos em sua totalidade: **“Mais notavelmente, a incapacidade ou falta de vontade dos estados de investir em seus sistemas sociais e de saúde teve um impacto desproporcional em**

grupos historicamente marginalizados - aqueles que enfrentam discriminação, exclusão e condições de desigualdade sistêmica por causa de sua raça, etnia, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero, entre outros motivos. A pandemia de Covid-19 impactou mais fortemente certos grupos, como trabalhadores essenciais, que estão desproporcionalmente concentrados em comunidades de baixa renda; mulheres⁶³, que enfrentam insegurança no trabalho muitas vezes exacerbada por responsabilidades adicionais de cuidado devido a medidas de distanciamento; pessoas vivendo com condições consideradas de maior risco médico e pessoas que vivem em ambientes congregados, como prisões ou asilos; Povos indígenas; migrantes, refugiados e populações deslocadas; pessoas sem acesso a cuidados de saúde de qualidade, como profissionais do sexo, pessoas transgênero, entre outras populações”

O documento encerra com uma lista de recomendações chave para o trato e manejo de futuras pandemias, trazendo ações que devem ser tomadas pelos estados, assim como pelas indústrias.

Pay us or loose us! Trabalhadores da saúde exigem mudanças: trabalhadores da saúde entram em greves ao redor do mundo exigindo reformas em seus sistemas de cuidado Peoples Health Dispatch, Número 46, Março 19, 2023.

Na Croácia, trabalhadores da saúde protestam e pedem diálogo e ação, junto de reformas no sistema de saúde fortes o bastante para resolverem “lacunas gritantes na cobertura e escassez de pessoal”; as últimas propostas expostas pelo ministro croata Vili Beroš foram analisadas como ineficazes pelos profissionais locais, não lidando com o esgotamento e a escassez crônicos.

Na África do Sul, profissionais da saúde acaba de encerrar uma greve de dez dias. Profissionais de saúde na África do Sul encerram greve após 10 dias com a positiva do governo para rever salários e para construir um melhor diálogo com os sindicatos.

No Reino Unido, profissionais da saúde vão as ruas protestar contra as novas leis de contraterrorismo que pretendem “armar os serviços públicos”, ao tornar obrigatório que todo funcionário público - incluindo equipes médicas - relatem sinais de “radicalização” : “O programa é notório por ter como alvo os muçulmanos e usa serviços essenciais, como assistência médica, para implementar táticas discriminatórias de “contra-terrorismo”.

Ainda na Inglaterra, jovens médicos organizaram uma greve de 72 horas “na tentativa de garantir a restauração salarial e a melhoria das condições de trabalho.”

Na Alemanha, funcionários do setor de saúde pública se preocupam e se organizam para protestar contra a queda - por 3 anos consecutivos - de seus salários, junto a exigências de contratos justos e mais funcionários e recursos.

Nos Estados Unidos, no dia 17 de Março, aconteceu na Califórnia um Comício pela Previdência Social na sede do Congresso Estadual. A mensagem: “Preservar – Melhorar – Expandir”. O ato foi uma ação para trazer atenção às políticas para expandir o Medicare, Medicaid e a Seguridade Social, lutando contra os esquemas republicanos que aspiram privatizar e dificultar os programas sociais que atuam como redes - quase únicas - de saúde pública.

⁶³Artigo destaca como a proposta de reforma da previdência de Macron iria prejudicar em especial às trabalhadoras <https://www.reuters.com/world/europe/french-nurse-fears-macrons-pension-reform-will-leave-women-worse-off-2023-01-20/>

A retórica não é suficiente: a solidariedade na saúde global requer uma mudança transformadora - Rajat Khosla and David McCoy - 22 March 2023 - Journal of Global Policy

“Os últimos anos estressaram a necessidade de refazer o sistema internacional trazendo como base a cooperação, a solidariedade e a interconectividade global, ratificando a necessidade de ter na agenda de direitos humanos a base formativa “para o desenvolvimento da saúde e da paz globais” porém, apesar de um número considerável de iniciativas dispostas a buscar novos rumos e remodelar nossas estruturas, há ainda a falta latente de respostas unificadas aos perigos pandêmicos, além de uma ingênua falta de compreensão sobre a responsabilidade (accountability) e sua relação com a reestruturação global, com questões como financiamento - responsabilidade monetária e fiscal, reformas tributárias com justiça econômica⁶⁴ - e realocação de poder social. ”

“(…) apesar de se basear (os acordos existentes) explicitamente nos princípios de solidariedade e cooperação, esses são omissos sobre os mecanismos para garantir o cumprimento e a prestação de contas. Há evidências contundentes sobre a centralidade da responsabilidade para o sucesso dos acordos internacionais. Outros também enfatizaram que qualquer acordo internacional juridicamente vinculativo sobre prevenção e gestão de pandemias só funcionará se existirem mecanismos eficazes de responsabilização. (..)

Sugerimos três áreas de atuação.

Primeiro, os atores globais da saúde podem reduzir as assimetrias de poder no financiamento do desenvolvimento e estabelecer um campo de jogo mais nivelado que representaria solidariedade e cooperação mais verdadeiras. Conforme observado pelo presidente do Comitê de Desenvolvimento Internacional da Câmara dos Comuns do Reino Unido, a “estrutura do setor de ajuda é assolada por um desequilíbrio de poder fundamental” e as decisões sobre financiamento e política são muitas vezes “tomadas nos escritórios de grandes líderes liderados por brancos”. organizações no Norte Global”. Os doadores continuam a “exercer a maior parte do poder” e decidir o que é feito e por quem. Tais assimetrias de poder perpetuam a ideia de saúde global como uma “missão de resgate humanitário ao Sul Global” e excluem os mais afetados pelas decisões no setor de ajuda de tomá-las.

No entanto, é improvável que o “sul global” seja mais influenciado por modelos de caridade e patrocínio. Em vez disso, é hora de ressuscitar os princípios e promessas da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda, do Acordo Internacional de Parceria para a Saúde e da Agenda de Ação de Acra de 2008, que apelava ao alinhamento em torno dos planos e prioridades nacionais, harmonização entre os parceiros de desenvolvimento, transparência e responsabilidade mútua. Podemos defender novas formas de financiamento, como o modelo de investimento público global, no qual todos os países participam do co-desenho, co-financiamento e co-governança de bens e serviços públicos. E podemos encorajar mais conversas sobre a descolonização da saúde global para ajudar a acelerar o desmantelamento de estruturas, ideias e processos enraizados no passado colonial.

Em segundo lugar, devemos corrigir o desequilíbrio entre o poder das empresas de lucrar com a saúde e o dever dos Estados de promover e proteger os direitos das pessoas. A pandemia de Covid expôs a impotência dos Estados em negociar contratos justos, transparentes

⁶⁴ Artigo que evidencia como trabalhadores de salário médio pagam tributos a seguridade social durante todo ano, enquanto os super ricos não são taxados <https://peoplesworld.org/article/workers-pay-social-security-taxes-all-year-long-but-the-super-rich-dont/>

e razoáveis para o financiamento, fabricação e fornecimento de vacinas. A especulação excessiva que foi testemunhada é sustentada por – entre outras coisas – um regime de direitos de propriedade intelectual que protege o poder de monopólio em detrimento do interesse público, bem como a evasão fiscal em grande escala. A indústria farmacêutica e outros atores corporativos parecem operar impunemente em uma zona livre de responsabilidade. Devemos exigir responsabilidade significativa das empresas e insistir em seus deveres e obrigações para com a sociedade e os direitos humanos.

Em terceiro lugar, devemos renovar e redobrar esforços para permitir que a OMS funcione de forma mais eficaz. A ideia de uma OMS permanece inatacável - seria uma consequência natural de qualquer desejo de verdadeira solidariedade global e cooperação internacional. Com todos os desafios inerentes de ser uma instituição política intergovernamental e uma agência especializada e técnica abrangente, a OMS nunca será perfeita ou isenta de críticas. Mas, por décadas, a organização foi prejudicada desnecessariamente por fora. Para que a OMS desempenhe seu papel de estrutura legítima para a cooperação internacional em saúde, deve haver apelos ao fim da conduta dos Estados membros que, em vez de defender a cooperação, levam a OMS a uma paralisia política.

Um requisito fundamental para garantir a verdadeira solidariedade e cooperação é ter linhas de responsabilidade apropriadas e independentes para todos os atores e garantir que o poder entre os diferentes grupos de partes interessadas seja distribuído de maneira mais justa. Além disso, os mecanismos de responsabilização devem incluir não apenas a capacidade de monitorar e revisar o progresso (ou a falta dele), mas também fornecer remédios e impor sanções conforme necessário.

Isso é fácil de dizer. É difícil transferir o poder, desafiar os atores com interesse em manter o status quo e promover a confiança e a solidariedade entre diferentes identidades nacionais, religiosas e étnicas. Não há balas de prata. Fundamentalmente, este é um desafio político e moral que exigirá a mobilização de vontade, ambição e esperança para superar enraizadas barreiras estruturais. Isso exigirá uma liderança ousada e inspiradora e dependerá da mobilização cívica de baixo para cima. A hora de forjar um novo contrato social para a cooperação global e construir um sistema melhor para ajudar a fornecer saúde global para todas e todos é agora.”

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

Destaques do UNOSSC entre 14 a 28 de março de 2023



14 e 15 de março de 2023 – Foi realizado o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento de 2023 na sede da ONU sob os auspícios do ECOSOC.

O Fórum fez um apelo urgente dos Estados-Membros, organizações internacionais e sociedade civil para ampliar a cooperação para o desenvolvimento das pessoas mais vulneráveis do mundo. De acordo com as estimativas da ONU, mais de 1,2 bilhão de pessoas vivem em países vulneráveis ou que enfrentam enormes desafios alimentares, energéticos e financeiros. Estes países ficam expostos a uma recuperação desigual da pandemia do Covid-19, aumento do custo de vida e consequências das mudanças climáticas.

O Fórum enfatizou a dimensão humana da cooperação para o desenvolvimento, com foco nas vidas e nos meios de subsistência das pessoas e estabeleceu as bases para ações de políticas coletivas em 2023 para o Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento (FFD), para o HLPF, para a Cúpula dos ODS e para o Diálogo de Alto Nível sobre FFD. O Fórum definiu uma melhor compreensão e oportunidades concretas para:

- Identificar e avaliar vulnerabilidades crescentes e multifacetadas em meio ao cenário de risco em evolução;
- Fortalecer a cooperação para o desenvolvimento em áreas prioritárias voltadas para vulnerabilidades multidimensionais, como adaptação às mudanças climáticas, transformação digital e proteção social universal;
- Capacitar governos e comunidades locais na vanguarda de múltiplas crises para desempenhar um papel maior na cooperação para o desenvolvimento; e
- Elaborar estratégias sobre como os ganhos da cooperação para o desenvolvimento podem ser sustentados no longo prazo.

Para saber mais, [clique aqui](#).



24 de março de 2023 - No âmbito da XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada na República Dominicana entre 24 e 25 de março de 2023, foi apresentado o relatório "Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América 2022", que analisa 1.168 iniciativas

e identifica as estratégias de 22 países ibero-americanos para adaptar sua cooperação à pandemia. [Veja o vídeo.](#)



25 de março de 2023 – Durante a XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, o Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), José M Salazar declarou que estão interessados em fortalecer a Cooperação Sul-Sul e que nos dias 30 e 31 de maio, irá celebrar a primeira reunião da Conferencia da América Latina e Caribe sobre Cooperação Sul-Sul na sede da CEPAL



28 de março de 2023. A nova diretora do UNOSSC, **Dima Al-Khatib** abordou o tema de como a integração das perspectivas de Cooperação Sul-Sul e Triangular na preparação das Revisões Voluntárias Nacionais (VNR) podem acelerar o impacto dos ODS durante o Fórum Ásia-Pacífico sobre Desenvolvimento Sustentável de 2023. (via vídeo conferência).

UNOSSC está preparando um manual com orientações passo a passo, baseado em boas práticas e exemplos, sobre a integração da Cooperação Sul-Sul e Triangular nas VNRs. O manual estará disponível para uso em julho de 2023. As Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) visam facilitar o compartilhamento de experiências, incluindo sucessos, desafios e lições aprendidas, com vistas a acelerar a implementação da Agenda 2030.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁶⁵, Nairóbi (UNEP)⁶⁶, Paris (UNESCO)⁶⁷, Roma (FAO/IFAD)⁶⁸, Viena (UNIDO)⁶⁹ e Washington ((G-24)⁷⁰. Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba, pela primeira vez.

⁶⁵ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁶⁶ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁶⁷ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁶⁸ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁶⁹ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁷⁰ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento



Destaques do G-77 entre 07 a 28 de março de 2023

Neste período, o G-77 e a China participaram de 11 reuniões da AGNU.

Doha, 07 de março de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Ministro de Comércio e Investimento Exterior da República de Cuba, Sr Rodrigo Malmierca Díaz, em nome do G-77 e da China, no seguimento de abertura da reunião Ministerial sobre Cooperação Sul-Sul: parcerias renovadas para soluções possíveis em apoio à implementação do programa de ação de Doha

Esta Reunião Ministerial sobre Cooperação Sul-Sul ocorreu às margens da **5ª Conferência das Nações Unidas sobre os Países menos desenvolvidos**. O Ministro Rodrigo Malmierca Díaz começou dizendo que a reunião, estava ocorrendo em um momento crítico para todos os países em desenvolvimento que continuam lutando contra os efeitos combinados de múltiplas crises, tais como: os persistentes impactos socioeconômicos negativos da pandemia do Covid-19; o aumento das mudanças climáticas; o crescente nível de endividamento dos países; a crise financeira e econômica; a escalada da insegurança alimentar, o fosso tecnológico e uma ordem econômica internacional injusta e cada vez mais desequilibrada que perpetua as desigualdades e ameaça os ganhos de desenvolvimento.

O Ministro deixou claro que, a cooperação internacional e a solidariedade global nunca foram tão necessárias como agora para enfrentar os desafios dessas múltiplas crises globais e trazer os países em desenvolvimento de volta ao rumo da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O contexto atual, deixa claro que os países menos desenvolvidos (PMDs) foram particularmente atingidos e enfrentaram dificuldades específicas devido a lacunas estruturais que agravam a sua vulnerabilidade. Estes países continuam dependentes de importações; sofrem com o baixo nível de capacidade produtiva; tem espaço fiscal limitado; grande risco de sobre-endividamento e acesso limitado a suprimentos médicos, incluindo vacinas contra o Covid-19. Todos estes fatores, ameaçam o progresso alcançado na última década em relação à erradicação da pobreza, melhoria dos sistemas de educação e saúde e nas suas agendas de desenvolvimento.

A implementação do Programa de Ação de Doha para a década 2022-2031 (DPoA) constitui uma oportunidade para colocar os PMDs no centro da cooperação internacional e promover a prosperidade e o bem-estar de sua população. No entanto, o DPoA coincide com os anos de ação restantes para alcançar a Agenda 2030, portanto, sua implementação exigirá uma cooperação e parceria internacional robusta com base na confiança e benefício mútuos, com foco nas necessidades dos países menos desenvolvidos.

O Grupo está convencido de que a cooperação internacional entre os países em desenvolvimento, além da cooperação Norte-Sul, é um instrumento eficaz para otimizar o potencial de promoção do desenvolvimento por meio do compartilhamento de conhecimento, ideias, avanços técnicos, habilidades e expertise em uma ampla gama de setores nos países do grupo. Por isso, é crucial promover mais iniciativas de cooperação regional e sub-regional para aumentar o desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, é importante aumentar a cooperação e integração inter-regional nas seis áreas de atuação do DPoA, por meio de cooperação técnica e capacitação.

A Cooperação Sul-Sul é uma manifestação voluntária de solidariedade entre os povos e países do Sul e deve continuar a se pautar pelos princípios de respeito à soberania nacional, propriedade e independência nacional, igualdade, não condicionalidade, não ingerência nos assuntos internos e benefício mútuo.

É importante lembrar que a cooperação Sul-Sul não é um substituto, mas um complemento da cooperação Norte-Sul. Fortalecer e expandir a cooperação Sul-Sul entre os países em desenvolvimento não reduzirá o compromisso dos países desenvolvidos e suas promessas de longa data em termos de volume e qualidade de sua Assistência Oficial ao Desenvolvimento aos países menos desenvolvidos.

New York, 09 de março de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Yusnier Romero Puentes, Representante Adjunto da Missão permanente de Cuba, junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na consulta informal convocada pelo Escritório do Secretário Geral para discutir os resumos de políticas da “Nossa Agenda Comum” em preparação para a Cúpula do Futuro.

O Embaixador Yusnier Puentes deixou claro que estes resumos (*Policy Briefs*) são importantes para que os Estados Membros estejam atualizados e possam conduzir as discussões e implementações das propostas descritas no relatório “Nossa Agenda Comum”, por meio de processos intergovernamentais, especialmente resumos de iniciativas específicas. Estes documentos são importantes, especialmente para o processo preparatório para a Cúpula do Futuro de 2024, tendo em mente que são os Estados Membros que tomarão a decisão final sobre os vários caminhos da Cúpula e seus resultados. Os Estados-Membros devem ter espaço e tempo não só para decidir sobre estas propostas, como também para identificar outras, se necessário.

O Grupo observa que os Estados membros ainda não decidiram o escopo da Cúpula do Futuro, conforme a [resolução 76/307](#) da AGNU. Na visão do Grupo, esse deve ser o passo inicial para o processo preparatório da Cúpula, que antecederá a Reunião Ministerial em setembro.

New York, 09 de março de 2023

Declaração feita pelo Sr Richard Tur, Segundo Secretário da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 138 da agenda: orçamento programa para 2023: padrão de acomodação para viagens aéreas, na primeira parte da retomada da 77ª sessão no 5º Comitê da Assembleia Geral da ONU.

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

Apesar da tendência decrescente nas exceções ao padrão de acomodação para viagens aéreas autorizadas pelo Secretário-Geral de acordo com as resoluções relevantes da AGNU, esta

queda é atribuída em parte à redução geral nas viagens aéreas resultante da pandemia de Covid-19. Nesse sentido, seria importante que o Secretário-Geral a intensificasse ainda mais os esforços para minimizar o uso de exceções e tornar mais eficaz o processo administrativo para as viagens oficiais de alto funcionários.

No que respeita à adesão à política de compra antecipada, o Grupo destaca o baixo índice de cumprimento desta política. No período do relatório atual, que registrou volumes de viagens significativamente menores devido à pandemia de Covid-19, a taxa de conformidade, no entanto, diminuiu para 33%, de 38% relatados no período anterior. O Grupo destaca que o Secretariado deve redobrar seus esforços nessa questão e o Grupo se empenhará a entender, nas consultas informais, sobre os desafios encontrados pelo Secretariado para a plena implementação das resoluções da AGNU, a esse respeito.

O Grupo destaca a necessidade de responsabilização dos gestores, pelo uso criterioso dos recursos de viagens. A esse respeito, também se destaca o *feedback* recebido pelo Secretário-Geral, das entidades das Nações Unidas, sobre as lições aprendidas com as restrições de viagens relacionadas ao Covid-19 e a gestão de viagens aéreas. Portanto, o Secretariado deve identificar medidas que contribuam para o uso mais econômico das alocações para viagens aéreas, mantendo a qualidade do trabalho.

O Grupo atribui grande importância à garantia de que o processo de aquisição para todos os contratos de serviços de gestão de viagens aéreas seja conduzido em total conformidade com os princípios gerais de aquisição, conforme estabelecido no regulamento financeiro. O Grupo buscará informações detalhadas durante as consultas informais sobre as medidas específicas tomadas pelo Secretariado para atingir esse objetivo.

O Grupo destaca a proposta do Secretário-Geral de descontinuar a parte restante da medida provisória, segundo a qual o pagamento único (*lump sum*) é fixado em 70% da passagem econômica menos restritiva e reverter para os 75% para a opção de pagamento único (*lump sum*), de acordo com a decisão da Comissão Internacional do Funcionário Público de encorajar a harmonização da opção de quantia única em todo o sistema comum das Nações Unidas

O G-77 e a China reiteram que quaisquer mudanças de política ou novas formulações na área de padrões de acomodação para viagens aéreas permanecem como prerrogativa exclusiva do 5º Comitê e da AGNU.

New York, 09 de março de 2023

Declaração feita pelo Sr Richard Tur, Segundo Secretário da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 136 da agenda: revisão da eficiência administrativa e financeira da ONU - progresso para o sistema de prestação de contas do secretariado da ONU, na primeira parte da retomada da 77ª sessão no 5º Comitê da Assembleia Geral da ONU.

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O Grupo enfatiza que a prestação de contas é um pilar central de uma gestão eficaz e eficiente que requer atenção e forte comprometimento em todos os níveis do Secretariado, especialmente no nível mais alto. É desta forma que se pode determinar se as decisões tomadas na AGNU são respeitadas e plenamente implementadas. O G-77 e a China se empenharão, de

forma construtiva na revisão do sistema de responsabilização, prestando especial atenção à forma como as reformas devem contribuir para o reforço do mecanismo de responsabilização.

O Grupo reconhece os esforços realizados para relatar o estado de implementação das resoluções da Assembleia Geral sobre questões administrativas e orçamentárias, bem como sobre a implementação da gestão baseada em resultados, o trabalho da Divisão de Transformação Empresarial e Prestação de Contas, a revisão do quadro de gestão e desenvolvimento do desempenho, utilização efetiva e impacto da informação obtida no desempenho da Organização, entre outros.

Embora reconhecendo os esforços feitos para estabelecer um sistema mais robusto de prestação de contas e eficiência por meio do fortalecimento do sistema de prestação de contas do Secretariado em seus seis componentes, o Grupo destaca a importância de tomar medidas mais práticas de responsabilização institucional e pessoal em futuros relatórios de progresso.

Diante das atuais restrições financeiras, o G-77 e a China acreditam que o Secretário-Geral deva continuar fortalecendo os controles internos no sistema de prestação de contas por meio do monitoramento constante das despesas efetivas, a fim de implementar plenamente os mandatos e programas acordados.

Observando que a Estrutura de Valores e Comportamentos da ONU foi lançada em 2021 em todo o Secretariado como base para a mudança da cultura organizacional, assim como o manual de responsabilidade, o Grupo espera aprender mais sobre essas iniciativas durante as consultas informais e espera que mais detalhes sejam incluídos no próximo relatório para consideração da AGNU.

O Grupo também destaca a importância da implementação adequada da Estrutura Antifraude e Anticorrupção e pede ao Secretário-Geral que intensifique seus esforços nessa direção. O Grupo observa que o Manual sobre Conscientização sobre Fraude e Corrupção foi publicado em 2022 e espera que seja disponibilizado em todos os seis idiomas oficiais dentro dos recursos existentes.

Por outro lado, reitera-se que a implementação das recomendações dos órgãos de supervisão é uma parte essencial do sistema de prestação de contas. É necessário responsabilizar os gestores de programas pela não implementação das recomendações e espera-se que todos os futuros relatórios sobre prestação de contas tenham mais informações a esse respeito.

Finalmente, o Grupo enfatiza a necessidade de usar como referência em futuros relatórios sobre sistemas de prestação de contas, inclusive por agências, fundos e programas, a definição de prestação de contas estabelecida na [resolução 64/259](#), que desempenha um papel central em todas as reformas, bem como todas as mudanças organizacionais, administrativas e operacionais. De acordo com esse conceito o Secretariado deve alcançar resultados de alta qualidade e a plena implementação de todos os mandatos aprovados pelos órgãos intergovernamentais da ONU.

México, 10 de março de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no 7º retiro do Grupo de Amigos de Monterrey.

Primeiro, é necessário dizer que o “Grupo de Amigos de Monterrey”, assim denominados depois da Conferência Internacional de Financiamento para o Desenvolvimento de 2002 realizada em Monterrey no México de 18 a 22 de março de 2002. O resultado desta Conferência foi um documento intitulado o “[Consenso de Monterrey](#)” que foi adotado por mais de cinquenta Chefes de Estado e de Governo e duzentos Ministros de Finanças, Relações Exteriores, Desenvolvimento e Comércio em 22 de março de 2002. Governos se uniram ao Secretário Geral da ONU, ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ao Banco Mundial e à Organização Mundial do Comércio (OMC) assim como aos líderes empresariais e da sociedade civil e acordaram novos compromissos de ajuda ao desenvolvimento inclusive dos Estados Unidos e da União Europeia. Os países também acordaram sobre outras questões, incluindo alívio da dívida, combate à corrupção e coerência política.

Desde a sua adoção, o [Consenso de Monterrey](#) tornou-se o principal ponto de referência para a cooperação internacional para o desenvolvimento. O documento abrange seis áreas de Financiamento para o Desenvolvimento:

1. Mobilização de recursos financeiros internos para o desenvolvimento
2. Mobilização de recursos internacionais para o desenvolvimento: investimento direto estrangeiro e outros fluxos privados
3. O comércio Internacional como motor do desenvolvimento
4. Aumento da cooperação financeira e técnica internacional para o desenvolvimento
5. Dívida externa
6. Abordagem de questões sistêmicas: aumento da coerência e consistência dos sistemas monetários, financeiros e comerciais internacionais em apoio ao desenvolvimento

Por ocasião do 7º Retiro dos Amigos de Monterrey, o Embaixador começou expressando, mais uma vez, as múltiplas crises que o mundo enfrenta hoje, destacando que os países em desenvolvimento são mais do que nunca confrontados com o desafio de responder a essas emergências no curto prazo, mas ao mesmo tempo são obrigados a buscar soluções para o seu desenvolvimento sustentável, enquanto têm que atrair investimento estrangeiro para garantir seu crescimento econômico e o bem-estar de sua população fazendo uso de sua limitada disponibilidade de recursos.

Os desequilíbrios no sistema financeiro internacional não contribuem com a estabilidade necessária para atingir os ODS. Embora, desde 2020, o 1% mais rico do mundo tenha captado quase dois terços de toda a nova riqueza, quase o dobro do dinheiro dos 99% mais pobres da população mundial, os países em desenvolvimento não conseguiram gerar os US\$ 4,3 trilhões necessários por ano para alcançar os ODS na década restante de ação.

A reforma da arquitetura financeira internacional não pode mais ser adiada e é preciso fortalecer a voz e a participação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões econômicas internacionais. Isso implica em reformas de governança nas Instituições Financeiras Internacionais, especialmente no FMI e no Banco Mundial. Mais uma vez, o embaixador destacou a necessidade de redirecionamento dos Direitos Especiais de Saque (SDRs) não utilizados. Assim como o compromisso dos países desenvolvidos de contribuir com 0,7% de Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

Deve-se também reformar o sistema de comércio internacional e construir cadeias de abastecimento estáveis e sustentáveis para contribuir com a realização dos ODS por meio da promoção do crescimento liderado pelas exportações nos países em desenvolvimento. Para

tanto, deve-se fortalecer o tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento como princípio multilateral.

O unilateralismo e o protecionismo, incluindo proteções e restrições comerciais unilaterais, incompatíveis com os Acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), devem ser eliminados, incluindo o uso de medidas econômicas coercitivas unilaterais contra países em desenvolvimento por razões políticas.

Os países em desenvolvimento devem ter espaço político para a industrialização, por meio de transferência de tecnologia, capacitação e acesso a financiamento. Apesar de um contexto macroeconômico global desafiador, aumentar o investimento em transformações industriais sustentáveis é uma das oportunidades para resgatar os ODS.

Há necessidade de implementar e acompanhar a proposta do Secretário-Geral da ONU para "Estímulo SDG" como uma iniciativa crítica para mobilizar recursos financeiros adicionais para todos os países em desenvolvimento.

Enfatiza-se a necessidade de combater os fluxos financeiros ilícitos que estão drenando a capacidade dos países em desenvolvimento de alcançar crescimento e desenvolvimento sustentados.

Finalmente, o Grupo atribui a maior importância a discussões significativas no contexto do Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento e recomendações de políticas impactantes para contribuir para preencher a lacuna nas sete áreas de ação da Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA) e acelerar o ritmo de implementação necessária para cumprir nossos compromissos na Agenda 2030.

New York, 13 de março de 2023

Comentários finais do G-77 e da China na primeira consulta informal sobre o rascunho zero da Declaração Política da Revisão Intercalar do Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres.



O Grupo gostaria de destacar que o conteúdo da declaração política do rascunho zero se baseou fortemente na [resolução 77/164](#) sobre a redução do risco de desastres e nas principais conclusões e recomendações da revisão de meio-termo da implementação da Estrutura de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030.

O G-77 e a China fizeram inúmeros comentários no texto que poderia se beneficiar um equilíbrio entre os compromissos estabelecidos e os meios de implementação. Para começar, os "compromissos" de cada prioridade são listas muito longas de ações que os Estados devem empreender, mas não são adequadamente correspondidos com os meios necessários de implementação para que os países possam implementar plenamente tais compromissos. O texto não aborda suficientemente os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, em particular os Países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento insulares e pequenos e países africanos, bem como os países de desenvolvimento médio que enfrentam desafios específicos.

Outro ponto destacado pelo G-77 e a China é que o rascunho zero não contém elementos da agenda de mudança climática, que deveria ser plena e fielmente implementada, de acordo com o princípio da Equidade e Responsabilidades Comuns, porém diferenciadas,

incluindo o Plano de Implementação de Sharm el-Sheikh e a operacionalização antecipada do Fundo de Perdas e Danos e seus recursos adequados.

Por fim, o Grupo espera que a negociação seja baseada em texto para que as delegações possam refletir e tentar unir diferentes propostas, em vez de trabalhar apenas em revisões produzidas pelos co-facilitadores. As delegações devem ter tempo suficiente para consultar suas capitais e para que os grupos de países se coordenem entre si.

New York, 14 de março de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Yusnier Romero Puentes, representante permanente adjunto de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento de 2023 sobre "Proteção de vidas e meios de subsistência dos mais vulneráveis para uma cooperação de desenvolvimento mais eficaz (Sessão 1).

Este fórum já foi citado na parte do UNOSSC deste informe.

O G-77 e a China atribuíram grande importância ao Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento, como um local relevante para o diálogo global e recomendações de políticas sobre cooperação internacional para o desenvolvimento.

Como em todos os seus pronunciamentos, o G-77 e a China não perdem a oportunidade de ressaltar que o mundo enfrenta um momento crítico, onde muitos países em desenvolvimento correm o risco de ficar para trás. O Índice de Desenvolvimento Humano caiu globalmente nos últimos dois anos, pela primeira vez, em mais de três décadas, o que indica claramente os enormes retrocessos enfrentados em termos de saúde, educação e padrões de vida. Atualmente, os países em desenvolvimento enfrentam uma lacuna de financiamento anual de US\$ 1,2 trilhão para a proteção social universal e um déficit de US\$ 4,3 trilhões para alcançar os ODS na década de ação restante.

O Grupo considera que a mobilização de recursos adequados para os países em desenvolvimento, a partir de todos os mecanismos de financiamento disponíveis, é fundamental para a implementação de ações e medidas para alcançar o desenvolvimento sustentável. É essencial que a comunidade internacional mobilize mais recursos financeiros permanentes e estáveis, previsíveis, concessionais e livres de condicionalidades para os países em desenvolvimento, particularmente os mais necessitados e menos desenvolvidos entre eles.

É imperativo que os países desenvolvidos cumpram seus compromissos para apoiar os esforços e estratégias nacionais para o alcance dos objetivos de desenvolvimento.

O relatório do Secretário-Geral sobre tendências e progresso na cooperação internacional para o desenvolvimento ([E/2023/48](#)) destaca que, apesar de algum progresso, os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos estados insulares em desenvolvimento não se beneficiaram de níveis de assistência ao desenvolvimento compatíveis com suas necessidades. Nos casos em que a assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) aumentou, isso ocorreu às custas de doações de financiamento, aumentando potencialmente o risco de sobre-endividamento. Grande parte da assistência oficial ao desenvolvimento multilateral, para esses países, em 2022, foi na forma de empréstimos, e não de doações. Consequentemente, a ODA deve responder às necessidades e contextos de cada país em desenvolvimento e não deve exacerbar os encargos de dívida.

Um princípio orientador de todas as atividades da ONU, inclusive aquelas em nível nacional, deve ser uma parceria global fortalecida e renovada para o desenvolvimento, com base no reconhecimento da liderança nacional e na apropriação das estratégias de desenvolvimento.

Todo o sistema da ONU, bem como as instituições de Bretton Woods e doadores bilaterais, devem alinhar seus programas de cooperação com as estratégias de desenvolvimento nacional e também harmonizar seus programas de cooperação individuais com vistas a fazer a contribuição ideal para a realização das estratégias de desenvolvimento nacional.

Conforme apontado no relatório do Secretário-Geral, a renda nacional bruta (RNB) per capita como medida de apoio ao desenvolvimento, incluindo financiamento concessional, não leva em consideração o impacto nas economias e sociedades de muitos países em desenvolvimento. Portanto, é necessário o estabelecimento do conjunto de medidas de progresso no desenvolvimento sustentável que complementem ou ultrapassem o produto interno bruto para informar o acesso ao financiamento concessional e à cooperação técnica por parte dos países em desenvolvimento.

É também imperativa a promoção urgente da transferência de tecnologia e capacitação, bem como da cooperação tecnológica e científica dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, a fim de promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões.

Nesse sentido, o Grupo reafirma que a imposição de medidas econômicas coercitivas, incluindo sanções unilaterais, contra países em desenvolvimento não contribui para o desenvolvimento econômico e social, incluindo o diálogo, a cooperação e o entendimento entre os países.

O G-77 e a China reiteram a importância e a contribuição da cooperação Sul-Sul para enfrentar importantes desafios e objetivos de desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul é uma expressão da solidariedade Sul-Sul que tem demonstrado sua relevância por um rápido crescimento. Também está claro que a cooperação Sul-Sul não é um substituto da cooperação Norte-Sul, mas sim um complemento a ela.

O Grupo reitera o apelo aos fundos e programas da ONU, bem como às agências especializadas, para que continuem a tomar medidas concretas para integrar o apoio à cooperação Sul-Sul e à cooperação triangular, para ajudar os países em desenvolvimento a desenvolver capacidades para maximizar os benefícios e o impacto da cooperação Sul-Sul. Cooperação Sul e Triangular.

O Grupo acredita que o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento não deve ser desviado para agendas específicas fora da estrutura das Nações Unidas e deve oferecer uma plataforma para discutir maneiras de melhor coordenar e alinhar o trabalho de agências especializadas e instituições financeiras internacionais com o compromisso internacional de alcançar a Agenda 2030.

New York, 16 de março de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China nas consultas informais sobre a Cúpula do Futuro

O Embaixador recordou as declarações anteriores do G-77 e da China sobre o relatório do Secretário-Geral “Nossa Agenda Comum” e sobre a Cúpula do Futuro, incluindo a declaração

proferida pelo Embaixador Yusnier Puentes no dia 9 de março de 2023, no briefing do Secretário-Geral para apresentar os resumos de políticas (*Policy Briefs*) em uma plataforma de emergência e nas gerações futuras, respectivamente. Ver acima. O Grupo relembra que tomou nota com interesse destes dois resumos de políticas e indicou que estaria mais bem preparado para fornecer comentários, se houver, em um estágio posterior.

Desta forma, o G-77 e a China não se encontram em posição de se engajar em discussões substanciais sobre estes resumos de políticas, mas estaria disposto a fazê-lo mais tarde no processo de preparativos para a Cúpula do Futuro. Observa-se que não foi dado tempo suficiente para avaliar as propostas contidas nesses documentos, receber orientações e instruções das capitais e coordenar as posições do Grupo.

Chamaram a atenção para o fato de esta reunião estar sendo realizada dentro de uma semana após a circulação destes dois resumos de políticas e que alguns dos elementos neles contidos são de grande complexidade e implicações para o trabalho geral das Nações Unidas e devem ser adequadamente revisados e considerados pelos Membros Estados.

O Grupo reitera que tem interesse na ideia de elaborar resumos de políticas sobre caminhos específicos propostos para a Cúpula do Futuro e que esses documentos servem como insumos importantes, para o processo preparatório e deliberações que antecederão a Cúpula do Futuro de 2024. No entanto, não devem ser considerados como a base das negociações, levando em consideração que os Estados Membros ainda não decidiram sobre o escopo da Cúpula.

Importante destacar que nem todos os resumos de políticas contribuirão para os preparativos ou deveriam ser considerados como trilhas para a Cúpula do Futuro, mas ao invés disso, podem ser considerados como elementos de reflexão, conforme destacado pelo próprio Secretário-Geral em 9 de março de 2023, para contribuir para um processo conduzido pelos Estados-Membros.

O Embaixador Pedro deixou claro que o G-77 e a China estão empenhados em considerar os caminhos propostos pelo Secretário-Geral, no entanto, o Grupo está seguro de que os Estados Membros devem ter espaço e tempo suficiente para determinar às propostas que farão parte dos preparativos para a Cúpula do Futuro de 2024 e àquelas que precisarão de mais reflexão. Os Estados-Membros devem também ter a possibilidade de identificar propostas adicionais, se necessário, durante as consultas sobre a Cúpula do Futuro.

Mais uma vez, o Embaixador Pedro chamou a atenção para os preparativos para a Cúpula do Futuro que devem ser conduzidos com base no que os Estados Membros acordaram na [resolução 76/307](#). Esse acordo se limita a realizar a Cúpula em 2024, com uma Reunião Ministerial preparatória em 2023, e a iniciar consultas intergovernamentais abertas, transparentes e inclusivas sobre o processo preparatório. De acordo com o parágrafo 16 dessa resolução, o processo preparatório intergovernamental da Cúpula consistirá em consultas para determinar o escopo da Cúpula, temas e organização dos diálogos interativos e depois negociações para concluir o documento final.

Desta forma, o Grupo acredita que a primeira parte deste processo, em particular a que culminará com a Reunião Ministerial em 2023, deve ser dedicada a consultas sobre o escopo, tópicos e outros elementos exigidos pela da resolução 76/307. Iniciar discussões substantivas sobre caminhos específicos propostos, sem que os Estados Membros decidam sobre o escopo geral da Cúpula, parece ser prematuro e prejudica seu resultado geral.

O Grupo também gostaria de reiterar a necessidade de mais informações e clareza sobre quando se discutirá o objetivo geral e os preparativos que antecederão a Reunião Ministerial de 2023, conforme estipulado na resolução 76/307. Levando em consideração que faltam apenas seis meses até essa reunião, o Grupo propõe iniciar consultas intergovernamentais a esse respeito.

O Embaixador prosseguiu sugerindo que é necessária uma versão revisada do roteiro para a Cúpula do Futuro que deixe claro as diferentes etapas do processo preparatório, tanto para 2023 quanto para 2024.

Chamou a atenção ainda para que não haja sobreposição com outros processos importantes que estão ocorrendo e deu o exemplo dessa reunião estar ocorrendo no mesmo dia da segunda consulta informar sobre a Declaração política da Cúpula do ODS.

Para que a Cúpula do Futuro seja verdadeiramente bem-sucedida e seu processo preparatório verdadeiramente inclusivo, seria imprudente colocar delegações menores na difícil posição de escolher quais processos seguir e engajar. Esse caminho deixaria muitos para trás e contrariaria o espírito do parágrafo 18 da resolução 76/307.

O Grupo acredita que o processo preparatório para a Cúpula do Futuro deve assegurar a participação efetiva de todas as delegações, em particular as menores e as provenientes de países em desenvolvimento. O Grupo também acredita que a prioridade nos próximos meses deve ser a Cúpula dos ODS.

New York, 22 de março de 2023

Declaração feita por sua Excelência, a Vice Primeira Ministra de Cuba, Sra Inés María Chapman Waugh, em nome do G-77 e da China durante a Conferência da Água das Nações Unidas



A Vice Primeira Ministra cumprimentou os organizadores da Conferência das Nações Unidas sobre a Revisão Integral Intermediária da Implementação dos Objetivos da Década Internacional de Ação "Água para o Desenvolvimento Sustentável", 2018-2028. Ressaltou que esta era uma oportunidade valiosa para mobilizar a liderança política e enfrentar os desafios globais da água por meio de ações ousadas.

De forma uníssona, todos os representantes do G-77 e da China destacam, em seus pronunciamentos, o contexto da crise sistêmica multidimensional nos campos da saúde, energia, alimentação, clima e meio ambiente, com efeitos exacerbados nos países em desenvolvimento. E a Vice Ministra não foi diferente. Ela foi mais além e disse que, neste cenário desafiador, a água permanece inextricavelmente ligada a todos os pilares do desenvolvimento sustentável, sendo fundamental para a erradicação da pobreza e da fome e é indispensável para o desenvolvimento humano, saúde e bem-estar. Portanto, é um elemento vital para alcançar os ODS e outras metas relevantes nos campos social, ambiental e econômico.

A falta de acesso a uma fonte segura de água potável, saneamento básico e boa higiene, desastres relacionados à água, escassez de água e poluição da água são ainda mais exacerbados pela urbanização, crescimento populacional, desertificação, seca e outros eventos meteorológicos e alterações climáticas extremas. Agravados pela falta de capacidade para assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos.

A Vice ministra enfatizou que os países em desenvolvimento precisam de mais financiamento internacional, capacitação e transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis para alcançar a eficiência na gestão da água e reiterou, uma vez mais, que a Assistência Oficial ao Desenvolvimento para o setor de água deve ser aumentada.

Considerando que, atualmente, mais de 50% das cidades do mundo sofrem com a escassez recorrente de água, é imperativo expandir a cooperação internacional em atividades e programas relacionados à água e saneamento, especialmente para os países em desenvolvimento.

As estimativas sugerem que são necessários 6,7 trilhões de dólares americanos até 2030 e 22,6 trilhões de dólares americanos até 2050 para alcançar o ODS 6.

O estresse hídrico acima de 70%, especialmente em alguns países, incluindo o norte da África, a África subsaariana, a Ásia Ocidental, a Ásia Central e Meridional e a América do Sul, bem como a região do Lago Chade, pressupõe uma forte indicação de futura escassez de água.

O G-77 e a China reconhecem os enormes desafios enfrentados pelos países que sofrem com a escassez de água e com os impactos de tais desafios, inclusive, em sua capacidade de alcançar os ODS e o Grupo se compromete em melhorar a cooperação transfronteiriça, em conformidade com o direito internacional.

A Vice ministra lembrou do compromisso de intensificar os esforços em todas as frentes para combater a desertificação, degradação da terra, erosão e seca, perda de biodiversidade e escassez de água, que são vistos como grandes desafios ambientais, econômicos e sociais para o desenvolvimento sustentável global.

Considerando a Década Internacional "Água para o Desenvolvimento Sustentável" 2018-2028 visa aprofundar a cooperação e a parceria em todos os níveis, a fim de ajudar a alcançar os objetivos e metas relacionados à água acordados internacionalmente, incluindo os contidos na Agenda 2030, a Agenda "Ação de água" que deverá receber contribuições voluntárias, poderá contribuir efetivamente para acelerar a implementação da Década de Ação pela Água 2018-2028, a Agenda 2030 e o ODS 6.

Reconhece-se os esforços realizados para apoiar o diálogo internacional sobre a água e a promoção de ações locais, nacionais e regionais para a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos em todo o mundo, como o Fórum Mundial da Água e a Conferência Internacional de Alto Nível sobre a Década Internacional para a Ação "Água para o Desenvolvimento Sustentável", realizada no Tajiquistão no ano passado.

New York, 23 de março de 2023

Declaração feita pela Sra Dália Torres Seara, terceira secretária da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na primeira consulta informal sobre o rascunho zero do documento do Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento do ECOSOC (Fórum FFD) de 2023

Este tema atraiu muita discussão e solicitação de emendas ao rascunho zero para o documento final para o Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento do ECOSOC de 2023.

Para começar o G-77 e a China apoiam a inclusão da referência à proposta do Secretário-Geral para um Estímulo aos ODS, que é de extrema importância para os países em desenvolvimento e a implementação dos ODS e propõem a inclusão de linguagem para melhorar

a coordenação da política macroeconômica a fim de proporcionar um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento sustentável.

Outro ponto importante para o G-77 e a China é a inclusão de uma referência ao reconhecimento das vacinas como um bem público global para ajudar a superar a pandemia de Covid-19 em todo o mundo, bem como o fato de que sua produção deve ser expandida em diferentes locais, principalmente nos países em desenvolvimento.

Deve ser destacado neste rascunho zero, a importância de incluir um financiamento climático novo e adicional dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Fica claro que este financiamento é diferente, da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), especialmente para aqueles países que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas.

Seguindo nesta linha, o Grupo gostaria de ver uma referência à necessidade urgente e imediata de recursos financeiros novos, adicionais, previsíveis e adequados para ajudar os países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas na resposta às perdas e danos econômicos e não econômicos associados aos efeitos adversos das mudanças climáticas. Ficou claro que o Grupo aguarda a consideração e adoção de recomendações pelo comitê de transição para a COP28⁷¹/CMA5⁷² com vistas à operacionalização dos acordos de financiamento, e, portanto, o Grupo gostaria de incluir também essa referência.

O Grupo considera a necessidade de mobilizar recursos para apoiar a implementação do [Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework](#)⁷³, ao mesmo tempo em que avança no estabelecimento do Fundo Global para a Biodiversidade.

O Grupo gostaria de enfatizar o investimento em infraestrutura. Portanto, gostaria de incluir no documento, uma plataforma para coordenar, ampliar e canalizar financiamento público e privado e assistência técnica para o desenvolvimento de infraestrutura, bem como apoiar discussões sobre o estabelecimento de um Conselho de Política de Infraestrutura sob os auspícios da ONU. E também gostaria do reconhecimento do princípio de que “nenhum país ou pessoa seja deixado para trás”.

Outro item importante para o G-77 e a China, são as discussões intergovernamentais sobre formas de fortalecer a inclusão e a eficácia da cooperação fiscal internacional que devem

⁷¹ A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 será realizada de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2023 em Dubai, Emirados Árabes Unidos (EAU). Incluirá: a 28ª reunião da Conferência das Partes (COP 28); a quinta reunião da COP na qualidade de Reunião das Partes do Acordo de Paris (CMA 5).

⁷² CMA é a forma abreviada para o grupo dos países que assinaram e ratificaram o Acordo de Paris. O nome completo deste órgão governante é “Conferência das Partes servindo como reunião das Partes do Acordo de Paris”.

⁷³ O Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework (GBF) foi adotado durante a décima quinta reunião da Conferência das Partes (COP 15), após um processo de consulta e negociação de quatro anos. Este Quadro histórico, que apoia a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e se baseia nos Planos Estratégicos anteriores da Convenção, estabelece um caminho ambicioso para alcançar a visão global de um mundo vivendo em harmonia com a natureza até 2050. Entre os elementos-chave do Quadro estão 4 metas para 2050 e 23 metas para 2030.

estar alinhadas com a [resolução A/RES/77/244](#) sobre a promoção de uma cooperação fiscal internacional inclusiva e eficaz nas Nações Unidas.

O Grupo destaca a importância dos instrumentos e mecanismos internacionais de transparência fiscal e financeira que permitem que os países em desenvolvimento se beneficiem da cooperação fiscal internacional.

Importante também a necessidade de eliminar portos seguros que criem incentivos para a transferência para o exterior de ativos roubados e fluxos financeiros ilícitos. O Grupo reitera o seu compromisso de implementar suas obrigações para prevenir e combater a corrupção e a lavagem de dinheiro consagradas na arquitetura internacional existente. Acredita ainda que é importante garantir o equilíbrio entre os compromissos internacionais para garantir um ambiente de negócios doméstico dinâmico.

Destaca-se a importância de levar em conta o papel das parcerias multissetoriais, do sistema de desenvolvimento da ONU e de outras instituições multilaterais e financeiras e parceiros de desenvolvimento para abordar as lacunas de capacidade e financiamento em áreas-chave e fornecer assistência técnica aos países em desenvolvimento para apoiar mais captação efetiva de financiamento.

O documento deve enfatizar a importância da ODA como principal canal de cooperação internacional e reiterar o fato de que a ODA é o compromisso dos países desenvolvidos.

O Grupo apela para que haja discussões intergovernamentais em consulta com as partes interessadas relevantes, enfatizando a necessidade urgente de desenvolver medidas de progresso no desenvolvimento sustentável que vão além do PIB.

O rascunho zero não faz uma conexão robusta entre comércio e desenvolvimento. Faltam elementos-chave, incluindo a importância de fluxos comerciais internacionais estáveis e previsíveis para apoiar o crescimento econômico e a realização dos ODS, o funcionamento de mercados abertos, a sustentabilidade e a resiliência das cadeias de suprimentos globais e o papel do comércio na abordagem de múltiplas crises globais.

A reforma do sistema multilateral de comércio, o fortalecimento do princípio do Tratamento Especial e Diferenciado e o progresso na agenda de negociações da OMC são essenciais para que os países em desenvolvimento aproveitem os benefícios do comércio para o desenvolvimento.

O Grupo está preocupado com o uso continuado de medidas unilaterais e protecionistas e propõe um apelo para que tais medidas sejam eliminadas.

Mais uma vez, o G-77 e a China destacaram os Direitos Especiais de Saque (SDRs) para os países em desenvolvimento e uma nova alocação de SDRs, bem como a exploração de opções viáveis para os países canalizarem SDRs por meio de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs), respeitando os marcos legais nacionais.

O Grupo gostaria de ver uma referência explícita neste rascunho zero à necessidade essencial de reformar a arquitetura financeira internacional e a governança das instituições financeiras internacionais e dos bancos multilaterais de desenvolvimento, especialmente o FMI e o Banco Mundial, para ampliar e fortalecer a voz e a participação dos países em desenvolvimento na tomada de decisão da economia internacional, e no estabelecimento de normas e governança econômica global.

O G-77 e a China gostariam também de adicionar uma referência ao rascunho zero sobre a intenção do G20 de desenvolver uma nota sobre o cenário da dívida global e um apelo para uma arquitetura de dívida soberana global aprimorada.

O Grupo gostaria de acrescentar uma referência de que ciência, tecnologia e inovação são fundamentais para a implementação da Agenda 2030.

O Grupo gostaria de propor um novo parágrafo sobre economia digital e incluir a linguagem acordada do documento final do financiamento para o desenvolvimento de 2022 sobre o reconhecimento da contribuição da digitalização para o desenvolvimento, mantendo a preocupação com as diferenças digitais. Também gostaríamos de incluir um novo parágrafo sobre a necessidade de garantir meios de implementação, assistência financeira e técnica, capacitação e transferência de tecnologia.

Também se reconhece a relevância de continuar as discussões sobre o fortalecimento do orçamento sensível ao gênero, inclusive desenvolvendo metodologias e diretrizes, capacitando, coletando e aplicando dados desagregados.

Seria importante incluir dois novos parágrafos ao documento. Primeiro, no desenvolvimento de um pacto digital global baseado na linguagem da resolução de TIC. Em segundo lugar, considerar o desenvolvimento de uma estrutura tecnológica internacional que inclua a pacto digital global.

E por último, o Grupo gostaria de incluir um parágrafo sobre a necessidade de aumentar o apoio financeiro e a assistência para fortalecer as capacidades dos institutos nacionais de estatística.

New York, 27 de março de 2023

Declaração feita por Sua Excelência, Sr Gerardo Peñalver, primeiro Vice Ministro de Relações Exteriores da República de Cuba, em nome do G-77 e da China, nas consultas informais sobre o Pacto Digital Global na primeira análise profunda do tema "Inclusão Digital e Conectividade".

O Sr Geraldo Peñalver agradeceu aos co-facilitadores por convocar essas análises temáticas profundas. Saudou particularmente o tema da "Inclusão Digital e Conectividade", uma vez que esta é uma das áreas prioritárias mais importantes para os membros do G-77 e para a China. No entanto, ele destacou que esses temas de análise não devem prejudicar a decisão intergovernamental sobre os temas finais a serem incluídos no Pacto Digital Global.

Mais uma vez, é importante garantir sinergias e evitar a duplicação entre várias entidades e processos relacionados à cooperação digital global e de aproveitar o que já foi discutido sobre o Pacto Digital Global. Para tanto, é importante destacar outras importantes plataformas existentes, como a União Internacional de Telecomunicações (UIT), o Fórum de Governança da Internet e INTERNET E Internet Governance Fórum e a Cúpula Mundial a Sociedade da Informação (WSIS).

Ele seguiu dizendo que se deve aproveitar o potencial das tecnologias de informação e comunicação (TIC), para promover a Agenda 2030 e os ODS para a construção de uma Sociedade da Informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada para o desenvolvimento, com a ciência em seu essencial.

As TIC devem ser consideradas como uma ferramenta e não como um fim em si. Em condições favoráveis, essas tecnologias podem ser um instrumento poderoso, aumentando a produtividade, a inovação e o crescimento econômico, melhorando a qualidade de vida de todos e promovendo o diálogo entre pessoas, nações e civilizações.

A pandemia do Covid-19 acelerou o ritmo da transformação digital e demonstrou como as TIC se tornaram parte integrante da vida. Ao mesmo tempo, a pandemia expôs as desigualdades existentes na esfera digital e destacou o risco de a exclusão digital se tornar a nova face da divisão do desenvolvimento.

Os benefícios da revolução da tecnologia da informação são hoje distribuídos de forma desigual entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e dentro das sociedades. A falta de acesso à Internet é mais prevalente nos países em desenvolvimento, onde vivem 96% da população offline do mundo, reconhecendo também que persiste uma divisão digital de gênero em todo o mundo. Essa exclusão digital deve ser transformada em uma oportunidade digital para todos. O acesso universal, equitativo e acessível à infraestrutura e serviços de TIC constitui um dos desafios da Sociedade da Informação. Nesse sentido, a conectividade deve ser assegurada de acordo com a legislação interna de cada país.

Para promover esse objetivo, deve-se acelerar os esforços para oferecer conectividade universal e acessível e acesso à Internet até 2030, sendo este, um agente capacitador central na construção da Sociedade da Informação e deve ser um pilar central do Pacto Digital Global.

Uma infraestrutura e aplicativos de rede de informação e comunicação bem desenvolvidos, adaptados às condições regionais, nacionais e locais, facilmente acessíveis e fazendo uso de banda larga e sempre que possível, outras tecnologias inovadoras, pode acelerar o desenvolvimento social e progresso econômico dos países e o bem-estar de todos os indivíduos, comunidades e povos.

Nesta área, os países em desenvolvimento enfrentam fatores comuns, incluindo falta de infraestrutura, alto custo de equipamentos digitais e falta de habilidades e alfabetização digitais, que devem ser enfrentados por meio da ampliação dos investimentos em infraestrutura digital, transferência de tecnologia, solidariedade e cooperação e capacitação. O Pacto Digital Global também deve avançar e promover a cooperação internacional, bem como o desenvolvimento e a assistência técnica para abordar essas questões e promover modelos novos e inovadores de investimento, financiamento e para melhorar a conectividade e não deixar nenhum país nem ninguém para trás. O Pacto Digital Global também deve ser o catalisador para o desenvolvimento de estratégias viáveis para reduzir rapidamente o custo das tecnologias de informação e comunicação.

Além do problema de acesso, são ainda questões importantes para os países em desenvolvimento, a falta de capacidade de se envolver de forma significativa com TIC e produtos relacionados a TIC, incluindo tecnologias de ponta. Para o G-77 e a China, o Pacto Digital Global deve se concentrar na necessidade premente de abordar os principais impedimentos estruturais que os países em desenvolvimento enfrentam para se envolver e acessar tecnologias novas e emergentes.

A exclusão digital abrange gênero, demografia e geografia, e é um grande obstáculo para aproveitar as vantagens das TIC. Há, portanto, uma necessidade de encontrar um consenso sobre como promover a inclusão, garantindo também que aqueles que vivem em situação de

vulnerabilidade sejam beneficiados pelas tecnologias digitais, e que os costumes, idiomas e conhecimentos tradicionais dos Povos Indígenas sejam respeitados e promovidos.

É importante evitar a politização desnecessária de questões técnicas para promover um ambiente aberto, justo, inclusivo e não discriminatório para o desenvolvimento de tecnologias digitais nos países em desenvolvimento.

Para conseguir tudo isso, é necessário aumentar a confiança no uso das TIC, criar um ambiente favorável em todos os níveis, melhorar as habilidades e a alfabetização digital, desenvolver e ampliar aplicações benéficas das TIC e promover e respeitar a diversidade cultural. O Pacto Digital Global deve encorajar a cooperação internacional e regional nessas questões e garantir a capacidade de todos acessarem, contribuírem e compartilharem informações, ideias e conhecimentos.

O Grupo considera que outras questões que impactam significativamente a exclusão digital incluem o monopólio tecnológico, a promulgação e aplicação de medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais, a ausência de diálogo consistente e mecanismos institucionalizados para compartilhar conhecimento, experiência, especialização e tecnologias e a necessidade de melhorar os marcos regulatórios.

Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)



22 de março de 2023 – O embaixador da Palestina, Sua Excelência Mounir Anastas, assumiu a presidência do **capítulo G-77 + China no capítulo do G-77 na UNESCO**, em Paris. O embaixador agradeceu a responsabilidade confiada à Palestina pelo G-77 e China e apontou como estratégia da sua gestão a promoção da cooperação Sul-Sul, no domínio da educação. Nesse sentido, expressou sua disposição de aproveitar os recursos disponíveis no capítulo para a realização de projetos voltados para cada região.

Ele também destacou os objetivos da presidência de fazer ouvir a voz do G-77 e da China na UNESCO e celebrar o 20º aniversário da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial com um evento especial.

23 - de março de 2023 – O **Capítulo de Viena do G-77 e da China** destacaram a necessidade da entrada em vigor antecipada do Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares, com o objetivo final de eliminar armas nucleares e desarmamento geral e completo sob estrito e efetivo controle internacional. O G-77 e a China destacam a mais recente ratificação do Tratado pelas Ilhas Salomão, membro do G-77.

Movimento dos Não Alinhados

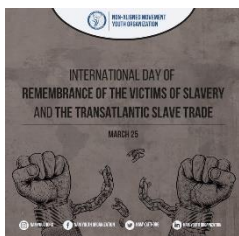
O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU. Em 2023, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do Movimento dos Não Alinhados entre 01 e 28 de março de 2023

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados



O dia 25 de março, é designado para aumentar a conscientização pública sobre as vítimas da escravidão e do tráfico transatlântico de escravos. O Movimento Jovem dos não alinhados agradece a homenagem e pede a todos que lutem pelo aumento da igualdade e da justiça social.



Elnur Mammadov representou o Movimento Jovem dos não alinhados e participou do Fórum da Juventude de 2023 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Ele destacou em seu pronunciamento, o papel crucial dos jovens na eliminação do uso de substâncias. Ele enfatizou o engajamento do Movimento Jovem dos não alinhados com os jovens de para

construir comunidades sustentáveis.



Hasan Guliyev, em nome da Movimento Jovem dos não alinhados, fez um discurso no Fórum da Juventude do Fórum Ásia-Pacífico sobre Desenvolvimento Sustentável (APFSD) de 2023. Como garantir que os jovens estejam engajados de forma significativa.

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul

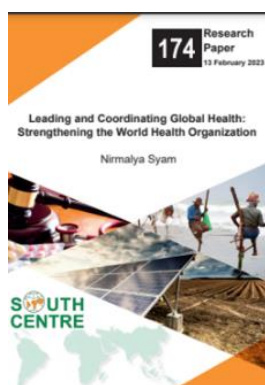
27 de fevereiro de 2023 - O South Centre, presente na **4ª reunião do Órgão Intergovernamental de Negociação da OMS (INB4) para um instrumento da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias**, apresentou uma declaração consideramos que o atual rascunho zero não é suficientemente ambicioso.



1. Em uma declaração forte, o Centro Sul apresentou várias perguntas para o plenário.
2. O instrumento oferece os meios para abordar de forma abrangente e eficaz as lacunas e desafios sistêmicos que existem no fortalecimento das capacidades globais para prevenir, preparar, responder e se recuperar de pandemias?
3. Por acaso, o instrumento estabelece as bases necessárias para assegurar a cooperação, coordenação e solidariedade internacionais oportunas entre os Estados?
4. Ajuda a fornecer os bens públicos globais necessários?
5. Remove obstáculos, incluindo aqueles baseados em direitos de propriedade intelectual, para permitir um acesso equitativo a vacinas e outros produtos e tecnologias necessários?
6. O instrumento reforça as capacidades dos países e as capacidades essenciais do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e oferece meios apropriados de implementação para os países em desenvolvimento?
7. Fortalece o papel de coordenação da Organização Mundial da Saúde (OMS)?
8. Irá, por exemplo, regular o uso de acordos de compra antecipada e impedir o estoque de vacinas excedentes de países individuais em tempos de oferta global limitada?

O atual Rascunho Zero não oferece respostas afirmativas inequívocas a essas perguntas.

O objetivo fundamental do instrumento pandêmico deve fornecer um sistema multilateral coordenado pela OMS para permitir capacidades adequadas, rápidas e eficazes para prevenção, preparação, resposta e recuperação pandêmicas e sua operacionalização, incluindo compromissos para compartilhar *know-how* e tecnologia, maior assistência técnica e financiamento garantido, de acordo com os princípios de equidade, solidariedade, responsabilidades comuns mas diferenciadas, cooperação internacional e complementaridade com o RSI 2005.



13 de fevereiro - O Centro Sul publicou a pesquisa coordenada por Nirmalya Syam intitulada: “Liderando e coordenando a saúde global: fortalecendo a Organização Mundial da Saúde

De acordo com a pesquisa, a OMS deveria atuar como a autoridade máxima e coordenadora da saúde global. No entanto, ela tem sido constantemente marginalizada ao longo do tempo tanto propositalmente quanto por meio de críticas como sendo uma organização ineficiente. Fatores como a redução das contribuições obrigatórias e o consequente empobrecimento aliado à proliferação de “novas” agências internacionais de saúde às quais a OMS foi obrigada a ceder espaço operacional, contribuíram para a sua perda de prestígio.

Este artigo discute como essa marginalização da OMS é do interesse dos atores dominantes na saúde global e leva à negligência da saúde como uma questão de desenvolvimento.

Hoje, o sistema global de saúde está mais fragmentado do que quando a OMS foi criada em 1948. Doadores ricos e corporações dominam estruturas de governança multissetorial, marginalizando a maioria dos membros da OMS e, principalmente, o Sul Global.

Esta fragmentação na governança global da saúde contribui para que o espaço, da única organização multilateral, onde os países em desenvolvimento têm uma presença igual em termos de participação e tomada de decisões como Estados soberanos, a OMS, seja marginalizada. Consequentemente, a dimensão do desenvolvimento da saúde também é marginalizada e apenas seus aspectos de assistência ao desenvolvimento recebem maior atenção por meio de programas e agências verticais que atendem às necessidades limitadas de saúde, sem abordar efetivamente a necessidade básica de fortalecer os sistemas de saúde.

Portanto, para os países em desenvolvimento, é imperativo que a OMS seja efetivamente respeitada e reequipada para atuar como autoridade líder e coordenadora em saúde global com poderes legais adequados, bem como capacidades institucionais e financeiras para fazê-lo sem influência indevida de países doadores e entidades que tenham interesses no setor privado.

Isso permitiria à OMS garantir que os interesses de todos os países fossem tratados de forma justa em suas atividades normativas e operacionais. Tal transformação da OMS exigiria ação dentro e fora da organização.

O artigo apresenta algumas sugestões a esse respeito. [Leia aqui.](#)

O Centro Sul publicou seu [Relatório Anual do Centro Sul de 2022.](#)



Uma análise da situação enfrentada por nossos membros e outros países em desenvolvimento e para um resumo das atividades do Centro no ano passado:

Esperava-se que 2022 fornecesse as condições para uma recuperação das enormes perdas sofridas pelos países em desenvolvimento como resultado do Covid-19. No entanto, a realidade foi completamente diferente. Houve um agravamento da situação social e econômica dos países já atingidos pela pandemia. Estas situações incluíram interrupções e aumentos de preços de alimentos e suprimentos de energia, inflação, eventos severos de mudança climática e aumentos nas taxas de juros. A sobreposição de crises globais e a dificuldade financeira nos principais países desenvolvidos levaram a um aumento ainda maior da dívida e das vulnerabilidades no mundo em desenvolvimento. Para muitos países em desenvolvimento, alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 tornou-se ilusório.



14 de março de 2023 - Resumo de políticas sobre a revisão intermediária da década internacional de ação sobre a água para o desenvolvimento sustentável em meio à crescente tensão entre uma perspectiva de direitos humanos e a mercantilização e privatização da água.

As mudanças climáticas estão afetando a disponibilidade de recursos hídricos em diferentes regiões do mundo. Além disso, algumas tendências crescentes de mercantilização e privatização da água podem exacerbar o problema, uma vez que são guiadas por estratégias de maximização do lucro. A Organização das Nações Unidas (ONU) realizará a Revisão Integral Intermediária (MCR) da Implementação dos Objetivos da Década Internacional de Ação, “Água para o Desenvolvimento Sustentável”, 2018–2028, de 22 a 24 de março de 2023. Este é uma importante oportunidade para a comunidade internacional avaliar

os desafios no acesso à água potável e ao saneamento. Os debates e resultados do MCR devem ser guiados por uma abordagem de direitos humanos para promover o acesso à água para todos em 2030, em alinhamento com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6. Para ler o resumo, [clique aqui](#).



20 de março de 2023 - a Dra. Claudia Chamas da Fiocruz e colaboradora do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS/Fiocruz) foi recebida no Centro Sul para debater e compartilhar visões sobre saúde global, acesso a medicamentos e Cooperação Sul-Sul.



24 de março de 2023 - “Existe um verdadeiro descompasso entre o que a OMS deveria e fazer e tem mandato para fazer e o que os países industrializados querem que a OMS faça”, disse o Conselheiro Especial de Saúde do Centro Sul, German Velasquez.

Japão visita a Ucrânia, G20 reorganiza trabalhos e OCDE mantém a cartilha econômica ortodoxa: a quinzena dos grupos dos países mais ricos

Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar

G7

A maior aliança internacional de ONGs localizada nos EUA, InterAction, publicou um relatório neste mês de março com recomendações para a cúpula do G7 de 2023. Dentre os temas abordados encontram-se recomendações sobre clima, democracia e direitos humanos, segurança alimentar e nutrição, desenvolvimento econômico, saúde, entre outros. No âmbito da saúde, o relatório recomenda ações em três eixos⁷⁴. São eles:

1. Avançar com a “100 Days Mission” – estratégia de resposta de produção de vacina em 100 dias visando uma próxima pandemia – junto com a CEPI (*Coalition for Epidemic Preparedness Innovations*), FIND e institutos de saúde pública. Isso, por meio de ações como: investir USD 1,8 bilhões na CEPI para acelerar pesquisas e desenvolvimento de novas vacinas e apoiar acesso equitativo a diagnósticos; apoio aos institutos de saúde regionais e locais da África Subsaariana, incluindo incremento das capacidades no campo da epidemiologia, detecção de doenças e diagnósticos laboratoriais.
2. Comprometimento com a ideia de saúde universal e o lema de “não deixar ninguém para trás”, por meio de ações como: compromisso em participar da reunião de alto nível das Nações Unidas sobre o tema que ocorrerá em 21 de setembro de 2023; elaboração de compromissos ambiciosos e implementáveis conforme Action Agenda; construindo sinergias entre os importantes temas da saúde universal como: tuberculose, prevenção de pandemias, preparação e resposta, e promovendo ações integradas e coerentes, além de voltadas para a agenda de saúde global; compromisso com os esforços para o fortalecimento dos sistemas de saúde, incluindo os profissionais de saúde.
3. Exercer pressão para o acordo de pandemias e Regulamento Sanitário Internacional para incluir equidade, governança e transparência. Isso, por meio da certificação de que o acordo pandêmico vai objetivar as necessidades das populações mais vulneráveis e os profissionais da saúde, além de garantir acesso a medidas preventivas médicas e não médicas, incluindo vacinas, terapias, diagnósticos e acesso à água, saneamento e higiene; e, também, assegurando a conformidade dos estados membros através de organismos específicos de prestação de contas, *enforcement* e supervisão.

Com isso, espera-se que as sete nações mais ricas do mundo, detentoras de 27% do PIB global⁷⁵, considerem as recomendações feitas em suas reuniões ministeriais de preparo de agenda para Hiroshima, que ocorrerá em maio, e coordenem seus esforços para enfrentar os maiores desafios do mundo, aproveitando a contribuição da sociedade civil.

Após pressão por ser o único líder do G7 a ainda não ter feito uma visita à Ucrânia durante a guerra, o primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, fez uma visita surpresa ao país no

⁷⁴ G7 Policy Paper: 2023 G7 Summit Recommendations: Hiroshima, Japan. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/world/g7-policy-paper-2023-g7-summit-recommendations-hiroshima-japan>>. Acesso em: 25/03/2023.

⁷⁵ G7. WORLD ECONOMICS. 2023. Disponível em: <<https://www.worldeconomics.com/Regions/G7/>>. Acesso em: 25/03/2023.

último 21 de março, em seguida a sua visita à Modi em Nova Delhi. De acordo com a emissora pública japonesa, NHK, essa é uma visita histórica, tendo em vista que é a primeira visita a um país em conflito desde o fim da segunda guerra mundial⁷⁶. A visita teve que ser organizada em segredo, tendo em vista a constituição pacifista japonesa. Por isso, as contribuições do Japão em termos militares são quase nulas.

Durante a guerra, o Japão enviou mais de USD 7 bilhões para a Ucrânia e recebeu mais de 2.000 refugiados ucranianos⁷⁷, embora tenha uma política rígida de imigração. Repetidas vezes condenou a invasão russa e expressou críticas ao fracasso da resposta do Conselho de Segurança⁷⁸. Em resposta à visita, Zelensky afirmou ter “o prazer de dar as boas-vindas ao Primeiro-Ministro do Japão, – um defensor verdadeiramente poderoso da ordem internacional e amigo de longa data da Ucrânia”. Além disso, o presidente ucraniano confirmou presença, de forma virtual, na cúpula do G7⁷⁹.



Fonte: Al Jazeera.

Apesar da importância dos esforços, especialistas têm afirmado que o Japão pode focar em outras questões para além da Ucrânia na cúpula de maio. Uma das contribuições que poderia ser melhor aproveitada é o compartilhamento das boas práticas no âmbito da promoção da cobertura universal de saúde, tendo em vista que o país fornece seguro médico público para todos os cidadãos desde 1961⁸⁰. Desenvolvimento de tecnologia de descarbonização também é

⁷⁶ Primeiro-ministro do Japão chega a Kiev para “visita histórica” na Ucrânia. CNN Brasil. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/primeiro-ministro-do-japao-chega-a-kiev-para-visita-historica-na-ucrania/>>. Acesso em: 25/03/2023.

⁷⁷ Japan’s Fumio Kishida heads to Kyiv to meet Volodymyr Zelensky. AL JAZEERA. 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/3/21/japans-fumio-kishida-heads-to-kyiv-to-meet-volodymyr-zelensky>>. Acesso em: 25/03/2023.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Japan’s PM makes surprise visit to Ukraine in show of support. AL JAZEERA. 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/3/21/japans-pm-makes-surprise-visit-to-ukraine-in-show-of-support>>. Acesso em: 25/03/2023.

⁸⁰ Calls grow for G7 chair Japan to focus on issues other than Ukraine. THE JAPAN TIMES. 2023. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2023/02/26/national/politics-diplomacy/calls-grow-g7-chair-japan-focus-issues-ukraine/>>. Acesso em: 25/03/2023.

um ponto tocado pelos especialistas, que acreditam que o Japão pode desempenhar um papel de liderança na redução do aquecimento global e troca de experiência com os países do G7⁸¹.

G20

Após um mês conturbado e marcado pela ausência de consenso, o G20 avança em temas da agenda econômica e da educação.

Aconteceu entre os dias 15 e 17 de março, em Amritsar, na Índia, a segunda reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Educação do G20, em 2023. Durante os três dias, foram debatidos quatro temas prioritários: assegurar a alfabetização e a numeracia⁸², especialmente no contexto da aprendizagem combinada; tornar a aprendizagem tecnológica mais inclusiva, qualitativa e colaborativa em todos os níveis; desenvolver capacidades nos estudantes para promover a aprendizagem ao longo da vida no contexto do futuro do trabalho; e fortalecer a pesquisa e promover a inovação, por meio de uma colaboração mais efetiva⁸³. Como parte do evento, foi realizado um seminário intitulado “Fortalecimento da pesquisa e promoção da inovação por meio de uma colaboração mais rica”, organizado pelo Instituto Indiano de Tecnologia Ropar. A palestra contou com dois painéis com discussões acerca da “Pesquisa em Tecnologias Emergentes e Disruptivas e Indústria 4.0” e da “Pesquisa em Metas de Desenvolvimento Sustentável (ODS 17)”.

Para além dos membros do bloco, participaram países convidados e organizações internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Da parte brasileira, o Ministério da Educação (MEC), que neste ano co-preside o GT, marcou presença⁸⁴. É esperado que entre abril e junho outros dois encontros aconteçam antes da reunião dos Ministros da Educação do G20.

Já no âmbito econômico, a quinzena foi marcada por duas reuniões principais. No período analisado o GT de Finanças Sustentáveis se reuniu nos dias 21 a 23 de março pela segunda vez no ano. Seguindo as áreas identificadas como prioritárias pelo grupo, os membros chegaram a um consenso em caminhos para mobilizar recursos para o financiamento climático e desenvolver uma estrutura de financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) alinhada ao chamado Plano de Ação de Assistência Técnica para Finanças Sustentáveis (TAAP, na sua sigla em inglês) do G20⁸⁵. O Plano foi idealizado no começo deste ano visando superar a falta de qualificação e mão de obra em finanças sustentáveis e inclui a identificação e análise das lacunas existentes nos países nesse quesito⁸⁶.

⁸¹ Ibid.

⁸² Numeracia faz referência a capacidade de usar números e habilidades matemáticas.

⁸³ Amritsar to host the 2nd Education Working Group Meeting from 15-17 March 2023. **G20**. 14 mar. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/mar-23/edwg2/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

⁸⁴ Reunião do GT de educação do G20 tem participação do MEC. **MEC**. 17 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-participa-de-reuniao-do-gt-de-educacao-do-g20>. Acesso em: 24 mar. 2023.

⁸⁵ 2nd meeting of G20 concludes in Udaipur. **The Times of India**. 24 mar. 2023. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/city/udaipur/2nd-meeting-of-g20-concludes-in-udaipur/articleshow/98957871.cms>. Acesso em: 25 mar. 2023.

⁸⁶ 2 day long 1st Sustainable Finance Working Group meeting concludes today. **G20**. 03 fev. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/february-23/sfwg/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

Imagem: 2º encontro do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis do G20



Fonte: G20, 2023.

Ainda, na esteira desses acontecimentos, como uma forma de fomentar o diálogo e a troca de experiências técnicas, o GT promoveu dois *workshops* focados na habilitação de financiamento dos ODS e de mecanismos que não envolvam apenas políticas de fixação e garantia de preços para o financiamento sustentável. Válido dizer que essa foi a primeira vez que a equipe promoveu discussões para além das questões climáticas e avançou na pauta dos ODS por meio de dados e relatórios relacionados à natureza e investimento em impacto social⁸⁷.

Por fim, nos dias 24 e 25 de março, o *Framework Working Group* (FWG), o GT que lida com questões macroeconômicas globais, de igual modo concluiu com sucesso uma série de conversas⁸⁸. Seguindo os objetivos estabelecidos pela presidência indiana no bloco, a agenda do encontro foi baseada nas perspectivas e riscos econômicos globais, com ênfase na inflação; implicações macroeconômicas da insegurança alimentar e energética; mudanças climáticas e políticas de transição⁸⁹. À margem desta reunião, mas com implicações semelhantes, um painel de discussão sobre os “Impactos Macroeconômicos das Mudanças Climáticas e Caminhos para a Transição” foi planejado em colaboração com os Emirados Árabes Unidos, anfitriões deste ano da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28).

Como resultados, os países deliberaram sobre como os preços dos alimentos e da energia permanecem elevados em muitas economias, afetando desproporcionalmente países em maior vulnerabilidade. Por essa razão, enfatizaram a indispensabilidade de continuar os esforços para controlar a inflação global por meio de medidas de aperto monetário. Apesar da

⁸⁷ 2nd G20 Sustainable Finance Working Group (SFWG) meeting in Udaipur, Rajasthan from 21st-23rd March, 2023. **G20**. 21 mar. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/mar-23/sfwg1/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

⁸⁸ India hosts the Second G20 Framework Working Group (FWG) Meeting under India's G20 Presidency in Chennai from March 24-25, 2023. **G20**. 25 mar. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/mar-23/sfwg-conclude/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

⁸⁹ Second G20 Framework Working Group (FWG) Meeting in Chennai, Tamil Nadu, March 24-25, 2023. **G20**. 23 mar. 2025. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/mar-23/fwg-chennai/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

situação e da importância de permanecer vigilante aos riscos financeiros emergentes, os membros demonstraram otimismo em relação ao cenário e acreditam que os riscos à estabilidade financeira podem ser administrados sem levar a uma crise sistêmica⁹⁰.

Por sua vez, na esfera energética, as discussões destacaram as dificuldades de conciliar e equilibrar a segurança energética no curto prazo com reformas estruturais no longo prazo para a transição para uma energia mais limpa. Nesse sentido, a disponibilidade e a acessibilidade de minerais críticos para facilitar esse processo, como o lítio, o cobre e o cobalto, e a necessidade de gerar poupança para atender às demandas de investimento, foram elencadas como necessárias para impulsionar a transição. Tendo em vista que a produção desses minerais é geralmente restrita a alguns países, como a China, garantir o acesso adequado para todos, assim como compartilhar tecnologias com os países são critérios vistos como essenciais para esse processo e para conter as mudanças climáticas.

É esperado que essas deliberações contribuam para a segunda reunião dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20, programada para acontecer no próximo mês em Washington, nos Estados Unidos.

OCDE

Projeções econômicas mundiais, estudos de saúde e análise sobre a economia brasileira: destaques da quinzena da OCDE

Em 17 de março, a OCDE divulgou suas mais recentes análises e projeções econômicas para economia mundial e países do G20 para os anos de 2023 e de 2024. Como parte do projeto de mapeamentos e estudos sobre crescimento econômico global da organização, o relatório “OECD Economic Outlook, Interim Report March 2023: A Fragile Recovery” aponta que as perspectivas econômicas de curto prazo tendem a melhorar internacionalmente, auxiliadas pelos menores preços das *commodities* e pela reabertura da economia chinesa, com o crescimento global se recuperando a passos moderados e a previsão de gradual diminuição da inflação para a maioria dos países do G20⁹¹. E isso se deve ao efeito de políticas monetárias mais restritivas que estão entrando em vigor, da flexibilização dos preços da energia após um inverno ameno na Europa e da queda dos preços mundiais dos alimentos. São apresentados ainda as perspectivas, segundo a OCDE, de que o crescimento global será de 2,6% em 2023 e 2,9% em 2024⁹².

Contudo, os riscos permanecem à espreita. A inflação de base se mantém, sustentada pelos aumentos de preços de serviços e pressões de custos do mercado e da cadeia produtiva. Dessa forma, a versão mais atualizada do estudo salienta que, apesar do cenário mais positivo em comparação às edições e projeções passadas, a aparente recuperação global continua indicando um cenário frágil para a economia global. A OCDE observa, portanto, que, para que ocorra uma melhoria real nas perspectivas econômicas, são necessárias o desenho e a implementação de medidas políticas que se atentem à uma série de preocupações e ameaças-

⁹⁰ ‘G20 not alarmed by banking crises’. **Times of India**. 25 mar. 2023. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/city/chennai/g20-not-alarmed-by-banking-crises/articleshow/98983646.cms>. Acesso em: 25 mar. 2023.

⁹¹ OCDE. **OECD Economic Outlook, Interim Report March 2023: A Fragile Recovery**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/d14d49eb-en> Acesso em: 24 mar 2023.

⁹² Economic outlook: slightly more optimistic but fragile, says OECD. **OCDE**. 17 mar 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/economic-outlook-slightly-more-optimistic-but-fragile.htm> Acesso em: 24 mar 2023.

chave, como, por exemplo, as decorrências da incerteza sobre o conflito na Ucrânia e seus efeitos consequentes, qual será o impacto das mudanças da política monetária, as vulnerabilidades do setor financeiro e bancário, a evolução do mercado energético, as pressões inflacionárias e as tensões comerciais.

Por isso, o relatório culmina em uma sucessão de recomendações de políticas relacionadas, divididas em quatro grandes áreas: política monetária, política fiscal, a necessidade de reforma estrutural e da arquitetura do sistema e a importância de maiores cooperações internacionais voltadas às mudanças climáticas e temáticas de sustentabilidade. Além disso, a organização defende que os Bancos Centrais devem também manter a política de aumento de juros⁹³.

Como adendo, é interessante ressaltar que a divulgação do estudo gerou repercussões em portais de notícias brasileiras, que focaram mais no que foi apresentado de informações sobre o Brasil e seu prognóstico econômico: a projeção de retração no futuro crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro^{94,95,96}.

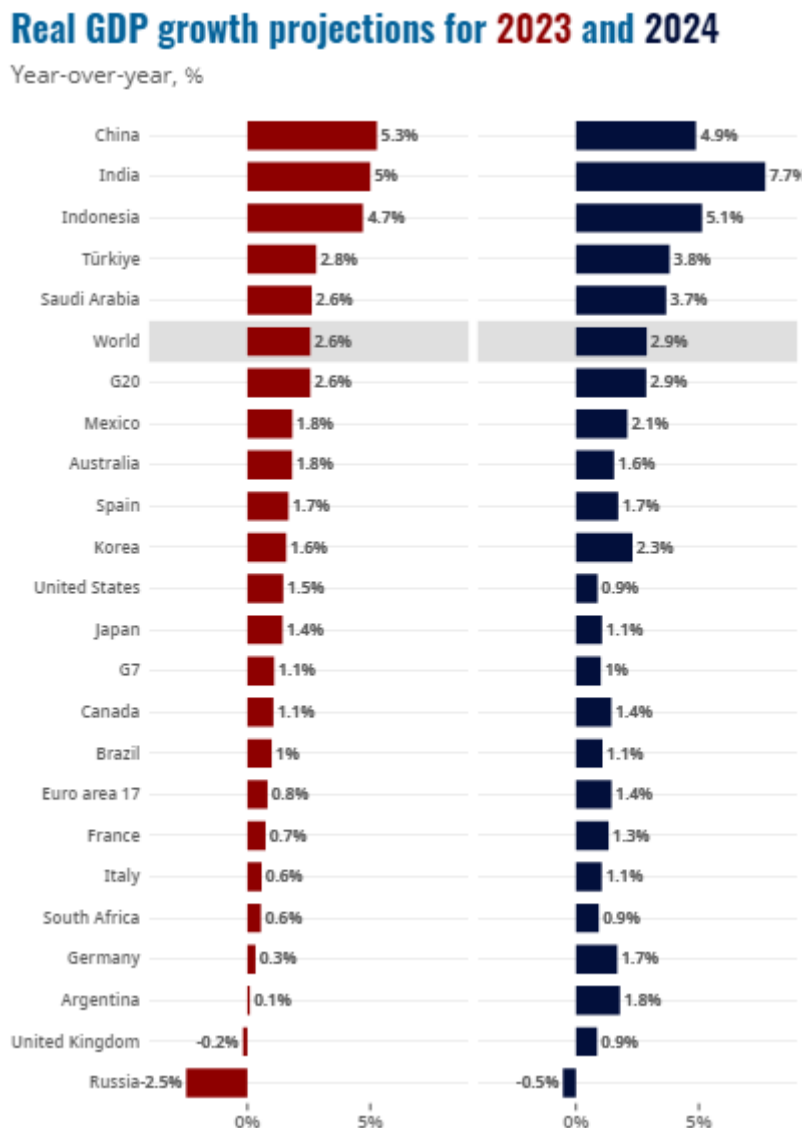
⁹³ GILES, Chris. OCDE pede que bancos centrais continuem a aumentar juros. **FOLHA DE S. PAULO**. 17 mar 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/ocde-pede-que-bancos-centrais-continuem-a-aumentar-juros.shtml> Acesso em: 24 mar 2023.

⁹⁴ REUTERS. OCDE melhora projeção de crescimento global, mas piora para o Brasil. **G1 ECONOMIA**. 17 mar 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/17/ocde-melhora-projecao-de-crescimento-global-mas-piora-para-o-brasil.ghtml> Acesso em: 24 mar 2023.

⁹⁵ MOREIRA, Assis. Brasil crescerá pouco neste ano e em 2023, projeta OCDE. **VALOR ECONÔMICO**. 17 mar 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/assis-moreira/coluna/brasil-crescera-pouco-neste-ano-e-em-2024-projeta-ocde.ghtml> Acesso em: 24 mar 2023.

⁹⁶ THOMAS, Leigh, OCDE melhora projeção de crescimento global, mas piora a do Brasil. **FOLHA DE S. PAULO**. 17 mar 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/ocde-melhora-projecao-de-crescimento-global-mas-piora-para-o-brasil.shtml> Acesso em: 24 mar 2023.

Figura 1: Projeção de PIB real para 2023 e 2024



Fonte: OCDE, 2023.

Paralelamente, no que tange às atualizações relevantes derivadas da OCDE sobre as discussões mais diretamente conectadas ao tema da saúde, destaca-se a publicação de dois estudos. O primeiro é o “Nordic Lessons for an Inclusive Recovery? Responses to the Impact of COVID-19 on the Labour Market”⁹⁷, onde a organização busca documentar e examinar o impacto da pandemia de Covid-19 nos mercados de trabalho nórdicos e as respostas políticas associadas nos setores de benefícios ao desemprego, esquemas de retenção de empregos, políticas ativas do mercado de trabalho e políticas de desenvolvimento de habilidades. Desse modo, o estudo procura destacar as principais lições aprendidas dos casos e também fornecer um conjunto de recomendações relevantes em cada área política para permitir que os países nórdicos construam mercados de trabalhos mais inclusivos e resilientes no período pós-pandemia.

⁹⁷ OCDE. **Nordic Lessons for an Inclusive Recovery? Responses to the Impact of COVID-19 on the Labour Market**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/2aa7bcc1-en> Acesso em: 24 mar 2023.

O outro destaque é o “Measuring Population Mental Health”⁹⁸, lançamento que faz parte da iniciativa da OCDE sobre estudos e pesquisas sobre saúde mental e bem-estar no contexto de trabalho e de medição de bem-estar. O estudo lança luz sobre a gravidade da discussão sobre boa saúde mental (ainda mais após a emergência da pandemia de Covid-19) e de como os debates da área não se concentram o suficiente em como governos deveriam monitorá-la melhor no nível mais amplo da população e em como considerar tanto problemas de saúde mental, quanto os estados mentais positivos. Diante disso, há o esforço em documentar as práticas de medição já existentes nos países da OCDE, abordando vantagens e limitações das ferramentas de medição disponíveis e recomendando medidas prioritárias a serem adotadas em pesquisas domiciliares, sociais e de saúde.

Ademais, a pesquisa se posiciona em favor de que institutos nacionais de estatística e outros produtores de dados pratiquem a coleta de medidas de alta qualidade sobre os resultados da saúde mental da população de forma mais frequente, consistente e harmonizada internacionalmente.

Por fim, no que diz respeito às progressões da adesão brasileira ao grupo internacional é interessante salientar que a organização econômica intergovernamental sinalizou concordância com a direção que o Banco Central brasileiro se encontra e sua política de aumento de taxa de juros, contrastando com a pressão governamental que advoga pela queda desse⁹⁹. Para o economista Jens Arnold, chefe da divisão da OCDE que acompanha o Brasil, em curto prazo é importante para o Brasil reduzir riscos fiscais e gerar confiança nas contas públicas com um novo arcabouço fiscal, elemento esse crucial para assegurar a sustentabilidade das contas públicas e fornecer previsibilidade à política fiscal. Já em médio prazo, Arnold acrescenta em sua análise que o país latino-americano tem potencial para um crescimento mais forte do que as projeções indicam para os próximos dois anos, sendo necessárias reformas estruturais para que isso ocorra – como a reforma tributária, melhorias na área de infraestrutura e o estímulo de sua potente aptidão para a sustentabilidade e geração de energia limpa.

⁹⁸ OCDE. **Measuring Population Mental Health**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5171eef8-en>. Acesso em: 24 mar 2023.

⁹⁹ MOREIRA, Assis. Para a OCDE, o Banco Central está na direção certa. **VALOR ECONÔMICO**. 17 mar 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/assis-moreira/coluna/para-a-ocde-o-banco-central-esta-na-direcao-certa.ghtml> Acesso em: 24 mar 2023.

Não há solução para a guerra na Ucrânia sem a China e a viagem de Lula à China

Claudia Hoirsch



Xi aperta a mão de Putin após o segundo dia de negociações. Foto: Mikhail Tereshchenko/AP

A chave para resolver a crise ucraniana não está nas mãos da China, mas nas mãos dos EUA e do Ocidente. A China não é a causa da crise na Ucrânia, nem é parte da crise. São os países ocidentais que estão profundamente envolvidos na crise. No entanto, a China não ficou de braços cruzados; promoveu ativamente negociações de paz com uma atitude responsável.

Wang Wen, Reitor executivo e Professor do Instituto Chongyang para Estudos Financeiros, Universidade Renmin, China. Diretor Executivo do Centro de Pesquisa de Intercâmbio entre Pessoas China-EUA. Especialista no Clube de Discussões Valdai.

Embragada pela soberba do momento unipolar pós-Guerra Fria, agravado por George W. Bush e o expansionismo que ele presidiu desde o 11 de setembro de 2001, Washington age como se estivesse convencida de que pode continuar a fustigar ao mesmo tempo a Rússia e a China, seus rivais globais. Em verdade o que ela tem conseguido fazer é incentivar esses “dois bárbaros” a se unirem. Seria de se esperar que a escalada militar da Rússia contra a Ucrânia em 2021, e a posterior invasão da Ucrânia por tropas russas em 2022, levasse o governo Biden a poupar ou restaurar as boas relações com a China, além de tentar convencê-la a pressionar Moscou pelo fim dos combates e por um acordo político sob o amparo da ONU.

Pequim procurou Washington com este intuito em março de 2022, no início da guerra. Qin Gang, seu atual chanceler e então embaixador chinês nos EUA, publicou um artigo no *Washington Post* dizendo:

Em relação à Ucrânia, a posição da China é objetiva e imparcial: os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas devem ser totalmente respeitados; a soberania e a integridade territorial de todos os países, incluindo a Ucrânia, devem ser respeitadas; as legítimas preocupações de segurança de todos os países devem ser levadas a sério; e todos os esforços para trazer uma solução pacífica para a crise devem ser apoiados.

Com base nesta declaração, seria possível cooperar com Pequim para uma resolução pacífica do conflito mas aconteceu o oposto: Washington escalou a tensão com Pequim por meio de uma série de declarações e ações, como a atualização de sua aliança “Quad” anti-China (EUA,

Austrália, Índia e Japão); o estabelecimento da aliança “AUKUS” anti-China (EUA, Austrália e Reino Unido); a expansão da Aliança do Atlântico Norte para o Leste Asiático e o Pacífico na cúpula da OTAN em Madri em 2022; e atos de provocação relacionados a Taiwan (visita à ilha por Nancy Pelosi, ex-presidente da Câmara dos Representantes)¹⁰⁰. Quando Pequim tentou uma nova aproximação em 24/02/2023, no início do segundo ano da invasão da Ucrânia pela Rússia, e publicou um plano de doze pontos para uma “solução política da crise ucraniana”, o plano foi rejeitado pelo governo Biden, e ainda acusou Pequim de querer fornecer armas à Rússia¹⁰¹.

O novo plano chinês¹⁰² reitera o princípio sublinhado por Qin Gang um ano antes: *A soberania, a independência e a integridade territorial de todos os países devem ser efetivamente respeitadas.*

O plano de Pequim conclama todas as partes a “encorajar a Rússia e a Ucrânia a [...] retomarem o diálogo direto o mais rápido possível, a fim de [...] desescalar a situação e, por fim, conseguir um cessar-fogo geral”.¹⁰³

Felizmente o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky não fez o mesmo que Washington e pediu para se encontrar com seu homólogo chinês, Xi Jinping, para discutir o plano de paz da China. Em meados de março, o MRE da Ucrânia, Dmytro Kuleba, falou ao telefone com o seu correlato, Qin Gang onde ele “elogiou a China por seu recente sucesso na mediação da reaproximação entre Arábia Saudita e Irã¹⁰⁴ e observou que a Ucrânia está adotando uma visão de longo prazo em suas relações com a China, que continuará a cumprir o princípio de Uma Só China e respeitar a integridade territorial da China, e que pretende aumentar a confiança mútua e aprofundar a cooperação com a China em vários setores.”

É importante lançar luz na visita que o presidente chinês, Xi Jinping, fez a Moscou em 20 de março. Xi e Putin assinaram uma “Declaração Conjunta sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Global de Coordenação para a Nova Era e Foco na Resolução da Crise da Ucrânia por meio do Diálogo”.¹⁰⁵

No que se refere à questão da Ucrânia, “as duas partes consideram que os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas e o direito internacional devem ser respeitados. Se optem à prática de qualquer país/grupo de países em buscar vantagens nas áreas militar, política e outras em detrimento dos legítimos interesses de segurança de outros países. O lado russo reafirma seu compromisso com a retomada das negociações de paz o mais rápido possível e saúda a vontade da China de desempenhar um papel positivo para a resolução política e diplomática da crise da Ucrânia e congratula-se com as propostas construtivas apresentadas na Posição da China sobre a Solução Política da Crise da Ucrânia. Os dois lados apontam que, para resolver a crise da Ucrânia, as legítimas preocupações de segurança de todos os países devem ser respeitadas, o confronto do bloco deve ser evitado e o atijamento das chamadas deve ser

¹⁰⁰<https://sputniknewsbrasil.com.br/20230303/por-que-os-eua-podem-desejar-uma-guerra-contra-a-china-27915588.html>

¹⁰¹ <https://www.theguardian.com/world/2023/mar/21/putin-welcomes-chinas-controversial-proposals-for-peace-in-ukraine>

¹⁰² https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202302/t20230224_11030713.html

¹⁰³ <https://www.thenation.com/article/world/china-ukraine-settlement/>

¹⁰⁴ A China se mantém ativa na região há muito tempo e, forjou muitas parcerias estratégicas e construiu confiança na região. Como resultado, tornou-se um player diplomático respeitável no Oriente Médio.

¹⁰⁵ [President Xi Jinping and Russian President Vladimir Putin Sign Joint Statement of the People’s Republic of China and the Russian Federation on Deepening the Comprehensive Strategic Partnership of Coordination for the New Era and Stress Settling the Ukraine Crisis Through Dialogue \(fmprc.gov.cn\)](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202302/t20230224_11030713.html)

A tão esperada viagem de Lula à China, adiada

Lula irá defender a multipolaridade e que a orientação do Itamaraty é de que não haverá aliança automática com qualquer país. Pequim está ciente que uma das estratégias do governo Lula é a de fortalecer relações com Europa, AL, África e Oriente Médio, justamente para impedir que o mundo seja dividido entre duas áreas de influência hegemônicas, China e EUA.

Os governos do Brasil e da China irão assinar dezenas de acordos de cooperação bilateral durante a visita de Estado. Há memorandos ligados ao ambiente, ciência e tecnologia, protocolos sanitários e fitossanitários ligados a produtos do agronegócio, educação e finanças.

Nas prioridades do Brasil estão agricultura, ciência e tecnologia e semicondutores. Entre os acordos está o que prevê a construção e o lançamento em órbita de um novo satélite sino-brasileiro para monitorar e frear o desmatamento florestal na Amazônia e outros biomas.

Apesar da China ser o maior parceiro comercial do Brasil (US\$152 bilhões de comércio bilateral no ano passado), o governo brasileiro vai defender uma relação mais equilibrada com a China: não deseja ser apenas um vendedor de commodities (carne, soja, minério de ferro e derivados de petróleo) e comprador de tecnologia chinesa. O principal foco será explorar possibilidades de desenvolvimento conjunto e complementar, com abordagem tecnológica, transição energética, combate à fome e mudança climática.

Pequim está disposta a avaliar uma mudança no perfil do comércio bilateral. A barganha poderá ser feita uma vez que a China deseja se consolidar na AL e convencer o Brasil a aceitar a ideia de uma expansão dos BRICS para criar um bloco que atenda a seus interesses e onde seus aliados estejam presentes, tudo isso almejando deslocar o poder dos EUA e redefinir seu papel no mundo nas próximas décadas.

Segundo diplomatas, o presidente Lula vai propor que o governo da China se envolva de uma forma mais contundente na busca por um caminho para a paz no conflito. Logo após a visita de Lula, o Brasil vai receber pela primeira vez desde o início da invasão, o chanceler russo Sergei Lavrov. Apesar do presidente brasileiro desejar ter um papel de mediador para pôr fim ao conflito, dentro do governo brasileiro, não há dúvidas de que a capacidade de a China pressionar Putin é maior que qualquer gesto que Lula possa fazer.

A existência do plano de paz por parte da China não é suficiente para acabar com as animosidades e a esperança é de que Xi Jinping use sua capacidade de influência sobre Putin para convencer o Kremlin a iniciar um processo negociador.

Dilma é eleita presidente do Banco dos BRICS (NBD)

A ex-presidente e economista Dilma Rousseff foi eleita a nova presidente do NBD e terá a difícil tarefa de colocar em prática a agenda verde na carteira de projetos.

Dilma Rousseff dirigindo à primeira reunião Inaugural dos BRICS. Foto: Divulgação/NDB.



Na 27ª Conferência do Clima da ONU (COP-27), no Egito, o NBD assumiu a responsabilidade de aumentar o financiamento de projetos ambientalmente sustentáveis e um dos grandes desafios é executar a pauta que foi proposta. Foi feito todo um planejamento, mas essa vertente verde e sustentável é mais difícil de execução. Um outro dificultador é o histórico de Dilma por não estar muito familiarizada com questões ambientais.

Uma outra missão da nova presidente é contornar as sanções do Ocidente após a guerra da Ucrânia é conseguir que o NBD capte recursos com a emissão de títulos no mercado financeiro europeu e dos EUA.

Taiwan e as relações China-EUA

O MRE da China, Qin Gang, exigiu que os EUA expliquem seus planos para a destruição de Taiwan, alertando que qualquer tratamento inadequado de questões relacionadas à ilha autogovernada abalaria as bases das relações China-EUA .

Qin, em sua primeira entrevista coletiva como MRE da China, trouxe consigo uma cópia da constituição do país – um gesto incomum para enfatizar a firme determinação do país para a reunificação. Afirmou que “A resolução da questão de Taiwan é um assunto exclusivo do povo chinês e nenhum país estrangeiro tem o direito de interferir”.

Qin disse que Pequim se opôs e permanece “altamente vigilante” contra comentários recentes do secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, de que uma crise no Estreito de Taiwan “não era um assunto interno” da China, mas uma preocupação do mundo inteiro. E acrescentou: “O povo chinês tem o direito de perguntar: por que os EUA falam sobre respeitar a soberania e a integridade territorial na questão da Ucrânia, mas não respeitam a soberania e a integridade territorial da China na questão de Taiwan?”

“Se a questão de Taiwan não puder ser bem tratada, isso abalará a própria base das relações China-EUA.” Os comentários foram uma aparente resposta às previsões de oficiais militares dos EUA de que Pequim poderia invadir a ilha nos próximos anos.

Quadro 1 – O princípio de Uma só China e Taiwan, um governo autônomo com o apoio dos EUA

O MRE chinês Qin Gang pediu aos EUA que respeitem o princípio de Uma Só China e parem de usar a questão de Taiwan para conter Pequim. A questão de Taiwan teve origem com a vitória da Revolução Chinesa em 1949, a derrubada do governo de Chiang Kai-Shek e a instauração do governo de Mao-Tsé Tung. Chiang Kai-Shek, que governou a China desde 1927, refugiou-se com seu Estado Maior e cerca de 2 milhões de chineses na Ilha de Taiwan. Formou-se na ilha um governo autônomo com o apoio dos EUA que se opõe a qualquer tentativa de tomar a ilha à força. Desde 2004, o governo americano vem fortalecendo a cooperação militar com Taiwan. Em 2005, um agravante tem colocado em risco as delicadas relações entre as duas Chinas: o parlamento da China continental aprovou uma lei anti-secessão que autoriza o uso da força contra Taiwan, caso esta declare a sua independência formal. A iniciativa reforça as hostilidades entre China e Taiwan e coloca os EUA em uma situação delicada. Não está nos planos dos EUA um conflito direto com a China, por outro lado, os EUA não deverão ficar impassíveis caso a China invada Taiwan e busque a reunificação por meios bélicos.

Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

Sebastián Tobar
Miryam Minayo
Samia de Brito

A XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em 25 de março de 2023 na República Dominicana

Num momento geopolítico em que a Europa olha para a América Latina procurando reconquistar a liderança e interessada nas possibilidades de abastecimento alimentar e energético dificultadas pela guerra com a Ucrânia, foi organizada na República Dominicana a XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado.

Há mais de trinta anos que as Cúpulas Ibero-Americanas são um instrumento de diálogo político, concertação e cooperação entre os 22 países que fazem parte desta comunidade, com objetivo de enfrentar os desafios partilhados nas duas margens do Atlântico.

A Cúpula ocorre em um momento oportuno. A partir de 1º de julho a Espanha assumirá a Presidência da União Europeia e já foi anunciada a Cúpula da CELAC - União Europeia entre os dias 17 e 18 de julho; bem como o retorno das negociações do Acordo MERCOSUL-União Europeia. Essa conjunção de eventos serão potenciais oportunidades para estreitar os laços e estabelecer um círculo virtuoso e mutuamente benéfico.

Por um lado, a América Latina e o Caribe parece ser a região mais “euro- compatível”, o que aumenta a necessidade de fortalecer os laços econômicos e comerciais em virtude de vínculos do passado. Por outro lado, a China se posiciona como um importante mercado e desenvolve relações de cooperação com a região, apresentado oportunidades para a América Latina e o Caribe e fomentando as relações entre seus governos, tanto de direita quanto de esquerda.

Uma questão que se coloca é se os valores, tradições e princípios compartilhados pela Comunidade Ibero-Americana serão um amálgama que integrará seus membros, com oportunidades de articulação com a Europa, ou se as oportunidades comerciais e os interesses econômicos com a China serão prevalentes.

Como mencionado anteriormente, com somente quinze dias da presidência espanhola da União Europeia, terá lugar em Bruxelas a Cúpula União Europeia-CELAC. Nesse momento, a região deverá chegar com objetivos claros e orientados para maximizar os seus interesses, oportunidades e enfrentar os desafios que partilhados. A Cúpula Ibero-Americana poderia ter sido uma oportunidade para começar a definir e ajustar esses interesses.

Após assumir a Presidência Pro Tempore da Cúpula, a República Dominicana, país anfitrião, definiu o lema: ***Juntos por uma Ibero-América justa e sustentável***. Um dos propósitos propostos pelo presidente Luis Abinader foi orientar sua gestão na obtenção de resultados concretos que tenham impacto na qualidade de vida de todos os ibero-americanos.

A XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo aprovou três instrumentos fundamentais para enfrentar desafios comuns no campo do meio ambiente, segurança alimentar e direitos em ambientes digitais, além de 16 comunicações especiais, incluindo uma proposta de financiamento de parcerias internacionais mais justas dos países em desenvolvimento.

Foram aprovados a Declaração de Santo Domingo, o Programa de Ação da XXVIII Cúpula Ibero-Americana¹¹¹ e o III Plano de Ação Quadrienal de Cooperação Ibero-Americana (PACCI) para o período 2023-2026, e as mencionadas 16 comunicações especiais com propostas na economia, social, energia sustentável ou para a recuperação do setor do turismo, entre outros temas.

Na declaração final da XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado são acordados 49 pontos. Na Comunidade Ibero-Americana, as decisões são tomadas por consenso e isso gera a necessidade de equilíbrio entre os líderes participantes. Nesse sentido, as negociações para chegar a uma posição comum sobre a invasão da Ucrânia terminaram em um acordo mínimo: uma declaração em defesa da soberania e da integridade territorial das nações no âmbito da ONU, em que a Ucrânia nem sequer é mencionada.

Igualmente, observa-se as nos consensos as diferenças entre os próprios presidentes de esquerda. O velho bloco bolivariano parece perder apoio, e o Presidente de Chile, Gabriel Boric¹¹² manifestou-se veementemente sobre a situação da Nicarágua: "*Não é aceitável que nos calemos perante a ditadura familiar de Ortega e Murillo*". Também o Presidente de Colômbia, Gustavo Petro, embora tenha retomado a sua relação com o governo bolivariano de Nicolás Maduro, tem uma ideia de modelo econômico totalmente distante do governo chavista. As diferenças nas esquerdas quase por cada país e em cada governo fragilizam as tomadas de decisões e dificultam posições comuns como acontecia no início do século.

Da mesma forma, a ausência do presidente Lula¹¹³, que viajaria à China, e do presidente Andrés Manuel López Obrador¹¹⁴ "desvalorizou" a Cúpula. O nicaraguense Daniel Ortega também não compareceu, assim como o polêmico Presidente de El Salvador Nayib Bukele. O venezuelano Nicolás Maduro acusou um caso de covid-19 no último momento pelo que não participou.

A seguir, analisaremos brevemente os documentos assinados no evento.

Declaração de Santo Domingo: Juntos por uma Ibero-América justa e sustentável, aprovada durante a XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo - realizada em 25 de março de 2023¹¹⁵.

O ponto 1 da Declaração reafirma o compromisso com "*...os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, o apoio ao multilateralismo, a solidariedade, o diálogo e a cooperação internacional, consagrados no patrimônio ibero-americano, a fim de promover os pilares fundamentais das Nações Unidas: paz e segurança, desenvolvimento e direitos humanos*". Promover o trabalho "*pela paz plena, justa e duradoura em todo o mundo com base nos princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo os princípios da igualdade*

¹¹¹ <https://www.segib.org/?document=programa-de-accion-de-la-republica-dominicana-xxviii-cumbre-iberoamericana-de-jefas-y-jefes-de-estado-y-de-gobierno>

¹¹² Não é a primeira vez que Boric se manifesta contra a violação dos direitos humanos na Nicarágua. Mas é a primeira vez que o faz perante o Ministro das Relações Exteriores do Governo de Ortega da Nicarágua: Denis Moncada

¹¹³ Lula enviou seu ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, em seu nome. Só lembrando que Jair Bolsonaro havia se distanciado da Comunidade Ibero-Americana e o Brasil pretende retomar a liderança com a organização da XXX Cúpula.

¹¹⁴ Nesse sentido, sequer enviou seu chanceler, mas o subsecretário para a América Latina participou.

¹¹⁵ <https://www.segib.org/?document=declaracion-de-la-xxviii-cumbre-iberoamericana-de-jefas-y-jefes-de-estado-y-de-gobierno-republica-dominicana-2023>

soberana e integridade territorial dos Estados, que também contribuirá para pôr fim aos efeitos adversos de guerras, incluindo perdas de vidas humanas, crises alimentares, financeiras, energéticas e de segurança ambiental”.

A declaração também enfatiza a igualdade e a equidade e, em particular, o ponto 7 indica que “...a Ibero-América precisa caminhar de forma ordenada e decidida para uma recuperação pós-COVID-19, destinada a reduzir as desigualdades por meio de uma reestruturação inclusiva e justa e sem obstáculos para o desenvolvimento de nossas sociedades, promovendo nossos compromissos com a agenda global de desenvolvimento sustentável”

A Declaração faz referências importantes a temas como o desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030, promovendo estratégias de cooperação por meio do III Plano de Ação Quadrienal para a Cooperação Ibero-Americana (PACCI) 2023-2026, priorizando aspectos como segurança alimentar, mudança climática e biodiversidade. Embora seja um assunto determinante, a declaração não menciona a saúde, apenas menciona as lacunas geradas pela pandemia¹¹⁶. Nesse sentido, observa-se a perda de protagonismo da saúde na agenda política da região. Embora a pandemia de Covid-19 tenha evidenciado alguns problemas estruturais nos sistemas de saúde de ambos os lados do Atlântico, como o baixo investimento em profissionais e equipamentos de saúde, a Comunidade Ibero-Americana não o identifica como um aspecto prioritário para a cooperação. De fato, os Ministros da Saúde da América Latina não se reuniram sequer durante a Presidência Pro Tempore da República Dominicana.

Ao longo da Declaração, como em todos os documentos atribuídos, pode-se observar uma intensificação retórica da Agenda 2030 e dos ODS. Aparentemente, propõe-se sair do plano retórico e colocá-los em prática por meio do Programa de Ação da XXVIII Cúpula Ibero-Americana¹¹⁷ e o III Plano de Ação Quadrienal de Cooperação Ibero-Americana (PACCI) para o período 2023-2026, e as mencionadas 16 comunicações especiais com propostas na economia, social, energia sustentável ou para a recuperação do setor do turismo, entre outros temas.

III Plano de Ação Quadrienal para a Cooperação Ibero-Americana (PACCI) 2023-2026¹¹⁸

A Declaração de Santo Domingo aprovou em seu ponto 41 este Plano, “...que estabelece as diretrizes para contribuir para o desenvolvimento sustentável a partir do diálogo político e da cooperação, bem como para enfrentar os desafios impostos pelo atual cenário internacional por meio de ações intergovernamentais e multi-ator que fortaleça as políticas públicas dos países ibero-americanos e que promova o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 Objetivos”.

O Plano¹¹⁹:

¹¹⁶ O ponto 12 coloca à pandemia como pano de fundo, apontando: “Temos consciência de que, para ultrapassar as lacunas aprofundadas pela pandemia, é necessário implementar ações de mitigação e adaptação para combater os efeitos das alterações climáticas, da perda de biodiversidade e da poluição; reverter o aumento da insegurança alimentar; a crise energética e atender aos fluxos maciços de mobilidade humana que impactam nossos povos”.

¹¹⁷ <https://www.segib.org/?document=programa-de-accion-de-la-republica-dominicana-xxviii-cumbre-iberoamericana-de-jefas-y-jefes-de-estado-y-de-gobierno>

¹¹⁸ <https://www.segib.org/?document=iii-plan-de-accion-cuatrienal-de-la-cooperacion-iberoamericana-2023-2026>

¹¹⁹ Foi concebido e negociado pelos 22 Gestores de Cooperação, fato que garante seu alinhamento com a Agenda 2030 e com os planos de desenvolvimento dos países ibero-americanos. A Cooperação Ibero-Americana é uma plataforma multi-nível privilegiada para contribuir com o cumprimento dos ODS em

- Centra-se na criação de oportunidades e na promoção de políticas inclusivas e não discriminatórias para grupos em situação de vulnerabilidade, como povos indígenas ou nativos e afrodescendentes, pessoas com deficiência, idosos e população migrante.
- **Incorpora a saúde como um novo campo de ação para a Cooperação Ibero-Americana e busca a articulação e coordenação com as diferentes iniciativas nesta área na região.**
- Possibilita um novo eixo de cooperação jurídica, inovação pública e cidadania com o qual se pretende promover o acesso à justiça, reconhecimento de direitos, modernização da administração pública, participação cidadã e fortalecimento da abordagem multinível da Agenda 2030. .
- Também cria um novo eixo de desenvolvimento sustentável e transformação produtiva que dá especial atenção à digitalização como ferramenta de mudança e que busca promover o emprego de qualidade e a competitividade das MPMEs.
- No caso do meio ambiente, a abordagem exploratória do II PACCI é movida para uma ação decisiva no enfrentamento da crise ambiental e climática, e são definidas áreas de trabalho como proteção, conservação e uso sustentável da biodiversidade, consumo, e produção, sistemas agroalimentares sustentáveis, transição energética ou gestão de resíduos.
- Promove a igualdade e a transversalidade de gênero como elemento fundamental da Cooperação Ibero-Americana.
- Reconhece o bilinguismo como patrimônio comum da identidade ibero-americana.
- E procura fortalecer a visibilidade da Cooperação Ibero-Americana, promovendo
- Esta é uma abordagem transversal em todas as ações.

Eixo 1- **Sistema de Cooperação: Fortalecimento da Cooperação Ibero-Americana** visando o fortalecimento da Comunidade Ibero-Americana por meio de uma cooperação de qualidade, aspirando a se consolidar como um mecanismo fundamental para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que devem ser alcançados até 2030.

Eixo 2. **Coesão Social: Políticas públicas inclusivas e diálogo visando contribuir para a coesão e inclusão social**, tendo em conta as desigualdades e assimetrias. Comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e no contexto gerado pela pandemia da COVID-19, o III PACCI promove ações em benefício de pessoas em situação de vulnerabilidade e estabelece um novo resultado em termos de saúde, que é o Observatório Epidemiológico Ibero-Americano (OEPI) em aliança com outros atores regionais e internacionais.

Estabelece a criação de um **Observatório Epidemiológico Ibero-Americano (OEPI)** como *“...um arranjo de coordenação e fortalecimento das redes e capacidades epidemiológicas existentes, convocando aos atores relevantes na matéria, particularmente a as redes de saúde ibero americanas, aos organismos nacionais de ciência e tecnologia, à Rede Iberoamericana de Supercomputação, ao Programa CYTED e aos Programa e Projetos e Iniciativas de Cooperação*

virtude das redes de trabalho intergovernamentais relevantes e que possuem uma longa e sólida história de trabalho conjunto. A Cooperação Ibero-Americana não só favorece a cooperação multinível, mas também a cooperação multi-atores, pois tem a capacidade de mobilizar diversos atores públicos e privados e gerar alianças com eles em torno de objetivos comuns. Está estruturada em planos estratégicos com gestão orientada para resultados de desenvolvimento, o que tem impacto positivo na qualidade das suas ações, na melhoria da sua coerência e nos seus produtos e realizações; incorpora 5 abordagens transversais (bilinguismo; gênero; multiculturalismo, não discriminação e pessoas em situação de vulnerabilidade; sustentabilidade ambiental e visibilidade)

Ibero-americanas, vinculadas à temática¹²⁰. Nesse sentido, a SEGIB desenvolveu ações destinadas à concretização deste Observatório.

O PACCI 2023-2026 estabelece como possíveis atores estratégicos para apoiar a implementação do OEPI as autoridades nacionais competentes, as Redes Ibero-americanas, o Programa CYTED, incorpora o ISM Barcelona Global Health Institute e até a Organização Pan-Americana da Saúde como um possível aliado Saúde.

O OEPI é proposto com três objetivos específicos alinhados com as abordagens do ODS3 da Agenda 2030 e que contribuem para melhorar a capacidade diante de crises de saúde como a derivada do Covid-19:

- Fortalecer a coordenação intergovernamental e o planejamento estratégico para melhorar a capacidade de resposta dos atores governamentais do setor da saúde frente às emergências globais que afetam a saúde pública.
- Gerar, desenvolver, comunicar e disseminar conhecimento baseado em evidências científicas por meio da promoção da pesquisa para a saúde e da troca de experiências de boas práticas e informações.
- Construir uma estratégia de observação, preparação e resposta sistemática entre as emergências globais que afetam a saúde pública com especial ênfase no uso intensivo de ferramentas de inteligência artificial, promovendo, quando apropriado, a criação de bases para a distribuição de informações aos sistemas de saúde que permitam melhorar a precisão de suas atividades.

Destacam-se as oportunidades que a implantação deste Observatório poderia gerar, porém, não aparece claramente no PACCI 2023-2026, como será a sua governança? Os objetivos falam de coordenação intergovernamental e planejamento estratégico, porém não há informações sobre nenhuma reunião virtual ou presencial a esse respeito.

Quem são os tomadores de decisão em relação às questões que afetam os sistemas de saúde?; Quem prioriza os temas da OEPI?; Como é que este observatório presta contas das atividades que desenvolve?; Quem decide se incorpora ou não determinado ator estratégico? A SEGIB não possui órgão de saúde técnico ou especializado. Seria interessante que o OEPI estivesse subordinada às Reuniões de Ministros da Saúde Ibero-americanos e não se reúnem em todas as Presidências Pro Tempore.

Além do lançamento do OEPI, há uma linha de ação: *3.2 Identificação e promoção de áreas de trabalho na área da saúde em aliança com outros atores regionais e internacionais, entre eles as redes ibero-americanas que atuam nesta área.*

Visando a atingir os ODS 3,5,10,16 e 17 procura-se articular espaços de coordenação e resposta, de forma complementar ao trabalho desenvolvido por estas organizações especializadas, com o objetivo de contribuir para o intercâmbio e geração de conhecimento, bem como para a colaboração em pesquisa e intervenções sociais pioneiras e assessoria entre o pessoal científico, especialistas e tomadores de decisões políticos na Ibero-América, é uma área de oportunidade que deve ser explorada a nível regional. Nesse sentido, esta linha de ação busca capitalizar o trabalho de todas as redes e programas existentes na plataforma de cooperação ibero-americana e visa contribuir para a criação de novos instrumentos de

¹²⁰ En cumplimiento del mandato establecido por la Declaración de la XXVII Cumbre Iberoamericana, Andorra 2021.

vigilância, resposta, desenvolvimento de instrumentos de saúde, atualização e elaboração de regulamentos. , protocolos, bem como promover a pesquisa científica e a inovação em saúde que gerem respostas adequadas à realidade regional em matéria de saúde.

Eixo 3. Conhecimento: Educação superior, ciência, tecnologia, inovação e transformação digital com o objetivo de contribuir para promover a transmissão, geração, transferência, aplicação e disseminação do conhecimento, promovendo o uso do espanhol e do português em um contexto de diversidade linguística. O conhecimento tem se consolidado globalmente como a base mais sólida para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a solução dos principais desafios da humanidade. Ensino superior, ciência e tecnologia e inovação, os vértices do triângulo do conhecimento, constituem, portanto, elementos centrais na implementação da Agenda 2030.

Eixo 4: Gênero: Igualdade e empoderamento das mulheres, visando contribuir para a melhoria das condições de vida das mulheres e promover a sua participação em igualdade de condições em todas as áreas da vida.

Eixo 5: Cultura e diversidade cultural: patrimônio, indústrias culturais e desenvolvimento sustentável, visando contribuir a partir das políticas públicas culturais para o desenvolvimento sustentável.

Eixo 6: Meio Ambiente: ação climática, conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais, visando contribuir para a geração de respostas e soluções para os desafios das mudanças climáticas, poluição e perda da biodiversidade.

Eixo 7: Justiça, inovação pública e cidadania; visando contribuir para soluções inovadoras para fortalecer instituições e cidadãos.

Eixo 8: Desenvolvimento sustentável e transformação produtiva, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável a partir da transformação produtiva, empreendedorismo e inovação.

Programa de Ação da XXVIII Cúpula Ibero-Americana¹²¹

Trata-se do Programa para levar à ação a Declaração de Santo Domingo, que contém um preâmbulo e depois faz uma revisão dos Programas, Iniciativas e Projetos Afiliados Ibero-americanos, denominados PIPA; das Redes Ibero-americanas; dos Organismos Ibero-americanos e dos Mandatos das SEGIB

O Programa faz o seguimento dos mandatos e seus avanços. Nesse sentido, no ponto A2 faz menção aos avanços na **Iniciativa Iberoamericana sobre Chagas Congénito**, que é liderado pela FIOCRUZ com a participação de Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai entre outros estados ibero-americanos.

Em relação as Redes, o Programa no ponto B2, da *“Destaque para a incorporação de seis novas redes ao Cadastro de Redes Ibero-Americanas coordenado pela SEGIB: Rede Ibero-Americana de Formação de Técnicos em Saúde (RIETS); Rede Ibero-Americana de Institutos Nacionais de Saúde (RIINS); Rede de Escolas e Centros de Formação em Saúde Pública da Ibero-América (RESP-IA)...”*

¹²¹ <https://www.segib.org/?document=programa-de-accion-de-la-republica-dominicana-xxviii-cumbre-iberoamericana-de-jefas-y-jefes-de-estado-y-de-gobierno>

Carta Ambiental Ibero-Americana¹²²

Reafirma todos os princípios endossados na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o compromisso com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus ODS, acordos ambientais multilaterais, bem como todos os princípios contidos nas Declarações e Comunicados Especiais das Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo em matéria ambiental e das Declarações dos Fóruns e Conferências de Ministros Ibero-americanos do Meio Ambiente.

Estabelece metas:

- Contribuir, a partir da diversidade e riqueza da Comunidade Ibero-americana, para alcançar ambiciosos compromissos nacionais em termos de recuperação e sustentabilidade ambiental para enfrentar a grave crise climática, a perda acelerada da biodiversidade e os impactos do aumento da poluição, desertificação, degradação do solo e secas como uma contribuição que permite o desenvolvimento sustentável de nossos países e contribui para a sustentabilidade global.
- Colocar à disposição as diversas instâncias da Conferência Ibero-Americana para oferecer respostas multissetoriais e holísticas que contribuam para a implementação das agendas internacionais sobre biodiversidade, mudança climática, poluição, degradação do solo, gestão integral dos recursos hídricos e risco de desastres.
- Melhorar a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável e proporcionar benefícios tanto para a economia como para a sociedade e o meio ambiente, abrindo novos caminhos para oportunidades de investimento ambientalmente sustentáveis que fomentem a inovação, vinculando o setor empresarial ibero-americano, promovendo novos negócios e empregos sustentáveis, assim como novas linhas de pesquisa,
- Abordar as limitações financeiras e de transferência de conhecimento e tecnologia que afetam a capacidade de nossos países de promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outras coisas, a redução do ônus da dívida, prestando assistência na transição dos setores produtivos, na geração de empregos e no desenvolvimento de projetos de infraestrutura resilientes.

Estabelece eixos:

1. Mitigação e adaptação às mudanças climáticas
2. Biodiversidade e restauração de ecossistema
3. Recursos hídricos e oceanos
4. Poluição e resíduos sólidos, incluindo plástico e microplástico

Carta Ibero-Americana de Princípios e Direitos em Ambientes Digitais¹²³

A Carta nasce da necessidade de enfrentar a nível ibero-americano um problema atual e premente de enorme importância para o exercício dos direitos e é o produto de um processo de identificação de princípios comuns que permitam avançar para uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva e seguro.

¹²² <https://www.segib.org/?document=carta-medioambiental-iberoamericana>

¹²³ <https://www.segib.org/?document=carta-iberoamericana-de-principios-y-derechos-en-entornos-digitales>

Caminho Crítico da Segurança Alimentar, Inclusiva e Sustentável na Ibero-América¹²⁴

Os Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América concordaram adotar o Caminho Crítico de ações urgentes a serem desenvolvidas, levando em consideração as particularidades e prioridades nacionais:

1. Fortalecer o comércio e o desenvolvimento de cadeias de suprimentos resilientes
2. Consolidar a Agricultura Familiar (AF)
3. Ampliar e promover o acesso ao financiamento para transformar os sistemas agroalimentares
4. Fortalecer a Infraestrutura Digital Rural para inovação e gestão do conhecimento.

Comunicados Especiais

Da mesma maneira, durante a Cúpula, as Chefas e Chefes de Governo ibero-americanos aprovaram 16 Comunicados Especiais propostos pelos Estados membros, nesta ordem (em espanhol):

1. [Comunicado especial sobre la cuestión de las Islas Malvinas](#)
2. [Comunicado especial sobre la necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por el Gobierno de los Estados Unidos de América a Cuba, incluida la aplicación de la llamada Ley Helms-Burton](#)
3. [Comunicado especial sobre transición energética](#)
4. [Comunicado especial sobre el bilingüismo español – portugués y la promoción del uso del español y el portugués como lenguas de comunicación y de trabajo en los ámbitos de la Ciencia, la Tecnología, la Innovación, la Cultura y las Relaciones Internacionales](#)
5. [Comunicado especial de apoyo a la lucha contra el terrorismo en todas sus formas y manifestaciones](#)
6. [Comunicado especial en apoyo a los países en desarrollo sin litoral](#)
7. [Comunicado especial para impulsar iniciativas que contribuyan a una recuperación turística justa, responsable, sostenible, resiliente e inclusiva en el ámbito de la Comunidad Iberoamericana](#)
8. [Comunicado especial sobre el uso tradicional del masticado de hoja de coca](#)
9. [Comunicado especial sobre el Instituto Iberoamericano de Lenguas Indígenas \(IILI\)](#)
10. [Declaración especial sobre sistemas alimentarios y conocimientos y prácticas tradicionales y sostenibles](#)
11. [Comunicado especial sobre el impacto social y humanitario de las armas autónomas](#)
12. [Comunicado especial sobre democracia, discursos de odio y derechos humanos](#)
13. [Comunicado especial sobre la arquitectura financiera internacional](#)
14. [Comunicado especial sobre el Año Internacional de los Camélidos, 2024](#)
15. [Comunicado especial sobre el papel de la Comunidad Iberoamericana en las relaciones de afinidad y complementariedad entre América Latina y el Caribe, y la Unión Europe](#)
16. [Comunicado especial sobre la sostenibilidad de los océanos](#)

¹²⁴ <https://www.segib.org/?document=ruta-critica-de-seguridad-alimentaria-incluyente-y-sostenible-en-iberoamerica>

CEPAL: participação ativa na XXVIII Cúpula Ibero-Americana¹²⁵

A CEPAL apresentou aos Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América, em ocasião da XXVIII Cúpula Ibero-Americana, o documento *Ibero-América: espaço de oportunidades de crescimento, colaboração e desenvolvimento sustentável*.¹²⁶ A publicação identifica quinze oportunidades com grande potencial para promover o crescimento, gerar empregos e melhorar o bem-estar na região, por meio de políticas públicas, investimentos, alianças público-privadas e cooperação internacional.

O documento, que faz parte dos esforços para aprofundar as relações entre a CEPAL e a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), analisa as relações econômicas de comércio e investimento no espaço ibero-americano e analisa os principais desafios da Ibero-América.

Segundo cifras da CEPAL, a região ibero-americana ocupa 15,3% da superfície e tem 8,7% da população mundial. Em 2021, a participação do PIB ibero-americano no PIB mundial foi de 8,6%. Até 2023, projeta-se que os países da Ibero-América, com exceção do Paraguai, tenham crescimento inferior ao registrado em 2022. Apenas cinco países dos 22 do bloco terão taxas de crescimento econômico superiores a 3%.

Diante dos grandes desafios que a região enfrenta, as quinze oportunidades identificadas de crescimento, colaboração e desenvolvimento sustentável propostas pela CEPAL são:

- a reconfiguração das cadeias produtivas globais;
- a transição energética e as energias renováveis;
- a indústria do hidrogênio verde;
- o lítio na transição energética;
- eletromobilidade;
- economia circular;
- bioeconomia;
- indústria farmacêutica;
- indústria de dispositivos médicos;
- transformação digital;
- exportação de serviços modernos;
- manufatura avançada;
- gestão sustentável da água;
- sociedade do cuidado e
- turismo sustentável

¹²⁵ <https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-presenta-jefes-jefas-estado-gobierno-iberoamerica-nuevas-oportunidades-crecimiento>

¹²⁶ O primeiro capítulo apresenta uma visão das economias ibero-americanas com base na população, território, produção, taxas de crescimento, inflação e indicadores macroeconômicos. No segundo, analisa a conjuntura econômica internacional, caracterizada pelas mudanças na globalização e por uma sequência de crises mundiais que levaram à desaceleração do crescimento e à redução dos fluxos financeiros para os países emergentes. O terceiro capítulo aborda as questões fundamentais do desempenho comercial, a evolução do investimento estrangeiro direto e os fluxos migratórios entre a América Latina e a Península Ibérica. O quarto destaca oportunidades de crescimento, colaboração e desenvolvimento sustentável com base na análise de 15 setores impulsionadores do crescimento. Por fim, apresenta uma seção de reflexões finais e destaca os elementos que exigem uma ação imediata dos países ibero-americanos.

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/48769-iberoamerica-espacio-oportunidades-crecimiento-la-colaboracion-desarrollo>

No documento, a CEPAL também destaca o papel proativo e dinâmico que os Estados e as políticas públicas devem desempenhar na articulação de propostas e na formulação e implementação de políticas tanto em sua dimensão setorial quanto geral. Faz um chamado também para a criação —ou revitalização— de alianças estratégicas e colaboração no espaço ibero-americano, e destaca que os setores e áreas identificadas como oportunidades também podem se tornar vetores para fortalecer a integração regional e o multilateralismo.

o Secretário Executivo da CEPAL destacou que “A Ibero-América tem uma grande oportunidade de participar ativamente do desenho da nova governança internacional e defender seus interesses e aspirações em um marco de renovada cooperação internacional”.

E seguiu afirmando que “As crises devem ser oportunidades de aprendizado. Por isso, as análises e propostas deste documento apelam à ação e à cooperação internacional para superar limitações, aproveitar oportunidades e criar espaços de esperança. É com esse espírito que a CEPAL disponibiliza este documento aos países ibero-americanos”.

Durante a sua participação na XXVIII Cúpula Ibero-Americana, o Secretário Executivo da CEPAL, fez uma apresentação intitulada “Oportunidades de transformação de produtividade, competitividade e emprego na região” na XXXIII Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-Americanas OIE-CEIB, na qual destacou a urgência de promover políticas de desenvolvimento produtivo na América Latina e no Caribe e a necessidade dos países escalarem essas políticas com uma visão produtivista e estruturalista e com abordagens modernas. “Se antes da pandemia isso era importante, agora é urgente e imperativo”, frisou o Secretário.

José Manuel Salazar-Xirinachs também havia participado da Reunião de Trabalho de Observadores Consultivos da XXVIII Cúpula Ibero-Americana, que aconteceu no dia 23 de março, na qual expressou sua intenção de aprofundar as relações com a Segib e continuar colocando a produção intelectual da organização à disposição da comunidade ibero-americana.

Nesse mesmo dia, no âmbito do XIV Encontro Empresarial da Cúpula Ibero-Americana 2023, participou da apresentação do relatório "Perspectivas Econômicas da América Latina" (LEO), elaborado conjuntamente pela CEPAL, Centro de Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina e Comissão Europeia. Na ocasião, ele destacou que as políticas de transição verde e desenvolvimento produtivo são elementos essenciais para a urgente e necessária mudança no modelo de desenvolvimento da região.

As atividades do Secretário Geral na Cúpula Ibero-Americana incluíram uma série de reuniões bilaterais com autoridades como Ulrik Vestergaard Knudsen, secretário-geral adjunto da OCDE; Andrés Allamand, Secretário-Geral Ibero-Americano; Pável Isa Contreras, Ministra da Economia, Planejamento e Desenvolvimento da República Dominicana; Antón Leis García, Diretor da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e Alfonso Gómez Palacio, CEO da Telefónica Hispanoamérica, entre outros.

CEPAL: Secretário Executivo da CEPAL se reuniu com Embaixadores sobre as prioridades institucionais e os preparativos para o próximo Fórum de Desenvolvimento Sustentável¹²⁷

No dia 21 de março, José Manuel Salazar-Xirinachs realizou um briefing com representantes do corpo diplomático acreditados no Chile para apresentar sua visão sobre as

¹²⁷ <https://www.cepal.org/es/noticias/secretario-ejecutivo-la-cepal-se-reunio-embajadores-compartir-su-vision-prioridades>

prioridades institucionais e os preparativos para a Sexta Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, que será realizada entre os dias 25 e 28 de abril.

O Secretário apresentou as 10 áreas políticas prioritárias para a transformação do modelo de desenvolvimento proposto pela CEPAL. São eles: produtividade-desenvolvimento produtivo-emprego-crescimento inclusivo; Desigualdade e mobilidade social; Lacunas na proteção social; Ensino e formação profissional; Igualdade de gênero e a sociedade assistencial; Sustentabilidade e mudanças climáticas; transformação digital; migrações; Integração econômica regional; e Macroeconomia para o desenvolvimento, tendo como objetivo transversal “Governança e fortalecimento das capacidades institucionais”.

Além disso, apresentou uma lista de oportunidades de investimento e colaboração entre os países que, além de ser de interesse para a formulação de políticas públicas, foi apresentada pela CEPAL na Cúpula Ibero-Americana e será apresentada na Cúpula UE-CELAC, que acontecerá nos dias 17 e 18 de julho.

José Manuel Salazar-Xirinachs fez um balanço das atividades desenvolvidas pela CEPAL desde sua nomeação em outubro e compartilhou o calendário de eventos marcantes do ano, principalmente as reuniões dos órgãos subsidiários da instituição. Igualmente, destacou o fato de que em 2023 a CEPAL comemora 75 anos de existência com o compromisso de continuar trabalhando por um futuro mais produtivo, inclusivo e sustentável para a América Latina e o Caribe.

O Fórum é o mecanismo regional de acompanhamento e revisão da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas, seus meios de implementação e a Agenda de Ação de Adis Abeba. O Fórum está aberto à participação de todos os países da América Latina e do Caribe e é realizado sob os auspícios da CEPAL.

As conclusões e recomendações do Fórum são apresentadas anualmente ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável como parte das contribuições regionais para o processo global de acompanhamento e revisão da Agenda 2030.

Participaram da reunião informativa representantes da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Haiti, Honduras, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Reino Unido, República da Coreia, República Dominicana, Turquia, Uruguai e Venezuela.

MERCOSUL: Primeira reunião anual ordinária do Grupo de Acompanhamento Macroeconômico (GMM)¹²⁸

Em 14 de março de 2023, foi realizada virtualmente a primeira reunião anual ordinária do Grupo de Acompanhamento Macroeconômico (GMM) do MERCOSUL e Estados Associados, sob a Presidência Pro Tempore da Argentina. Participaram as delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além da Bolívia (estado em processo de adesão).

O GMM é responsável pelo monitoramento das variáveis macroeconômicas da região, bem como pelo acompanhamento e estudo dos assuntos de interesse comum confiados pelos ministros da economia e presidentes dos bancos centrais do MERCOSUL. Da mesma forma, é

¹²⁸ <https://www.mercosur.int/primera-reunion-del-grupo-de-monitoreo-macroeconomico-del-2023/>

responsável pela elaboração e acompanhamento de uma metodologia comum para a harmonização das estatísticas macroeconômicas da região. O grupo se reúne duas vezes por semestre no país que ocupa a presidência pro tempore do MERCOSUL.

Nesta reunião foram analisadas e debatidas propostas de coordenação macroeconômica e apresentada uma agenda de trabalho para o semestre. Foi acordado analisar a situação do bloco em termos de convergência das principais variáveis macroeconômicas e avaliar o desempenho e o potencial macroeconômico dos pagamentos em moedas locais. Também foi discutida a migração do conteúdo do site do grupo para o site do MERCOSUL, com a participação da Unidade de Comunicação e Informação do MERCOSUL.

Finalmente, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe fez uma apresentação sobre a situação econômica internacional e regional. Nele, foi destacada a recuperação recente da região, mas também o aumento da inflação, aliado ao menor crescimento esperado em 2023, a partir do ciclo mundial sem precedentes de política monetária contrativa. Também foi discutida a maior incerteza introduzida pela recente turbulência financeira nas economias avançadas, com possível impacto na região.

ORAS- CONHU: Primeira oficina do projeto de vigilância genômica do ORAS-CONHU e BID

Nos dias 22 a 24 de março, foi realizada a primeira oficina de intercâmbio para o diagnóstico do estágio inicial de procedimentos de vigilância genômica na Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

Na ocasião, vários representantes do projeto expressaram suas visões sobre a importância e o andamento do projeto. A Secretária Executiva do ORAS-CONHU, Maria del Carmen Calle, destacou que a oficina ajudará no maior acesso à informação para o desenvolvimento mais sinergia entre os participantes, como por exemplo protocolos de vigilância genômica padronizados. A vice-ministra de Saúde Pública do Peru, Dra Karim Pardo, destacou os resultados positivos da participação peruana no projeto, indicando que houve um aumento significativo de unidades laboratoriais onde se realizam as provas moleculares e do sequenciamento genético.

O representante do BID, Dr Francisco Ochoa, confirmou o interesse do banco em conhecer a experiência dos países em vigilância genômica e reforçou a importância de investir preventivamente e melhorar a capacidade de atenção frente a eventos relacionados a saúde pública. O coordenador geral do projeto, Dr Walter Vigo, destacou o papel de protagonismo dos Institutos Nacionais de Saúde e de seus resultados de bioinformática no combate a pandemia. Estavam presentes no evento representantes dos Institutos Nacionais da Bolívia, Colômbia, Peru e Equador.

Finalmente, esse evento é parte do projeto “Fortalecimento da tomada de decisão no controle da Pandemia Covid-19 mediante a vigilância genômica na Bolívia, Colômbia, Equador e Peru” desenvolvido pela ORAS-CONHU, com financiamento do BID, que tem como objetivo geral criar um Observatório Regional de Vigilância Genômica que permita a seus países membros melhorar sua tomada de decisão frente as variantes virais SARS-CoV-2 que circulam em seus territórios e desenvolver políticas sanitárias mais eficientes¹²⁹.

¹²⁹

<https://www.orasconhu.org/es/paises-andinos-intercambian-experiencias-sobre-vigilancia-genomica-para-toma-de-decisiones-contra>

OTCA: Evento paralelo da Conferência da ONU sobre Águas destaca a cooperação transfronteiriça e a ciência como chave para a gestão sustentável das águas amazônicas¹³⁰

No marco da Conferência das Nações Unidas sobre Água 2023, que teve lugar entre os dias 22 e 24 de março, em ova lorque, o Estado Plurinacional da Bolívia, a OTCA e a UNESCO realizaram o evento paralelo “Cooperação Transfronteiriça e Ciência para a Gestão Sustentável das Águas Amazônicas”.

Neste evento, destacou-se o trabalho de cooperação e implementação de ações, também apoiadas em ciência e pesquisa, que os países estão desenvolvendo na bacia amazônica em cumprimento à meta 6.5.2 dos ODS.

Este evento contou com a presença do Presidente boliviano, Luis Arce Catacora e de importantes representantes da cooperação internacional. A abertura foi realizada pela Secretária Geral da OTCA, Alexandra Moreira, que destacou a importância da bacia amazônica e a cooperação em questões hídricas transfronteiriças para garantir a gestão sustentável dos recursos hídricos e atingir a meta 6.5.2 dos ODS, que consiste na cooperação transfronteiriça para a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, nacional, regional e multilateral.

Alexandra Moreira também citou o Programa de Ações Estratégicas da OTCA, que constitui o elemento catalisador para alcançar a gestão integrada dos recursos hídricos e que conduz à segurança hídrica, considerando a adaptação à variabilidade climática sob uma visão comum e compartilhada.

O Presidente Luis Arce Catacora, em sua apresentação destacou que a cooperação transfronteiriça na interface entre ciência e política é vital. Além disso, o presidente boliviano reiterou que seu país continuará comprometido com a preservação e cuidado da Amazônia, incluindo seus importantes aquíferos, promovendo a cooperação com os países membros da OTCA e outras organizações regionais. Da mesma forma, pediu a todos que colaborem técnica e cientificamente para melhorar a gestão sustentável das águas amazônicas e desenvolver soluções que beneficiem a todos, no quadro das diferentes circunstâncias e necessidades nacionais e políticas soberanas.

O Hidrólogo Regional do IHP da LAC-Unesco, Miguel Doria, explicou que o motivo de sua participação é a cooperação com os países para alcançar os objetivos do ODS 6, em termos de água, saneamento, sustentabilidade e cooperação.

A diretora-presidente da Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA, Brasil), Verónica Sánchez, destacou a importância do Tratado de Cooperação Amazônica: “Para o Brasil, este Tratado representa uma forma de gestão compartilhada entre os 7 países da região de forma pacífica, onde todos os países membros têm a oportunidade de dialogar e tomar decisões por unanimidade”. E acrescentou: “Na bacia amazônica, junto com a OTCA, temos uma rede hidrometeorológica compartilhada que nos permite gerenciar e ter um sistema de alerta para monitoramento de secas e inundações em conjunto que nos permite notificar os países com antecedência sobre eventos hidrológicos extremos”.

O chefe regional da Divisão de Água e Saneamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Gustavo Méndez, apresentou as iniciativas que estão sendo

¹³⁰ <http://otca.org/evento-paralelo-destaca-como-clave-la-cooperacion-transfronteriza-y-ciencia-para-una-gestion-sostenible-de-las-aguas-amazonicas/>

desenvolvidas na bacia amazônica junto à OTCA e disse que falar de recursos hídricos na região é falar de combustível para a economia, desenvolvimento regional.

OTCA: Oficina Regional de Monitoramento de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica

Os 8 países membros do OTCA participaram da Oficina Regional de Monitoramento de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica no dia 28 de fevereiro. Essa oficina é um evento que faz parte da implementação do Programa de Ações estratégicas da OTCA do Projeto Bacia Amazônica. O projeto Bacia Amazônica tem como objetivo coletar e integrar informações de sistemas operacionais para gestão integrada dos recursos hídricos na região amazônica.

No evento, os países membros apontaram para a necessidade de estreitar o relacionamento com órgãos que detenham conhecimento e tecnologia para monitoramento dos recursos hídricos da região com base em informações provindas de satélites. Esses órgãos podem fornecer informações provindas de satélites que captam dados espaciais e topografia oceânica e de águas superficiais. Além disso, frisaram que contam com instâncias públicas e aliados nacionais para monitoramento da água, mas destacaram dificuldades na obtenção de informações dado a extensão dos territórios e da necessidade logística de equipamentos e pessoal.

O evento contou com a presença da Organização Meteorológica Mundial (OMM), o Programa Hidrológico Intergovernamental da UNESCO, o Observatório HYBAM que é vinculado ao Instituto de Pesquisas para o Desenvolvimento da França e o Sistema Global de Monitoramento Ambiental para Água Doce (GEMS/Water). Os representantes das instituições apresentaram programas e processos que desenvolvem sobre monitoramento de recursos hídricos, pesquisa, treinamento entre outros.

Assim, os estados membros buscam aperfeiçoar conhecimentos na gestão técnica das inovações tecnológicas no setor de satélites para assim fortalecer capacidades nacionais nas áreas de compartilhamento de informações, medições, calibração entre outras questões que são necessárias para a tomada de decisão sobre a gestão da água¹³¹.

SE-COMISCA: realiza oficina SIRMA na Guatemala

Nos dias 15 e 16 de março, a Secretaria Executiva da COMISCA com apoio do Plano de Emergência do Presidente dos EUA para alívio da AIDS (PEPFAR), Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC -EUA) e do componente de Monitoramento e Avaliação realizaram a Oficina de Capacitação no uso operacional do Sistema Regional de Monitoramento e Avaliação na cidade da Guatemala

A oficina teve como objetivo fortalecer as capacidades e os conhecimentos do setor operacional de clínicas que atendem pessoas vivendo com HIV e fazer o lançamento oficial do Sistema Regional na Guatemala e contou com a participação de autoridades do Ministério da Saúde da Guatemala, autoridades do CDC – CAR, da SE-COMISCA como também técnicos dos lugares apoiados pelo projeto, entre eles médicos, coordenadores etc.

O Sistema Regional de Monitoramento e Avaliação foi elaborado pela SE-COMISCA em conjunto com técnicos de monitoramento, avaliação e da informática. O sistema busca facilitar o trabalho operacional nas clínicas através do registro e monitoramento de cada paciente nos serviços de atenção integral a pessoas que vivem com HIV, a partir de indicadores MER do

¹³¹ <http://otca.org/pt/satelite-para-monitorar-as-aguas-da-bacia-amazonica/>

PEPFAR e Não MER ou ainda personalizados. O sistema é online e o conteúdo acessível às todas as equipes. A ferramenta foi financiada pelo PEPFAR/CDC em colaboração com SE-COMISCA e será lançada também em EL Salvador¹³².

SELA: O Paraguai é o primeiro país a apresentar resultados do mapeamento de nichos produtivos

A Sela apresentou no dia 21/04 o mapeamento dos nichos produtivos do Paraguai em evento realizados em conjunto com o Ministério da Indústria e Comércio paraguaio. Como frisou o Secretário Permanente do SELA, Embaixador Clarems Endara, o Paraguai é um dos primeiros países em cooperar para aplicação da metodologia do SELA e é o primeiro país a apresentar resultados.

Do lado paraguaio, o Ministro da Indústria e Comércio do Paraguai, Luis Castiglioni, destacou que a metodologia de mapeamento de nichos produtivos do SELA permitirá elaborar estratégias de políticas públicas para a promoção de exportações que é de fundamental importância para o governo¹³³.

UNASUL: Reativação da UNASUL - sintoma de uma nova onda política ou da criação de raízes institucionais para a união sul-americana?

No dia 21/03 em reunião com o grupo de Puebla e do Conselho Latino-americano de Justiça e Democracia (Clajud), o presidente argentino Alberto Fernández anunciou o reingresso do país platino na UNASUL. Segundo ele, “a construção da unidade deve deixar de lado a utilização política, porque isso nos condena a postergar mais, por isso devemos revitalizar quanto antes a UNASUL”¹³⁴.

A Argentina havia renunciado o Tratado Constitutivo da organização no ano de 2019 com a justificativa de que havia uma crise instaurada no Organismo devido as seguintes questões: “acefalia” da Secretaria Geral por mais de dois anos, agenda com alto conteúdo ideológico e muito distante de seus objetivos iniciais e desordem administrativo.¹³⁵ Junto com Argentina, se retiraram do bloco também, Brasil, Colômbia, Peru, Paraguai e Equador, tornando a organização “morta-viva”.

A Unasul foi criada em 2008, impulsionada pela diplomacia brasileira em sua vertente integracionista sul-americana. A Organização, diferente da visão de integração regional dos anos 1990 na América do Sul que buscava cumprir etapas de liberalização econômica (zona de livre comércio, união aduaneira e etc.), estabelecia como objetivo “construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados”¹³⁶.

¹³² https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-taller-sirme-en-guatemala_1_131760.html

¹³³ <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/88144/paraguay-es-el-primer-pais-en-presentar-resultados-del-mapeo-de-nichos-productivos>

¹³⁴ <https://www.primicias.ec/noticias/politica/argentina-retorno-unasur-albertofernandez/>

¹³⁵ <https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/la-argentina-se-retira-de-la-unasur>

¹³⁶ [https://www.gov.br/defesa/pt-](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf)

[br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf)

E avançava uma visão comum de governos de centro-esquerda sul americanos, entre eles Luiz Inácio Lula da Silva, o casal Kirchner, Evo Morales, Hugo Chavez, Rafael Correa, Pepe Mujica entre outros, que visavam internacionalizar a agenda interna de incentivo ao desenvolvimento social. Além disso, esses líderes acreditavam que uma iniciativa como essa poderia afastar a influência da perspectiva neoliberal da integração e ganhar mais autonomia frente aos EUA que tinham interesses político-securitários na região, vide o acordo de utilização de bases militares colombianas pelos EUA¹³⁷.

O Organismo ganhou viés de cooperação social, infra estrutural (Cosiplan) e em defesa (Conselho de defesa). Dentre os avanços da organização em questões sociais, destaca-se o Conselho de Saúde Sul-americano que gerou discussões multilaterais sobre a saúde com a presença de ministros da saúde da América do Sul que constituíram o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isag). O Instituto se aproximou de grupos técnicos e redes estruturantes do Conselho de Saúde para promover capacitação de líderes em Saúde Pública na região, produzir e divulgar informações sobre temas de saúde global e além disso, atuava como entidade executora de projetos em Saúde, entre eles o Banco de Preços de Medicamentos da Unasul (BPMU), o Mapa de Capacidades de Produção de Medicamentos e a Plataforma de Intercâmbio de Experiências e Assistência Técnica para a Prevenção e Controle do Câncer de Colo Uterino na América do Sul, e era financiada pelo Fundo de Iniciativas Comuns. Mesmo com os avanços multilaterais em Saúde, o Instituto segue a crise política e inoperância administrativa e é desativado em 2018.¹³⁸ Iniciativa que demonstrou grau de complexidade de engajamento de agentes técnicos e avanço na possibilidade de aprofundamento da unidade e institucionalização na região.

No entanto, em 2018 a UNASUL enfrentou dupla crise: administrativa e política. A mudança de uma “onda rosa”, impulsionada por governos de centro-esquerda da região, para uma “onda azul”, impulsionada por governos de centro-direita e conservadores, alterou também a prioridade de interesses na região e inaugurou discursos de que a UNASUL seria ultrapassada e formatada a partir de “ideologias de esquerda”, vinculada principalmente a continuidade da Venezuela na organização. Os governos de visão liberal-conservadora da época, o chileno Sebastian Piñera, o argentino Mauricio Macri, o colombiano Ivan Duque e o brasileiro Jair Bolsonaro, levantaram a bandeira da liberalização do comércio como elemento propulsor mais profícuo para a região. Assim, pouco depois de saírem em debandada da UNASUL, assinaram a criação do Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul).

É importante destacar que a passagem de Unasul para Prosul além de mudar o viés prioritário, rebaixava o nível de comprometimento com a institucionalização da integração regional, deixando a promoção de ações na área ainda mais voláteis. A mudança de uma organização internacional com personalidade jurídica e níveis (ainda baixos) de complexidade institucional para um mecanismo de concertação política (foro) que tinha como objetivo “intensificar o diálogo interno para viabilizar transações econômicas locais mais eficientes”.

Ainda nesse sentido, o texto base do Prosul ainda propôs: criação de diálogo e colaboração sul-americano, ênfase na criação de um cenário econômico local de cooperação e coordenação, a flexibilização das relações comerciais regionais e uma agenda de integração infra-estrutural com prioridade para energia, saúde, defesa, segurança e combate ao crime.¹³⁹

¹³⁷ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/10/091030_colombia_eua_pu

¹³⁸ <https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/noticias/unasul-e-integracao-regional-em-saude>

¹³⁹ <https://www.gov.br/mj/pt-br/acao-a-informacao/atuacao-internacional/foros-e-redes/prosul>

No entanto, o Prosul não avançou em definições executivas e operativas. A crise interna, o baixo incentivo dos países no engajamento de agentes para a integração comercial e os constrangimentos externos gerados pela disputa hegemônica EUA-China minaram as oportunidades de discussão de pontos comuns para a unidade regional.

Atualmente, a UNASUL ainda existe, mas com posição insignificante na região. Ainda participam: Guiana, Suriname, Bolívia, Venezuela. A menção de retorno indicada pelo Alberto Fernandez busca reativar e engrossar o coro já iniciado por Lula em seu discurso de posse “Nosso protagonismo se concretizará pela retomada da integração sul-americana, a partir do Mercosul, da revitalização da Unasul e demais instâncias de articulação soberana da região.”¹⁴⁰O presidente brasileiro tem buscado negociar para que a retomada da UNASUL seja em sua composição original e que a cúpula de reestrea da Unasul seja no Brasil¹⁴¹.

Finalmente, a reestrea da UNASUL pode reativar movimentos em busca da complementariedade na região e da valorização de mecanismos complexos para a integração regional, como o exemplo do Conselho de Saúde. Contudo, a lição urgente destacada desde as primeiras iniciativas de integração na América do Sul é que o foco na construção de capacidades, mecanismos e práticas que engajem outros atores (entes nacionais, atores não estatais etc.) e na consolidação de redes mais profundas e autônomas é decisivo para que “colorações” políticas e constrangimentos externos à região não sejam decisivos na aceleração ou freio dos avanços da união sul-americana.

Honduras: Violência e cerceamento de direitos

Desde dezembro de 2022, Honduras passa por um estado de exceção que abrange mais da metade de seu território e restringe direitos, como os de liberdade de circulação, de associação e reunião e inviolabilidade da residência dos hondurenos. Segundo analistas, o estado de exceção é uma consequência do “efeito Bukele”.

Os dados da polícia mostram que nesse período mais de 4.200 pessoas capturadas e houve interceptação de armas de fogo e diversas drogas. No entanto, órgãos como a Comissão Nacional dos Direitos Humanos demonstram inconsistências nos dados governamentais e representantes da organização civil solicitam o engajamento de outras organizações como a academia em monitoramentos alternativos.

Segundo Leonardo Piñeda, os dados oficiais de diminuição dos delitos fizeram com que o governo de Honduras imitasse as iniciativas do salvadorenho, Bukele, mas que as medidas mais parecem “propaganda que ação” porque as extorsões às comunidades continuam. Piñeda ainda destaca que há um movimento de migração de *pandillas* salvadorenhas fugindo das regras mais duras implementadas por Bukele para outros países da região e que por isso Honduras já vem sofrendo as consequências.

As críticas geradas ao modelo Bukele apontam para que não existem outras alternativas ou planos de contingência após o fim das medidas securitárias e que isso aumenta o risco de que ocorram novas violações dos direitos humanos. Especialistas como Eugenio Sosa do Instituto Nacional de Estatística de Honduras ressaltam a importância de combinar medidas

¹⁴⁰ <https://lula.com.br/discurso-de-posse-lula-2023/>

¹⁴¹ <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/lula-atua-para-que-cupula-de-reestrea-da-unasul-aconteca-no-brasil>

repressivas com a “a diminuição da desigualdade, a pobreza e a reposição das instituições para acabar com o crime organizado de altíssimo nível”¹⁴²

Argentina e Equador: Fuga de María de los Angeles Duarte e o mal-estar diplomático entre Argentina e Equador

A chegada de María de los Angeles Duarte na Venezuela gerou mal-estar diplomático entre Argentina e Equador. Duarte é ex-ministra de Transportes e Obras Públicas no governo de Rafael Correa e foi condenada junto com então presidente e outros ministros por corrupção em contratos públicos. Ambos considerados foragidos da justiça equatoriana, o ex-presidente Rafael Correa vive atualmente na Bélgica e María Duarte estava asilada junto com seu filho, cujo pai é argentino, na embaixada argentina em Quito.

O mal-estar diplomático decorreu da fuga de María Duarte a quem foi negado o salvo conduto em 2022 para que a ex-ministra viajasse para a Argentina. O presidente Guilherme Lasso acusou que Argentina teria deixado de lado a relação fraterna entre Argentina e Equador por uma questão de identidade política com Duarte. Além disso, após confirmada a fuga, o Equador chamou para consulta o embaixador argentino sobre o caso e, posteriormente, declarou que o embaixador era persona non grata em Quito.

Do lado argentino, o presidente Alberto Fernandez afirmou que não teria custódia sobre a ex-ministra e por isso não tinha capacidade de limitar seus movimentos. Ainda acrescentou que a expulsão do embaixador argentino havia sido desmedida e que prejudicava a relação entre os dois países. Além da resposta em meio online, a Argentina afirma que também irá expulsar o embaixador equatoriano em Buenos Aires^{143 144}.

Organização dos Estados Americanos (OEA)

VI Semana Interamericana dos Afrodescendentes nas Américas

A (OEA) celebrou a VI Semana Anual Interamericana dos Afrodescendentes nas Américas, de 20 a 24 de março, sob o lema “Combate ao racismo herdado da escravidão por meio da educação transformadora nas Américas”.

Instituída em 2018 pela Resolução 1.093 do Conselho Permanente, a Semana Interamericana dos Afrodescendentes nas Américas tem como objetivo estimular a reflexão sobre os problemas socioeconômicos enfrentados pelos afrodescendentes, bem como elogiar suas contribuições para o desenvolvimento das Américas. A celebração deste ano destacou a importância da educação transformadora para lidar com as injustiças históricas e promover ações significativas para a equidade e a inclusão no hemisfério.

¹⁴² <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-64908729>

¹⁴³ <https://veja.abril.com.br/mundo/alberto-fernandez-e-presidente-do-equador-batem-boca-no-twitter/>

¹⁴⁴ <https://www.estadao.com.br/internacional/argentina-vive-crise-diplomatica-com-equador-apos-fuga-de-ex-ministra-para-venezuela/>

A saúde global e diplomacia da saúde: O contributo africano

Augusto Paulo
Tomé Cá
Manuel Mahoche
Felix Rosenberg

UNIÃO AFRICANA (AU)

CDC África e o novo Plano Estratégico (2022-2026) - Sumário executivo

O CDC África CDC criado em janeiro de 2016 na 26ª Assembleia Ordinária de Chefes de Estado e de Governo como uma instituição técnica especializada da União Africana. Foi lançado oficialmente em janeiro de 2017. Após o seu lançamento, desenvolveu o seu Plano Estratégico inaugural de cinco anos (2017-2021). Durante o primeiro período do Plano Estratégico, a organização alcançou marcos notáveis, incluindo o desenvolvimento de Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) e quadros de referência de Vigilância Baseada em Eventos (EBS - *Event-based Surveillance*); operacionalização do programa Rede Regional Integrada de Vigilância e Laboratório (RISLNET - *Regional Integrated Surveillance and Laboratory Network*); lançamento da Colaboração Africana para o Diagnóstico Avançado (AFCAD - *Africa Collaborative to Advance Diagnostics*); e estabelecimento formal de três Centros de Coordenação Regional na África Austral, Central e Oriental.

Nos últimos cinco anos, o CDC África fomentou a confiança em todo o continente e tem desempenhado um papel fundamental na salvaguarda da saúde pública de África, fornecendo orientações estratégicas, desenvolvendo a capacidade e a capacidade das instituições de saúde pública e apoiando os Estados-Membros na formação e implantação dos profissionais de saúde em preparação e resposta a ameaças e surtos de doenças. A organização coordenou a resposta continental à Covid-19 e outros surtos, como o Ebola; defendeu a África em plataformas globais de saúde; mobilizou a liderança política; e garantiu fundos e recursos significativos.

O CDC África tem defendido a visão da Nova Ordem de Saúde Pública da África, que foi posteriormente lançada oficialmente pelo Presidente da Comissão da União Africana em 2021. A Nova Ordem de Saúde Pública representa as prioridades da África para a sua segurança sanitária. Constitui uma mudança de paradigma numa nova visão que procura transcender e informar o trabalho do CDC África, da União Africana, dos Estados-Membros e dos intervenientes relevantes. Por meio de seus 5 pilares: a) reforço dos Institutos Nacionais de Saúde Pública, b) fortalecimento da força de trabalho em saúde pública, c) Fabricação local alargada; d) Aumento dos recursos domésticos; e) Parcerias orientadas para a ação e o respeito, a *Nova Ordem de Saúde Pública* procura alcançar uma segurança de saúde sustentável e inclusiva para África, através de liderança local.

A decisão da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, na 35ª Sessão Ordinária, de 6 de fevereiro de 2022, elevou o estatuto do CDC africano a uma instituição autónoma de saúde pública. Esta decisão histórica proporcionou ao CDC África a agilidade e capacidade necessárias para responder a emergências de saúde pública, bem como a liderança dos compromissos de saúde no âmbito de Agenda 2063 da União Africana. Isso também permitiu que o CDC África cumprisse efetivamente com as iniciativas-chave, como a Parceria para a Fabricação de Vacinas Africanas (**PAVM** - *the Partnership for African Vaccines Manufacturing*), a *Trusted Travel Initiative (TTI)*, o *África Vaccine Acquisition Trust (AVAT)* e a

Parceria para Acelerar o Teste COVID-19 (**PACT** - *the Partnership to Accelerate Covid-19 Testing*). Além disso, o status elevado, significa um salto para a realização da "*Nova Ordem de Saúde Pública*".

O segundo Plano Estratégico Quinquenal (2022-2026) foi desenvolvido com base numa avaliação do desempenho da organização na implementação do Plano Estratégico 2017-2021; trazendo as lições da resposta à Covid-19 e ao surto de Ebola (EVD); reconhecendo a evolução da arquitetura de saúde pública - incluindo fatores demográficos, culturais e socioeconômicos; e levando em consideração os compromissos continentais e globais.

Durante este período estratégico, o CDC África irá dar diretrizes estratégicas e apoio aos Estados-Membros através dos seguintes 6 Eixos ou Pilares:

- Eixo 1: Vigilância e Inteligência de Doenças
- Eixo 2: Sistemas de Informação
- Eixo 3: Sistemas e Redes de Laboratório
- Eixo 4: Preparação e resposta a emergências
- Eixo 5: Institutos Nacionais de Saúde Pública e Pesquisa
- Eixo 6: Controle e Prevenção de Doenças

O impacto inspirado destes Eixos/Pilares Estratégicos que correspondem aos objetivos estratégicos é fortalecer as capacidades das instituições de saúde pública de África, competências e parcerias para prevenir, detectar e responder rápida e eficazmente às ameaças de doenças baseadas na ciência, política baseada em provas e intervenções e programas orientados por dados. O objetivo final deste Plano Estratégico, em consonância com a Agenda 2063, é garantir uma África mais segura, mais saudável, coordenada e próspera.

11 (onze) Objetivos Estratégicos são derivados dos 6 (seis) Objetivos Estratégicos. Esses objetivos estratégicos têm um conjunto definido de resultados, produtos, atividades e medidas de desempenho. A funcionalidade e a implementação desses objetivos dependem de uma estrutura de implementação que combina políticas e marcos legais para a diplomacia da saúde; sistemas robustos de planejamento e monitoramento de desempenho; papel ampliado e capacidade dos Centros de Coordenação Regional (RCC - *Regional Coordinating Centres*); parcerias sustentáveis; e facilitadores transversais.

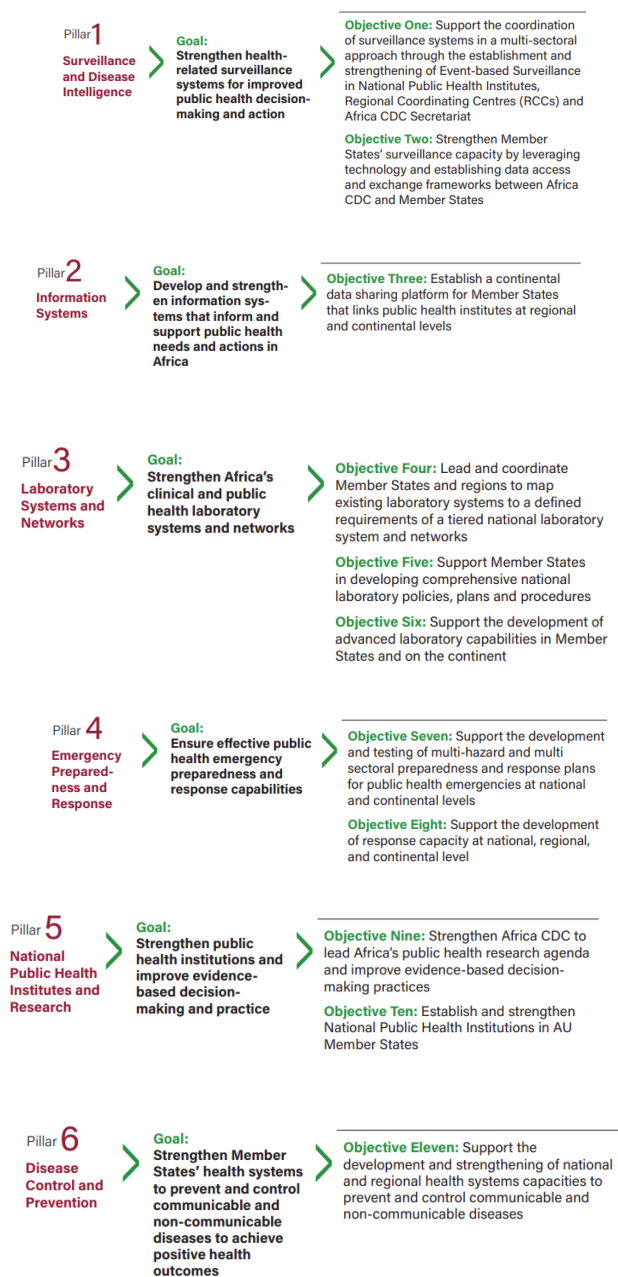
Este Plano Estratégico será aplicado em cascata a todos os níveis da estrutura do CDC África. Também será traduzido em Planos Operacionais Anuais. A sua aplicação será acompanhada de forma coerente, utilizando o quadro de acompanhamento e avaliação estipulado no presente documento.

De uma forma mais ilustrativa, a seguir os componentes do referido Plano Estratégico publicado apenas em inglês e francês:



Figure 1. Pillars of Africa CDC

Each of the pillars has an overarching goal and corresponding objectives that will drive the priorities and activities of Africa CDC for the next five years.



Stakeholder Levels	Roles and Responsibilities
CONTINENTAL LEVEL	<ul style="list-style-type: none"> Track and update progress on Strategic Plan implementation Lead continental level performance reviews Collect and consolidate data from RCCs and Member States Monitor compliance with Africa CDC M&E standards and procedures Develop standardised data management tools and reporting platforms Develop annual implementation plans and performance reports Consolidate continental level data Conduct mid-term and end of strategy evaluation
REGIONAL LEVEL	<ul style="list-style-type: none"> Contextualisation and prioritisation of activities identified in the Strategic Plan Regional level implementation plan preparation Regular data tracking and consolidation on indicators Regional performance reviews and develop short term plans Support Member States on indicator progress tracking Regional performance reviews and annual report
MEMBER STATE LEVEL	<ul style="list-style-type: none"> Regular tracking of progress towards the attainment of targets Utilize existing structures for the facilitation and coordination of semi-annual and annual monitoring and reporting

Figure 2. Monitoring and Evaluation activities at Continental, Regional and Member State Levels



Figure 3. Strategic Enablers of Africa CDC

O papel da política, diplomacia e comunicação em saúde



Figure 4. Policy and Diplomacy Engagement Levels

Annex

Annex 1. SWOT Analysis

Strengths	Weaknesses
<ul style="list-style-type: none"> • Access and proximity to the highest levels of African governments and Heads of State • Institute with unique mandate • Increased visibility in the public health community (governmental, private and NGOs) due to successful response to Ebola and COVID-19 pandemic • Strengthening relationships and trust with major stakeholders • Successful resource mobilisation during COVID-19 for stakeholders • Strong reputation developed enabling the formation of multiple partnerships • Beacon to channel Africa's interest on public health issues to the world • Resolute and hardworking staff • Visionary and bold leadership • Mission, mandate, and vision of Africa CDC are clear for stakeholders • Effective utilization of digital tools and social media • Setting up and utilizing regional networks for increased public health response capacity • Strong scientific credibility, evidence-based practice 	<ul style="list-style-type: none"> • Inadequate and constrained utilization of resources (human resource, financial, infrastructure) • The Governing Board and the Advisory and Technical Council are not as engaged and capacitated for optimal impact • Delayed operationalization of the organisational structure • Partial digitalisation within Africa CDC • Limited implementation of organizational structure and roles of staff • Planning process and culture not fully institutionalised • Coordination among divisions need to be strengthened – need a 'One Africa CDC' mindset • High proportion of short-term and seconded staff limiting institutional learning, knowledge management and evaluation systems • A common set of basic beliefs and values, but it is not shared broadly and does not provide staff with a sense of identity • Decision making processes can be further standardized • Stakeholder engagement and monitoring and evaluation structures and systems have not reached their full potential • Skill development programmes not institutionalised • Lack of a generic data sharing and use agreement between Africa CDC and Member States
Opportunities	Threats
<ul style="list-style-type: none"> • Availability of multi-disciplinary agencies/ departments within the African Union • Willingness from the public health community and the wider stakeholders to form partnerships and networks with Africa CDC – Africa CDC can increase its footprint and presence in Member States • Multiple funds are allocated to the health sector in Africa by various actors (foundations, NGO's, private sector, bilateral and multilateral organisations) • COVID-19 has shown the need for a regional coordinating approach to compliment the global health architecture • Africa has the highest infectious disease burden, and the value of Africa CDC's contribution is widely accepted • Various health related legal and policy framework at international, regional, and national levels to support the mandate of Africa CDC • Availability of technological innovations to enhance communication and reach a wider population in Africa • Presence of public health champions in Africa • The impact of COVID-19 has made public health a global agenda and a potential risk to international socio-economic order • Presence of unutilised data to improve evidence-based decision making in Africa - Increased digitalisation which allows for the development of new forms of acquisition and sharing of health-related data • Global and regional concerted initiatives and projects that are working on vaccination programmes in Africa 	<ul style="list-style-type: none"> • Dependency on AU systems and structures which are unsuited for public health emergency response • Provisions for the delegation of authority in the Statute are yet to be operationalised • Dependency on external supply chains for medical supplies and equipment – extended supply chains across borders, numerous border crossings - 55 Member States • Diminished economic capability of Member States – poor public health spending on critical infrastructures • International politics of public health (i.e., mask diplomacy, vaccine regulation) and risks from global geopolitical competition • Security situations that pose operational risks • Limited engagement and negative response from Member States • Presence of misinformation through social media platforms • Limited transparency and accountability in Member States affecting response capacity • Forgetting lessons learned from the current coronavirus pandemic (Global pandemic amnesia) • Absence of data sharing and protection agreements among African Member States • Headwinds against public health response to COVID-19 – vaccine equity, vaccine hesitancy, vaccine nationalism and anti-science movements • Long legal processes and procedures Member States take to establish National Public Health Institutes and inadequate government appropriations for NPHIs.

O CDC África e a Fundação KNCV TB Plus assinam Memorando de Entendimento



Na véspera do 24 de março, Dia Mundial da Tuberculose, sob o lema " *Sim, podemos pôr fim à tuberculose!* " em que esforços concertados estão em curso para erradicar a doença que afeta um quarto da população mundial, a União Africana, através do CDC África, e a Fundação neerlandesa [KNCV TB Plus](#), assinaram um [Memorando de Entendimento](#) (MoU) que visa estabelecer um quadro de cooperação para apoiar os seus objetivos comuns de promoção da prevenção e controlo da tuberculose e de outras doenças infecciosas no continente africano.

Através desse Memorando, o CDC África e o KNCV expressam o seu compromisso em assegurar uma colaboração mais estreita entre as duas instituições para alcançar os seus objetivos comuns. O âmbito do Memorando está alinhado com a Nova Ordem de Saúde Pública do CDC África e propõe apoiar os Estados-Membros da União Africana no reforço dos sistemas

de saúde, no desenvolvimento da força de trabalho, intervenções e tecnologias sustentáveis e inovadoras de prevenção e controlo da tuberculose e outras doenças infecciosas. O CDC África e a KNCV cooperarão na implementação de um plano de trabalho de atividades conjuntas no quadro desses temas.

Comentando sobre o MoU, o ainda Diretor Interino do CDC África observou: *"Estamos ansiosos para fortalecer nossa parceria com KNCV através deste MoU. Temos muito a aprender uns com os outros e juntos podemos aumentar sinergicamente o impacto de nossos respectivos esforços para eliminar a pandemia de TB do continente africano. Sim, juntos podemos acabar com a TB!"*.

Por sua vez, o Diretor Executivo da KNCV, Mustapha Gidado, fez as suas observações durante a cerimônia de assinatura: *"Estamos satisfeitos com essa parceria. Instituições como o CDC África alavancam os Estados-Membros africanos através da União Africana para mobilizar recursos domésticos e facilitar a adoção precoce de novas ferramentas e abordagens no continente. Eles também apoiam Institutos Nacionais em diferentes países para respostas rápidas a ameaças de doenças, surtos e epidemias. O princípio de funcionamento da KNCV é por via de instituições governamentais em estreita colaboração com todos os intervenientes, especialmente pessoas afetadas pela TB, que é a chave para garantir a sustentabilidade e a apropriação nessa jornada para acabar com a TB e outras doenças afins"*.

Em jeito de comentários finais, o Dr Abdulaziz Mohammed, Chefe da Divisão de Controle e Prevenção de Doenças do CDC África, disse: *"para garantir que os Estados-Membros da União Africana estejam no caminho certo para alcançar os marcos de 2025 na eliminação da TB, será necessária uma ação concertada e galvanizada de todos os intervenientes e parceiros. Este Memorando de Entendimento pretende garantir uma maior sinergia e complementaridade entre o CDC africano e a KNCV, como parte de parcerias orientadas para a ação no âmbito da Nova Ordem de Saúde Pública que imaginamos para o continente."*

CDC África lança bolsa de estudo em gestão de emergência de saúde pública para profissionais de saúde



Foi lançada a bolsa de estudo *"Africa CDC Public Health Emergency Management (PHEM Fellowship)"*, como parte do compromisso estratégico para o desenvolvimento mais amplo da força de trabalho sob a Nova Ordem de Saúde Pública.

Esta bolsa irá promover o desenvolvimento de um quadro de mão-de-obra africana de saúde pública altamente qualificada para coordenar e liderar a preparação e resposta a emergências de saúde pública no continente. De acordo com o planeado, a bolsa terá como alvo profissionais de saúde pública africanos em meio de carreira no setor público, com experiência

comprovada na gestão de Centros de Operações de Emergência em Saúde Pública (PHEOC - *Public Health Emergency Operations Centres*) e/ou na liderança de programas de preparação e resposta a emergências provenientes do setor público em todos os Estados-Membros da União Africana.

Anunciando o lançamento durante a sessão regular semanal de informação à imprensa, o ainda Diretor Interino do CDC África, Ahmed Ogwel Ouma, enfatizou que o combate a várias ameaças à saúde pública em todo o continente requer força de trabalho adequadamente treinada e equipada. Observou ainda que o CDC África apela a uma Nova Ordem de Saúde Pública que inclua o desenvolvimento da força de trabalho como um dos seus principais pilares, alinhando-se adequadamente com a visão da União Africana e o seu desejo de construir, a médio e longo prazos, capacidades em saúde pública através de treinamentos a termo em áreas identificadas como as mais carentes.

As principais atividades cobertas pelo do programa PHEM *Fellowship*, vão incluir formação presencial na sede do CDC África, na Etiópia; encontros com mentores e monitores experientes; projeção para os Centros PHEOC em toda a África; viagens de estudo internacionais dentro e fora de África; e a conclusão do projeto individual, que então o qualificará para a graduação.

Para mais informações, consultar este [folheto](#)

AFRICAN PUBLIC HEALTH
EMERGENCY MANAGEMENT
FELLOWSHIP



África Health Agenda International Conference (AHAIC2023)



Como anunciado no último informe de 2022 (*Informe 23-22*), a AHAIC teve lugar em **Kigali, capital do Ruanda, de 6 a 8 de março**. É uma reunião bienal de alto impacto, sobretudo na imprensa, que reúne diversos participantes para discutir desafios e oportunidades para melhorar a saúde em África. Mais de 1000 delegados de toda a África e além se reuniram no Centro de Conferências de Kigali sob o lema *Sistemas de Saúde Resilientes para a África: Reformular o Futuro Agora (Resilient Health Systems for Africa: Re-envisioning the Future Now)*.

Todos os dias, dezenas de sessões exploraram questões-chave nonexo entre saúde e mudança climática, dando aos participantes a oportunidade de interagir, compartilhar aprendizados e desenvolver soluções para avançar a agenda de saúde e clima da África. Para se ter uma ideia da diversidade de temas cobertos pelos delegados e painelistas, consulte [o programa](#).

O primeiro dia terminou com uma conferência de imprensa durante a qual um distinto painel de especialistas compartilhou suas opiniões sobre mudanças climáticas, resposta a surtos, fortalecimento de sistemas de saúde, cooperação regional, edificar instituições e amplificar vozes comunitárias na África.

Nos dias seguintes, as atenções foram focadas em uma série de temas com a mudança climática e a interface de saúde tomando o centro do palco em uma série de sessões que incluíram duas plenárias de alto nível e 14 sessões paralelas. Os delegados aprofundaram uma série de tópicos, incluindo o fortalecimento da resiliência climática em nível comunitário, alavancar a tecnologia para ampliar a saúde global, desbloqueando o poder dos dados de saúde pública e superando barreiras geográficas e financeiras para capacitar os pesquisadores africanos.

A AHAIC 2023 terminou no Dia Internacional da Mulher com uma celebração colorida das mulheres africanas impulsionando a mudança através de sua liderança visionária no espaço global da saúde.

CDC África e principais parceiros para o fabrico local de vacinas

O CDC África encontrou-se com os seus principais parceiros [numa reunião](#) à margem da AHAIC 2023.



A reunião teve lugar de 9 a 10 de março e foi dedicada à identificação de um conjunto claro de objetivos e resultados anuais para a parceria para o fabrico de vacinas em África ([Partnerships for African Vaccine Manufacturing, PAVM](#)) em 2023. Participaram da reunião representantes do secretariado da PAVM e de organizações parceiras, incluindo a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD), a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Secretariado da Área Continental Africana de Comércio Livre (AfCFTA), o Banco Africano de Exportações e Importações (Afreximbank), a Iniciativa Africana de Fabricantes de Vacinas (AVMI) e membros do meio académico.

Os parceiros principais fizeram a revisão dos oito arrojados programas delineados no Programa para a Ação da PAVM, deram prioridade a um conjunto de ações práticas e definiram um quadro de colaboração que permite a implementação, eficácia e rapidez de resultados no apoio ao fabrico de vacinas africanas.

Recorde-se que a parceria para o fabrico de vacinas em África (PAVM) foi estabelecida pela União Africana, sob a direção do CDC África, em 2021, para permitir à indústria africana de fabrico de vacinas desenvolver, produzir e fornecer mais de 60% do total das doses de vacinas necessárias no continente até 2040. A visão da PAVM é a de aumentar a capacidade de fabrico para produzir pelo menos 1,5 bilhões de doses de vacina por ano até 2040.

"A salvaguarda da saúde de África só pode ser alcançada através da nossa capacidade de fabricar localmente os produtos de saúde de que necessitamos no continente. Na Nova Ordem de Saúde Pública está bem descrita no seu Pilar 2: expansão do fabrico de vacinas, diagnóstico e terapêutica para democratizar o acesso a medicamentos e equipamento que salvam vidas", disse o Dr. Ahmed Ogwell, o ainda Diretor Interino do CDC África.

"A capacidade da PAVM para atingir o seu ousado objetivo exigirá que todos os parceiros na sala invistam em todos os aspetos da produção local que são necessários para um aumento do fornecimento de produtos de saúde fabricados localmente. Isto incluirá o acesso ao financiamento, à modelação e conceção do mercado, transferências de tecnologia e desenvolvimento de talentos", acrescentou o Dr. Ogwell.

A PAVM desenvolveu um poder de convocação significativo, com excelente enquadramento e capacidades técnicas para galvanizar parceiros globais e regionais em torno de soluções inteligentes para o desenvolvimento de capacidades reguladoras, parcerias técnicas, mecanismos de agrupamento de aquisições de vacinas e acesso a financiamento inovador. Está a cimentar um ecossistema de parceiros orientados para a ação, em apoio à concretização da visão da União Africana de 60% de vacinas produzidas localmente até 2040.

Concretizar a Visão 2040 é possível quando o acesso ao financiamento de todos os projetos de fabrico de vacinas em todas as fases é coordenado e facilitado. Para apoiar a viabilidade financeira dos projetos, os parceiros responsáveis pelo programa de acesso ao financiamento, nomeadamente o Banco Africano de Desenvolvimento e o *Afreximbank* concordaram em colaborar com a PAVM, uma vez que utilizam instalações existentes no continente para a preparação de projetos para financiar atividades de sua preparação.

O Banco Africano de Desenvolvimento está a implementar um programa emblemático de apoio ao fabrico local de vacinas, em conformidade com a sua Visão 2030 para o Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica Africana e a Visão 2040 AU/ACDC para o aumento do fabrico local de vacinas. As intervenções do banco apoiarão um pilar estratégico destinado a aumentar a maturidade da indústria através do apoio ao desenvolvimento de capacidades de produção local, e de 4 facilitadores, nomeadamente: permitir a integração logística regional, apoiar a implementação de normas industriais de qualidade, promover a criação de capacidades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e preparar o caminho para o aumento do fabrico de vacinas. Neste ponto, recorde-se, a Fiocruz foi convidada e é parte deste iniciativa do BAD.

O *Afreximbank* pretende desenvolver e replicar a sua colaboração bem-sucedida com a União Africana e o CDC África durante a pandemia da Covid-19 para apoiar a plataforma PAVM através do fornecimento de soluções de financiamento inovadoras em toda a cadeia de valor de fabrico de vacinas. Isto é feito através da disponibilização de apoio prévio aos projetos em fase inicial, serviços de consultoria financeira, financiamento de projetos e instrumentos de suporte de risco.

"Graças ao Secretariado da AfCFTA, um mecanismo de aquisição conjunta para o fornecimento de vacinas beneficiará de políticas comerciais favoráveis que permitirão uma circulação fácil e de baixo custo de vacinas e componentes de vacinas através das fronteiras", disse Themba Khumalo, Coordenador do Secretariado da AfCFTA.

"Os nossos fabricantes locais africanos estão em desvantagem competitiva devido às diferentes forças de mercado, incluindo cadeias de valor de produção pobres e ineficientes, elevados custos de produção de medicamentos e vacinas e modelos de financiamento deficientes. Assim, precisamos de acelerar as nossas ações de apoio ao desenvolvimento da capacidade dos fabricantes locais", disse o Dr. Simon Agwale, um empresário fabricante de vacinas. Este empresário acrescentou que é necessário desenvolver a capacidade de pesquisa e desenvolvimento porque as doenças que afligem o continente africano não são necessariamente as doenças que afligem outras regiões. "Os cientistas africanos precisam de capacitação e apoio para desenvolverem a sua própria propriedade intelectual para

desenvolverem ingredientes farmacêuticos ativos e assim resolverem a enorme lacuna de um fabrico do início ao fim. Uma indústria baseada apenas em operações de enchimento e acabamento não será estratégica nem economicamente sustentável", disse Agwale.

A reunião terminou com um compromisso renovado dos parceiros de trabalharem em conjunto para reforçar a colaboração e coordenação de esforços para um ecossistema de vacinas melhorado em África.

AU-SARO e Maurício iniciam um programa piloto de facilitação da Saúde Mental

O Escritório Regional da União Africana na África Austral (AU-SARO) realizou uma reunião com altos funcionários do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia em Port Louis, capital de Maurício, para discutir [o lançamento do Programa Piloto Conjunto de Saúde Mental \(MHF - The Mental Health Facilitators Programme\)](#) no país.



O programa de facilitadores de Saúde Mental foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Aconselhamento (*National Board Counselling*) e seu principal objetivo é promover a equidade na saúde mental, melhorar o acesso a serviços de aconselhamento de qualidade e competentes, bem como apoiar o crescimento de conselheiros para promover a esperança, inovações e desenvolvimento de serviços de saúde mental necessários em todo o mundo, entre outros.

Em seu discurso de abertura, o Embaixador David Claude Pierre, falou sobre o papel e o mandato do AU-SARO na Região, especialmente os esforços de coordenação com a SADC e COMESA na execução dos programas da União Africana e da sua Agenda 2063. Afirmou ainda que o objetivo da visita a Maurício é expandir os Serviços de Aconselhamento e Orientação no país através da formação de professores e profissionais de ensino sobre o conhecimento em saúde mental e desenvolver adequadamente a capacidade local para realizar treinamento de alto nível para melhorar cada vez mais os serviços de saúde mental nas escolas.

Em nome do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da Maurícia, a Diretora de Desenvolvimento e Avaliação do Ensino Primário e do Currículo, Aneeta Ghooram, afirmou que *"a saúde mental tem sido um grande problema, particularmente após a pandemia da Covid-19 onde muitos estudantes continuam a sofrer de stress relacionado a dificuldades devido à perda de parentes e entes queridos"*. Ela acrescentou ainda que há desafios mais complexos na sociedade mauriciano com os mesmos desânimos até escolas primárias e afetando estudantes de todas as idades. Ela destacou que o Ministério está passando por uma grande reforma no setor de educação e que o bem-estar da criança é um fator importante a ser considerado.

O Diretor Adjunto da Direção de Saúde e Bem-Estar, Dr. Vedhiyen Moonsamy, reiterou que o programa de facilitadores de Saúde Mental é oportuno e que a saúde mental de crianças e jovens adultos estão no centro de preocupações do Governo de Maurício.

Apesar do objetivo de bem-estar estar consagrado na Constituição dos Estados africanos e repercutido na Agenda 2063 da União Africana, os governos ainda enfrentam muitos desafios relativamente ao bem-estar de todos os jovens do continente com indicadores extremamente pobres e às vezes até alarmantes, como revelaram várias pesquisas no setor de Saúde Mental.

O programa MHF foi projetado para oferecer educação pública baseada na comunidade sobre saúde mental e competências fundamentais de saúde mental em escala global. Como existem centenas de milhões de pessoas em todo o mundo com necessidades de saúde mental não satisfeitas, o MHF visa aumentar a conscientização pública sobre saúde mental e capacidade de serviço através de treinamento de indivíduos que entram em contato com outras pessoas no decorrer de suas vidas diárias ou funções para identificar, encaminhar e, em alguns casos, apoiar aqueles com necessidades de saúde mental. O programa inclui dois currículos destinados a ensinar essas competências para aqueles que trabalham com alunos do ensino fundamental e médio, a fim de oferecer treinamento direcionado dentro de prazos estratégicos.

A AU-SARO é um Gabinete de Representação da União Africana na África Austral com mandato para desenvolver e manter relações construtivas e produtivas com os seus Estados-Membros na Região, bem como com a SADC e o COMESA. Também visa elevar a conscientização sobre os programas da União Africana e sua Agenda 2063.

Os Institutos Nacionais de Saúde pública (INSP) – situação regional



Este é o último dos três trabalhos publicados e que a IANPHI vem promovendo não somente para o conhecimento e acompanhamento do processo de criação e fortalecimento dos INSP no continente, mas também avaliar o seu papel, escopo e capacidade para a resiliência dos sistemas nacionais de saúde.

O [relatório do trabalho](#) acima citado foi produzido no quadro de colaboração da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O objetivo desta revisão conjunta é apreciar o papel, o alcance e a capacidade das instituições nacionais de saúde pública – os Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) no contexto africano e a sua contribuição para o fortalecimento e resiliência dos sistemas de saúde através de Funções Essenciais de Saúde Pública (*The Essential Public Health Functions* – EPHF).

Os autores do relatório dão um quadro claro e holístico para a saúde pública tendo sido considerado como o mais vantajoso, abrangente e sustentável para melhorar a saúde das populações e dos indivíduos e reduzir a carga da doença. Dada a sua natureza multisectorial, é necessária uma responsabilização, supervisão e coordenação específicas das EPHF através da política, planeamento, infraestruturas e serviços nacionais. Os países utilizam diferentes modelos de governança em saúde pública que refletem seus arranjos institucionais, regulatórios e objetivos.

Os objetivos específicos incluem: (i) mapeamento de INSP, incluindo a sua existência, distribuição, mecanismos de governação, colaborações regionais e globais e o apoio que recebem; e (ii) elucidar o âmbito das atividades dos INSP em relação às EPHE, incluindo contribuições dos INSP para o fortalecimento dos sistemas de saúde e resiliência no nível do país. Boas práticas e lições também foram identificadas e podem informar a definição de prioridades e ações políticas em países da região.

Principais conclusões:

Presença e distribuição dos INSP em África

A importância dos INSP é cada vez mais reconhecida, particularmente diante das crescentes ameaças à saúde pública na Região Africana. Esse reconhecimento resultou em mais países estabelecendo novos INSP nas últimas duas décadas. A partir de abril de 2022, 37 dos 54 países africanos têm INSP:

- África Ocidental (11)
- África Oriental (10)
- África Austral (6)
- Norte da África (6)
- África Central (4)

De uma perspectiva sub-regional, isso significa que 85% dos países da África Ocidental, 71% dos países da África Oriental, 44% dos países da África Central; 67% dos países do Norte da África e 67% dos países da África Austral têm INSP

Estruturas de governança, incluindo legislação e políticas, financiamento institucional e recursos humanos;

Diferentes estruturas de governança dos INSP existem no contexto africano com graus variados de autonomia e responsabilidade relativamente aos Ministérios da Saúde. A supervisão das EPHF pelos INSP também apresenta modelos diferentes. Alguns países, como a Libéria, têm uma série de EPHF sob a supervisão de um único INSP e outras diretamente no Ministério da Saúde. Em outros países, (e.g., República Democrática do Congo), várias entidades de saúde pública são responsáveis por uma série de EPHF. Os INSP são tipicamente regidos por instrumentos legais (p. ex., leis/decretos nacionais de saúde, regulamentos e decretos-leis) que regem a sua criação, funcionamento e mandatos, fornecendo um quadro legislativo facilitador. Os orçamentos nacionais são uma fonte de financiamento para os INSP, em alguns casos complementadas por financiamento de parceiros internacionais.

Papel dos organismos, redes regionais e globais em apoio aos INSP

Os organismos e redes regionais e mundiais, tais como o CDC África, o Escritório Regional da Organização Mundial de Saúde (OMS) para África, a Associação de Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI) e o CDC dos Estados Unidos, apoiaram a saúde pública, incluindo os INSP na Região Africana através do reforço de capacidade institucional (por exemplo, incentivando a criação de Institutos Nacionais de Saúde Pública, formação de pessoal e partilha de conhecimentos). Outras colaborações assumem a forma de compromissos bilaterais e multilaterais entre países. Além disso, os Centros Colaboradores da OMS na região apoiaram países em capacidades específicas de saúde pública, com alguns NSP desempenhando

um duplo papel de servir, simultaneamente, enquanto tal e de Centro Colaborador da OMS em benefício da região e do resto do mundo.

Âmbito das atividades em relação às EPHF e contribuição para a resiliência do sistema de saúde;

O escopo das atividades dos INSP varia, com vigilância, resposta a emergências de saúde, pesquisa em saúde pública, sistemas laboratoriais e treinamento da força de trabalho em saúde sendo áreas comuns de seu trabalho. Várias entidades regionais e globais (OMS, CDC África, Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública) propuseram um conjunto de EPHF como orientação para os INSP, sendo complementares e consistentes em termos do escopo proposto. O âmbito das funções e atividades dos INSP também varia em função da sua maturidade, com os novos INSP (p. ex., no Quênia, Malawi, Uganda e Zâmbia) com um escopo mais amplo que adota uma abordagem holística para o fortalecimento do sistema de saúde. O escopo das EPHF em alguns INSP inclui características mais amplas de fortalecimento do sistema de saúde, como o envolvimento da comunidade, determinantes sociais e ambientais da saúde e a prestação integrada e equitativa de serviços de saúde.

Consideração das EPHF nos âmbitos nacional, regional e global, legislação, políticas e planos para os INSP

A resolução *WHA69.1* da Assembleia Mundial da Saúde enfatiza que o fortalecimento das EPHF fornece uma abordagem integrada para a construção da capacidade de saúde pública e contribui para a resiliência do sistema de saúde. No nível regional, várias resoluções da OMS também fornecem um quadro estratégico para os países ancorarem suas políticas e esforços nacionais. A nível nacional, os INSP regem-se por legislação própria, como leis, decretos, despachos e instrumentos estatutários, alguns dos quais fornecem uma explicação e orientação específicas sobre a função, o papel e o âmbito do mandato e autoridade dos INSP. Os quadros legislativos nacionais para o estabelecimento de INSP, como o do Quênia, proporcionam uma fundamentação e um âmbito alargado para a consideração das EPHF para orientar o mandato e as atividades das INSP. Os Planos Nacionais do setor da saúde (p. ex., na Zâmbia) reconhecem que a atribuição da responsabilidade pela saúde pública a diferentes autoridades ministeriais e parceiros externos sem uma coordenação adequada dificulta a execução eficaz das funções de saúde pública.

Ambiente propício para os INSP promoverem uma abordagem integrada da saúde pública;

Em alguns casos, tem sido identificado um ambiente propício para os INSP exercerem eficazmente o seu mandato e promoverem uma abordagem integrada do desenvolvimento das capacidades em matéria de saúde pública. Isto inclui:

- forte liderança
- compromisso governamental
- colaboração multissetorial
- relações sustentadas e partilha de dados com demais INSP e agências afins
- apoio ao nível subnacional para elevar as capacidades operacionais (p. ex., financiamento, formação, pessoal ou seu destacamento em curto e médio prazo a partir da sede dos INSP)

Mecanismos de acompanhamento e avaliação da aplicação das EPHF

Os mecanismos abrangentes e holísticos de monitorização e avaliação da capacidade dos INSP para a implementação das EPHF são limitados. A Associação Internacional de Institutos

Nacionais de Saúde Pública (IANPHI) propôs a ferramenta de desenvolvimento faseado para avaliar a capacidade atual das INSP e o CDC África destaca várias características-chave para promover mecanismos eficazes de responsabilização dos INSP. Além disso, os processos de monitoramento e avaliação da operacionalização das EPHF são fragmentados. Algumas funções de saúde pública, como a imunização, e a força de trabalho são monitorizadas através de sistemas de informação de rotina, como a Aplicação de Informação de Saúde Distrital (DHIS2, *District Health Information Software*), enquanto outras funções são monitorizadas através de outros mecanismos de avaliação complementares (p. ex., o Regulamento Sanitário Internacional 2005 [IHR, 2005] quadro de acompanhamento e avaliação, avaliação da disponibilidade e prontidão dos serviços e avaliações específicas dos programas). Ferramentas de autoavaliação das EPHF desenvolvidas pelos escritórios regionais da OMS, como o do Mediterrâneo Oriental, também foram usadas.

Áreas-chave para ações e política informada

- Existem muitas oportunidades para utilizar parcerias e colaborações regionais e globais, bem como o aprendizado compartilhado de parcerias bilaterais e multilaterais, para melhorar a capacidade de saúde pública e fortalecer a resiliência do sistema de saúde.

- A implementação das EPHF requer uma abordagem multissetorial eficaz de todo o governo. Por exemplo, dependendo do contexto do país e dada a sua participação em saúde pública, isso implicaria Ministérios de Saúde e INSP que trabalham com outros ministérios afins, como os da Educação, Agricultura, Transporte, Planejamento etc. Isso pode ser facilitado por meio de INSP com mandatos claros e autonomia necessária que lhes permitam trabalhar e coordenar efetivamente com outros ministérios o fortalecimento da resiliência do sistema de saúde. Para resolver isso, a OMS desenvolveu um roteiro sobre o desenvolvimento da força de trabalho para a saúde pública com base na lista atualizada de EPHF da OMS para garantir uma cobertura holística das capacidades e competências de saúde pública da força de trabalho de saúde em nível nacional.

- Os INSP têm contribuído para o desenvolvimento das competências de saúde pública da força de trabalho através da formação aos níveis nacional e subnacional. Uma oportunidade perdida contínua tem sido o escopo restrito do desenvolvimento de capacidade da força de trabalho, que é focado principalmente na epidemiologia e outros aspectos da gestão de emergências de saúde pública. Falta considerar o âmbito mais amplo das EPHF para permitir uma abordagem mais integrada do fortalecimento e da resiliência dos sistemas de saúde.

- À medida que mais países estabelecem ISFLSF, particularmente na sequência da saúde pública em curso

- Em eventos como a Covid-19, há a necessidade de fomentar e defender um espectro mais amplo de EPHF que contribuam para construir a resiliência do sistema de saúde e abordar os determinantes da saúde, bem como as funções tradicionais relacionadas à emergência de saúde. Uma abordagem mais sistêmica das EPHF no âmbito das autoridades e serviços de saúde pública refletiria o perfil crescente e evolutivo dos desafios globais em matéria de saúde e proporcionaria aos países uma melhor capacidade em todas as dimensões críticas da saúde pública, em vez de um subconjunto estreito de funções.

- Como as políticas globais e regionais desempenham um papel fundamental na influência de um país sobre arranjos institucionais para a saúde pública, a OMS, parceiros técnicos e doadores precisam apoiar e ajudar a reorientar os INSP para uma abordagem

integrada e sistêmica para construir resiliência. Tal deverá incluir o financiamento assumido e melhorado de todos as EPHF e o papel dos INSP na facilitação da responsabilidade multisectorial necessária e da responsabilização pela sua eficácia.

- As EPHF, como uma abordagem integrada para o fortalecimento do sistema de saúde, oferecem uma ampla oportunidade para harmonizar várias avaliações e planejamento referentes à saúde pública para informar melhor as ações globais e nacionais para fortalecer o papel dos INSP na construção da resiliência do sistema de saúde para enfrentar os desafios de saúde pública.

Conclusão

O relatório conclui com algumas reflexões importantes, apontando que as abordagens prevalentes ao investimento em saúde pública continuam fragmentadas e inadequadas. Que a pandemia da Covid-19 reforçou a necessidade de uma abordagem holística para o elevar de capacidades de saúde pública com forte liderança a todos os níveis. Com lições de diferentes eventos de saúde pública passados e em andamento, as autoridades nacionais e seus parceiros precisam avaliar sistematicamente a extensão da consideração e orientação da saúde pública em suas políticas, planejamento, infraestrutura e serviços. Em termos de administração nacional, teria de haver um mecanismo de coordenação adequado ao contexto para a execução abrangente e coerente de EPHF entre e dentro da saúde e setores afins que reflitam as necessidades de saúde da população.

O papel das instituições globais, incluindo as agências das Nações Unidas com foco em saúde e desenvolvimento, parceiros, instituições técnicas multilaterais, permanecerá fundamental para promover a colaboração, transferir conhecimento e boas práticas e promover uma abordagem integrada para a construção da resiliência do sistema de saúde com foco adequado na saúde pública em todos os níveis, incluindo a atenção primária à saúde.

O relatório que acabamos de resumir, traz muita informação sobre os INSP do continente e os principais desafios que ainda precisam ser enfrentados para os transformarem em verdadeiras agências de saúde pública de todos os Estados-Membros da União Africana.

Terminamos assim, neste Informe 04-23, a repercussão que prometêramos, reverberando assim o constante apelo da IANPHI para se prestar uma maior atenção ao processo de criação e desenvolvimentos dos Institutos Nacionais de Saúde Pública na África, consequência de decisões políticas acertadas dos Ministérios da Saúde para vencerem os males causados pela elevada fragmentação imposta aos sistemas nacionais de saúde.

A boa e velha conhecida Europa protecionista

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Na França, as mobilizações contra a reforma da previdência continuam, apesar de sua aprovação. Os sindicatos prometem não sair das ruas até que o texto seja retirado. Os policiais também estão nas ruas, muitos deles! O lixo continua sendo acumulado nas ruas de alguns bairros de Paris. Negócios afetados contratam serviços privados de coleta. A reforma aumentou a idade mínima para aposentadoria de 62 para 64 anos. A lei foi aprovada por decreto, sem ir à Assembleia Nacional, porque o Governo temia não ter maioria para votar favoravelmente o texto.

Os destaques da semana, contudo são a reunião entre a UE e a Celac, o vazamento do texto “confidencial” do acordo EU-Mercosul, o socorro ao banco suíço Credit Suisse, considerado muito grande para quebrar. Saúde, neste informe, só para o sistema financeiro, que recebe cuidado de muitos milhões de dólares. Por fim, a bombástica notícia que o Conselho de Segurança da ONU rejeitou um pedido da Rússia, por uma investigação independente a respeito da sabotagem dos gasodutos Nord Stream.

Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, esteve na Argentina para o encontro da Celac e teve um encontro bilateral com o presidente Lula. A guerra, as crises e a excessiva dependência da Europa, parecem ter feito o continente se voltar para a América Latina. Durante a visita, foi anunciada a [cimeira entre UE e Celac, que acontecerá entre 17 e 18 de julho em Bruxelas](#), após um hiato de 8 anos – o último encontro deste porte aconteceu em 2015. Vale ressaltar que, durante uma visita à região em outubro passado, o Alto Representante da UE para a Política Externa, [Josep Borrell, defendeu a inclusão da Venezuela, Nicarágua e Cuba na futura cimeira](#), apesar de reconhecer que as relações com alguns países da região são "difíceis". A mesma inserção é defendida pelos governos da Argentina e Brasil.

Após o encontro, Charles Michel pediu que Lula impulsionasse a finalização do acordo de livre comércio entre a UE e o Mercosul. Contudo, um novo capítulo desta novela, que dura mais de 20 anos, aconteceu com o vazamento de um protocolo ambiental que seria anexado ao acordo, que supostamente era para ser sigiloso. O acordo finalizado em 2019, durante a gestão Bolsonaro, obviamente precisa ser atualizado.

Segundo o jornalista [Jamil Chade](#), para resolver o impasse, os europeus se propuseram a apresentar um protocolo adicional ao tratado, estabelecendo critérios ambientais sem os quais o acordo comercial não poderia existir. O governo Lula, comprometido com a redução do desmatamento, topou e chegou a apontar que queria o fim definitivo do processo até meados do ano. Chade relata que o documento apresentado, assim como o comportamento da UE teria sido frustrante, tanto por conta de seu conteúdo, quanto do comportamento dos negociadores europeus. Apesar do pedido de sigilo, o texto foi vazado para ambientalistas europeus, que denunciaram a incapacidade da nova proposta frear o desmatamento. Chade prossegue afirmando que os problemas não se limitaram ao vazamento: os europeus fazem exigências inéditas em outros acordos e propõem transformar compromissos voluntários assumidos pelo país em obrigações vinculantes.

Os próprios ambientalistas europeus não acreditam que as cláusulas propostas seriam capazes de frear o desmatamento no Brasil. [Ambientalistas brasileiros concordam](#) e tudo leva a crer que a proteção ambiental vem mascarar o protecionismo comercial. Sim, os cidadãos europeus querem nossos alimentos e commodities baratos, mas não quando concorrem com

produtores locais, como os franceses, que tem agricultura e pecuária fortemente subsidiadas. O acordo também vem sendo criticado pela falta de transparência nas negociações, e pela não participação da sociedade civil. Além disso, em nome da guerra e a despeito da proteção ambiental, os europeus estão voltando a queimar carvão e correndo risco de financiar um novo acidente nuclear.

Sim, [o risco de um acidente nuclear na usina de Zaporijia é real e foi alertado pelo diretor-geral da AIEA](#) (Agência Internacional de Energia Atômica), Rafael Grossi. "A segurança nuclear na usina continua precária", indicou Rossi. "Peço mais uma vez a todas as partes envolvidas no conflito que se comprometam em garantir a segurança nuclear e a proteção do planeta", pediu. "Estamos brincando com fogo", alertou. "A última linha elétrica de emergência" da usina, danificada desde 1º de março, permanece "desconectada e em reparos", explicou o diretor-geral em um comunicado. A usina depende, há três semanas, da eletricidade fornecida por uma única linha externa de 750 kV, e "qualquer dano a ela causará a perda total do fornecimento de energia à usina", reiterou Rossi. A linha garante o resfriamento dos reatores da central. Sem a eletricidade desses geradores, o superaquecimento do combustível do reator pode levar a um acidente nuclear, como o ocorrido na usina de [Fukushima, no Japão, em 2011](#).

Enquanto isso, pouco se sabe oficialmente sobre a sabotagem dos gasodutos russos Nord Stream, e o pior, [o Conselho de Segurança da ONU rejeitou pedido russo de investigação do ocorrido](#). A resolução russa pedia a criação de uma "comissão de investigação internacional independente" sobre a sabotagem dos gasodutos submarinos Nord Stream, em setembro do ano passado. O texto teve 3 votos favoráveis, vindos da Rússia, China e Brasil, enquanto os outros doze países se abstiveram. A resolução russa era copatrocinada pela China e por países não membros do Conselho, como Belarus, Coreia do Norte, Eritreia, Nicarágua, Venezuela e Síria. O pedido, demandava uma investigação internacional exaustiva, transparente e imparcial sobre todos os aspectos da sabotagem dos gasodutos Nord Stream 1 e 2, assim como a identificação dos autores, os mandantes, organizadores e cúmplices.

As investigações estão sendo feitas por Suécia, Alemanha e Dinamarca. Membros do Conselho rejeitaram a ideia, porque confiam nos países investigadores e porque consideram que a Rússia tenta desviar a atenção sobre a invasão da Ucrânia. No entanto, para o embaixador russo na ONU, Vassili Nebenzia, existem dúvidas importantes sobre a objetividade e a transparência das investigações nacionais realizadas por alguns Estados europeus. Ele suspeita de ações realizadas sob a cobertura das investigações para "esconder provas e limpar a cena do crime". Completa dizendo acreditar que depois desta votação, as suspeitas sobre quem está por trás da sabotagem do Nord Stream ficam evidentes.

A crise bancária que começou nos EUA chegou à Europa ameaçando o Credit Suisse, um daqueles bancos considerados grandes demais para quebrar, por seu potencial de dano à todo o sistema financeiro. Para solucionar a crise, [o governo suíço intermediou a compra do Credit Suisse pelo UBS Group AG](#), até então grandes concorrentes. O negócio foi fechado em torno de 3 bilhões de dólares, com garantias do governo e provisões de liquidez. Segundo matéria do jornal O Globo, o acordo criará um gestor de patrimônio global com US\$ 5 trilhões em ativos investidos em todo o grupo. Os ativos combinados dos dois bancos são aproximadamente o dobro do tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) da Suíça.

Parcialmente solucionada a primeira crise, vem a segunda, com [rumores sobre a "saúde" do Deutsche Bank](#), um dos maiores da UE. No final da semana passada suas ações caíram, arrastando todo o setor bancário do velho continente. A presidente do Banco Central

Europeu e os líderes da União Europeia tentam acalmar o nervosismo dos mercados, dizendo que os bancos europeus estão bem capitalizados e têm liquidez.

Como consequência, o assunto foi pauta não prevista da Cimeira da UE realizada no final da semana, quando [Portugal demandou a rápida aprovação do sistema europeu de garantia de depósitos para completar a União Bancária Europeia](#). Uma União bancária europeia com [garantia de depósitos comuns](#), poderia ser usada para ajudar bancos em dificuldades independentemente do Estado-membro.

Outro assunto tratado na cimeira foi a [crise migratória na Itália](#), onde as chegadas de imigrantes mais que duplicaram nos primeiros meses de 2023. Após mais de 80 pessoas terem morrido em recente naufrágio no sul do país, a primeira-ministra **Giorgia Meloni** apelou por uma intervenção da União Europeia. Só em Roma, estima-se que existam cerca de cem acampamentos informais. De acordo com a ONG Baobab Experience, a maioria das pessoas que vivem nestes locais são **requerentes de asilo** que preferem viver nas ruas, em situações mais precárias, do que permanecer nos centros de acolhimento, muitas vezes degradados e super lotados.

O governo de Giorgia Meloni tem defendido uma maior ação da Europa para **evitar a saída de migrantes dos países de origem**. Os Estados-membros prometem apertar o cerco à migração, com mais vigilância nas fronteiras. É lamentável que a abordagem seja, de novo, protecionista. Evitar que as pessoas saiam dos seus países, não tende a resolver o problema. Quais as causas dos movimentos migratórios? Evitar a saída dos migrantes, deveria envolver melhores condições de vida, para que estas pessoas não precisem fugir de seus locais...

Concluo o informe, destacando o velho e conhecido protecionismo europeu, seja em matérias comerciais, financeiras ou migratórias. Finalmente, tendo a concordar com a interpretação russa sobre a rejeição do pedido de novas investigações, ainda que aqueles que a rejeitaram argumentem que a resolução tentava desacreditar as investigações nacionais. Após 6 meses das explosões, ainda não se sabe quem está por trás do ataque e, arrisco a dizer que nunca realmente saberemos a verdade. Em recente artigo, comentado em informe anterior, o jornalista investigativo estadunidense [Seymour Hersh, argumenta que navios da marinha americana, com o apoio da Noruega](#), teriam colocado em junho, os explosivos que explodiram 3 meses depois. Quanto ao acordo UE Mercosul, sigo descrente de uma negociação que atenda aos interesses dos dois blocos, em função das divergências e porque acredito que o acordo trará benefícios para a região do Mercosul. Apenas reforçará nosso lugar de exportador de produtos agrícolas primários e commodities, que promovem desmatamento, uso de agrotóxicos e o garimpo ilegal. A Europa não está preocupada com outras populações que não sejam as próprias.

Direitos das mulheres e justiça de gênero na Ásia e na região MENA

Lúcia Marques

Os governos não podem se dar ao luxo de deixar de lado metade de sua população. Negar direitos iguais às mulheres em grande parte do mundo não é apenas injusto para elas, é, também, uma barreira à capacidade dos países de promover um desenvolvimento verde, resiliente e inclusivo.¹⁴⁵

Embora os países islâmicos, que vão além da região árabe¹⁴⁶, permaneçam mais defasados que a média mundial e vejam sua média de avaliação cair em vários tópicos, pela forma que vêm a mulher – sob a ótica da Sharia, como já falamos muito – em muitos países não islâmicos, incluindo o Brasil ou mesmo o Japão, ainda há atrasos nas leis para equidade de gênero. É o que apontam dois relatórios recém divulgados com dados de 2022 que trazem a realidade das mulheres, dos seus direitos, das políticas para igualdade de gêneros na Ásia e na região do Oriente Médio e Norte da África (MENA): [Mulheres, Negócios e Direito 2023 \(WBL2023\)](#), do Banco Mundial, e [Relatórios sobre Justiça de Gênero e Lei na Região Árabe](#), da ONU (ONU Mulheres/UNFPA/ESCWA/PNUD). Ambos os relatórios apresentam indicadores com bases nas leis e regulamentos nacionais dos Estados. O relatório da ONU vai além do trabalho, olha também para a existência de políticas públicas que possam impulsionar reformas e leis em favor da justiça de gênero e da proteção das mulheres e meninas.

O relatório WBL2023 aponta que o ritmo global das reformas em direção à igualdade de tratamento das mulheres perante a lei foi o mais baixo nos últimos 20 anos. Diferente do que registrou a publicação de 2021, em plena pandemia.¹⁴⁷ Naquele período, a região MENA, embora tivesse menores pontuações, foi a que mais avançou nos esforços de reforma, com 25% de economias da região implementando pelo menos uma reforma.¹⁴⁸

Segundo o documento, embora a igualdade de oportunidades econômicas para as mulheres seja maior nas economias de renda alta da OCDE, as reformas importantes continuam a acontecer nas economias em desenvolvimento. A África Subsaariana realizou progressos significativos no ano passado. A região foi responsável por mais da metade de todas as reformas em todo mundo em 2022, com sete economias — Benin, República do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Malawi, Senegal e Uganda — tendo promulgado 18 alterações jurídicas positivas.

Houve avanço, mas houve retrocessos e estagnação. E contradições. Apenas 34 reformas jurídicas relacionadas a questões de gênero foram registradas em 18 países — o número mais baixo desde 2001. O *boom* das reformas ocorreu entre 2000 e 2009, quando mais de 600 reformas foram introduzidas - coincide com o período em que muitos países árabes

¹⁴⁵ Indermit Gill, economista-chefe do Grupo Banco Mundial e vice-presidente sênior de Economia do Desenvolvimento.

¹⁴⁶ A [Organização para Cooperação Islâmica](#) (OIC) tem 57 Estados membros.

¹⁴⁷ Marques, L. Cadernos CRIS - Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde: [consolidado Ásia Pacífico e Oriente Médio: período de 03 de dezembro de 2020 a 30 de novembro de 2021](#). Rio de Janeiro: Fiocruz/CRIS, 2021. p.. 141.

¹⁴⁸ Durante a pandemia, o governo civil de alguns países islâmicos tomou a frente para administrar a pandemia; em alguns países houve embate entre os líderes espirituais e o governo civil, em outros, o governo conseguiu se impor. Passada a pandemia, o poder religioso retomou seu lugar.

ratificaram a [Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres](#), da ONU, de 1979.

O relatório WBL2023 chama essa desaceleração de “fadiga de reformas” — especialmente em certas áreas que envolvem normas – culturais e religiosas - há muito estabelecidas, como os direitos das mulheres de herdar e possuir bens.

E como destaca Indermit Gill, economista-chefe do Grupo Banco Mundial e vice-presidente sênior de Economia do Desenvolvimento, “em um momento em que o crescimento econômico global está desacelerando, os países precisam mobilizar toda a sua capacidade produtiva para enfrentar a confluência de crises que os atingem”. E esse tem sido um alerta também da ONU e suas agências.

Segundo autores referenciados no WBL2023A¹⁴⁹, a capacidade de agir de forma autônoma e trabalhar sem limitações legais permite que as mulheres tenham acesso a melhores empregos e pode levar a uma maior participação na força de trabalho em geral. Além disso, a isenção de discriminação ajuda as mulheres a se tornarem empreendedoras e a terem acesso ao financiamento. Também estão crescendo as evidências de que as políticas de licença familiar estão correlacionadas com o empoderamento das mulheres. Os dados mostram uma associação positiva significativa entre o número legislado de dias de licença maternidade e o emprego feminino no nível da empresa. E as evidências comprovam que a igualdade de gênero é importante não apenas para o empoderamento econômico das mulheres, mas também para o desenvolvimento macroeconômico. Estudos recentes mostram que a remoção de barreiras legais para as mulheres pode ajudar as economias mais pobres a alcançar as economias mais ricas.

Ao mesmo tempo que os estudos e análises apontem que as mulheres contribuem para a recuperação econômica pós pandêmica, para o desenvolvimento econômico e para soluções climáticas¹⁵⁰, os mesmo estudos também apontam que as ameaças das mudanças climáticas não são neutras em termos de gêneros.¹⁵¹ Em 2009, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW)¹⁵² emitiu uma [declaração sobre Gênero e Mudanças Climáticas](#), expressando preocupação com a ausência de uma perspectiva de gênero na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). [Entenda por que as mudanças climáticas atingem mais as meninas e mulheres](#): os eventos climáticos extremos agravam as desigualdades existentes; a mudança climática exerce pressão sobre quem não tem poder e sobre quem está excluído do clube da tomada de decisão – como é o caso da maior parte das mulheres na maioria dos países.

Relatório do Banco Mundial

O relatório *Mulheres, Empresas e o Direito 2023* (WBL2023A) avalia as leis e regulamentos de 190 países em oito áreas relacionadas à vida de uma mulher trabalhadora (mobilidade, trabalho, remuneração, casamento, maternidade, empreendedorismo, propriedades e direitos de herança e pensão), analisados através de 35 perguntas. As pontuações gerais são então calculadas tomando a média de cada indicador, com 100 representando a pontuação mais alta possível. O WBL2023 rastreia mudanças legais e

¹⁴⁹ [Sumário Executivo](#)

¹⁵⁰ [Aprender com o engenho das mulheres e dos homens nos países menos desenvolvidos \(LDC\)](#)

¹⁵¹ [WomenWatch: Mulheres, Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas \(un.org\)](#)

¹⁵² <https://www.ohchr.org/en/treaty-bodies/cedaw>

regulatórias para cada um de seus oito indicadores. Considera-se reforma qualquer mudança em leis ou regulamentos que resulte na melhoria da pontuação de 0 para 1 em qualquer uma das subquestões de um indicador.

Para efeito de comparação, com base nessa abordagem, o [Brasil](#) pontua 85 em 100, superior à média regional observada na América Latina e no Caribe (80,9). No entanto, na região, a pontuação máxima observada é do [Peru](#), com 95.

Atualmente, apenas 14 países — todos eles economias de renda alta (Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Letônia, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha e Suécia) — têm leis que dão às mulheres os mesmos direitos que os homens. Dezoito economias de todas as regiões e grupos de renda priorizaram o empoderamento econômico das mulheres, implementando reformas que facilitam o empreendedorismo feminino e ingresso no mercado de trabalho, entre elas Bahrein, China, Indonésia, Iraque, Jamaica, Cazaquistão, Malta, Mongólia e Paquistão. Cabe destacar que, pela primeira vez em 53 anos, duas economias da África Subsaariana alcançaram pontuação 95: Gabão e Costa do Marfim. A maioria das reformas envolve licença maternidade remunerada, não demissão de mulheres grávidas, remuneração igual para trabalho igual. No mesmo período, duas economias introduziram pelo menos uma mudança legal que reduziu a pontuação (Arábia Saudita¹⁵³ e Afeganistão).

Como mostra o relatório, quase 90 milhões de mulheres em idade de trabalhar ganharam igualdade legal na última década. No entanto, 2,4 bilhões de mulheres em idade produtiva não têm os mesmos direitos legais que os homens. Mais da metade vive no leste da **Ásia e Pacífico** (710 milhões) e no **sul da Ásia** (610 milhões), seguida pela **África Subsaariana** (330 milhões), alta renda da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (**OCDE**) (260 milhões), **América Latina e Caribe** (210 milhões), **Oriente Médio e Norte da África - MENA** (150 milhões) e Europa e **Ásia Central** (140 milhões). O Oriente Médio e o Norte da África, assim como o Sul da Ásia, têm as pontuações médias mais baixas.

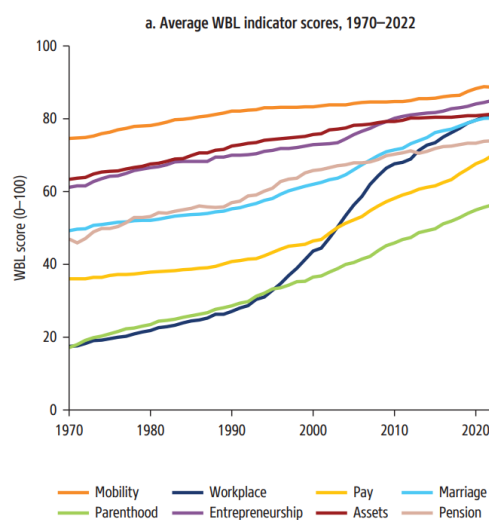
¹⁵³ A Arábia Saudita, que havia registrado uma das melhores pontuações no relatório anterior, perdeu pontos ao promulgar um lei, em 2022, que obriga as mulheres a obedecerem seus maridos. Uma contradição para um país que promulgou leis para igualdade de gêneros no trabalho.

TABLE ES.1 EIGHTEEN ECONOMIES IMPROVED THEIR WOMEN, BUSINESS AND THE LAW 2023 SCORE									
Economy	Score	Economy	Score	Economy	Score	Economy	Score	Economy	Score
Belgium	100.0	Malta ✓	91.3	St. Lucia	83.8	Burundi	76.3	Botswana	63.8
Canada	100.0	Taiwan, China	91.3	São Tomé and Príncipe	83.1	Kiribati	76.3	Mali *	63.8
Denmark	100.0	United States	91.3	Burkina Faso	82.5	Seychelles	76.3	Dominica	62.5
France	100.0	Bulgaria	90.6	Fiji	82.5	Belarus	75.6	Haiti	61.3
Germany *	100.0	Mongolia ✓	90.6	Mozambique	82.5	Kazakhstan ✓	75.6	Micronesia, Fed. Sts.	61.3
Greece	100.0	Romania	90.6	Singapore	82.5	Morocco	75.6	Cameroon	60.0
Iceland	100.0	Ecuador	89.4	Türkiye	82.5	Bhutan *	75.0	Papua New Guinea	60.0
Ireland	100.0	Mauritius	89.4	United Arab Emirates	82.5	Ghana	75.0	Lebanon	58.8
Latvia	100.0	Bolivia	88.8	Togo	81.9	Honduras	75.0	Myanmar	58.8
Luxembourg	100.0	El Salvador	88.8	Bahamas, The	81.3	Samoa	75.0	Pakistan ✓	58.8
Netherlands ✓	100.0	Mexico	88.8	Cambodia	81.3	Trinidad and Tobago	75.0	Tonga	58.8
Portugal	100.0	Uruguay	88.8	Liberia	81.3	India	74.4	Congo, Rep. ✓	58.1
Spain	100.0	Georgia	88.1	Tanzania	81.3	Jamaica ✓	74.4	Algeria	57.5
Sweden	100.0	Lao PDR	88.1	Uganda ✓	81.3	Guatemala *	73.8	Niger	56.9
Estonia	97.5	South Africa	88.1	Zambia	81.3	Guinea	73.8	Solomon Islands	56.9
Finland	97.5	Switzerland	88.1	Grenada	80.6	Maldives	73.8	Palau	56.3
Italy	97.5	Vietnam *	88.1	Israel	80.6	Suriname	73.8	Vanuatu	55.6
New Zealand	97.5	Armenia	87.5	Kenya	80.6	Russian Federation	73.1	Brunei Darussalam	53.1
United Kingdom	97.5	Moldova	87.5	Nepal	80.6	Senegal ✓	72.5	Equatorial Guinea	51.9
Australia	96.9	Guyana	86.9	Barbados	80.0	Sierra Leone	72.5	Egypt, Arab Rep.	50.6
Austria	96.9	Zimbabwe	86.9	Chile	80.0	Djibouti *	71.3	Libya	50.0
Hungary	96.9	Cabo Verde	86.3	Malawi ✓	80.0	Saudi Arabia ✗	71.3	Malaysia	50.0
Norway	96.9	Dominican Republic	86.3	San Marino	80.0	St. Kitts and Nevis	71.3	Bangladesh	49.4
Slovenia	96.9	Namibia	86.3	Angola	79.4	Indonesia ✓	70.6	Iraq ✓	48.1
Côte d'Ivoire ✓	95.0	Nicaragua	86.3	Argentina	79.4	Uzbekistan	70.6	Mauritania	48.1
Gabon ✓	95.0	Timor-Leste	86.3	Belize	79.4	Eritrea	69.4	Jordan	46.9
Peru	95.0	Bosnia and Herzegovina	85.0	Panama	79.4	Gambia, The	69.4	Somalia	46.9
Cyprus	94.4	Brazil	85.0	Azerbaijan	78.8	Madagascar *	69.4	Eswatini	46.3
Paraguay	94.4	Korea, Rep.	85.0	Congo, Dem. Rep.	78.8	Bahrain ✓	68.1	Guinea-Bissau	42.5
Croatia	93.8	Montenegro	85.0	Japan	78.8	St. Vincent and the Grenadines	68.1	Syrian Arab Republic	40.0
Czechia	93.8	North Macedonia	85.0	Philippines	78.8	South Sudan	67.5	Oman	38.8
Lithuania	93.8	Slovak Republic	85.0	Tajikistan	78.8	Antigua and Barbuda	66.3	Kuwait	35.0
Poland	93.8	Ukraine	85.0	China ✓	78.1	Chad	66.3	Afghanistan ✗	31.9
Serbia	93.8	Venezuela, RB	85.0	Lesotho	78.1	Nigeria *	66.3	Iran, Islamic Rep.	31.3
Costa Rica ✓	91.9	Colombia	84.4	Thailand	78.1	Marshall Islands	65.6	Qatar	29.4
Hong Kong SAR, China	91.9	Benin ✓	83.8	Central African Republic	76.9	Sri Lanka	65.6	Sudan	29.4
Kosovo	91.9	Puerto Rico (US)	83.8	Ethiopia	76.9	Comoros	65.0	Yemen, Rep.	26.9
Albania	91.3	Rwanda	83.8	Kyrgyz Republic	76.9	Tunisia	64.4	West Bank and Gaza	26.3

Fonte: Sumário Executivo do Women, Business and the Law 2023, p.4

Embora alguns países ainda estejam longe de uma boa pontuação, a velocidade das reformas busca recuperar o tempo perdido, como nos Emirados Árabes, Bahrein, Botswana, República Democrática do Congo, Indonésia, Arábia Saudita, África do Sul e Togo.

As piores pontuações foram registradas para Cisjordânia e Gaza (26.3); Yemen (26.9); Sudão (29.4); Qatar (29.4); Irã (31.3); Afeganistão (31.9); Kuwait (35); Omã (38.8); Síria (40); Somália (46.3); Jordânia (46.9); Iraque (48.1). Deve-se ter em conta que a ausência de dados e informações contribuiu para baixa pontuação em alguns indicadores.



Source: Women, Business and the Law database.

A seguir, informações mais detalhadas de alguns países da Ásia e do Oriente Médio e Norte da África (MENA), incluindo os atuais presidentes do G20 (Índia) e da ASEAN (Indonésia). A escolha de alguns exemplos foi em função da situação atual que esses países estão enfrentando.

[Cisjordânia e Gaza](#) – Os Territórios Palestinos pontuam 26,3 em 100. É a pior do mundo. A média regional observada é 53,2 na região MENA, cuja pontuação máxima observada é de 91,3 (Malta¹⁵⁴). Sofrendo ocupação israelense desde 1967, a área está dividida em 167 enclaves palestinos sob governo civil da Autoridade Nacional Palestina e mais de 230 assentamentos israelenses. O país está quase desaparecendo, com aumento dos territórios sob a ocupação de Israel, com fragmentação do território, dificultando deslocamentos de pessoas e veículos, demolições sistemáticas, intensas ações militares israelenses, milhares de deslocados e refugiados. Instabilidade que dificulta o estabelecimento de comércios e relações comerciais, gerando desemprego e déficit econômico.¹⁵⁵ A ESCWA publicou um relatório sobre a [situação das mulheres e meninas palestinas](#) durante o período de julho de 2020 a junho de 2022, com foco nos desenvolvimentos políticos, sociais, econômicos e de direitos humanos, com base nos dados mais recentes. As mulheres e meninas vivem uma complexa situação: enfrentam os retrocessos no contexto da ocupação israelense e também enfrentam a discriminação arraigada e violações de direitos dentro de sua própria sociedade no contexto das normas patriarcais tradicionais, dinâmicas de poder desiguais e progresso estagnado do Estado da Palestina, em relação ao alinhamento da legislação e políticas nacionais com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), que é em parte devido à fragmentação do território palestino e à incapacidade de convocar o Conselho Legislativo Palestino.

[Irã](#) - A pontuação da República Islâmica do Irã (31,3 em 100) também é inferior à média regional observada na região MENA. As mulheres no país persa vivem sob restrições à liberdade de movimento, leis que afetam as decisões das mulheres para trabalhar e seus salários, restrições relacionadas ao casamento, restrições ao empreendedorismo e diferenças de gênero na propriedade e herança. O país vive hoje momentos tensos em consequência das repressões, prisões e condenações à morte por parte do governo aos manifestantes que foram às ruas pela morte da jovem curda de 22 anos, enquanto estava sob custódia policial por não usar o véu (hijab) como as autoridades consideram correto.¹⁵⁶ Em novembro passado, o Conselho de Direitos Humanos da ONU [instaurou um inquérito independente](#) sobre a morte da jovem e sobre a repressão aos protestos no Irã¹⁵⁷. Embora a investigação ainda esteja sendo finalizada, as provas reunidas comprovam os crimes contra a humanidade e podem ser utilizadas em tribunais internacionais. O relator especial da ONU, Javaid Rehman, afirmou que a jovem Mahsa Amini morreu em consequência das pancadas desferidas por agentes da chamada "polícia da moral", e garantiu que as violações dos direitos humanos no Irã aumentaram em 2022, principalmente após o assassinato da jovem.¹⁵⁸ Segundo o relator, cerca de 500 pessoas foram condenadas à morte naquele ano, incluindo dois menores e 13 mulheres. Até agora, em 2023, o Irã já executou

¹⁵⁴ Malta é um arquipélago situado na região central do Mediterrâneo, entre a Sicília e a costa do Norte da África.

¹⁵⁵ Saiba mais em [UNRWA](#).

¹⁵⁶ Leia mais em [A raiva contra a repressão ganhou um rosto e o mundo. In: Cadernos Cris-Fiocruz Informe 18-2022, p197.](#)

¹⁵⁷ <https://news.un.org/pt/story/2022/11/1805932>

¹⁵⁸ <https://www.ohchr.org/en/news/2023/03/human-rights-council-hears-about-reports-massacres-civilians-myanmar-and-possible?sub-site=HRC>

143 indivíduos. Rehman também expressou preocupação com os envenenamentos em massa registrados em escolas para meninas, bem como com a perseguição e discriminação contra minorias étnicas e religiosas no país, particularmente as comunidades curda, *baloch* e *bahá'í*.

[Afeganistão](#) - Sua pontuação (31,9) geral é inferior à média regional observada no sul da Ásia¹⁵⁹, que é de 63,7, e cuja pontuação máxima observada é a de 80,6, do Nepal. Mesmo antes do Talibã assumir o país, a pontuação era baixa (38,1). [Segundo a ONU](#), o país se tornou o mais repressivo do mundo para mulheres e meninas, privadas de muitos de seus direitos básicos. A proibição de frequentar universidade é uma das várias restrições impostas às mulheres desde que o grupo voltou ao poder em agosto de 2021¹⁶⁰. O Talibã alega que suas restrições às mulheres são temporárias. Roza Otunbayeva, enviada da ONU no país, diz que o financiamento para a nação governada pelo Talibã provavelmente cairá se as mulheres não forem autorizadas a trabalhar.¹⁶¹

[Somália](#) – Com pontuação 46,3, está abaixo da média da África Subsaariana (72,6). Embora esteja bastante atrasado nas reformas para justiça de gênero no trabalho, o país avançou na proteção da mulher ao promulgar lei que criminaliza a mutilação feminina. O indicador para empreendedorismo é o de maior pontuação, ajudando a elevar a média.

[Arábia Saudita](#) - A Arábia Saudita pontua 71,3 em 100. A pontuação geral do Reino é superior à média regional observada na região MENA (53,2). Quando se trata de leis que afetam as decisões das mulheres sobre o trabalho, leis que afetam os salários das mulheres, restrições sobre as mulheres abrirem e administrarem um negócio e leis que afetam o tamanho da pensão de uma mulher, a Arábia Saudita obtém uma pontuação perfeita. Mas, ao promulgar lei, em 2022, que obriga a mulher a obedecer o marido, gerou retrocesso na liberdade de movimento e nas questões ligadas ao casamento.

[Indonésia](#) – A atual presidente da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) pontua 70,6 em 100. As restrições relacionadas ao casamento, direito ao divórcio e restrições no trabalho após maternidade contribuem para a pontuação inferior à média regional observada no Leste Asiático e no Pacífico (72,6), cuja pontuação máxima é de 91,9 (Hong Kong, China). Durante o ano passado, a Indonésia promulgou legislação que protege as mulheres contra assédio sexual no trabalho, incluindo penalidades criminais e recursos civis para tal conduta.

[Índia](#) – A atual presidente do G20 Índia pontuou 74,4 em 100, maior que a média regional observada no sul da Ásia (63,7), cuja pontuação máxima é do Nepal com 80,6 pontos de 100. As leis que afetam o pagamento das mulheres, o trabalho das mulheres depois de terem filhos, restrições ao empreendedorismo, diferenças de gênero na propriedade e herança e aposentadoria contribuem para a média aquém de um país que está entre as 20 maiores economias do mundo.

[China](#) - A pontuação da China é de 78,1 em 100. A falta de equiparidade salarial, direito a empregos em indústrias, restrições para abertura de negócios e questões ligadas à

¹⁵⁹ Geograficamente, Afeganistão é considerado Sul da Ásia e um país não árabe, juntamente com Paquistão e Irã.

¹⁶⁰ O Talibã diz que sua proibição de mulheres receberem educação universitária foi imposta porque algumas disciplinas ensinadas não estavam de acordo com os valores afegãos e islâmicos. [Afghan universities reopen but women still barred \(arabnews.com\)](#)

¹⁶¹ [UN warns of aid cuts over Taliban crackdown on women's rights \(arabnews.com\)](#)

propriedade e herança contribuem para a pontuação abaixo da média regional. Durante o ano passado, a China introduziu a licença maternidade remunerada.

[Coreia do Sul](#) – O país do Sudeste asiático pontua 85 em 100. Sua média cai abruptamente puxada pelo indicadores da equiparidade salarial, embora empreendedorismo e situação no trabalho após ter filhos, contribuam para o país estar abaixo da média das altas economias da OECD, que é 95.3

Relatório ONU sobre justiça de gêneros na região árabe¹⁶²

Os países árabes viram um impulso acelerado em direção à igualdade de gênero e obtiveram ganhos significativos para os direitos das mulheres, mas esses países ainda têm uma classificação baixa nos indicadores de igualdade de gênero em comparação com sociedades de outras regiões do mundo com níveis semelhantes de desenvolvimento. O progresso dos países árabes, no sentido de harmonizar suas leis com os padrões internacionais de direitos humanos que garantem a igualdade de gênero e eliminam a discriminação contra as mulheres, continua a ser desigual.

As mulheres árabes continuam a ficar para trás em termos de participação na vida política e na força de trabalho, e em termos de igualdade em geral, em resultado de várias formas de discriminação contra elas. A prevalência de todas as formas de violência contra mulheres e meninas continua a ser uma grande preocupação devido à falta de dados adequados sobre essa violência, serviços limitados aos sobreviventes e à falta de leis abrangentes que abordem a violência nas esferas pública e privada.

Embora os dados de alguns países ainda estejam sendo compilados, os [relatórios individuais de 2022](#) dos 17 países árabes da região MENA sobre justiça de gênero e lei, como progresso na capacidade jurídica das mulheres, já mostram que mais reformas são necessárias para proteger mulheres e meninas contra a violência doméstica e impulsionar a participação política, e que é necessário enfrentar os desafios sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

Os relatórios abordam seis áreas legislativas, incluindo o quadro geral do Estado; capacidade jurídica e vida pública; combate à violência contra mulheres e meninas nos níveis público e privado; emprego e benefícios econômicos; herança e questões familiares; e saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Guiados pelo ODS 5, sobre igualdade de gênero, os novos relatórios aumentaram o número de indicadores usados para avaliar o estado de alinhamento das leis nacionais com os padrões internacionais nessas seis áreas para 74 – os relatórios emitidos em 2018 reunia um conjunto de 29 indicadores.

Diferentemente do relatório do Banco Mundial, para facilitar a visualização, os 74 indicadores foram reunidos em uma única matriz regional que [usa codificação de cores que permite uma comparação entre as leis nacionais e os padrões internacionais de direitos humanos](#), fornecendo assim uma visão geral regional do progresso e das lacunas remanescentes.

¹⁶² Esses relatórios são produzidos pelo PNUD, pela ESCWA, pelo UNFPA e pela ONU Mulheres, em consulta com as partes interessadas e as partes interessadas nacionais.

Egito	Libano	Catar	Palestina	Omã	Síria	Tunisia	Iêmen	Marrocos	Kuaite	Iraque	Somalia	Sudão	Arábia Saudita	Bahrein	E.A.U	Jordânia		
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	☐	Clique para filtrar as regras
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Quadro do País - Estatísticas desagregadas por Sexo
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Quadro Estatal - Adesão à CEDAW
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	O Quadro Geral do Estado - Justiça Informal
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	O quadro geral do Estado - costume e constituição
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Quadro geral do Estado - igualdade na Constituição
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Enquadramento Geral do Estado - Apoio Judiciário Penal
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Enquadramento do Estado - Assistência Judiciária Civil
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Marco Estadual - Política Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	O quadro geral do Estado - uma política nacional para eliminar a violência
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	O quadro geral do Estado - o direito da família e a Constituição
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	O quadro geral do Estado - uma lei normativa que proíbe a discriminação
●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	O quadro geral do Estado - um orçamento para combater a violência

- Esta questão não é abrangida por lei
- Não existem dados ou informações insuficientes disponíveis
- Lei não prevê justiça de gênero. Nenhuma proteção mínima contra a violência contra as mulheres

- Alguns aspectos da justiça de gênero foram abordados na lei, mas desigualdades significativas permanecem
- A lei garante a igualdade de gênero e/ou proteção contra a violência contra as mulheres e é amplamente consistente com os padrões internacionais. A classificação verde não significa que a lei é perfeita, ou que a justiça de gênero foi plenamente alcançada

Assim pode-se ver facilmente se existem leis que tratam do tema ou não, se a igualdade está ou não na constituição ou não, se há dados ou se estão na lei, mas não na prática de fato. Como podemos observar, Iraque e Tunísia são dois países com mais direitos garantidos em lei. Veja aqui o exemplo do [Iraque](#).

Os dados assim apresentados possibilitam que os governos e formuladores de políticas públicas tenham uma visão resumida da situação real e possam trabalhar nos avanços necessários. No entanto, como observado no relatório do Banco Mundial, algumas mudanças necessárias e urgentes esbarram no contexto histórico cultural e, no caso dos países islâmicos, no contexto religioso, quando a Sharia – Lei Islâmica – está inserida na Constituição do país.¹⁶³

O documento geral apresenta várias observações: quinze relatórios do Bahrein, Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Marrocos, Omã, Palestina, Catar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Síria, Tunísia e Iêmen fornecem atualizações aos dados de linha de base incluídos nos relatórios de 2018, com 45 indicadores adicionados; relatórios recentes do Kuwait e dos Emirados Árabes Unidos fornecem dados pela primeira vez para ambos os países; os dados relativos à Argélia, ao Djibuti e à Líbia ainda estão a ser compilados; Camarões e Mauritânia não estão incluídos; nem todas as quatro agências parceiras da ONU que contribuíram para os relatórios cobrem as

¹⁶³ Em 1990, na elaboração da Declaração de Direitos Humanos Islâmicos ficou estabelecido que todos os direitos e liberdades estariam sujeitos à Sharia. Em 2020, após um processo de revisão de 10 anos, a Organização de Cooperação Islâmica apresentou uma nova declaração com avanços que refletem mudanças ideológicas: islã deixando de ser a salvação. Apesar de retirar do texto a Sharia – ela é indicada apenas como conjunto de valores, não como restrição de direitos - a declaração delega aos estados a primazia sobre as liberdades individuais. E é aí que, segundo o analista Turan Kavaoglu - leitura recomendada³¹⁵ -, o documento peca, pois, a maioria dos estados islâmicos tem seus sistemas legislativos baseados na Sharia. Está na constituição de muitos países. Apesar de avanços, omite muitos direitos e ainda reflete a predominância dos sistemas políticos autoritários. Mas demonstra uma tentativa de diálogo com outros organismos e organizações. [Cadernos Cri 2021, p. 137](#).

regiões geográficas de todos os países; os Relatórios de Justiça de Gênero e Lei de 2022 não refletem o escopo completo dos esforços dos países para alcançar a justiça de gênero, nem avaliam o grau e o impacto das leis atuais.

Medidas positivas

De uma forma geral, o conjunto de relatórios mostra que existem medidas positivas em vigor em toda a região que acompanham as normas internacionais de capacidade jurídica. Hoje, as mulheres gozam de direitos iguais em todos os 17 países no que diz respeito ao direito de obter um bilhete de identidade nacional.

Da mesma forma, na área de benefícios trabalhistas e econômicos, a lei protege os direitos das mulheres à igualdade salarial em 16 países e protege seu direito à igualdade salarial por trabalho de igual valor em nove países. Além disso, as mulheres estão atualmente protegidas por lei contra o assédio sexual no local de trabalho em oito países, ou seja, Bahrein, Egito, Iraque, Kuwait, Líbano, Marrocos, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Apenas dois países, Bahrein e Arábia Saudita, têm disposições que permitem ações civis e remediação para assédio sexual no local de trabalho.

Dez países – Egito, Iraque, Jordânia, Palestina, Marrocos, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Tunísia e Emirados Árabes Unidos – adotaram cotas para mulheres nos parlamentos nacionais para promover uma maior participação das mulheres na vida política, mas apenas quatro países, Somália, Sudão, Tunísia e Emirados Árabes Unidos, têm cotas que permitem pelo menos 30% dos assentos parlamentares reservados às mulheres. Apenas a Tunísia promulgou uma lei que criminaliza explicitamente a violência contra as mulheres nas eleições e na atividade política.

Oito países promulgaram leis para proteção contra a violência doméstica. O Kuwait e os Emirados Árabes Unidos adotaram novas leis para proteção contra a violência doméstica, enquanto o Líbano e a Jordânia introduziram algumas reformas legais positivas desde 2018. No Sudão, uma nova lei criminalizando a Mutilação Genital Feminina (MGF) foi aprovada, e as emendas às leis existentes proporcionaram maior proteção às vítimas da MGF.

Desafios, lacunas e sinais de ação necessários

Os relatórios mostram que a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos continuam a ser um grande desafio na região, uma vez que é a área onde menos progressos foram feitos no sentido de cumprir as normas internacionais de direitos humanos, com base em indicadores selecionados. Isto sublinha a importância de tomar medidas para proteger, respeitar e cumprir este importante conjunto de direitos para alcançar a igualdade de gênero.

Os relatórios de 2022 também destacam lacunas comuns que exigem ação legal. Assinala a importância da adoção de estatísticas e dados desagregados por sexo, que são críticos para a elaboração de políticas baseadas em evidências. Para garantir uma maior participação das mulheres na política, os relatórios também fornecem motivos para exigir uma maior adoção das cotas das mulheres na representação política e fortalecer as disposições de cotas existentes e as leis que criminalizam a violência contra as mulheres na política / eleições. Do mesmo modo, uma vez que a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho da região é a mais baixa do mundo, os dados comunicados sublinham a necessidade de pôr termo a todas as restrições ao emprego das mulheres nas leis laborais;

À medida que as desigualdades de gênero dentro da família e a violência baseada em gênero persistem na região, os relatórios fornecem dados para apoiar a defesa de reformas nas leis de status pessoal para conceder direitos iguais a homens e mulheres dentro da família, bem como a adoção de legislação abrangente contra a violência baseada em gênero.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Entre a paz e a guerra, escolha a paz; entre o diálogo e as sanções, escolha o diálogo; entre o resfriamento e a instigação, escolha o resfriamento¹⁶⁴

Arábia Saudita dá mais um passo significativo para estabilidade regional

Arábia Saudita e Síria podem restaurar os laços à medida que o Oriente Médio está se remodelando. O restabelecimento dos laços entre Riad e Damasco estaria entre os desenvolvimentos mais significativos até agora em movimentos de estados árabes para normalizar os laços com o presidente sírio, Bashar Al Assad. O governo de Al Assad foi evitado por muitos países ocidentais e árabes depois que a guerra civil da Síria começou em 2011.

O ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, príncipe Faisal bin Farhan, disse que o aumento do envolvimento com a Síria pode abrir caminho para seu retorno à Liga Árabe à medida que os laços descongelam após mais de uma década de isolamento. Faisal disse que o consenso está se formando no mundo árabe de que isolar a Síria não está funcionando e que o diálogo com Damasco é necessário, particularmente para abordar sua situação humanitária. A Arábia Saudita está sediando a próxima cúpula da Liga Árabe em maio, onde a maioria dos Estados espera restaurar a adesão da Síria depois que ela foi suspensa em 2011, disse o secretário-geral da liga, Ahmed Aboul Gheit.

A notícia de que Arábia Saudita está em negociações com a Síria para [reabrir sua embaixada no país devastado pela guerra pela primeira vez em uma década](#) foi divulgada na televisão estatal do reino como a mais recente remodelação diplomática na região. O anúncio na TV estatal vem depois [que as negociações mediadas pela China em Pequim viram a Arábia Saudita e o Irã](#) concordarem em reabrir embaixadas nas nações um do outro após anos de tensões.¹⁶⁵

O presidente sírio, Bashar Assad, manteve seu controle sobre o poder na nação mediterrânea abalada pela Primavera Árabe de 2011 apenas com a ajuda do Irã e da Rússia. O reino apoiou a oposição síria contra Assad durante a revolta da Síria que se tornou guerra civil desde 2011. No entanto, nos últimos anos, uma aproximação regional vem se formando. O devastador terremoto do mês passado na Síria e na Turquia provocou simpatia internacional e acelerou o processo, com a Arábia Saudita e outros países árabes enviando ajuda para Damasco.

Assad acaba de embarcar [para os Emirados Árabes Unidos](#), outra nação que anteriormente havia apoiado combatentes que tentavam derrubar seu governo.

[O presidente sírio visitou Omã no final de fevereiro](#). O país tem sido um interlocutor entre o Ocidente e o Irã. Nos últimos meses, houve conversas em Omã sobre a longa guerra do Iêmen, na qual a Arábia Saudita apoia o governo exilado do país contra os rebeldes Houthis

¹⁶⁴ Ministro das Relações Exteriores da China, Qin Gang

¹⁶⁵ O ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, príncipe Faisal bin Farhan Al Saud, e seu homólogo iraniano, Hossein Amirabdollahian, [concordaram em se reunir durante o mês sagrado muçulmano do Ramadã, sob um acordo para restaurar os laços](#).

apoiados pelo Irã que controlam sua capital, Sanaa. E, juntamente com Iraque e China, teve papel importante na retomada de relações diplomáticas entre o Reino e o Irã.

E sobre o acordo saudita-iraniano...

O patrocínio da China ao acordo saudita-iraniano, construído sobre o respeito pela soberania dos Estados, as boas relações de vizinhança e a não interferência nos assuntos internos dos outros, estará sob intenso escrutínio regional e internacional. O primeiro teste será no Iêmen¹⁶⁶, onde a guerra atualmente em curso afeta diretamente a segurança nacional saudita – e na qual Pequim precisará ser firme com a liderança iraniana.

A China tem influência sobre o regime iraniano, no entanto, algumas perguntas precisam ser respondidas: até que ponto Pequim está disposta a usar essa alavancagem? Quão disposto Teerã está a abandonar sua razão de ser, e cuja política no Iêmen reflete o núcleo fundamental de sua doutrina? Depois, há o Líbano, que não parece estar no topo da lista de prioridades de ninguém. No entanto, o Hezbollah em si mesmo é um componente óbvio no processo de desescalada, construção de acordos e suavização do comportamento que o Irã possivelmente empreende.¹⁶⁷

Enquanto isso.... Escalada de crise em Israel

Israel está enfrentando uma combinação de profunda turbulência política e o potencial para uma escalada dramática da violência na Cisjordânia e em outros lugares. O governo liderado pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, buscou uma reforma judicial que dividiu profundamente os israelenses, provocando meses de manifestações em massa em todo o país.

E já há dissidência. O **Ministro da Defesa israelense**, Yoav Gallant, membro sênior do partido Likud de Netanyahu, [se tornou o primeiro aliado da coalizão a romper fileiras](#) ao pedir uma interrupção imediata do controverso plano do governo de extrema direita de reformar o judiciário do país.¹⁶⁸ **Em discurso televisionado, pediu:** "Para o bem da segurança de Israel, para o bem de nossos filhos e filhas, o processo legislativo deve ser interrompido neste momento."

Nas últimas semanas, o descontentamento com a reforma aumentou até mesmo dentro do exército de Israel - a instituição mais popular e respeitada do país, que historicamente tem sido um unificador apolítico. Um número crescente de reservistas israelenses ameaçou se retirar do serviço voluntário nas últimas semanas, representando um amplo desafio a Netanyahu, enquanto ele desafiadoramente avança com as mudanças judiciais.

As preocupações permanecem de que as reformas acabarão por ir em frente, particularmente depois que Netanyahu [demitiu Yoav Gallant](#) como ministro da Defesa por se manifestar contra as propostas¹⁶⁹. Tudo isso terá implicações de longo alcance e profundas ramificações para as relações EUA e Israel no futuro, acompanhadas por consequências geopolíticas mais amplas – especialmente à medida que cresce a controvérsia internacional

¹⁶⁶ A guerra prolongada no Iêmen é referida como o conflito por procuração entre a Arábia Saudita e o Irã, já que ambas as partes em conflito, o governo iemenita e os Houthis, foram apoiados militar e politicamente pela Arábia Saudita e pelo Irã, respectivamente.

¹⁶⁷ [A chance da China de remodelar o Oriente Médio depende do Irã \(thenationalnews.com\)](#)

¹⁶⁸ Entenda sobre a polêmica reforma judicial e o golpe constitucional: Marques L. "[A cereja do bolo de Bibi](#)", *Cadernos CRIS-Fiocruz 3-2023*, p.187.

¹⁶⁹ A demissão do ministro da Defesa provocou mais agitação entre os manifestantes e Netanyahu acabou declarando que vai adiar a decisão. Vamos ver.

sobre a natureza da ocupação dos Territórios Palestinos por Israel.¹⁷⁰ Lembrando que a base fundamental da relação EUA-Israel é o fato de que Israel buscou enfatizar seu status como uma democracia liberal moderna. No entanto, agora, as tentativas de transformá-lo em um estado de orientação religiosa, onde o "judeu" tem prioridade sobre o "democrático", muda tudo. E as consequências serão profundas. Inclusive para a América.

Enquanto isso, a violência aumentou entre **israelenses e palestinos**, ameaçando irromper em um conflito em grande escala, com sinais de envolvimento libanês, pela primeira vez em anos.

Embora mantenham relações normalizadas com Israel, os Emirados Árabes condenaram veementemente a decisão do governo israelense de permitir o reassentamento nas áreas do norte da Cisjordânia e de permitir novas unidades de assentamento nos Territórios Ocupados, informou a Agência de Notícias dos Emirados.¹⁷¹ O Ministério das Relações Exteriores e Cooperação Internacional reafirmou a rejeição dos Emirados Árabes a todas as práticas que violem o direito internacional e ameacem agravar a escalada e a instabilidade regional. O ministério também enfatizou a importância de apoiar todos os esforços regionais e internacionais para avançar no processo de paz no Oriente Médio, bem como acabar com as práticas ilegais que comprometem a solução de dois estados e estabelecer um estado palestino independente nas fronteiras de 1967 com Jerusalém Oriental como sua capital. De fato, a história do Israel moderno ilustra os perigos do caminho que seu governo está tomando atualmente, e as consequências internacionais que esses perigos podem involuntariamente estar desencadeando.

Os ministros de Relações Exteriores do Conselho de Cooperação do Golfo emitiram carta ao Secretário de Estado americano, Antony Blinken, condenando o ministro de Finanças israelense, Bezalel Smotrich¹⁷², que fez declarações provocativas e pediu que a cidade de Hawara, na Cisjordânia, fosse "exterminada". Na carta, os ministros das Relações Exteriores pedem a Blinken que "responda a todas as medidas e declarações que visam o povo palestino" e instam a administração americana a "desempenhar o seu papel para alcançar uma solução justa, abrangente e duradoura para o conflito com base nos princípios do direito internacional".¹⁷³ Sem muita esperança, pois, embora Israel seja o principal beneficiário e o povo palestino a principal vítima da política de negligência estratégica de Washington, ele é acima de tudo projetado para servir aos interesses dos EUA.¹⁷⁴ Em março de 2021, os EUA [se opuseram à investigação](#) do TPI sobre a situação palestina.

¹⁷⁰ [Reformas judiciais podem iniciar um colapso da relação especial EUA-Israel \(thenationalnews.com\)](#)

¹⁷¹ <https://www.arabnews.com/node/2275931/middle-east>

¹⁷² O ministro das Finanças é um membro-chave da que impulsionou o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu de volta ao poder após as eleições de novembro. Marques L. "[A cereja do bolo de Bibi](#)", [Cadernos CRIS-Fiocruz 3-2023, p.187](#).

¹⁷³ [Ministros das Relações Exteriores do CCG condenam ministro israelense em carta a Blinken \(thenationalnews.com\)](#)

¹⁷⁴ [A negligência estratégica de Biden em relação à Palestina está fadada a sair pela culatra \(mecouncil.org\)](#). O que pode ser descrito como uma política de "negligência estratégica" destina-se a preservar o capital político, mantendo a Questão Palestina fora das agendas regionais e internacionais para que Washington possa atender a outras prioridades de política externa, como o programa nuclear do Irã, a competição com a China e, desde o ano passado, a Rússia e a guerra na Ucrânia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora ambos os relatórios apontem progressos com relação à justiça de gênero e direitos das mulheres, principalmente nos países islâmicos, os documentos confirmam que o progresso sobre a participação das mulheres na vida pública nas regiões MENA e Ásia permanece desigual. Reformas legislativas e “ações robustas são vitais para construir a liderança das mulheres, independentemente das suas origens ou capacidades, bem como para elevar a sua voz e permitir-lhes participar plenamente como decisores em todos os domínios e em todos os níveis”, é o que afirma Sarah BWParede, Diretor Regional Adjunto para os Estados Árabes, do PNUD.

Para Mehrinaz Al Awadhi, diretora de População, Justiça de Gênero e Desenvolvimento Inclusivo da ESCWA, uma reforma legislativa abrangente sensível ao gênero é essencial para abordar a crescente lacuna de discriminação e desigualdade na região. Esta iniciativa oferece oportunidades para o diálogo entre várias partes interessadas e como ferramenta para os formuladores de políticas revisarem construtivamente os quadros legislativos e desenvolverem prioridades nacionais para alcançar a igualdade de gênero, ao mesmo tempo em que realizam sua visão para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A justiça de gênero não é apenas uma questão de igualdade, é um elemento essencial para o desenvolvimento humano e a realização de Estabilidade dos Estados. Em 2016, os Estados Árabes adotaram a [Declaração Rumo à Justiça de Gênero em Região Árabe](#) e o [Plano de Ação para o Avanço das Mulheres](#), que fornecem um amplo quadro para alcançar a igualdade de gênero nos países islâmicos.

Os Estados do Golfo quebraram narrativas históricas em torno da participação econômica das mulheres: nas últimas décadas, as mulheres do Golfo fizeram avanços notáveis no nível educacional e na participação na força de trabalho. Hoje, eles lideram a região do Oriente Médio e Norte da África (MENA), com alguns países a par ou excedendo as médias globais. A transformação na educação das meninas no Golfo foi um fator-chave: os estados do Golfo investiram pesadamente para tornar a educação mais acessível para meninas e mulheres jovens. Ao longo do tempo, o nível de escolaridade das mulheres disparou, superando o de seus pares masculinos na maioria dos países do Golfo. Esses ganhos na educação se transferiram, pelo menos parcialmente, para o aumento da participação econômica. O emprego no setor público abriu o caminho: a disponibilidade de empregos adequados no setor público foi um fator importante que impulsionou a entrada das mulheres do Golfo no mercado de trabalho, proporcionando espaços socialmente aceitáveis para o engajamento econômico. No entanto, o aumento da população e o declínio nas receitas do petróleo limitaram o acesso dos cidadãos aos empregos do governo ao longo do tempo. As mulheres em alguns países estão fazendo a transição para o emprego no setor privado: à medida que os países do Golfo diversificam suas economias e desenvolvem seu setor privado, as empresas privadas estão cada vez mais proporcionando um ambiente aceitável para o emprego das mulheres. De fato, as mulheres do Bahrein, Omã e Arábia Saudita fizeram a transição com sucesso para o setor privado.

Muito já foi alcançado, mas muito mais há que se alcançar. Os governos não podem se dar ao luxo de deixar de lado metade de sua população. “Negar direitos iguais às mulheres em grande parte do mundo não é apenas injusto para elas, é, também, uma barreira à capacidade dos países de promover um desenvolvimento verde, resiliente e inclusivo, disse Indermit Gill, economista-chefe do Grupo Banco Mundial e vice-presidente sênior de Economia do Desenvolvimento.

China e saúde global: Visitas presidenciais

André Costa Lobato

Visita de Estado do Presidente Lula à China

A visita de estado presidente Lula ao colega Xi Jinping foi anunciada pelo Ministério das Relações Exteriores da China e pelo Ministério das Relações Exteriores no dia de 17 de março, uma sexta-feira, Itamaraty. Com duração prevista para entre os dias 26 e 31 de março, a visita foi adiada, no sábado dia 25, pelo lado brasileiro devido à uma pneumonia bronco bacteriana no presidente. O MRE chinês divulgou nota sobre telegrama enviado por Xi para Lula desejando sua recuperação e viagem à China. No dia 28, uma nova data foi anunciada, para o dia 11 de abril.

A nota brasileira do dia 17 dizia que “Em Pequim, estão previstas reuniões do Presidente Lula com o Presidente Xi, com o Primeiro-Ministro da China, senhor Li Qiang, e com o Presidente da Assembleia Popular Nacional, senhor Zhao Leji, quando serão tratados temas da ampla pauta bilateral, incluindo comércio, investimentos, reindustrialização, transição energética, mudança climática e paz e segurança mundial”.

Alguns eventos da agenda foram mantidos. Por exemplo o quarto termo de compromisso do China-Brasil Center for Climate Change and Energy Technology Innovation, entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) e a Universidade Tsinghua.

Houve também um evento focado em sustentabilidade realizado em conjunto pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e o Center for China and Globalization (CCG), com fala do ministro da Agricultura Carlos Favro, do presidente da Apex, Sergio Viana, Tatiana Rosito, Chefe de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, e Adriana Erthal Abdenur, Assessora Especial de Relações Internacionais da Presidência.

Talvez o adiamento da viagem facilite novos agendamentos e favoreça a maior participação de chineses nos debates e encontros. Por exemplo, O BoAo Forum Asia estava agendado para entre os dias 28 e 31 de março. É o principal espaço de articulação político e econômico promovido pelos chineses. Em 2022, a Iniciativa de Segurança Global foi proposta por Xi Jinping neste Fórum, que ocorre em Qionghai, na ilha de Hainan. Este ano, por exemplo, os primeiro-ministro de Cingapura, Malásia e Espanha farão uma visita oficial à China nesta reunião anual.

No caso específico da agenda de ciência, tecnologia e inovação em saúde, a Fiocruz e o Instituto de Microbiologia da Academia Chinesa de Ciência propuseram um memorando de entendimento para revigorar e aprimorar a cooperação internacional na prevenção e controle de doenças infectocontagiosas¹⁷⁵.

Visita de Estado do Presidente Xi Jinping à Rússia

Xi Jinping e Putin já se encontraram mais de 40 vezes na última década e em 21 de março foi a oitava vez que o chinês visita o russo em Moscou. A visita ocorre num momento em que há um “cancelamento” da Rússia por parte de alguns aliados dos EUA pela guerra na

¹⁷⁵ <https://portal.fiocruz.br/en/news/fiocruz-and-cas-hold-preparatory-conference-meeting-between-lula-and-xi-jinping>

Ucrânia. Os chineses se posicionam como neutros no conflito e fizeram sugestões para a resolução do conflito.

A principal mensagem do encontro foi de que quanto mais instabilidade houver no mundo, mais estável deve ser a relação entre Rússia e China. O quanto a relação entre os dois territórios é dependente da amizade entre dois homens é tema de debate. Além de Xi Jinping, estavam do lado chinês, entre outros, a presença de Cai Qi, que é o primeiro-secretário do Secretariado do Partido Comunista da China. Antes de serem presidentes, Hu Jintao e Xi Jinping ocuparam essa posição.

Abaixo, apresento um extrato de trechos das principais declarações e notas disponíveis no site do Ministério das Relações Exteriores da China, traduzidas por computador.

- **Declaração Conjunta da República Popular da China e da Federação Russa sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Abrangente na Nova Era¹⁷⁶**

No geral, a declaração conjunta reiterou a posição repetida pelo Ministério das Relações Exteriores da China de que a relação entre Moscou e Pequim é baseada na não-aliança, não-confronto e não-direcionada a qualquer terceira parte. Abaixo aponto trechos em que a saúde foi mencionada:

Os dois lados aprofundarão a cooperação no campo da assistência médica e de saúde, expandirão os intercâmbios no campo da pesquisa científica e do ensino médico superior, fortalecerão os intercâmbios e a cooperação no campo da supervisão de medicamentos e dispositivos médicos e cooperarão na medicina de desastres, doenças infecciosas, oncologia, medicina nuclear, saúde materna e infantil, oftalmologia, psiquiatria e A Organização de Cooperação de Xangai, o G20, a APEC e outras plataformas multilaterais fortaleceram a cooperação relevante.

Os dois lados continuarão a realizar cooperação em saúde e prevenção de epidemias para lidar com a ameaça da epidemia. Os dois lados se oporão conjuntamente à tentativa de formar um mecanismo juridicamente vinculativo no âmbito das organizações internacionais para procurar limitar os direitos soberanos dos países na prevenção e controle de doenças infecciosas, alerta precoce e resposta a ameaças biológicas.

Os dois lados realizaram uma cooperação bilateral e multilateral frutífera para responder à pandemia global da COVID-19 e salvaguardar a vida e a saúde dos dois países e do povo do mundo. Os dois lados apoiam os dois países a aprofundar a troca de informações sobre epidemias, fortalecer a coordenação e a cooperação na Organização Mundial da Saúde e em outras plataformas, e se opõem conjuntamente à politização da rastreabilidade do vírus.

- **Comunicados de imprensa sobre os resultados das negociações sino-russas (2023-03-22)¹⁷⁷**

Xi Jinping enfatizou que eles juntos resumiram os resultados do desenvolvimento das relações bilaterais nos últimos 10 anos e concordaram que as relações sino-russas foram muito além das bilaterais. as relações são de importância fatídica para a ordem mundial e para a humanidade.

¹⁷⁶ <http://www.en.kremlin.ru/supplement/5770>

¹⁷⁷ https://www.fmprc.gov.cn/rus/zxxx/202303/t20230322_11046135.html

Juntamente com a comunidade internacional, continuará a defender firmemente as normas fundamentais das relações internacionais baseadas nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. As Partes registaram a sua disponibilidade para reforçar a cooperação no quadro das estruturas multilaterais, incluindo a OCS, os BRICS e o G20, a fim de promover um verdadeiro multilateralismo, contribuir para a restauração da economia mundial no período pós-pandemia, para aumentar a força construtiva na formação de um mundo multipolar e a melhoria do sistema de global governação, para dar mais contributo para a segurança alimentar global, a segurança energética e a continuidade das cadeias de produção e abastecimento, para fazer esforços conjuntos para formar uma comunidade de destino comum de humanidade.

- **Comunicados de imprensa sobre os resultados das negociações sino-russas (2023-03-22)**¹⁷⁸

O lado russo avalia positivamente a posição objetiva e imparcial do lado chinês sobre a questão ucraniana. As partes se opõem a que quaisquer Estados e seus blocos, a fim de obter vantagens militares, políticas e outras, prejudiquem os legítimos interesses de segurança de outros países.

As partes observam que, para resolver a crise ucraniana, é necessário respeitar as preocupações legítimas de segurança de todos os países e evitar a formação de uma contradição de bloco, interromper ações que contribuam para alimentar ainda mais o conflito.

- **Xi Jinping manteve conversações com o presidente russo, Vladimir Putin, num formato alargado (2023-03-21)**

Xi Jinping expressou disponibilidade com Vladimir Putin para delinear um plano para o desenvolvimento de relações bilaterais e cooperação prática no interesse da prosperidade e do renascimento da China e da Rússia.

- **Encontro de Xi Jinping com o primeiro-ministro russo, Mikhail Mishustin (2023-03-21)**¹⁷⁹

Sete vice-primeiros-ministros estavam presentes no lado russo.

Mikhail Mishustin observou que hoje a maioria dos membros do governo russo participou da reunião para dar as boas-vindas calorosas a Xi Jinping com uma visita de estado à Rússia.

A nova composição do governo chinês presta maior atenção ao desenvolvimento das relações sino-russas de parceria abrangente e cooperação estratégica, está pronta para estabelecer laços de trabalho estreitos por meio de mecanismos existentes, a fim de alcançar novos objetivos em cooperação e alcançar novos resultados.

O chefe de estado chinês faz sua primeira visita ao exterior após a reeleição à Rússia, isso é de grande importância e testemunha plenamente a natureza especial das relações russo-chinesas entrando em uma nova era. As relações russo-chinesas estão no mais alto nível da história secular e influenciam a formação de uma agenda global na lógica do multilateralismo e da multipolaridade.

¹⁷⁸ https://www.fmprc.gov.cn/rus/zxxx/202303/t20230322_11046135.html

¹⁷⁹ https://www.fmprc.gov.cn/rus/zxxx/202303/t20230321_11046046.html

- **Encontro de Xi Jinping com o Presidente russo, Vladimir Putin(2023-03-21)¹⁸⁰**

Xi Jinping observou que ficou feliz em visitar a Rússia novamente em uma visita de estado a convite de Vladimir Putin. Ele lembrou calorosamente a primeira visita estrangeira à Rússia, feita há dez anos depois de assumir o cargo de presidente da República Popular da China. Por dez anos, os dois chefes de estado mantiveram laços estreitos.

- **Avançar teimosamente em direção a novas perspectivas de amizade, cooperação e desenvolvimento conjunto da China e da Rússia (2023-03-20)¹⁸¹**

A convite do presidente Vladimir Putin, farei uma visita de estado à Federação Russa. Há 10 anos, minha primeira visita ao exterior depois de ser eleito Presidente da República Popular da China foi feita à Rússia. Eu já visitei a Rússia 8 vezes por 10 anos.

Os contatos de alto e alto nível desempenham um papel importante e são de importância estratégica duradoura.

As partes estão constantemente fortalecendo a confiança mútua política, criando um novo paradigma de relações entre as grandes potências.

As partes formam a arquitetura de interação abrangente e multivetorial.

As partes estão implementando o conceito de amizade transmitida de geração em geração, a amizade tradicional está crescendo a cada dia.

As partes trabalham de perto na arena internacional e têm grande responsabilidade como grandes potências.

¹⁸⁰ https://www.fmprc.gov.cn/rus/zxxx/202303/t20230321_11045636.html

¹⁸¹ https://www.fmprc.gov.cn/rus/zxxx/202303/t20230320_11044363.html

Saúde global e diplomacia da saúde nos EUA

Guto Galvão

[Conferência Anual da CUGH](#) (Consórcio de Universidades para a Saúde Global)

De 14 a 16 de abril se realizará [a Conferência Anual da CUGH](#) (Consórcio de Universidades para a Saúde Global) terá como tema: “A Saúde Global em uma Encruzilhada: Equidade, Mudanças Climáticas e Ameaças Microbianas”. Ela será realizada concomitantemente com a [Reunião Regional da Cúpula Mundial da Saúde 2023](#) (World Health Summit-WHS) e o [Fórum Global de Inovação da AAHCI 2023](#) (The Alliance of Academic Health Centers International - AAHCI)

O programa da conferência está dividido em 7 Subtemas:

Abordando os Determinantes Sociais da Saúde

Educação • Estabilidade econômica e redução da pobreza • Direitos Humanos • Habitação e Meio Ambiente • Água, Saneamento e Higiene • Acesso à Eletricidade • Segurança Comunitária • Violência Baseada em Gênero • Racismo e Discriminação • Equidade de Gênero • Tráfico de Pessoas • Segurança Alimentar

Prevenção de Pandemias, Covid-19, Doenças Infecciosas Emergentes e Outras Doenças Transmissíveis

COVID 19 • Prevenção e Resposta a Pandemias • Agenda Global de Segurança da Saúde • HIV/AIDS • Malária • Pólio • DTNs • Tuberculose • Hepatite • Doenças de Origem Alimentar • Saúde Animal • Desenvolvimento de Vacinas • Resistência Antimicrobiana • Saúde Pública • Farmacologia

Saúde Planetária, Uma Saúde, Saúde Ambiental, Mudanças Climáticas, Crise da Biodiversidade, Poluição

Mudanças Climáticas • Crise da Biodiversidade • Poluição • Uma Saúde • Saúde Ambiental • Arquitetura • Medicina Veterinária • Saúde Animal • Design • Controle de Tráfego • Saúde Urbana • Água • Cidades Saudáveis e Planejamento Urbano • Protegendo os Serviços Ecossistêmicos • Agricultura • Segurança Alimentar • Desmatamento • Saúde Oceânica

Descolonizando - Reformando a Saúde Global, Equidade, Justiça, Educação e Pesquisa em Saúde Global

Descolonizando a Saúde Global • Equidade • Liderança • Recursos Humanos • Infraestrutura • Exclusão Digital • Responsabilidade Social • Parcerias Equitativas • Treinamento em Gestão e Liderança • Assistência Universal à Saúde • Financiamento e Finanças do Sistema • Parcerias Interdisciplinares • Qualidade e Compartilhamento de Dados

Ciência da Tradução e Implementação, Iniciativas de Desenvolvimento de Alto Impacto, Ligação da Investigação à Política, Inovação e Investigação

Formulação de Políticas • Pesquisa • Melhorias na Cadeia de Suprimentos • Financiamento • Monitoramento e Avaliação • Estatísticas • Competências Culturais • Comunicações • Mobilização Comunitária • Big Data • Inovações e Tecnologia • Parcerias Eficazes • Política • Programas Locais e Regionais • Programas Nacionais • Programas Internacionais

Política, Governança, Diplomacia, Direito, Corrupção, Direitos Humanos, Fortalecimento das Instituições Públicas

Políticas Públicas • Governança • Fortalecimento das Instituições Públicas • Capacitação • Financiamento para o Desenvolvimento • Direitos Humanos e Direito • Direito Internacional • Advocacia • Mídia • Diplomacia • Regulamentos Internacionais e Cooperação Internacional • Deslocamento e Migração • Prevenção de Conflitos e Reconciliação Pós-Conflito • Acordos Comerciais • Prestação de Contas, Prevenção da Corrupção e dos Fluxos Ilícitos de Dinheiro • Responsabilidade Social Corporativa

Doenças Não Transmissíveis, Sistemas de Saúde, Saúde Pública, Cuidados Primários e Cirúrgicos

Saúde Pública • Prevenção • Cuidados primários • Enfermagem • Saúde Recursos Humanos • Cancro • Doenças Cardiovasculares • Doenças Respiratórias • Diabetes • Saúde Materna, Sexual e Reprodutiva • Saúde Mental • Saúde da Criança e do Adolescente • Deficiências • Saúde Oral - Odontologia • Farmacologia • Trauma, Lesões e Acidentes • Água, Saneamento e Higiene • Fatores Ambientais • Nutrição

Visita do subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Energia e Meio Ambiente dos Estados Unidos, José W. Fernandez a Brasília e Rio de Janeiro

O subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Energia e Meio Ambiente dos Estados Unidos, José W. Fernandez, visitou Brasília e Rio de Janeiro (21 a 23 de março) e teve oportunidade de encontrar com ministros, incluindo a Ministra Nísia Trindade e a liderança da Fiocruz para promover os principais objetivos do governo Biden nas áreas de saúde global, segurança alimentar, resiliência da cadeia de abastecimento, meio ambiente e cooperação econômica no hemisfério.

Essa visita ao Brasil é uma continuidade da retomada das relações de trabalho produtivas estabelecidas entre os presidentes Biden e Lula na Casa Branca, em 10 de fevereiro.

Na Fiocruz o Subsecretário se reuniu com o Vice-presidente Marcos Krieger e outros líderes da Instituição. Na reunião foram tratados vários temas como:

A relação histórica da Fundação Oswaldo Cruz com os Estados Unidos como o apoio financeiro e a liderança científica do Dr. Carlos Chagas, um dos ilustres bolsistas da Fundação Rockefeller. Também foi lembrado que no início do século 20 a Comissão de Febre Amarela do Exército dos EUA, liderada por Walter Reed, colaborou com cientistas brasileiros da Fiocruz para pesquisar o vírus da febre amarela, o que levou ao desenvolvimento da vacina contra a febre amarela. Na década de 1980, cientistas da Fiocruz colaboraram com pesquisadores norte-americanos para estudar a epidemia de HIV/Aids no Brasil e desenvolver estratégias de prevenção e tratamento que ainda são utilizadas em nosso sistema de saúde.

Em 2015, quando ocorreu o surto do vírus Zika no Brasil, a Fiocruz colaborou com pesquisadores norte-americanos para estudar o vírus e desenvolver testes diagnósticos. Também lançamos uma iniciativa conjunta com os Institutos Nacionais de Saúde (NIH) para um estudo regional do Zika na gravidez e na infância: o Projeto ZIP, que foi financiado e implementado por ambas as instituições.

Em 2020, após reunião entre a Presidente da Fiocruz, Dra. Nísia Trindade Lima, atual Ministra da Saúde, e o Dr. Anthony Fauci, Diretor do Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas (NIAID), foi assinado um acordo de colaboração para fortalecer e ampliar a colaboração entre os Institutos Nacionais de Saúde dos EUA e a Fiocruz. Esse acordo levou a uma série de visitas, seminários e atividades conjuntas, incluindo um realizado recentemente com mais de 100 cientistas que identificaram muitas áreas de interesse comum, incluindo pesquisa em saúde e meio ambiente na região amazônica, desenvolvimento de vacinas e tratamentos monoclonais e preparação para pandemias.

Algumas áreas de cooperação foram levantadas durante a reunião como:

O interesse nos planos do Departamento de Estado dos EUA para estabelecer um “Bureau of Global Health Security and Diplomacy” que coincidem com os esforços do Dr. Paulo Buss, Diretor do Centro de Saúde Global para estreitar a colaboração com o Ministério da Saúde e o Ministério das Relações Exteriores.

A longa história de colaboração com o NIH e a reativação de alguns mecanismos de financiamento e a reprodução do mesmo modelo com o CDC dos EUA e seus representantes aqui no Brasil.

A produção local de vacinas, que faz parte de uma iniciativa maior da Fiocruz para melhorar a cadeia de suprimentos e melhorar a resposta do nosso país às crises de saúde, incluindo futuras pandemias, onde são vislumbradas muitas oportunidades de colaboração, incluindo a possibilidade de desempenhar um papel regional ou global na produção e distribuição de testes, vacinas, produtos farmacêuticos e outros produtos de saúde.

Essa vocação ficou patente na pandemia de Covid-19. A Fiocruz entregou milhões de vacinas e kits de diagnóstico ao sistema público de saúde brasileiro. Essa resposta só foi possível devido a décadas de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação que nos dão uma capacidade de fabricação significativa para atender o país e potencialmente outros países, e pensamos que podemos ter um papel importante na iniciativa Diálogo Econômico e de Saúde das Américas (EHA) e outras que abrem oportunidades para aumentar nossa participação na cadeia de suprimentos global e se beneficiam dos mecanismos estabelecidos por essa iniciativa.

Durante a visita do Dr. Mário Moreira ao Centro Fogarty do NIH foi identificado clima e saúde como áreas comuns de interesse de ambas as instituições e seguimos explorando a possibilidade de estabelecer colaboração sobre mudanças climáticas e saúde para produzir informações orientadas para a ação que possam levar adiante a agenda de mudanças climáticas. Também pode informar processos de alto nível que ocorrerão no Brasil, como as reuniões do G-20 e a COP30. Na Fiocruz, o Centro de Integração de Dados e Conhecimento (CIDACS) acaba de receber uma grande doação para fazer exatamente isso. O Dr. Mauricio Barreto, Diretor do CIDACS, trabalhará com outras unidades da Fiocruz e outros parceiros para implementar essa iniciativa que também pode lhe interessar.

Recentemente, realizamos uma grande reunião da Comunidade Global de Ciência, Tecnologia e Inovação (G-STIC), liderada pelo nosso Coordenador da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030, Dr. Paulo Gadelha. A Fiocruz é uma das patrocinadoras dessa iniciativa, associada ao Mecanismo de Facilitação de Tecnologia (TFM) da ONU. Oferece um fórum aberto para debater áreas como economia circular, saúde, oceanos, agricultura, mudanças climáticas e outras áreas prioritárias da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Acompanharemos os resultados da reunião em outros fóruns da ONU, como o Fórum de

Partes Interessadas em Ciência, Tecnologia e Inovação em maio, bem como outros eventos da ONU. O próximo G-STIC ocorrerá na Índia, e a Fiocruz continuará seu apoio.

Em sequência da visita do Secretário a Fiocruz recebeu a visita da Dra Kristin Kelling (Adida do HHS no Brasil) e da Dra. Juliette Morgan (Diretora do CDC Regional para a América do Sul).

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Carol Aldapi Vaquera - Graduação em Ciências Políticas, UCB - Universidad Católica Boliviana; Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, UFPB

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais; Especialista em Divulgação e Popularização da Ciência; Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Costa Lobato- Mestre em Mídias Globais e Comunicações; Doutorando, UFRJ; Membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, Mestre em Epidemiologia, Doutor em Medicina Preventiva; Coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social; Membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU; Pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo; Mestre em Biologia, Moldova State University; Assessor e pesquisador sênior, Cris/Fiocruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química; Mestre em Gestão e Políticas de Saúde, FGV RJ; Membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em Saúde Pública; Doutora em Química ambiental

Deisy Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em Saúde Pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup – Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutoranda em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

Felix Rosenberg - Médico veterinário; Mestre em Ciências médicas; Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz; Secretário Executivo da RINSP/CPLP; Coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais, Universidade Estácio de Sá; Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Júlia Moraes - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Juliana Ubarana – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada; Pós-graduada em Relações Internacionais; Mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina; Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente social; Mestre em Serviço Social; Doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz

Leandro Viegas - Doutor em Ciências, Faculdade de Saúde Pública da USP; Secretário Executivo do GT Fiocruz-USP sobre Tratado de Pandemia e Reforma do RSI

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais; Mestre em Saúde Pública; Doutoranda em Saúde Pública; Pesquisadora do CRIS Fiocruz

Lúcia Marques – Graduação em Jornalismo; mestre em Saúde Pública; Analista de gestão em saúde pública e assessora do Programa Fiocruz Antártida, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em Saúde Pública; Doutor em Saúde Coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; Pesquisador Sênior, Cris/Fiocruz

Luís Eugenio de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA; Presidente da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes – Graduação em Enfermagem e História; Mestra em Educação; Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora Mendes Gomes – Pediatra; Doutora em Ciências; Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Christina Nobre – Graduação em Direito; Assessora Técnica da Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental, Secretaria da Saúde da Bahia

Maria Teresa Rossetti Massari – Graduação em Enfermagem; Mestre em Saúde da Mulher e da Criança; Coordenadora da área Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Miryam Minayo - Doutora em Direito e Relações Internacionais; Assessora e pesquisadora, CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Bacharel em Ciência Política, UNIRIO; Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, PUC-RJ

Patrícia Lewis Carpio – Graduação em Psicologia; Mestre em Ciências, USP; Pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, INI Fiocruz; Coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política; Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ

Paulo Marchiori Buss – Médico; Doutor em Ciências; Professor Emérito da Fiocruz; Coordenador do Cris/Fiocruz; Membro Titular da Academia Nacional de Medicina; Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional; Especialista em Saúde Pública; Coordenador adjunto, CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Rafaela Venturella De Negri - Graduação em jornalismo, UFRGS; Mestre em International Security and Development, Jagiellonian University; Co-coordenadora do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social e do Observativa

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Sênior do Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP Baixada Santista; Membro da Frente Ampla em Defesa da Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras

Regina Ungerer – Médica; Doutora em Ciências; Membro da equipe do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz MG

Sebastián Tobar – Sociólogo; Doutor em Saúde Pública; Assessor de cooperação e pesquisador, CRIS Fiocruz; Assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais; Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista; Mestre em Ciências Econômicas e em Saúde Pública; membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduado em Relações Internacionais; bolsista da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2023

Dia 5 de abril – Direitos humanos e saúde

Dia 19 de abril – Saúde dos povos indígenas: Desafios globais

Dia 3 de maio – Saúde do trabalhador: Desafios globais

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 04/2023

Período de 15 a 28 de março de 2023

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

214 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.